

SANTA
CASA

Relatório
de Gestão
e Contas
2010



Relatório de Gestão e Contas 2010



Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Relatório de Gestão e Contas 2010

Órgãos Estatutários.....	5
Introdução	7
Organograma	11
Departamento de Acção Social e Saúde	13
Departamento da Qualidade e Inovação	87
Departamento de Empreendedorismo e Economia Social.....	101
Departamento de Gestão Imobiliária e Património.....	107
Secretaria – Geral.....	117
Hospital Ortopédico de Sant’Ana.....	131
Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão.....	143
Escola Superior de Saúde do Alcoitão.....	155
Serviços Instrumentais.....	167
Direcção Financeira.....	168
Direcção de Recursos Humanos.....	169
Direcção de Aprovisionamento.....	173
Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos	176
Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação	181
Gabinete de Auditoria Interna	186
Gabinete Jurídico	187
Gabinete de Estudos e Planeamento.....	189
Gabinete de Organização e Métodos	190
Gabinete para os Assuntos dos Fundos Externos	192
Gabinete de Imprensa.....	193
Recursos.....	196
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Santa Casa 2004.....	215
Demonstrações Financeiras.....	217
Consolidado SCML.....	219
Consolidado SCML e FIIF.....	296
Abreviaturas	371

Órgãos Estatutários

Em 31 de Dezembro de 2010

DE ADMINISTRAÇÃO

MESA E PROVEDOR

Rui António Ferreira da Cunha – Provedor

António Santos Luiz – Vice-Provedor

Odete Maria Costa Laranjeira Farrajota Leal – Vogal da Mesa

Leonor Cristina Cortês Rodrigues Lemos Araújo – Vogal da Mesa

José Pires Antunes – Vogal da Mesa

Manuel João Beatriz Afonso – Vogal da Mesa

António Jorge Martins Barata – Vogal da Mesa

DE CONSULTA

CONSELHO INSTITUCIONAL

Rui António Ferreira da Cunha – Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Maria Alexandra Capela de Carvalho Galaz Pimenta – em representação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

António José Piedade Carmo – em representação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes - em representação do Ministério da Saúde

Rita Magalhães Fernandes - em representação do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos Preto - em representação da área governamental que tutela a administração local

Pedro António José Bracourt Pestana de Vasconcelos – em representação da Irmandade da Misericórdia e de São Roque de Lisboa

Maria de Jesus Simões Barroso Soares - elemento de reconhecido mérito designado pelo Provedor

Padre Vítor José Melícias Lopes - elemento de reconhecido mérito designado pelo Provedor

Carlos Eugénio Raposo Gouveia Pinto - elemento de reconhecido mérito designado pelo Provedor

CONSELHO DE JOGOS

Rui António Ferreira da Cunha – Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Cláudia Sofia Joaquim – em representação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Maria Joaquina Isidoro dos Santos Concruta – em representação do Ministério das Finanças

Nelza Maria Alves Vargas Florêncio – em representação do Ministério da Administração Interna

Manuel Ferreira Teixeira – em representação do Ministério da Saúde

Paulo Jorge Antunes Alves – em representação do Ministério da Educação

Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor – em representação do Ministério da Cultura

Luís Bettencourt Sardinha – em representação da área governamental que tutela o desporto

Susana dos Santos Vasconcelos de Macedo – em representação da área governamental que tutela o comércio e o turismo

DE FISCALIZAÇÃO

CONSELHO DE AUDITORIA

José Henriques Rodrigues Polaco – Presidente, em representação do Ministro das Finanças e da Administração Pública

José Augusto Antunes Gaspar – em representação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Joaquim Manuel da Silva Neves – Revisor Oficial de Contas, nomeado pela tutela

Introdução

Em cumprimento do disposto no artigo 44.º dos Estatutos da Santa casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, apresentam-se as contas e o correspondente relatório das actividades desenvolvidas no decurso do ano de 2010, o 512.º ano de vida desta Instituição.

No cumprimento dos objectivos estatutários e na sequência dos anos anteriores, procurou-se corresponder às necessidades das pessoas que vivem no meio onde a Instituição está inserida, e promover, em simultâneo, a melhoria da estrutura orgânica e a modernização técnica do seu funcionamento, progredindo na eficácia das acções desenvolvidas com o permanente intuito de melhorar o bem-estar da população e com a inerente e indispensável economia de meios.

No segundo ano da vigência dos estatutos, houve que dar continuidade à consolidação da nova estrutura orgânica, imposta pelos citados estatutos, emanados em prol de uma Misericórdia melhor e mais activa.

Deu-se continuidade e reforçou-se o forte investimento nas tecnologias, em particular nas tecnologias de comunicação e informática, importantes, senão mesmo fundamentais, para um efectivo controlo de gestão e para uma melhor comunicação e consequente aproximação dos estabelecimentos e actividades da SCML, que se desenvolvem por cerca de 107 locais distribuídos pela grande Lisboa.

Este processo, em contínuo desenvolvimento, irá permitir a existência de informação actualizada para a promoção das actividades, seja qual for o local onde se realizem, com a consequente melhoria do atendimento e resposta às situações a que a Instituição tem que prestar apoio.

Sendo certo que estas ferramentas são instrumentais para o trabalho que é realizado, tem sido evidente que também possibilita formas diferentes de organização do trabalho e, consequentemente, da própria organização. Como processo dinâmico e interactivo há que acompanhar o seu desenvolvimento com os ajustamentos contínuos, de forma a alcançar, em todas as etapas, o modo mais adequado de prestar os serviços aos cidadãos.

Inovação e empreendedorismo não só são conceitos que urge disseminar na nossa Sociedade; importa, também, associá-los ao nosso trabalho diário no seio da Instituição. Reflectindo e questionando a forma de trabalhar para adoptar acções e métodos mais eficazes, menos complexos e burocráticos.

A responsabilidade de pensarmos o modo como trabalhamos estende-se a todas as áreas da Instituição porquanto, recorde, seja qual for a actividade que cada trabalhador desenvolve, no conjunto, e só no conjunto se pode concretizar o apoio na melhoria do bem-estar das pessoas em particular dos mais desfavorecidos.

A modernização contínua da estrutura orgânica da SCML tem permitido aumentar e melhorar as respostas sociais prestadas pelas diversas áreas de intervenção, o que vem acontecendo há alguns anos.

Sendo certo, como se disse, o crescimento das respostas sociais, realça-se o acordo estabelecido com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) que permite ao Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão receber e reabilitar os beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, pondo fim a uma divergência entre as duas Instituições que se prolongava desde 1991, acordo este que não é apenas o reconhecimento expresso, por parte da ARSLVT, da excelência do trabalho efectuado no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão mas é, também, um passo muito importante e significativo no sentido de uma maior articulação e complementariedade entre as actividades de saúde da nossa Instituição e do SNS, em prol dos cidadãos. Acresce ainda outro Protocolo celebrado entre as duas Instituições que permitiu tratar, no Hospital Ortopédico de Sant'Ana, as crianças e jovens com paralisia cerebral.

O exercício de 2010 permitiu ainda sustentar a quebra de receitas das fontes de financiamento das respostas sociais, designadamente as provenientes dos jogos sociais e da rentabilização do património imobiliário da Santa Casa.

No final do ano, o Orçamento do Estado para o ano de 2011, aprovado pela Lei n.º 55-A/2010 consagrou a cedência durante três anos, renováveis, dos estabelecimentos de gestão directa do Instituto de Segurança Social, I.P., situados no distrito de Lisboa para a Misericórdia de Lisboa. Integrado numa parceria estratégica das duas Instituições, este acto constitui o reconhecimento da qualidade do trabalho desenvolvido pela Santa Casa, Instituição que vê, assim, reforçado o seu papel liderante na prossecução dos objectivos

sociais na construção de uma sociedade mais coesa e solidária e, um parceiro fundamental na promoção das políticas sociais no nosso país.

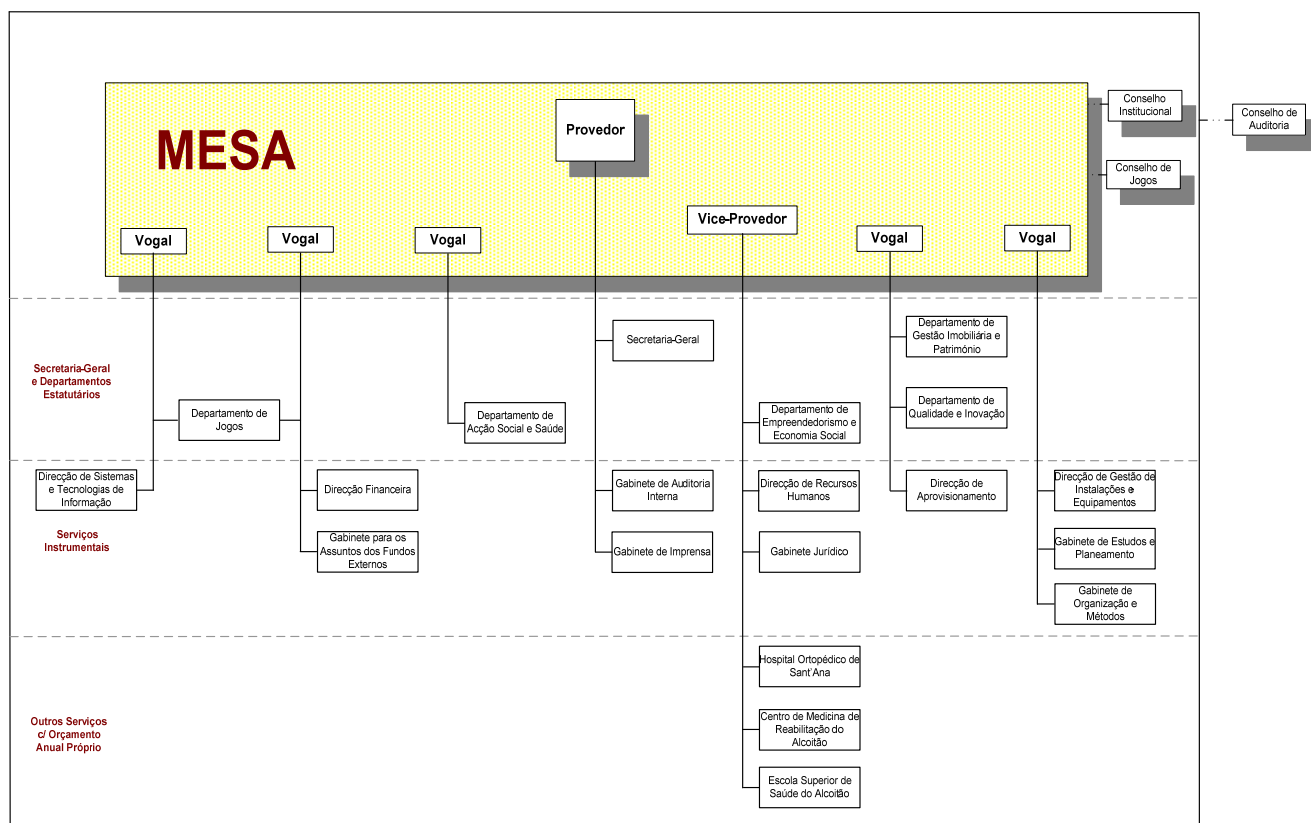
Com a gestão destes estabelecimentos, a Misericórdia de Lisboa passa a ter uma intervenção mais vasta e, em simultâneo, um melhor conhecimento e identificação dos problemas sociais. A nossa experiência vai ficar, assim, muito mais enriquecida.

Neste contexto de mudança e de adequação às novas realidades, realço, reconhecido, o difícil trabalho desenvolvido pelos trabalhadores que todos os dias ajudam a SCML, complementado pela actividade de um vasto número de voluntários, no seu importante trabalho de promoção de uma sociedade melhor.

O Provedor

Rui António Ferreira da Cunha

Organograma



Departamento de Acção Social e Saúde

O Departamento de Acção Social e Saúde (DASS) gere, de forma integrada, os serviços e estabelecimentos de acção social e saúde, promovendo a autonomia e inclusão social, nomeadamente através da prestação de cuidados de saúde e do apoio nas diferentes áreas de intervenção social, identificando a pessoa como um todo.

Actividades Desenvolvidas

APOIO A PESSOAS IDOSAS

A crescente tendência para uma maior diversidade de problemas de âmbito social, familiar e de saúde na população idosa dá origem a um aumento considerável dos níveis de dependência e incapacidade, obrigando a uma prestação de serviços diversificada e de qualidade, no domicílio ou nos Estabelecimentos, procurando promover uma melhor qualidade de vida.

A SCML possui uma rede de Serviços e Estabelecimentos que procura responder à heterogeneidade e diversidade das necessidades e expectativas desta população. Em 2010, foram apoiadas nas valências de idosos 5.120 pessoas.

Quadro nº 1. **Número de utentes por resposta social de idosos**

	N.º de Equipamentos	Capacidade	N.º de Utentes ¹
Apoio Domiciliário	24	2.435	2.979
Centro de Dia	22	1.960	1.811
Lar de Idosos ²	9	290	290
Residência Temporária ³	1	12	30
Residência Assistida	1	10	10
TOTAL ⁴	34	4.707	5.120

Notas:

1 – Corresponde ao nº total de utentes diferentes apoiados no ano.

2 - Considera-se apenas 1 Lar de Idosos na Aldeia de Santa Isabel

3 - Integra 2 lugares de acolhimento temporário na Residência de Campolide.

4 - O número de Equipamentos diz respeito aos equipamentos distintos, independentemente de haver duas ou mais valências a funcionar no mesmo estabelecimento.

Alargar em 6h quinzenais o horário de funcionamento dos Centros de Dia.

Com excepção da Residência Faria Mantero, todos os Centros de Dia aderiram a este projecto, usufruindo do alargamento 29% dos seus utentes.

Com este alargamento de horário pretendeu-se aumentar, melhorar e diversificar o apoio a pessoas idosas, quer durante a semana (fins de tarde), através do aumento do número de horas de funcionamento, quer aos fins-de-semana, organizando actividades culturais, sócio recreativas e ocupacionais, de acordo com as necessidades e interesses dos utentes.

Com a colaboração de voluntários da SCML e das Equipas Interdisciplinares foi possível a realização de actividades sem acréscimo de custos.

A acção, para além de responder a necessidades dos utentes, possibilitou uma maior divulgação da resposta na comunidade.

Assegurar o apoio diurno a idosos isolados, em alimentação e actividades ocupacionais e de combate à solidão.

Foram apoiados 1.811 utentes, dos quais 190 usufruem de serviços e actividades prestadas pelo Centro de Dia e, em simultâneo, do Serviço de Apoio Domiciliário.

Verifica-se um aumento de 4% no número médio de utentes face a 2009, superando a meta estabelecida no respectivo objectivo operacional. Este aumento poderá estar relacionado com a diversificação de actividades que decorreram do prolongamento dos horários, associada à maior procura dos utentes.

O trabalho de articulação e proximidade com Parceiros (internos e externos) foi uma mais-valia ao nível da rentabilização de recursos, permitindo uma prestação de serviços mais diferenciada. O envolvimento de voluntários nas actividades dos Estabelecimentos e a participação dos utentes no planeamento das acções desenvolvidas ao longo do ano contribuíram para inverter a tendência de diminuição dos utentes de Centro de Dia.

Quadro nº 2. Centros de Dia

Centro de Dia / Centro de Convívio	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº Estabelecimentos	22	22	22	0	0%
Capacidade	1.876	1.956	1.960	4	0%
Número de Utentes	1.713	1.743	1.811	68	4%
Frequência Média Diária	1.229	1.294	1.307	13	1%

No conjunto dos serviços e actividades prestados nos Centros, verificou-se um aumento na generalidade dos mesmos, salientando-se a prestação de cuidados pessoais (+ 19% de utentes), justificada pela percentagem de idosos com dependência que frequentam os centros de dia.

As actividades de animação sócio cultural e o almoço em refeitório continuam a ser as que contemplam maior número de utentes.

Quadro nº 3. Utentes de Centro de Dia por tipo de serviço prestado

Serviços / Actividades em Centro de Dia	Valor Anual		Δ 10/09	
	2009	2010	Abs.	%
Utentes c/ almoço no refeitório	1.077	1.115	38	4%
Utentes c/ actividades de Animação Sócio Cultural	1.371	1.379	8	1%
Utentes c/ tratamento de roupa	259	257	-2	-1%
Utentes c/ cuidados pessoais	311	370	59	19%
Utentes c/ outros serviços	529	559	30	6%

Protocolo com o Ginásio Clube Português

No quadro do protocolo de colaboração celebrado com o Ginásio Clube Português e a SCML, cujo objectivo é o reforço do combate ao isolamento social dos idosos e a promoção do envelhecimento activo abarcando simultaneamente a comunidade envolvente, foram desenvolvidas actividades de promoção de estilos de vida saudáveis para 458 pessoas, registando-se um acréscimo de 255 participantes face a 2009.

Assegurar o apoio de Acção Social a pessoas com dependência no seu domicílio através do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Alargar a capacidade de resposta em Apoio Domiciliário através do alargamento da capacidade de 11 estabelecimentos existentes

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social prioritária para a SCML, que tem vindo, ao longo dos anos, a fazer um investimento nesta área. Este serviço tem como objectivo o bem-estar dos utentes, respeitando a sua vontade de permanência no seu domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização, através da prestação de um conjunto de serviços adequados que garantam a satisfação das suas necessidades biopsicossociais.

Pretende-se ainda combater a exclusão e o isolamento social das pessoas idosas que não possuem relacionamento familiar e/ou informal de suporte, promovendo actividades diversificadas no seu domicílio e fomentando, sempre que possível, uma relação próxima entre serviço, utente e família.

Registou-se um aumento da capacidade desta valência em 11 estabelecimentos já existentes, com um acréscimo de 150 lugares.

A par do aumento global de 7% na capacidade, verificou-se, um aumento de 38% no número de utentes. Para este facto contribuiu o prolongamento do horário que a SCML assegura (fins de tarde e fins de semana) e que outras entidades não disponibilizam.

Apesar deste esforço, continua a verificar-se existência de lista de espera, com 32 utentes, mais 9 do que no ano anterior.

Quadro nº 4. **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**

Apoio Domiciliário	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº Serviços de Apoio Domiciliário	24	24	24	0	0%
Capacidade	2.145	2.285	2.435	150	7%
Nº Utentes diferentes (ano)	1.951	2.155	2.979	824	38%
Nº Utentes Admitidos	878	1.038	1.025	-13	-1%
Nº Utentes Saídos	709	784	828	44	6%
Nº Utentes em Lista de Espera	45	23	32	9	39%

Os principais serviços prestados aos utentes continuam a ser a higiene pessoal e o fornecimento de refeições, verificando-se um aumento de 28% no número de utentes com refeição assistida, o que está directamente relacionado com o aumento de situações de isolamento e dependência.

Quadro nº 5. **Utentes de Apoio Domiciliário por tipo de serviço prestado**

Serviço/Actividades em Apoio Domiciliário	Valor Anual		Δ 10/09	
	2009	2010	Abs.	%
Nº Utentes c/ refeição transportada ao domicílio	1.348	1.506	158	12%
Nº Utentes c/ refeição preparada no domicílio	165	207	42	25%
Nº Utentes c/ refeição assistida	400	512	112	28%
Nº Utentes c/ higiene pessoal	1.428	1.585	157	11%
Nº Utentes c/ tratamento de roupa	531	626	95	18%
Nº Utentes c/ diligências externas	678	725	47	7%

Como já referido, registou-se a integração de 190 utentes no denominado regime misto, permitindo aos utentes de SAD com graus de dependência menos acentuados, a integração nas actividades diárias ou esporádicas dos Centros de Dia. A existência de carrinhas adaptadas a pessoas com mobilidade condicionada tem sido uma mais-valia para o apoio a estes utentes na sua integração parcial nos Centros de Dia.

Os idosos que apresentam maior grau de dependência são incentivados a manter o contacto com o mundo exterior através dos meios de comunicação disponíveis (ex: teleassistência e internet) e do contacto com voluntários.

Projecto Partilhar

O Projecto Partilhar é uma experiência piloto que disponibiliza Tecnologias de Informação e Comunicação para idosos do Serviço de Apoio Domiciliário, de forma a diminuir o isolamento, combater a solidão e a infoexclusão. O Projecto abrangeu 20 pessoas no ano de 2010.

Considerando que o perfil dos idosos que beneficiam do Serviço de Apoio Domiciliário se caracteriza por baixa escolaridade e alguma dependência, nem todas as pessoas, ainda que em situação de isolamento, reúnem condições para beneficiar deste Projecto. Os voluntários

enquadrados pelo Serviço de Voluntariado da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa têm ajudado a suprir esta dificuldade apoiando os idosos no uso das novas tecnologias.

Assegurar o apoio a pessoas com dependência e com necessidades de apoio social e de saúde a prestar no seu domicílio através do Apoio Domiciliário Integrado (SADI). Alargar a capacidade de resposta de Apoio Domiciliário Integrado.

Aumentar a oferta de cuidados de saúde através da prestação de cuidados podológicos.

Alargar a consulta de enfermagem de monitorização de doentes diabéticos aos doentes em SADI.

Este Serviço responde no domicílio a indivíduos e famílias, assentando numa articulação e complementaridade entre a dimensão do apoio social e a dimensão dos cuidados de saúde. Trata-se de uma abordagem de intervenção integrada, sustentada por um Plano de Cuidados Individualizados, centrados no utente, valorizando a sua participação.

As equipas prestadoras deste Serviço são compostas por elementos permanentes (enfermeiros, médicos, assistentes sociais e ajudantes familiares) e por profissionais de recurso (nutricionista, fisiatra, fisioterapeuta, entre outros). São ainda mobilizados outros serviços do âmbito dos cuidados de saúde tais como a Podologia, Terapia da Fala, Neuropsicologia e Psicologia Clínica.

Verifica-se que 21 dos 24 SAD's existentes implementaram o SADI.

Esta implementação permitiu que o número de utentes tivesse um crescimento de 115% face ao ano anterior, representando estes, 20,6% do total de utentes do SAD.

Quadro nº 6. Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (SADI)

Serviço de Apoio Domiciliário	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Equipamentos de SADI	7	18	21	3	17%
Utentes Diferentes (ano)	87	285	613	328	115%
Utentes Diferentes (média diária)	n.d.	n.d.	382	-	-
Utentes Avaliados	45	225	404	179	80%
Utentes Admitidos	29	215	377	162	75%
Utentes Saídos	24	45	132	87	193%
Utentes Reavaliados (média trimestral)	37	51	289	238	467%
Reavaliações Conjuntas (Acção Social e Saúde)	141	206	1.196	990	481%
Visitas Individuais - Acção Social	424	542	3.132	2.590	478%
Visitas Individuais - Saúde	2.231	3.542	9.662	6.120	173%
Visitas Individuais - Total	2.655	4.084	12.794	8.710	213%
Visitas Conjuntas (Acção Social e Saúde)	156	325	753	428	132%

Assegurar o acolhimento residencial e a prestação de cuidados pessoais e de saúde a pessoas idosas.

Os Lares da SCML são estruturas residenciais de utilização permanente para os idosos em situação de dependência, isolamento e vulnerabilidade socioeconómica.

Em 2010, salienta-se a melhoria da qualidade nas dinâmicas dos Lares, com o aumento da cobertura dos cuidados de saúde através da ampliação do horário do pessoal de enfermagem, com o investimento na formação interna das Ajudantes de Lar e Centro de Dia e com o recurso ao voluntariado no apoio à realização de algumas actividades de interesse para os residentes.

Com o objectivo de contribuir para uma prestação de cuidados de qualidade aos utentes, foi elaborado um manual de procedimentos para esta resposta social, que sistematiza e harmoniza as etapas e os procedimentos a adoptar pelos profissionais envolvidos, bem como define as respectivas funções e responsabilidades.

Houve uma maior procura da vaga de Emergência (13 utentes admitidos) relativamente a 2009 (5 utentes), devido ao elevado número de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Quadro nº 7. **Número de Utentes em Lares de Idosos**

Lares de Idosos	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Capacidade Global *	293	294	291	-3	-1%
N.º Médio Utentes	274	288	290	2	1%
Lista de Espera	112	148	121	-27	-18%

* Inclui 1 lugar de emergência.

Nota: A lista de espera não tem nenhuma pessoa idosa que necessite de integração imediata em lar, mas sim pessoas que manifestaram desejo/vontade de integrar um lar de administração directa da SCML, uma vez que esta instituição apoia economicamente pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica e com dependência em lares privados lucrativos.

Residência Temporária

A Residência Temporária consiste numa estrutura de acolhimento para pessoas adultas em situação de dependência, ou cuja situação apresente uma problemática psico-social que não permita outro tipo de resposta, por um período de tempo limitado (3 meses no máximo).

Embora esta resposta social tenha como principais objectivos proporcionar a reabilitação da pessoa idosa e o descanso em contexto de impossibilidade temporária do familiar/cuidador principal do idoso, surgem quotidianamente outro tipo de situações de carácter urgente e inadiável, que exigem resposta imediata.

A SCML tem uma Residência Temporária integrada no Centro Social Polivalente de S. Cristóvão e S. Lourenço para 10 utentes, tendo ainda mais dois lugares temporários na Residência de Idosos de Campolide.

Em 2010, foram prestados serviços a 30 utentes, sendo a capacidade simultânea de 12.

Quadro nº 8. **Utentes em lugares de Residência Temporária**

Residência Temporária	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº Residências Temporárias	1	1	1	0	0%
Capacidade *	10	12	12	0	0%
Nº Médio de Utentes	19	26	30	4	15%

* Inclui 2 lugares de acolhimento temporário na residência de Campolide.

Residência Assistida

A Residência Assistida Carlos da Maia proporciona alojamento a seniores que, apesar de autónomos nos actos da vida diária e poderem permanecer no seu meio natural de vida, têm problemas habitacionais e sociais.

A Residência permite um novo modelo de integração e socialização, visto que as actividades diárias são partilhadas, existindo uma interacção de todos os residentes, no plano social e afectivo, com o intuito de criar uma rede relacional alternativa ou complementar à família, bem como um ambiente de segurança e bem-estar.

A capacidade deste Estabelecimento é de 10 lugares e teve ao longo do ano uma taxa de ocupação de 100%.

Prestar apoio aos utentes de SAD através do Contact Center

A percentagem de grandes idosos na cidade de Lisboa tem vindo a aumentar (Censos de 2001 e projecções para 2011 do INE), verificando-se, em simultâneo, a intensificação das problemáticas do isolamento social e da solidão e situações de dependência.

Para responder a esta realidade foi implementado o projecto “Contact Center: dialogar para combater a solidão”, dirigido a utentes do serviço de Apoio Domiciliário da SCML. Em 2010, o Contact Center alargou o seu âmbito às restantes áreas de intervenção da Acção Social proporcionando um serviço de escuta activa, informação e acompanhamento de forma articulada com os Serviços de Acção Social Local, que funciona 24 h por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, permitindo sinalizar atempadamente situações de risco ou de emergência e quebrar o isolamento das pessoas que dele beneficiam.

Até ao final de 2010, foram apoiadas 526 pessoas, não só idosos utentes dos Serviços de Apoio Domiciliário, como também idosos dos Centros de Dia, que residem sozinhos ou com rede de suporte familiar insuficiente ou inexistente.

Assegurar a actividade de um Banco de Ajudas Técnicas.

O Banco de Ajudas Técnicas (BAT) possibilita agir na prevenção de acidentes e/ou agravamento de complicações, de forma a proporcionar maior autonomia e a melhoria da qualidade de vida dos utentes que se encontram nos seus domicílios.

Durante o ano, encontravam-se cedidas, em situação de empréstimo, 787 Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio, correspondendo a um total de 504 utentes com apoio. Novas situações surgidas durante o ano implicaram a cedência de 356 ajudas a 231 novos utentes.

O BAT prestou apoio, ao nível da informação/formação, a cuidadores formais e informais, designadamente a 69 Ajudantes Familiares dos Serviços de Apoio Domiciliário da SCML, realizando 11 acções de formação sobre o funcionamento, manutenção e utilização de Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio.

Quadro nº 9. **Banco de Ajudas Técnicas (BAT)**

Banco de Ajudas Técnicas	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº de pedidos respondidos	85	159	144	-15	-9%
Nº de utentes apoiados	73	273	504	231	85%
Nº de Ajudas Técnicas cedidas	151	556	787	231	42%
Nº de visitantes	782	492	692	200	41%

Quanto ao número de Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio cedidas, estas têm vindo a ter um crescimento contínuo desde a criação do BAT, tendo-se verificado um aumento de 42% face a 2009.

As Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio mais solicitadas em 2010 foram as de agilização da mobilidade (39%), seguidas das de conforto e posicionamento (34%).

O número de visitantes aumentou 41% face a 2009.

Desenvolver a actividade do Observatório do Envelhecimento.

A acentuada tendência de envelhecimento da população da cidade de Lisboa conduz à necessidade de um conhecimento aprofundado do perfil dos idosos, no sentido de uma maior adequação da resposta da Santa Casa às necessidades.

Nesse sentido, destaca-se a colaboração de dois estudos distintos:

- Estudo sobre as práticas de promoção de Envelhecimento Activo nos Centros de Dia da SCML na perspectiva do uso do tempo livre e lazer, que teve como objectivo conhecer, sistematizar e analisar as práticas desenvolvidas nos Centros de Dia da SCML com vista à promoção do Envelhecimento Activo;
- Estudo da prática de promoção dos direitos dos idosos em Lares da SCML na perspectiva dos residentes, que visou complementar o estudo realizado em 2009 sobre a mesma temática.

Actualizou-se a informação georeferenciada (com base em tecnologias de informação geográfica) relativa à generalidade dos equipamentos da SCML e, em particular, daqueles que visam o apoio aos idosos, conforme Carta Social de 2010.

Foi criada uma base de dados de Cartografia relativa ao fenómeno do Envelhecimento e da actividade da SCML na área de idosos.

No final de 2010, encontravam-se estruturados 4 grupos temáticos de cartografia: caracterização demográfica do concelho de Lisboa; caracterização da oferta de respostas sociais no concelho de Lisboa; caracterização da procura; caracterização da população utente da SCML.

Ainda no âmbito das actividades do Observatório do Envelhecimento releva-se a publicação de um artigo na revista Cidade Solidária sob o tema “Da Investigação à Intervenção - Sistemas de Informação Geográfica e Acção Social”.

Incrementar a produção de resultados em saúde do Centro de Avaliação Geriátrica e Recursos Gerontológicos (CAGRG).

Como estrutura de saúde prestadora de cuidados ao idoso, o CAGRG deu continuidade à identificação e caracterização da situação dos seus utentes idosos, nas suas diversas vertentes (física, psicológica e social), através das Avaliações Funcionais Globais e de Clínica Integrada, com recurso ao Relatório Final Integrado (RFI), instrumento potenciador de uma análise mais completa das necessidades globais do idoso.

Em 2010, registou-se um aumento da actividade global do CAGRG, não obstante a diminuição do nº de utentes inscritos. Aumento mais significativo ao nível do nº de relatórios finais integrados (406%) sendo igualmente de referir o acréscimo de Consultas e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (ambos com um aumento de 24%).

Quadro nº 10. **Utentes inscritos / Avaliações / Relatórios Produzidos**

	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008*	2009	2010	Abs.	%
Utentes inscritos	562	604	555	-49	-8%
Avaliações funcionais globais	489	509	556	47	9%
Relatórios finais integrados	-	96	486	390	406%
Consultas	2.054	2.463	3.047	584	24%
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	2.352	2.170	2.694	524	24%

*Abril a Dezembro

Também como forma de potenciar a actividade do Centro foi alterado o horário de realização das avaliações (Funcional Global e de Clínica Integrada), passando a existir um período mais tardio (11h00), no sentido de facilitar a ida dos utentes beneficiários de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Em 2010, prosseguiu-se com regularidade a realização de reuniões de formação destinadas a profissionais de saúde e de acção social da SCML, e de sessões de esclarecimento e sensibilização para cuidadores formais e informais.

Realça-se ainda a implementação de duas práticas inovadoras:

- Registo sistemático da aceitação por parte do utente do plano de consultas de especialidade proposto na 1ª consulta de Medicina Interna;
- Integração da Escala de Depressão Geriátrica e do Questionário Sobre Maus-tratos a Idosos na bateria aplicada de indicadores da Avaliação Funcional Global.

Em 2010, fruto de uma reorganização interna do CAGRG, foi possível aumentar o nº de relatórios finais integrado concluídos em 406%.

O CAGRG planeou e executou 2 trabalhos de investigação: um sobre *factores de risco de quedas* e outro sobre a *caracterização do perfil biopsicossocial e de saúde dos utentes nos diversos contextos assistenciais* (apoio domiciliário, institucionalização e ambulatório). Estes trabalhos transitaram para 2011, estando em fase final de execução.

APOIO À FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Promover através dos Roteiros de Saúde para Imigrantes acessibilidade dos cidadãos mais carenciados aos recursos de saúde disponíveis no território em que vivem, procurando dotar as comunidades da informação e do conhecimento necessários para que cuidem da sua saúde e melhorem a sua vida.

Tendo por base o Relatório “O Estado da Arte em Portugal”, elaborado pelo Centro de Estudos Geográficos - U.L. no âmbito da Rede MIGHEALTHNET – Information Network on Good practice in Health Care Migrants and Minorities in Europe e os dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que realçam a importância da acessibilidade aos cuidados de saúde à população imigrante, foi concebido o projecto Roteiros de Saúde para Imigrantes.

É um Projecto co-financiado pelo Alto Comissariado da Saúde e cujos parceiros da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa são a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Inter-Cultural (ACIDI).

Os Roteiros têm como objectivos: promover a proximidade e a acessibilidade da população imigrante mais desfavorecida aos recursos de saúde e sociais disponíveis no território em que vivem, trabalham ou circulam, activar a rede de parceiros locais, fomentar um clima de confiança entre os parceiros locais e as comunidades imigrantes e, ainda, desenvolver acções de promoção da Saúde e protecção da doença.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), através do seu Departamento de Acção Social e Saúde (DASS), e um conjunto vasto de parceiros levaram a efeito, durante o ano

de 2010, quatro Roteiros de Saúde para todos os Imigrantes, subordinados ao tema da Saúde Respiratória e da Saúde Materno – Infantil. Os dois primeiros Roteiros decorreram na zona geográfica de Benfica, Carnide e S. Domingos de Benfica; os dois últimos decorreram nas freguesias de Beato e Marvila. Durante os Roteiros foram abordados os seguintes aspectos: a equidade no acesso, a importância da vigilância de saúde e acompanhamento das mulheres grávidas e das crianças, a utilização adequada dos recursos em saúde, o direito aos cuidados de saúde por parte dos imigrantes e a promoção da saúde respiratória.

Os Roteiros de Saúde têm vindo a abranger cada vez mais imigrantes, parceiros e técnicos, contribuindo para a promoção da saúde dos seus destinatários.

Quadro nº 11. **Actividades e Participantes nos Roteiros de Saúde**

Descrição	Actividades	Participantes
Rastreios	4	549
Acções de Informação /Sensibilização	62	1.048
Acção de formação para Técnicos (ACIDI)	4	141
Acções de Formação (Parceiros)	2	70
Atendimento Social/Encaminhamento	23 dias	160
Total participantes	---	1.968

Assegurar o funcionamento da rede de estabelecimentos de 1.ª infância.

Creche

A SCML, através da sua rede de Estabelecimentos de Infância, continuou a responder às necessidades de acolhimento de 1.ª infância das famílias socialmente mais desfavorecidas da cidade de Lisboa, assumindo um papel fundamental na prevenção precoce de situações de risco sócio educativo.

Contemplando nos seus Projectos Educativos actividades integradoras de todas as culturas, as 26 Creches da SCML abrangeram, em média, 1.112 crianças e apoiaram um total de 1.813 crianças diferentes.

Quadro nº 12. Utentes em Creche

Creche	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº Equipamentos	26	26	26	0	0%
Capacidade	1.154	1.167	1.158	-9	-1%
Nº Médio de Utentes	n.d.	1.110	1.112	2	0%
Número Utentes Diferentes	1.117	1.681	1.813	132	8%
Frequência Média Diária	892	918	909	-9	-1%
Lista de Espera	1.354	1.567	1.078	-489	-31%
Taxa de Ocupação	97%	95%	96%	-	-
Capacidade de Resposta	45%	52%	63%	-	-

Em 2010, procedeu-se à regularização de capacidades em diversas creches, a qual implicou uma diminuição de 29 lugares. Esta diminuição foi parcialmente compensada com a reconversão de salas de jardim de infância em salas de creche, que promoveu o acréscimo de 20 lugares.

Constata-se uma variação positiva no número de utentes diferentes e um decréscimo na frequência média diária, o que significa uma maior rotação de utentes e exige uma intervenção mais célere das equipas interdisciplinares no sentido de avaliarem e seleccionarem novas crianças. As causas desta mobilidade poderão estar associadas ao regresso de população imigrante ao seu país de origem e ao aumento de desemprego feminino de longa duração.

Assinala-se uma redução significativa de crianças em lista de espera (-31%), que contraria a tendência dos últimos anos.

Creche Familiar

Esta resposta social registou um acréscimo da sua capacidade efectiva (8%), resultado do contínuo investimento na divulgação da resposta e no recrutamento de amas.

No entanto, apesar dos evidentes progressos persistem, em certas zonas da cidade, algumas dificuldades no processo de recrutamento e selecção de amas, pelo que a taxa de ocupação é de 78% face à capacidade instalada e o rácio utentes/ama se fica pelos 3,3 valor aquém do referencial normativo máximo de 4 crianças por ama.

Quadro nº 13. Utentes em Creche Familiar

Creche Familiar	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº Equipamentos	7	7	7	0	0%
Nº Amas	69	75	82	7	9%
Capacidade	289	320	345	25	8%
Nº Médio de Utentes	n.d.	246	271	25	10%
Número Utentes Diferentes	236	385	409	24	6%
Frequência Média Diária	174	203	223	20	10%
Lista de Espera	149	187	161	-26	-14%
Taxa de Ocupação	82%	77%	78%	-	-
Capacidade de Resposta	61%	67%	72%	-	-

Deu-se continuidade à qualificação do trabalho das amas através de um processo contínuo de formação, quer em contexto de trabalho, quer em contexto de sala, visando a promoção e actualização de conhecimentos nas diferentes áreas de intervenção sociopedagógica e cultural, merecendo particular menção a realização do 1º Encontro de Creches Familiares da SCML.

Assegurar o funcionamento de um recurso alternativo e com carácter transitório, de acolhimento diurno para crianças em risco -1ª infância – “Projecto Pé ante Pé”.

O Projecto Pé Ante Pé, inserido no Acolhimento Social das freguesias da Charneca, Ameixoeira e Lumiar, continuou a assegurar uma intervenção socioeducativa de carácter precoce, multidisciplinar e sistemático junto de famílias com crianças dos 0 aos 3 anos em situação de risco.

Foram intervencionadas 25 famílias diferentes, num total de 104 elementos. Em termos médios, verificou-se um aumento do número de famílias abrangidas face a 2009 (a média anual passou de 20 para 22).

Por insuficiência de vagas nas EAFJCJR (Equipas de Apoio à Família com Crianças e Jovens em Risco), houve um acréscimo significativo das sinalizações efectuadas pelo atendimento social. À semelhança de anos anteriores foram assinaladas situações onde se identificaram indicadores de negligência e défice de competências parentais e a necessidade de avaliação e aprofundamento de diagnóstico.

Criação de respostas atípicas para a infância.

Foi desenvolvido na DIASL Oriental, enquadrado pelo CAI Dr. Domingos Barreiro, o Projecto de Baby Sitting Social. No final de 2010, esta resposta social tinha 11 baby-sitters em exercício de funções, prestando serviços de apoio diversificados e complementares a 15 agregados familiares e abrangendo 19 crianças dos 6 meses aos 10 anos.

Assegurar o funcionamento da rede de estabelecimentos de 2.ª infância.

O plano das actividades e projectos pedagógicos da rede de estabelecimentos de 2ª infância da SCML baseiam-se nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar do Ministério de Educação e valorizam uma aprendizagem dinâmica, onde toda a comunidade educativa é convidada a participar.

Em 2010, registou-se uma diminuição de 200 lugares nesta valência, motivada pelo alargamento da rede pública de Jardins de Infância da cidade de Lisboa.

O facto desta diminuição de lugares disponíveis ter ocorrido maioritariamente no 4º trimestre justifica um número de utentes anual superior ao número de lugares disponíveis no final do ano e, consequentemente, uma taxa de ocupação final superior a 100%. A taxa média de ocupação trimestral foi de 94%.

As listas de espera continuaram a tendência de diminuição dos últimos anos, de forma especialmente expressiva (- 70%). As listas de espera são compostas essencialmente por crianças de 3 e 4 anos que a Rede Pública de Jardins de Infância da cidade de Lisboa ainda não absorve, apesar do seu alargamento.

Quadro nº 14. **Utentes em Jardim-de-infância**

Jardim-de-infância	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
N.º Jardins-de-infância	21	20	17	-3	-15%
Capacidade	990	965	765	-200	-21%
Número Médio Utentes	n.d.	929	843	-86	-9%
Número Utentes Diferentes	977	1.423	1.360	-63	-4%
Frequência Média Diária	799	760	690	-70	-9%
Lista de Espera	283	233	71	-162	-70%
Taxa de Ocupação	99%	96%	110%	-	-
Capacidade de Resposta	78%	86%	95%	-	-

Desenvolver actividades de animação sociocultural e recreativa para jovens visando a formação e desenvolvimento de valores para a cidadania e potenciando a sua inserção Educativa e profissional.

A intervenção realizada no âmbito desta resposta está estruturada em actividades diversificadas, que procuram ir ao encontro das expectativas e necessidades dos adolescentes e jovens apoiados, de forma a contribuir para a minimização de factores que potenciam comportamentos e atitudes de risco, dificuldades de aprendizagem, insucesso, absentismo e abandono escolar, actuando ao nível da prevenção primária.

Em 2010, as actividades de animação socioeducativa e cultural foram desenvolvidas por 7 equipamentos sociais, tendo a tendência de aumento do número de utentes apoiados continuado a registar-se (+7%).

Quadro nº 15. **Animação socioeducativa e cultural**

Animação Sócio-Educativa e Cultural	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
N.º "Locais" de Animação	7	7	7	0	0%
Número de Acções	72	77	74	-3	-4%
Capacidade	255	285	285	0	0%
Capacidade Global	580	580	580	0	0%
Número Médio Utentes	618	662	706	44	7%
Frequência Média Diária	203	221	221	0	0%
Lista de Espera	6	15	12	-3	-20%
Capacidade de Resposta	99%	98%	98%	-	-

Acolher crianças e jovens no período de encerramento dos estabelecimentos de modo a assegurar à família e à criança e jovem um suporte adequado no mês de Agosto.

No contexto do trabalho desenvolvido na área da Infância e Juventude, face à inexistência de rede social de apoio no período de encerramento dos estabelecimentos e a relevância que tem assumido a problemática dos menores em risco, foi sentida a necessidade de proporcionar às famílias uma resposta alternativa de acolhimento de crianças durante o mês de Agosto.

As actividades decorreram diariamente durante o mês de Agosto, com o envolvimento da maioria dos estabelecimentos de infância da SCML, tendo abrangido no total 289 crianças (159 de Creche e 130 de Jardim de Infância).

Intervir junto de famílias visando o desenvolvimento e a mobilização de competências pessoais, sociais e parentais.

As equipas integradas em equipamentos específicos, designadamente o Centro de Apoio Familiar (CAF) do Bairro Alto, o Serviço de Apoio a Famílias e Comunidade (SAFC) da Boavista e o Serviço de Apoio a Famílias (SAF) da Charneca apoiaram em 2010 um total de 208 famílias abrangendo 503 crianças. Esta acção foi desenvolvida em parceria com as EAFCJR e/ ou outras entidades nas comunidades em que estes equipamentos estão sediados, procedendo à disseminação de boas práticas no âmbito de programas de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais, junto das famílias com crianças em perigo.

Nos programas implementados constam, além da formação parental, workshops temáticos, ateliers para desenvolvimento de competências profissionais e alfabetização.

Os programas direccionados para as crianças e jovens, foram estruturados tomando em consideração as fases de desenvolvimento da personalidade, pelo que abrangeram grupos de crianças em idade escolar (1º ciclo), pré-adolescentes, adolescentes e jovens.

Assegurar o funcionamento de equipas locais de estudo e acompanhamento de crianças e jovens em risco e suas famílias.

As EAFCJR são equipas multidisciplinares integradas nas DIASL's, destinadas a acompanhar as situações de crianças e jovens em perigo, nomeadamente com processo na Comissão de Protecção ou no Tribunal, bem como assegurar os actos materiais de execução das medidas aplicadas em meio natural de vida, quando a execução da medida for da competência da SCML.

As famílias acompanhadas pelas EAFCJR apresentam características multi-problemáticas que carecem de apoios externos, atendendo a que um ou mais dos seus elementos, sobretudo os pais, revelam insuficiências graves e persistentes no desempenho das funções

familiares, com repercussão no desenvolvimento familiar, designadamente das crianças e jovens.

Durante o ano, foram acompanhadas pelas 16 EAFCJR em funcionamento uma média de 996 famílias, ou seja, mais 74 famílias que em 2009.

Quadro nº 16. **Ações de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Perigo – Equipas estruturadas**

Descrição	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Número de Equipas Estruturadas	15	16	16	0	0%
Número de Famílias Sinalizadas	248	290	345	55	19%
Número de Crianças Sinalizadas	511	564	636	72	13%
N.º Médio Anual Famílias Acompanhadas	856	922	996	74	8%
N.º Famílias Diferentes Acompanhadas	-	1.058	1.283	225	21%
N.º Médio Anual Crianças Acompanhadas	1.927	2.053	2.110	57	3%
N.º Crianças Diferentes Acompanhadas	-	2.448	2.360	-88	-4%
N.º de Casos Concluídos com êxito	129	87	159	72	83%
N.º de Casos Abandonados	2	0	0	-	-

No total, foram acompanhadas pelas EAFCJR 1.283 famílias diferentes com 2.360 crianças/jovens em perigo. Em números médios, o número de famílias acompanhadas registou um acréscimo, face ao ano anterior.

No entanto, a actividade de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Risco, desenvolvida pela Misericórdia de Lisboa, não se esgota na actividade desenvolvida pelas EAFCJR. O Atendimento/Acolhimento Social acompanhou 1.746 famílias diferentes ao longo do ano, num total de 2.855 crianças acompanhadas, valores que representam respectivamente 58% e 55% do total de famílias e de crianças e jovens acompanhados nesta valência pela Misericórdia de Lisboa.

Em termos globais, nesta resposta social, embora se tenha verificado um acréscimo no número total de famílias sinalizadas (14%), a problemática das crianças e jovens em perigo não se agravou, dado que o número de crianças e jovens sinalizados decresceu (-3%), em resultado da diminuição do número de crianças/jovens por família. O número médio de crianças por família registado em 2009 foi de 1,9 sendo de 1,6 em 2010.

Face a 2009, registou-se um acréscimo de 43% no número global de casos concluídos com êxito e o decréscimo de 31% no número de famílias que não aceitaram a intervenção ("casos abandonados").

A negligência representou 35% dos casos, continuando a ser a problemática mais frequente nas situações acompanhadas de crianças e jovens em risco, seguida pelos maus-tratos físicos e psicológicos (8%) e pelo abandono escolar (6%).

Apoiar o trabalho das 4 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e fomentar a articulação quer com os recursos locais quer com o Tribunal de Família e Menores de Lisboa visando a maior eficácia no âmbito da promoção e protecção das crianças e jovens.

A SCML deu continuidade à sua representação nas quatro Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa, mantendo um Técnico cooptado, em tempo integral, por Comissão.

Reforçou-se a articulação e colaboração das DIASL com as CPCJ competentes dentro do seu âmbito geográfico, não só através da presença para subscrição de Acordos de Promoção e Protecção de medidas aplicadas em meio natural de vida, mas também através do cumprimento dos prazos estabelecidos para remessa dos relatórios de avaliação diagnóstica e de avaliação da execução da medida aplicada solicitados.

Colaborar e prestar Apoio Técnico ao Tribunal de Família e Menores de Lisboa (EATTL) nas decisões referentes a situações de menores em perigo do Concelho de Lisboa – 1.108 processos.

A EATTL é uma equipa multidisciplinar da SCML que, desde Janeiro de 2004, presta assessoria e apoio técnico ao Tribunal de Família e Menores de Lisboa no âmbito dos processos de promoção e de protecção judiciais. Constituída em finais de 2003, por força do Protocolo celebrado com o ISS, IP/ Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, desenvolve a sua actividade na promoção e protecção das crianças e jovens em perigo, de acordo com o estipulado na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro (LPCJP) e em estreita articulação com as equipas das DIASL e DIADIJ.

Intervém por solicitação judicial do TFM Lisboa e as suas atribuições são as que constam do Decreto-Lei nº 332-B/2003 de 23 de Outubro.

Em 2010, a EATTL recebeu 2.845 pedidos de apoio técnico, o que se traduz num acréscimo de 12% face a 2009. No mesmo período, o aumento de 18% no número de processos

entrados corresponde a um aumento de 15% do número de crianças com processo de promoção e protecção judicial em curso.

A diminuição de 10% no número de arquivamentos dependentes de decisão judicial, face a 2009, aliado ao tempo de duração das medidas aplicadas (18 meses), teve como consequência um aumento de 24% no número de processos activos.

Quadro nº 17. **Síntese da actividade da EATTL**

Equipa de Apoio Técnico ao Tribunal de Lisboa (EATTL)	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº processos entrados no período	354	353	418	65	18%
Nº crianças abrangidas pelos processos entrados	513	514	591	77	15%
Nº de pedidos de apoio Técnico	2.462	2.541	2.845	304	12%
Nº de processos em acompanhamento no período	746	916	1.103	187	20%
Nº processos activos	794	927	1.146	219	24%
Nº processos arquivados	135	220	199	-21	-10%

Os resultados do inquérito de avaliação do trabalho desenvolvido pela EATTL, aplicado aos Magistrados do Ministério Público do TFM Lisboa, apontam para a objectividade e clareza dos relatórios elaborados e adequação das medidas propostas.

Acolher e Apoiar o desenvolvimento social e educativo de crianças e jovens: em lares, Centros de Acolhimento e Observação Temporários e Residência de Autonomização da SCML.

Na salvaguarda do superior interesse da criança, visando a sua protecção e promoção dos seus direitos, conforme o princípio orientador que rege as acções desenvolvidas pela SCML, a actividade da DIADIJ centrou-se na prestação de um serviço de acolhimento de qualidade que visa promover e criar condições para um desenvolvimento pessoal integral de cada criança e jovem como ser único, responsável e agente da sua própria mudança, no princípio da inserção social e familiar e visando o exercício pleno da sua cidadania.

Em 2010, a DIADIJ assegurou o acolhimento e desenvolvimento sócio-educativo a uma média de 292 crianças e jovens, num total de 385 crianças e jovens diferentes (286 que integravam o sistema de acolhimento a 1 de Janeiro, mais 99 novas admissões).

Quadro nº 18. Utentes por Recurso

Respostas sociais	Nº Equipam. / Recursos			Capacidade			Nº Médio de Utentes		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
CAOT	2	2	2	60	60	51	58	48	44
Lares	12	12	12	238	226	234	248	249	223
Residência de Pré-Autonomização	2	2	2	14	14	14	13	13	12
Residência de Autonomização	2	4	4	6	13	13	6	10	13
Total	18	20	20	318	313	312	325	320	292

Foi assegurada a resposta a todos os pedidos de acolhimento institucional de crianças dos 0 aos 6 anos que foram efectuados dentro do âmbito de intervenção da SCML, bem como aos pedidos de situações de emergência até aos 8 anos, de acordo com o protocolo do sistema de acolhimento de emergência na cidade de Lisboa.

Quadro nº 19. Pedidos de Acolhimento Institucional / Familiar

Pedidos de Acolhimento Institucional	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
N.º Pedidos Total	202	138	135	-3	-2%
Do âmbito da SCML	123	106	100	-6	-6%
Fora do âmbito da SCML	79	32	35	3	9%
Nº Desistências	11	2	1	-1	-50%
Nº Encaminhamentos:					
Para CAO da SCML	114	103	100	-3	-3%
Para Acolhimento Familiar	0	0	0	0	-
Para Lar da SCML	1	1	0	-1	-100%
Para Outras Instituições	0	0	0	0	-
Nº Admissões efectivas	108	104	99	-5	-5%

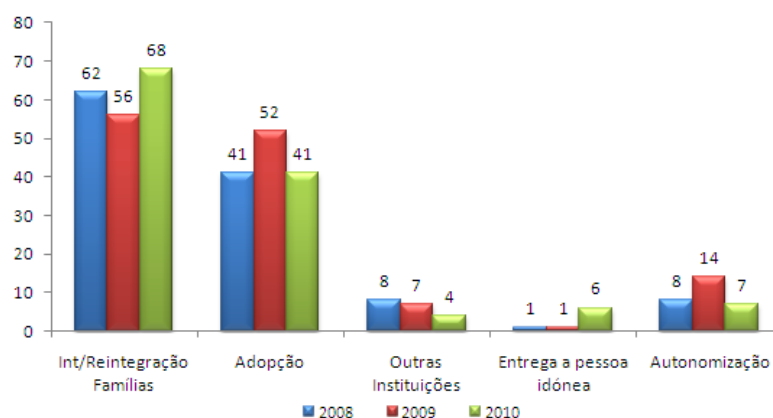
Do universo das 99 crianças admitidas, 28 crianças integraram o grupo etário dos 0 aos 6 meses e 27 crianças dos 3 aos 5 anos. Verifica-se um ligeiro decréscimo no número de admissões no último triénio, salientando-se que as crianças com idades mais precoces (0 aos 35 meses) são as que apresentam uma maior incidência de acolhimentos (54%).

As admissões em situação de emergência, cujo âmbito de abrangência vai até aos 8 anos de idade, diminuíram face a 2009. As crianças com idade até 3 anos representaram 57% do total das admissões nesta situação.

Os motivos para o acolhimento institucional continuam a revelar contextos familiares desestruturados e desestruturantes, com acumulação de riscos psicossociais.

Em 2010, concretizaram-se 126 Projectos de Vida, resultando numa taxa de desinstitucionalização de 32%. Refira-se ainda que 96% das crianças tiveram o seu Projecto de Vida concretizado no prazo máximo de 6 meses.

Gráfico nº 1 **Projectos de Vida**



Comparando os dados do triénio, no que respeita aos Projectos de Vida concretizados, verifica-se um aumento de Int/Reintegração Familiar e integração junto de pessoa idónea/terceira pessoa. De referir que, do total das 99 crianças admitidas em CAOT no período em análise, 22 (22%), já se encontram, de novo, em meio natural de vida.

Promover a adopção de crianças em situação de adoptabilidade (Serviço de Adopção).

O Serviço de Adopção tem por missão promover a família adoptiva como meio afectivo, acolhedor, integrador e reparador, para as crianças privadas de meio familiar.

O modelo subjacente ao actual sistema familiar adoptivo é o Modelo Necessidades/Capacidades. O desenvolvimento deste modelo levou à construção de um Plano de Formação Parental para a Parentalidade Adoptiva, cujas fases A e B entraram em

funcionamento em 2010, tornando obrigatória a formação de candidatos nas várias fases do processo de adopção.

Assim, o Serviço de Adopção passou a ter, desde Janeiro de 2010, três funções essenciais e obrigatórias visando a construção da família adoptiva: estudar e seleccionar candidatos para adoptar; integrar e acompanhar em pré-adopção as crianças com projecto de adopção; realizar a Formação Parental para a Adopção em todas as fases do processo de adopção.

Em 2010, foram avaliadas 64 famílias, sendo que o tempo decorrido entre a candidatura e a sua aprovação foi de 4,2 meses.

Crianças com Projecto de Adopção

Foram sinalizadas ao Serviço de Adopção 59 crianças, 50 das quais com decisão de adoptabilidade decretada (-18% face a 2009). Das 50 crianças com decisão de adoptabilidade, 15 não têm Resposta Familiar Adoptiva (depois de cumpridos os procedimentos em 2010), 28 foram integradas em pré-adopção e 7 transitam para 2011 a aguardar família.

Quadro nº 20. **Serviço de Adopção**

	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
Nº Adopções decretadas	46	41	56	15	37%
Nº Dec. Judiciais adoptabilidade decretadas	88	61	50	-11	-18%
Nº Famílias inscritas para adopção	51	78	57	-21	-27%
Nº Famílias seleccionadas para adopção	52	60	48	-12	-20%
Nº Famílias cand. adopção selec. em lista espera	124	111	116	5	5%
Nº Crianças a aguardar família adoptiva	39	31	7	-24	-77%
Nº Crianças integradas em período de Pré adopção	55	72	57	-15	-21%
Nº Crianças acompanhadas em Pré-adopção	38	50	27	-23	-46%

O número de adopções decretadas, num total de 56, registou um aumento de 37% relativamente a 2009.

Em 2010, foram integradas em pré-adoção 57 crianças, 35 das quais em 31 famílias estudadas e seleccionadas pela SCML e 22 em famílias seleccionadas por outros serviços de adopção.

Quatro das crianças integradas provêm de outros serviços de adopção: Madeira, Setúbal e Guiné. O distrito de Lisboa foi a zona geográfica para onde saíram mais crianças. Os outros destinos incluem os distritos do Porto, Aveiro, Leiria e Bragança.

Das crianças integradas em pré-adoção, a maioria têm mais de 4 anos de idade, é do género masculino e não apresentava problemas de saúde.

Em 2010, o tempo médio entre a institucionalização e a adopção manteve-se nos cerca de 3 anos. Salienta-se que o tempo médio respeita a todas as crianças integradas em pré-adoção que se encontravam em situação de adoptabilidade no ano 2010, bem como as transitadas de anos anteriores (concretamente, de 2006, 2007, 2008 e 2009), o que agrava a contabilização do tempo de institucionalização.

Famílias com Projecto de Adopção

No final de 2010, encontravam-se em lista de espera para adoptar 116 candidaturas (75 casais e 41 singulares) num total de 191 candidatos à adopção. A variação no triénio é pouco significativa, verificando-se um aumento de 5% face a 2009.

A maioria dos candidatos prefere crianças caucasianas. Segue-se um grupo também significativo de candidatos que mostra abertura a outras etnias. O terceiro grupo com significado não tem preferência na etnia das crianças.

Formação Parental

A Formação Parental para a Adopção ganhou um impulso significativo em 2010, devido à execução do Plano de Formação para a Adopção, construído sob a égide do Instituto da Segurança Social, no âmbito de um protocolo de cooperação com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Minho e com a colaboração da SCML e da Associação Bem Me Queres.

Ao longo do ano foram realizados 4 programas de formação distintos, em diferentes fases do processo de adopção, que no total abrangeram 324 participantes.

Da actividade desenvolvida pelo Serviço de Adopção em 2010 destaca-se ainda:

- Formação de magistrados a solicitação do Tribunal de Família e Menores de Lisboa, sobre as práticas administrativas e intervenção técnica especializada em Adopção. Formou também, por solicitação do Centro de Estudos Judiciários, 4 auditores, estando prevista a formação de mais 3 em 2011.
- Colaboração com o Instituto da Segurança Social, IP na construção do novo Modelo de Avaliação de Candidatos à Adopção, o qual foi concluído no final de 2010 e será aplicado a partir de 2011.
- Produção de três relatórios realizados sob orientação científica da investigadora responsável pelo Projecto Follow Up, Prof^a Dr^a Isabel Narciso, nos quais são analisadas questões fundamentais da adopção.

Cuidados de Saúde desenvolvidos em Ambulatório e Apoio Domiciliário

No final de 2010, estavam inscritos 34.538 utentes nas USSC's¹, representando um decréscimo de 20,6% (-8.953 utentes) face ao ano anterior, devendo-se este facto ao maior rigor introduzido nos critérios de definição da população alvo, tendo sido expurgados do sistema todos os cidadãos que não se encaixavam nos critérios definidos.

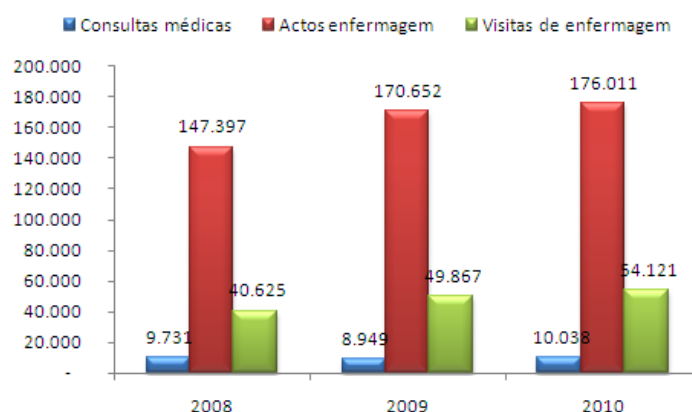
A actividade desenvolvida em 2010 em Apoio Domiciliário apresenta acréscimos nas consultas realizadas de 12,2% (+1.089 consultas médicas) e 8,5% (+4.254 visitas de enfermagem), respectivamente, face a 2009, traduzindo a priorização do apoio aos utentes residentes em Equipamentos da SCML. Este aumento implicou uma redução de 13,8% no nº

¹ As Existências de Utes das USSCs Dr. José Domingos Barreiro e Vale de Alcântara/Tapada não consideram os critérios da população alvo devido ao elevado número de processos clínicos e à falta de recursos necessários à revisão dos processos clínicos em tempo útil no 2º semestre de 2010.

de consultas médicas e de menos 22,9% em actos de enfermagem realizados em ambulatório, relativamente a 2009. Assim, realizaram-se em 2010, 52.781 consultas médicas e 235.043 actos de enfermagem.

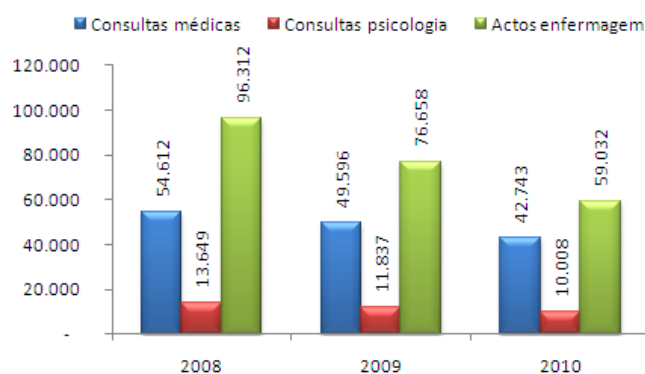
As consultas de Psicologia registadas em 2010 tiveram um decréscimo de 15,6%, com a realização de 10.008 consultas, na sequência do maior rigor dos critérios para a inclusão na população alvo.

Gráfico nº 2 Actividade em Apoio Domiciliário



Em ambulatório, foram realizadas 42.743 consultas médicas, verificando-se uma diminuição global das valências de 13,8% (- 6.853 consultas) face a 2009. As maiores reduções em relação ao ano de 2009 ocorreram em Saúde Infantil Juvenil e Saúde Adultos/Idosos, com menos 2.421 consultas e menos -1.293 consultas, respectivamente. Estes desvios estão relacionados com um reforço de recursos para o Apoio Domiciliário.

Gráfico nº 3 Actividade em Ambulatório



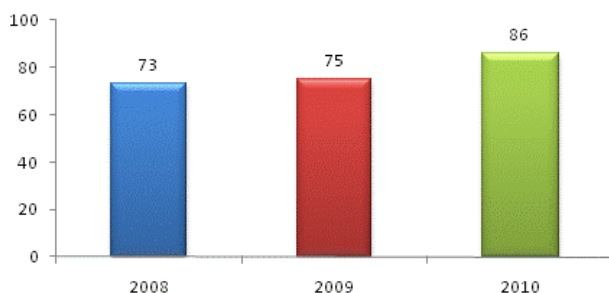
APOIO A PESSOAS NOS DOMÍNIOS FUNCIONAL, COGNITIVO E SOCIAL E A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Prestar acolhimento residencial, cuidados de saúde, cuidados psico-sociais e de reabilitação - Obra Social do Pousal.

A Obra Social do Pousal é um estabelecimento vocacionado exclusivamente para o acolhimento residencial de pessoas portadoras de deficiência com idade igual ou superior a 24 anos e patologias do foro neurológico (paralisia cerebral e anoxia cerebral), prestando cuidados de saúde, cuidados psicossociais e de reabilitação, a uma população muito heterogénea em termos etários, género, proveniência e incapacidades.

Com uma capacidade global para 91 residentes, foi prestado apoio, em 2010, a uma média de 86 utentes. A taxa de ocupação foi de 95%.

Gráfico nº 4 Número médio de utentes



A maioria dos utentes apoiados apresenta idades compreendidas entre os 35 e os 69 anos (54%) e um elevado grau de dependência (74%): 39% tem necessidade de apoio para a realização das actividades da vida diária (AVD) e 34% encontram-se em estado de total dependência. Dos restantes, apenas 8% se bastam a si próprios.

Em termos das tipologias de deficiência mais frequentes, 53% dos utentes são portadores de multideficiência e 22% de paralisia cerebral.

À semelhança do ano anterior e em estreita colaboração com o Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão, têm sido desenvolvidas intervenções concertadas de estudo e acompanhamento de soluções de posicionamento e mobilidade, com o objectivo de adequar

e adaptar ajudas técnicas e soluções específicas e de identificar sistemas alternativos de comunicação.

Em Novembro de 2010 teve início a prestação de cuidados terapêuticos em Terapia da Fala. Esta prestação de cuidados terapêuticos integra as áreas da comunicação verbal e não-verbal, alimentação, linguagem e articulação (fala e perturbações da leitura, de escrita e do cálculo), contemplando exercícios para motricidade facial, respiração e correcção da postura.

No âmbito da actividade ocupacional, destacam-se as actividades Psico-Pedagógicas (Escola, Musicoterapia e Dança) e as actividades Sócio-ocupacionais (trabalhos manuais e oficinais, ateliê de cerâmica, actividades de culinária, bar e bazar, passeios, colónias de férias fechadas e actividades de horta pedagógica e jardinagem). As actividades de Hidroginástica, o espaço Brincolândia, a sala Snoezelen e o desporto adaptado (nomeadamente o Boccia), continuaram a ter relevância nos cuidados aos utentes ao nível da dimensão terapêutica e de lazer.

A integração familiar e comunitária continuaram a ser incentivadas em 2010 tendo-se assistido a um incremento de contactos com familiares e parceiros.

Foi também desenvolvido um conjunto de iniciativas com a Escola EB 2/3 Prof. Armando Lucena, nomeadamente um projecto de voluntariado, a participação num seminário organizado por este estabelecimento de ensino e uma mostra/exposição na escola dos produtos dos nossos utentes.

ATENDIMENTO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Assegurar o apoio a pessoas com VIH/SIDA através de uma rede de serviços designadamente: prestação de Cuidados Domiciliários, Acolhimento Residencial, Acompanhamento e Vigilância Terapêutica, Centro de Dia, Apartamentos Assistidos Terapêuticamente.

A Direcção de Apoio à Inserção e Bem-estar (DIAIBE) tem por objectivo gerir as valências de apoio técnico e instrumental no âmbito da infecção pelo VIH / SIDA, cuja finalidade é a promoção da qualidade de vida e a integração na comunidade dos doentes portadores do

vírus da SIDA que se encontrem em situação social, familiar e económica precária, residentes na cidade de Lisboa.

Foram apoiados 1.091 utentes diferentes, distribuídos pelas diversas valências.

Quadro nº 21. **Utentes atendidos por valência / actividade**

Nº de utentes diferentes por valência/actividade	Valor Anual			Variação 10/09	
	2008	2009	2010	Absoluta	%
Acompanhamento e Vigilância Terapêutica	517	841	757	-84	-10%
Apartamentos A. T.	58	55	65	10	18%
Apoio Residencial	64	70	71	1	1%
Centro de Dia	92	85	88	3	4%
Apoio Domiciliário	123	117	110	-7	-6%
Total	854	1.168	1.091	-77	-7%

Apoio Residencial

O apoio residencial tem como objectivo organizar e desenvolver a assistência a indivíduos e/ou famílias com SIDA, desintegrados do seu meio social e familiar, com baixos rendimentos e com dificuldades em satisfazer necessidades básicas.

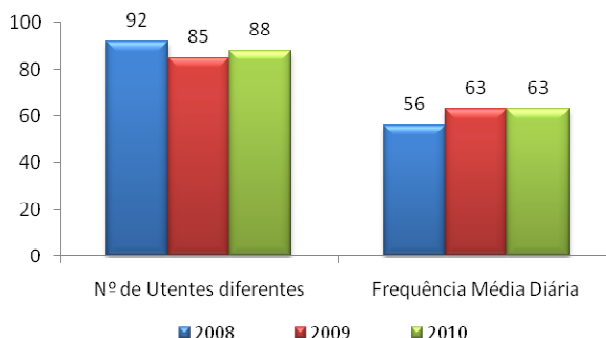
O apoio residencial é prestado através da Residência de Santa Rita de Cássia e da Residência Madre Teresa de Calcutá. Durante o ano de 2010, estas duas Unidades alojaram, respectivamente, 24 e 47 utentes diferentes.

No final do ano, o Apoio Residencial apresentava uma lista de espera de 4 pessoas.

Centro de Dia

O Centro de Dia St^a Maria Madalena constitui uma resposta social que integra um conjunto de serviços e actividades com vista à satisfação das necessidades básicas e à adesão terapêutica, motivando os utentes a descobrir interesses e a desenvolver competências e autonomia, com vista à sua inclusão social e bem-estar.

Gráfico nº 5 Utentes diferentes e Frequência média diária – Centro de Dia



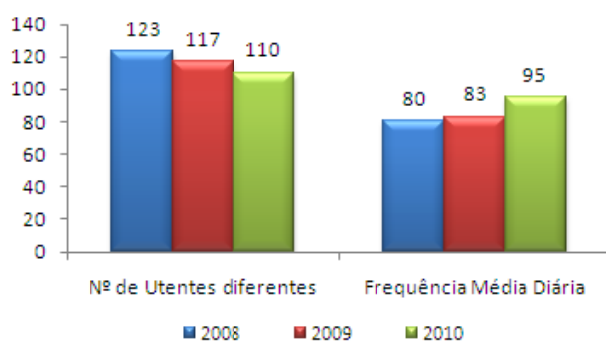
Em 2010, o Centro de Dia do Centro de Santa Maria Madalena proporcionou apoio a 88 pessoas. Mantendo a mesma capacidade (60) desde 2008, funcionou em 2010 com uma frequência média diária (63) ligeiramente superior à sua capacidade.

Apoio Domiciliário

O apoio domiciliário assegura cuidados de higiene e conforto, acompanhamento na adesão terapêutica (controlo na toma da medicação, acompanhamento a consultas / exames / tratamentos) e acompanhamento ao exterior, evitando internamentos hospitalares frequentes e contribuindo para retardar a institucionalização dos utentes.

Na valência de Apoio Domiciliário foram acompanhados 110 utentes (58 novos utentes), registando uma média diária de 95 utentes.

Gráfico nº 6 Utentes diferentes e Frequência média diária - Apoio Domiciliário



Em 2010 não existiu lista de espera para o Serviço de Apoio Domiciliário.

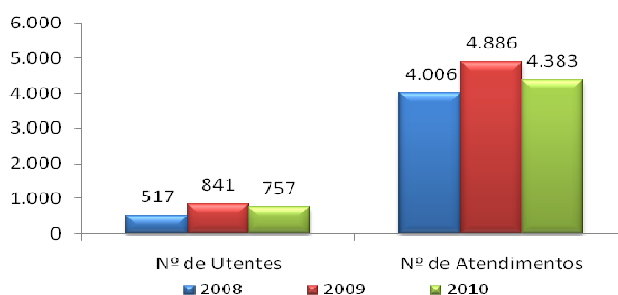
Acompanhamento e Vigilância Terapêutica

Actividade desenvolvida em interacção com todos os Serviços da Comunidade, privilegiando o acompanhamento psicossocial dos utentes.

A Adesão Terapêutica (que garante o fornecimento de medicação e vigilância), acompanhou regularmente 757 utentes diferentes, num total de 4.383 atendimentos.

A Toma Observada (que garante o cumprimento da adesão ao plano terapêutico) acompanhou 50 utentes diferentes, num total de 8.956 atendimentos.

Gráfico nº 7 Utentes diferentes e atendimentos (AVT)

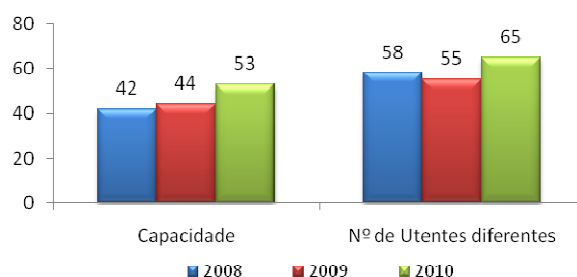


Face ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de 11% no número de utentes e no número de atendimentos.

Apartamentos Terapeuticamente Assistidos

Constituem uma resposta social vocacionada para o acolhimento temporário de pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, que necessitam de apoio a nível das actividades de vida diária e de saúde e se encontram em situação de ruptura familiar e/ou desfavorecimento socioeconómico.

Gráfico nº 8 Apartamentos Terapeuticamente Assistidos



Em 2010, a capacidade foi de 53 lugares, distribuídos por 15 apartamentos, respondendo a um total de 65 utentes diferentes.

Foi possível aumentar a capacidade em 9 lugares (mediante um processo de reorganização do espaço e adaptação às características actuais dos utentes) e prestou-se apoio a mais 10 utentes diferentes.

Parcerias

Em estreita articulação com vários serviços, a DIAIBE tem vindo a criar uma rede de parcerias de modo a garantir as melhores respostas aos utentes, nomeadamente com Hospitais, Clínicas, Centros de Saúde e Centros de Diagnóstico e Terapêutica, salientando-se a articulação, entre outros, com a Direcção Geral de Reinserção Social, a CPCJ de Loures, a CPCJ Lisboa Centro, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Comunidade Vida e Paz.

Assegurar o Atendimento Social e de Emergência da cidade de Lisboa, procedendo ao diagnóstico das situações de carência e promovendo a inserção social, mobilizando os diferentes recursos disponíveis, designadamente RSI.

Atendimento Social

O Atendimento Social orienta, encaminha e presta apoio psico-social a indivíduos e famílias residentes na cidade de Lisboa em situação de vulnerabilidade e carência económica e/ou disfunção. São mobilizados recursos, a par do envolvimento do utente no projecto de intervenção e de (re) inserção social, tais como o acesso a equipamentos sociais e de

saúde, a prestações pecuniárias (subsídios) e a prestações em espécie (benefícios de saúde, alojamento em pensão e a serviços fúnebres).

Quadro nº 22. **N.º de Processos e Atendimentos**

Atendimento Social	Valor Anual			Δ 10/09
	2008	2009	2010	%
N.º Processos Abertos	3.635	3.730	3.189	-15%
N.º Total de Atendimentos	60.175	60.607	61.780	2%
N.º Atendimentos - em Gabinete	53.741	54.029	55.884	3%
N.º Atendimentos - ao Domicílio	6.434	6.578	5.896	-10%
N.º Processos Diferentes Atendidos	16.944	15.819	20.187	28%
N.º Processos Activos	31.088	33.612	33.417	-1%

Em 2010, foram abrangidos pelo Atendimento 20.187 processos familiares diferentes, valor que representa um aumento de 28% relativamente a 2009. Verifica-se igualmente um ligeiro incremento no número total de atendimentos (+2%).

Em termos de divisão territorial dos Serviços, as DIASL's Sul e Centro Ocidental foram as que tiveram um peso mais significativo no número global de atendimentos, com 29% e 25%, respectivamente. Quanto ao número de processos diferentes atendidos, destacam-se a DIASL Oriental e a DIASL Sul com 30% e 27% do total de processos, respectivamente.

Atendimento de Emergência

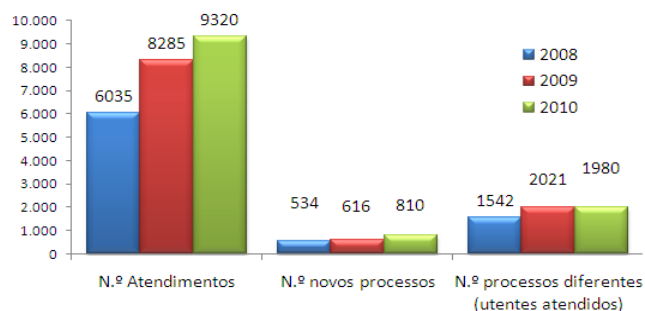
A Direcção de Emergência de Apoio à Inserção (DIEAI) é responsável na Misericórdia de Lisboa pelo atendimento de emergência social, especialmente vocacionado para o acolhimento de indivíduos e/ou famílias sem-abrigo e/ou com domicílio instável na cidade de Lisboa, que recorrem por sua iniciativa ou por encaminhamento de outros Serviços/Instituições.

Assegura ainda o atendimento, encaminhamento e apoio a indivíduos nacionais e estrangeiros em trânsito na cidade que, pelo facto de se encontrarem em situação de carência ocasional, estão impedidos de assegurar o seu regresso ao local de origem.

Em 2010, efectuaram-se 9.320 atendimentos, o que representa um aumento de 12% face ao ano anterior.

Foram abertos 810 novos processos, o que corresponde a uma variação positiva de 31% face a 2009. Este aumento está directamente relacionado com o agravamento das questões sociais, nomeadamente as relacionadas com carência económica.

Gráfico nº 9 Atendimento de Emergência (SES)



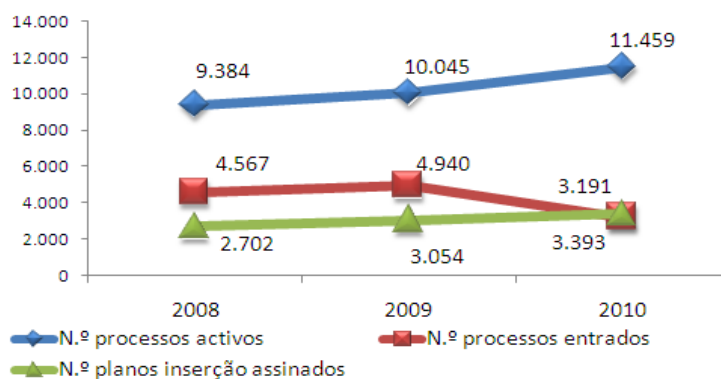
Verificou-se ainda que o número de cidadãos estrangeiros que recorreram ao SES ao longo dos 3 anos em análise aumentou consideravelmente, registando-se em 2010 um aumento de 74 indivíduos face a 2009.

Os apoios ao nível da saúde registaram igualmente um aumento significativo em 2010: foram apoiadas mais 13% de pessoas e emitidas mais 37% credenciais de saúde com acesso a medicação.

RSI – Rendimento Social de Inserção

Face ao ano anterior, houve um decréscimo de 35% no número de processos entrados, continuando a verificar-se o aumento de processos activos e de planos de inserção assinados, respectivamente, de 14% e 11%.

Gráfico nº 10 Rendimento Social de Inserção



Em 2010, por força da alteração da legislação com efeitos a partir de Agosto (Decreto-Lei nº. 70/2010 de 16 de Junho), todos os beneficiários tiveram que efectuar prova de condição de recurso em sistema informático no site da Segurança Social e foram extintos os apoios complementares a partir de 1 de Agosto de 2010.

Em termos de divisão territorial, a DIASL Sul é a que apresenta o maior número de processos de RSI entrados em 2010 e o maior nº de processos activos, respectivamente com 31% e 32% do total.

Prestações pecuniárias

A SCML assume, no âmbito do sistema de apoio social na cidade de Lisboa, a responsabilidade pela atribuição de apoio económico mensal ou eventual a indivíduos e/ou famílias em situação de carência económica e comprovada fragilidade social: indivíduos/famílias com dificuldades de subsistência, pessoas idosas e/ou dependentes, toxicodependentes (incluindo alcoólicos) com programa de tratamento em comunidade terapêutica e respectivas famílias, requerentes de asilo e refugiados em processo de integração e pessoas portadoras de deficiência com necessidade de acolhimento institucional.

Prestações pecuniárias mensais

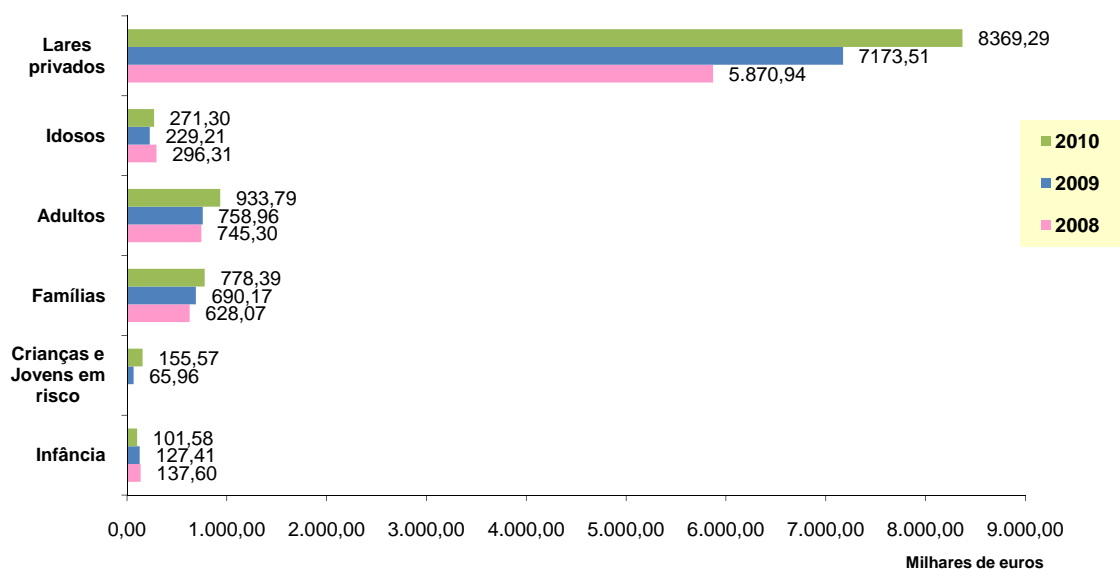
Em 2010, a verba total atribuída em subsídios mensais foi de € 11.794.902,51, revelando um incremento de 18% face ao ano anterior. Verificou-se, também, um aumento de 15% no nº total de subsídios concedidos (+3.458).

Quadro nº 23. Subsídios mensais atribuídos por finalidade

	Finalidade	2009				2010				Δ 10/09		
		N.º	Valor	%	Média	N.º	Valor	%	Média	N.º	Valor	Média
Infância e Juventude	Infância	298	127.406,61 €	1,3%	427,54	239	101.577,05 €	0,9%	425,01 €	-20%	-20%	-1%
	Medidas de Prom. Prot. Crianças e Jovens em Meio Natural de Vida	340	65.961,21 €	0,7%	194,00	774	155.571,56 €	1,3%	201,00 €	128%	136%	4%
Famílias e Adultos	Famílias	3.775	690.165,27 €	6,9%	182,83	4.236	778.392,65 €	6,6%	183,76 €	12%	13%	1%
	Pessoas isoladas	5.074	758.962,61 €	7,6%	149,58	6.317	933.791,18 €	7,9%	147,82 €	24%	23%	-1%
	Pessoas idosas	1.851	229.206,04 €	2,3%	123,83	1.846	271.304,68 €	2,3%	146,97 €	0%	18%	19%
	Pessoas idosas-Pagamento de Lares	8.099	7.173.512,27 €	71,7%	885,73	9.478	8.369.289,38 €	71,0%	883,02 €	17%	17%	-0,3%
Sub-total (1)		19.437	9.045.214,01 €	90,4%	465,36	22.890	10.609.926,50 €	90,0%	463,52 €	18%	17%	-0,4%
Grupos Específicos	Toxicodependentes	1.402	390.915,34 €	3,9%	278,83	1.356	345.723,34 €	2,9%	254,96 €	-3%	-12%	-9%
	Alcoólicos	27	7.779,10 €	0,1%	288,11	72	17.567,15 €	0,1%	243,99 €	167%	126%	-15%
	Deficientes	668	344.760,27 €	3,6%	516,11	668	432.282,27 €	3,7%	647,13 €	0%	25%	25%
	Refugiados	176	49.813,08 €	0,5%	283,03	156	40.066,24 €	0,3%	256,83 €	-11%	-20%	-9%
	Requerentes de Asilo	16	6.995,00 €	0,1%	437,19	246	112.225,16 €	1,0%	456,20 €	1438%	1504%	4%
	Outros	917	155.373,94 €	1,6%	169,44	1.351	237.111,85 €	2,0%	175,51 €	47%	53%	4%
Sub-total (2)		3.206	955.636,73 €	9,6%	298,08	3.849	1.184.976,01 €	9,6%	307,87 €	20%	24%	3%
TOTAL		23.281	10.000.850,74 €	100,0%	441,68	26.739	11.794.902,51 €	100,0%	441,11 €	15%	18%	0%

O apoio a Idosos (finalidade Idosos + Pessoas Idosas em Lares) absorveu 73% do montante total de subsídios mensais atribuídos, seguido do Apoio a Pessoas Isoladas com 8% e do Apoio a Famílias com 7%.

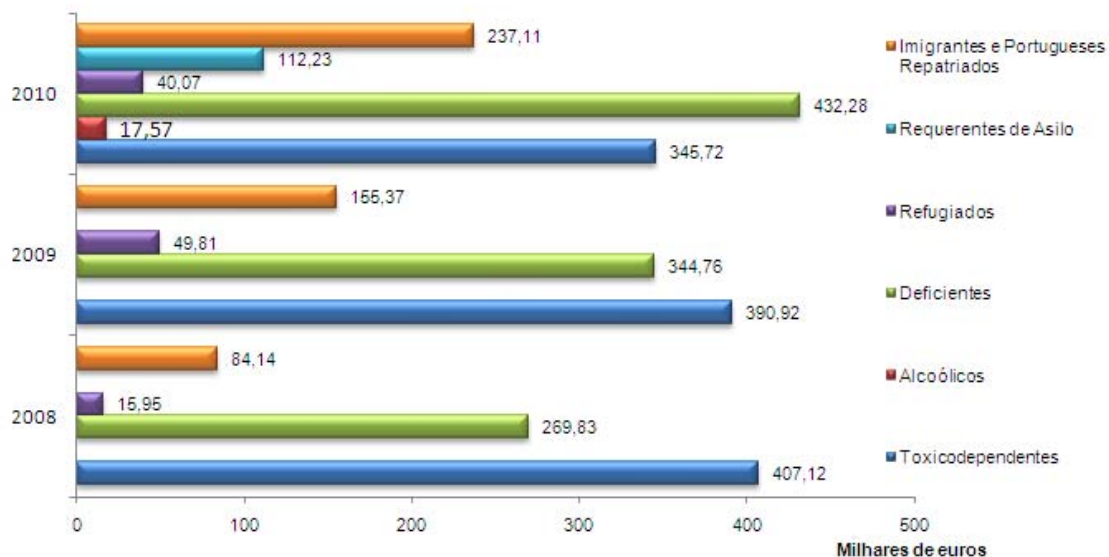
Foi também no âmbito do Apoio a Pessoas Idosas em Lares que se registou o maior acréscimo em valor absoluto (1,2 milhões de Euros face a 2009), situação que se deve fundamentalmente à insuficiência de vagas em lares da Rede Solidária e da Rede de Cuidados Continuados Integrados na cidade de Lisboa, associada ao progressivo envelhecimento da população e consequente aumento do grau de dependência. De salientar ainda que o acréscimo verificado no valor total dos subsídios mensais atribuídos (+ 1,79 milhões de euros) foi absorvido, em 67%, pelo apoio prestado a pessoas idosas para pagamento de lar.

Gráfico nº 11 **Evolução do valor dos subsídios mensias (Excepto Grupos Específicos)**

Os subsídios com a finalidade Apoio a idosos em Lares são a modalidade que mais cresceu em termos absolutos ao longo do triénio 2008/2010, traduzida num incremento de 43%, e atingindo 8,37 milhões de Euros no final do ano 2010 (mais 1,2 milhões do que em 2009 e mais 2,5 milhões de Euros face a 2008).

Os subsídios a Pessoas Isoladas e a Famílias situaram-se nos 934 mil euros e 778 mil euros respectivamente, representando um aumento de 23% no caso dos apoios a pessoas isoladas e 13% no caso de apoio a famílias, que se justificam com o agravamento da situação socioeconómica das pessoas em idade activa e com as alterações nos critérios de atribuição de benefícios sociais, sobretudo no que respeita à cessação dos apoios complementares no âmbito do RSI.

Gráfico nº 12 Valor dos subsídios mensais atribuídos a refugiados, requerentes de asilo, deficientes, toxicodependentes e imigrantes e portugueses repatriados (Grupos Específicos)



No ano de 2010 assistiu-se a um crescimento das verbas atribuídas em subsídios mensais destinados a grupos específicos, com excepção dos subsídios a refugiados e dos subsídios a toxicodependentes, os quais registaram decréscimos de 20% e de 12%, respectivamente. A assumpção por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa, dos apoios aos refugiados pelo facto destes se fixarem fora da cidade de Lisboa, justifica o decréscimo apresentado neste tipo de finalidade.

Os apoios a Requerentes de Asilo foram os que registaram maior aumento face a 2009: de 6,9 mil euros em 2009, passou-se para 112,2 mil euros em 2010. Seguem-se os subsídios atribuídos para apoio a tratamento de alcoólicos (126%) e os subsídios a Imigrantes e Portugueses Repatriados (53%).

Prestações pecuniárias eventuais

Os subsídios eventuais são prestações pecuniárias pontuais atribuídas a famílias ou a indivíduos isolados em situações de emergência ou carência grave.

Quadro nº 24. Subsídios eventuais

	Valor Anual			Δ 10/09 %
	2008	2009	2010	
Nº de Subsídios	9.131	9.448	9.764	3,3%
Valor*	1.267,7	1.293,4	1.425,2	10,2%
Valor Médio**	138,38	136,90	145,96	6,6%

* milhares de euros

** euros

O montante de apoios eventuais concedido em 2010 ascendeu a 1.425,2 mil de Euros, traduzindo um incremento de 10% face aos valores de 2009.

O valor do subsídio médio, que em 2009 foi de 136,90€, sofreu um aumento 6,6%, passando para 145,96€ em 2010.

Quadro nº 25. Subsídios eventuais – Grupos específicos

	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Refugiados e requerentes de asilo	197.335,67	38%	167.059,18	35%	158.522,82	33%
Toxicodependentes	108.699,18	21%	83.903,97	18%	81.714,71	17%
Tratamento de alcoólicos	-	-	3.994,89	1%	4.302,00	1%
Pessoas com deficiência	22.228,57	4%	20.470,58	4%	31.477,15	7%
Medidas Prom. Protec. Crianças e Jovens em Meio Nat. Vida	-	-	4.804,25	1%	21.278,10	5%
Ajudas Técnicas	193.482,31	37%	193.363,84	41%	176.633,43	37%
Total	521.745,73	100%	473.596,71	100%	473.928,21	100%

Em 2010, foram distribuídos subsídios eventuais por grupo específico no montante total de 473,9 mil euros, valor equivalente ao atribuído em 2009.

As Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio continuaram, em 2010, a ter a maior expressão no conjunto dos subsídios atribuídos (37%), seguidos dos subsídios a refugiados e requerentes de asilo (33%).

Os apoios destinados a Crianças e Jovens com Medidas de Promoção e Protecção em Meio Natural de Vida foram o grupo que maior crescimento registou, passando a representar 4,5% do total dos subsídios atribuídos em 2010, quando em 2009 representava apenas 1%.

Prestações em espécie

As prestações em espécie englobam o acesso a benefícios de saúde, através da atribuição de Cartão de Saúde, o alojamento em pensões (que pode ser com ou sem alimentação) e o apoio à realização de serviços fúnebres.

Em 2010, foram abrangidas 20.645 pessoas, registando-se um aumento de 13% comparativamente a 2009.

Quadro nº 26. **Prestações em espécie**

Tipo de prestação	Indicadores	2008	2009	2010	Δ 10/09
Cartões de Saúde	Pessoas com cartão de saúde	18.658	17.897	20.238	13%
	Acesso gratuito a medicamentos	4.029	3.359	2.900	-14%
	Sem acesso gratuito a medicamentos	14.629	14.538	17.338	19%
Alojamento em pensões	N. Pessoas	208	111	95	-14%
	N. dormidas	3.185	1.060	863	-19%
	Valor gasto €	98.469	29.107	36.586	26%
Serviços fúnebres	N. de serviços fúnebres	273	290	312	8%
	Valor (€)	62.113	66.825	87.621	31%
Total de pessoas abrangidas		19.139	18.298	20.645	13%

Apoiar o desenvolvimento de comunidades urbanas marginalizadas, com particular incidência de problemáticas sociais de exclusão social, promovendo iniciativas e dinâmicas de desenvolvimento local.

De forma a inverter os processos geradores de pobreza e de exclusão social, a SCML tem vindo a desenvolver modelos de intervenção, projectos e actividades, como promotora, ou integrando iniciativas de outros actores, quer através de parcerias informais, quer através do estabelecimento de protocolos. A intervenção no âmbito do desenvolvimento local tem exigido a construção de projectos integrados, assentes numa visão estratégica de trabalho em rede, participação, optimização e mobilização de recursos endógenos e exógenos.

Quadro nº 27. **Utentes e parceiros do trabalho comunitário**

Projectos de Acção Social Local	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
N.º Projectos	6	8	8	0	0%
N.º Zonas de Intervenção	34	36	9	-27	-75%
N.º de Utentes	2.386	3.596	4.475	879	24%
N.º Parceiros	75	167	129	-38	-23%
N.º Respostas Criadas	9	11	11	0	0%

Em 2010, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano - K'CIDADE, decorrente da parceria estratégica com a Fundação Aga Khan Portugal que permitiu o reforço do desenvolvimento aos seguintes níveis: cooperação com 72 entidades; participação activa da população, com o envolvimento de 1.636 pessoas; apoio a 8 projectos, promovidos por 86 residentes e beneficiando 681 indivíduos; execução de 16 acções de promoção da cidadania, dirigidas a 298 beneficiários; sensibilização para a sociedade da informação abrangendo um total de 150 pessoas e 106 em acções de formação (54 certificações equalskills atribuídas).

Neste ano, deu-se continuidade à intervenção comunitária desenvolvida na Freguesia de Marvila e alargou-se este tipo de intervenção às outras freguesias da DIASL Oriental, através da implementação de 2 novos projectos: Rede LM – Laranjeiras e Machados e Espaço Saberes. O primeiro desenvolveu a sua actividade para 200 utentes do Bº da Quinta das Laranjeiras e do Casal dos Machados. O segundo abrangeu um total de 300 utentes e, muito embora não esteja ainda a funcionar na freguesia do Beato, deu continuidade ao trabalho em parceria desenvolvido na Quinta do Ourives.

Assegurar o funcionamento de um Programa de reinserção social de ex-reclusos adultos preparando e apoiando a sua autonomização - Casa de Transição.

A resposta social Casa de Transição permite acolher temporariamente reclusos em condições de poder beneficiar de liberdade condicional ou em termo de pena, com vista à sua reinserção social, preparando e apoiando a sua autonomização.

Em 2010, a capacidade desta resposta manteve-se nos 10 lugares, tendo sido admitidos 10 utentes.

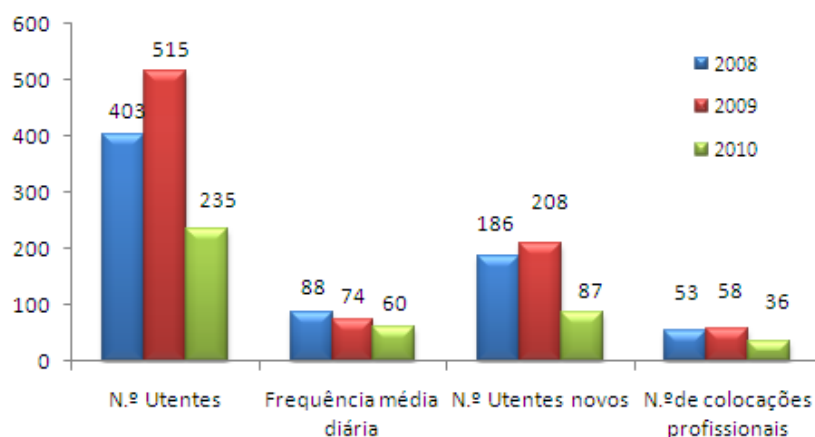
Verificaram-se 22 sinalizações, feitas por Estabelecimentos Prisionais, menos 5 que em 2009. Após avaliação das situações, 12 indivíduos não se enquadravam nos critérios de admissão, tendo sido encaminhados para outras respostas sociais mais adequadas.

Em 2010, verificou-se a saída de 12 utentes, 3 por autonomização (com alternativa habitacional e inserção profissional) e 6 por escolha de outra alternativa (dos quais 2 reintegraram a Casa, dada a fragilidade da alternativa escolhida). Das restantes saídas, 2 ocorreram por incumprimento dos Planos de Inserção e 1 por desistência na fase de adaptação.

O tempo médio de permanência na Casa foi de 7 meses, oscilando entre períodos curtos de 2/3 meses (relativos aos indivíduos que não se adaptam) e períodos longos de 12 meses (por vezes, excepcionalmente ultrapassados). Alguns indivíduos, embora apresentem ganhos significativos em termos pessoais (abstinência de consumos, certificação de competências escolares, integração em redes sociais, mudanças comportamentais, integração profissional), acabam por permanecer períodos superiores ao previsto pela inexistência de alternativa habitacional compatível com o seu rendimento de trabalho. De referir, ainda, a existência de pessoas com deficits cognitivos e comportamentais, com necessidade de permanência por um período mais longo, correlacionada sobretudo com percursos longos de consumo e de “rua”, que antecederam a entrada no Estabelecimento Prisional.

Assegurar o funcionamento de Ateliês estruturados de actividades ocupacionais e terapêuticas (CASA e CASSB) dedicados à população em situação de exclusão social grave.

Os Ateliers Ocupacionais do Centro de Apoio Social dos Anjos (CASA) e do Centro de Apoio Social S. Bento (CASSB), integram um conjunto de actividades, destinados a apoiar pessoas adultas com percurso de sem abrigo, visando reforçar e promover as competências pessoais e sociais, através de um processo de capacitação e participação do indivíduo na construção do seu projecto de vida e da sua autonomia.

Gráfico nº 13 **Utentes de Atelier Ocupacional**

Foram acompanhados nesta resposta social 235 indivíduos, registando-se um decréscimo de 54% face a 2009, tendência que influenciou negativamente a evolução dos restantes indicadores de execução. De referir, contudo, que embora tenha decrescido o número de colocações profissionais (-38%), aumentou a integração noutras actividades ocupacionais (700%) e em formação profissional (50%).

Assegurar o funcionamento de uma equipa de rua promovendo a aproximação dos serviços das pessoas em situação grave de exclusão social.

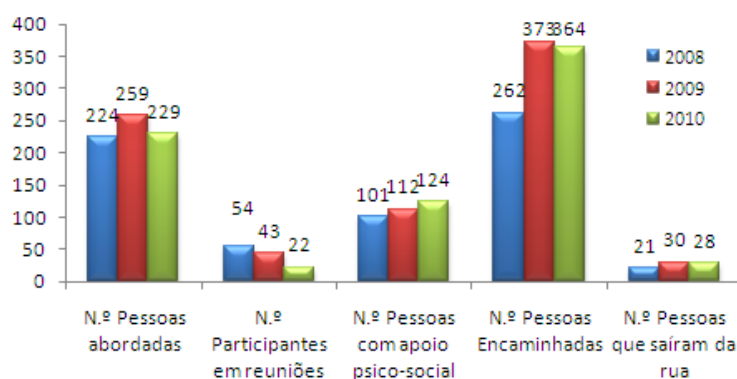
A Equipa de Rua desenvolve um conjunto de actividades dirigido a Pessoas Sem-Abrigo, oferecendo um atendimento de 1º linha, tendo como objectivo a adesão e o seu envolvimento num processo conducente à saída da situação de Sem-Abrigo.

Através do estabelecimento duma relação dialogante e potenciadora da confiança, procura conhecer a sua situação e motivá-los para um atendimento de 2ª linha, nomeadamente para atendimentos individuais e/ou sessões semanais de apoio (Grupo Aberto) do Serviço de Emergência Social.

A especificidade desta intervenção implica o estabelecimento de parcerias variadas e complementares aos serviços da SCML. Mensalmente a equipa da SCML reúne com as restantes equipas de rua que intervêm na cidade com o objectivo de conhecer e discutir casos em comum, com vista ao objectivo final de poder proporcionar melhores condições de vida aos beneficiários desta resposta.

Durante 2010, a Equipa realizou duas saídas semanais: uma às 3^{as} feiras de manhã, em que o trabalho incide principalmente no apoio a diligências externas (loja do cidadão, conservatórias do registo civil, serviços de estrangeiros, centros de saúde) e outra às 4^{as} feiras à noite em que a abordagem de rua constitui a principal actividade.

Gráfico nº 14 Trabalho Equipa de Rua



Face a 2009, foram abordadas menos 12% de pessoas, correspondendo a menos 15% de contactos. Das 229 pessoas abordadas, 226 foram contactos estabelecidos pela primeira vez e referem-se a situações de portugueses deportados de outros países, indivíduos que abandonaram as comunidades terapêuticas e imigrantes em situação ilegal no País.

O número de pessoas com acompanhamento psicossocial aumentou 11% face ao ano anterior.

Foram realizadas 19 Reuniões de Grupo Aberto de Apoio aos Sem-abrigo, que contaram com a participação de 22 pessoas, num total de 89 presenças. Continua a verificar-se uma diminuição acentuada (- 49%) na adesão às reuniões de Grupo Aberto, justificada pela resistência das pessoas em se dirigirem ao Serviço de Emergência Social.

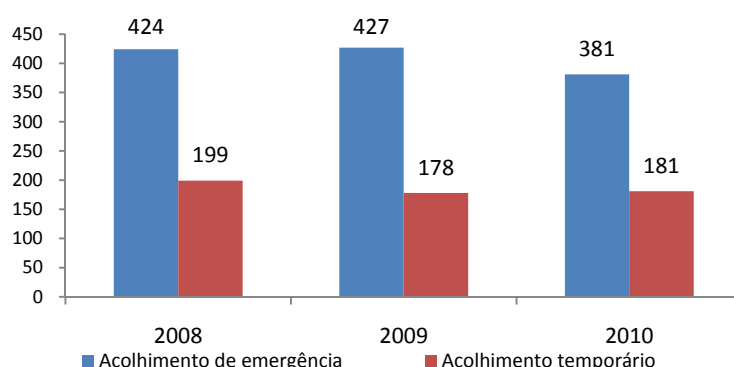
Em relação ao objectivo último da intervenção, foi possível retirar 28 pessoas da rua e garantir a manutenção da grande maioria das saídas da rua concretizadas no ano transacto.

Assegurar o acolhimento nocturno de pessoas em situação de emergência e pessoas sem-abrigo em processo de acompanhamento social e com planos de inserção definidos (CATMA e CAN)

Os Centros de Acolhimento Nocturno proporcionam alojamento nocturno de emergência ou temporário a indivíduos que se encontrem em situação de sem abrigo, promovendo o seu envolvimento no processo de reinserção social.

Estes centros constituem resposta de primeira linha, articulando com todos os outros serviços da SCML, PSP, Hospitais, LNES (Linha Nacional de Emergência Social) e serviços de apoio à população emigrante, entre outras entidades.

Gráfico nº 15 Nº de utentes nos Centros de Acolhimento

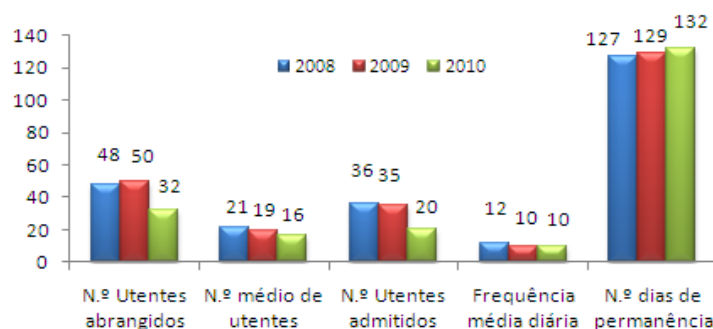


Em 2010, os dois Centros de Acolhimento (Centro de Acolhimento Nocturno dos Anjos e Centro de Alojamento Temporário Mãe D' Água) acolheram um total de 562 pessoas: 381 em alojamento de emergência e 181 em alojamento temporário. Face ao ano anterior, registou-se um decréscimo de 11% no alojamento de emergência e um acréscimo de 2% no alojamento temporário.

Em 2010, o Centro de Acolhimento Nocturno dos Anjos (CAN), com capacidade para acolher 15 pessoas do sexo masculino, apoiou 32 utentes. Comparativamente com 2009, verifica-se que decresceu o número de utentes abrangidos (- 36%) e o número de admitidos (- 43%), justificado pelo início de obras de adaptação do espaço visando dar resposta a pessoas com perda de autonomia temporária.

O número de dias de permanência no Centro foi de 132 dias, não apresentando uma variação significativa.

Gráfico nº 16 Centro de Acolhimento Nocturno dos Anjos

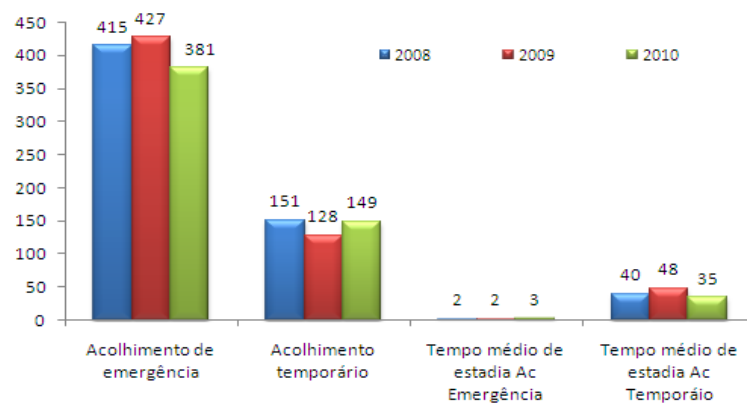


O Centro de Alojamento Temporário Mãe D' Água (CATMA) integra 2 valências distintas: o acolhimento de emergência e o acolhimento temporário, ambos com o propósito de promover o bem-estar físico, psíquico e social dos indivíduos, bem como responder à necessidade imediata de alojamento. No CATMA podem ser acolhidas temporariamente 30 pessoas (18 homens e 12 mulheres) e 6 em alojamento de emergência.

Em 2010, no CATMA foram acolhidas 530 pessoas: 381 em acolhimento de emergência e 149 em acolhimento temporário. De salientar o aumento de 16% no acolhimento temporário.

O tempo médio de estadia no acolhimento de emergência aumentou de 2 para 3 dias e diminuiu no alojamento temporário de 48 dias para 35 dias.

Gráfico nº 17 N.º de utentes e tempo médio de estadia no CATMA (sem extensão)



Assegurar o funcionamento de um centro de acolhimento temporário para mulheres com crianças (CATMA - Extensão)

A Extensão do Centro de Alojamento Temporário Mãe D' Água (CATMA) visa proporcionar alojamento a mulheres com filhos, em situação de vulnerabilidade socioeconómica, apoiando a sua reorganização familiar e consequente autonomização. Este serviço funciona 24h por dia, 365 dias por ano, proporcionando, para além do alojamento, alimentação e apoio psicossocial.

No decorrer de 2010, foram admitidas na Extensão 73 utentes que correspondem a 29 famílias, 13 na valência de emergência e 16 em alojamento temporário. Do total de utentes admitidos, 44 são crianças. Verifica-se um número médio de 27 utentes (mais 7 que em 2009), com uma frequência média diária de 8 utentes e um tempo médio de estadia de 28 dias.

Quanto à intervenção desenvolvida na Extensão, estando este espaço aberto durante 24 horas e dadas as características da própria resposta, promove-se uma participação activa das mulheres nas dinâmicas e rotinas da casa, que tem como objectivo reforçar e desenvolver competências pessoais e sociais.

Assegurar o funcionamento da Casa de acolhimento a mulheres vítimas de violência.

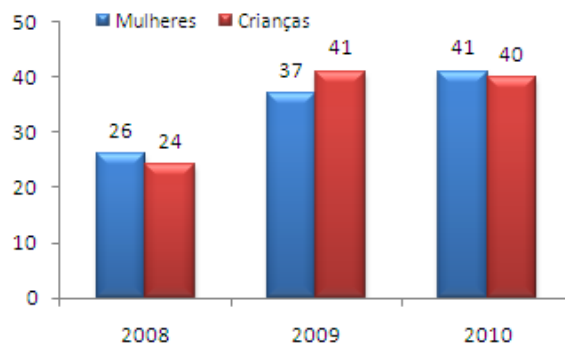
A Casa de Apoio Maria Lamas (CAML) oferece Acolhimento Temporário e/ou de Emergência a Mulheres Vítimas de Violência, mulheres com menores a cargo e mulheres isoladas que se encontrem numa situação de vitimação, sendo garantida a confidencialidade da morada, por razões de segurança.

Este equipamento oferece protecção física e psicológica às vítimas, bem como promove o desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e sociais, criando as condições necessárias para a reorganização das suas vidas e integração familiar, social e profissional, em cooperação com os serviços de acção social local e outros serviços da SCML.

No ano de 2010, foram admitidos no conjunto das valências de Acolhimento (Emergência/ Temporário) 93 utentes.

No Acolhimento de Emergência são acolhidas mulheres, com ou sem filhos, que por uma razão súbita, inserida no contexto da violência doméstica, se encontrem sem local de dormida. A resposta é limitada ao período máximo de 72 horas e não obedece a prévia avaliação diagnóstica.

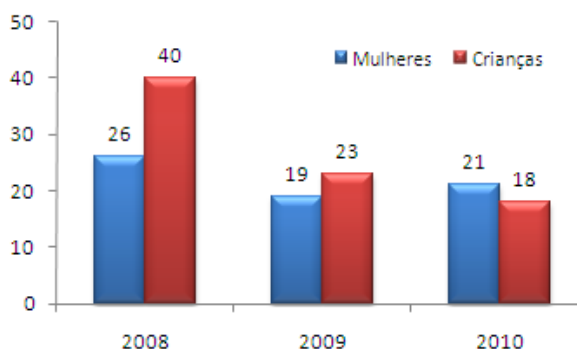
Gráfico nº 18 **Acolhimento de Emergência**



Na valência Acolhimento de Emergência foram acolhidos, em 2010, 81 utentes. Do total das acolhidas, 15 eram mulheres isoladas. O tempo médio de permanência na Casa foi de 12 dias, o que significa um aumento face aos 6 dias verificados em 2009, o que remete para a dificuldade de encontrar respostas alternativas de encaminhamento, dentro ou fora da cidade, que salvaguardem a segurança e protecção das mulheres vítimas de violência.

Do total de utentes, 42 transitaram para o Acolhimento Temporário, 21 foram integrados noutras Instituições, 9 regressaram ao agregado de origem, 3 encontraram outra integração familiar e 4 abandonaram o Equipamento.

Gráfico nº 19 **Acolhimento temporário**



No Acolhimento Temporário, a Casa Maria Lamas I e II apoiou 39 utentes, com um tempo médio de estadia de 143 dias. Das mulheres acolhidas, 7 eram mulheres isoladas. De referir que 7 agregados familiares e 2 mulheres isoladas transitaram do ano 2009 para 2010.

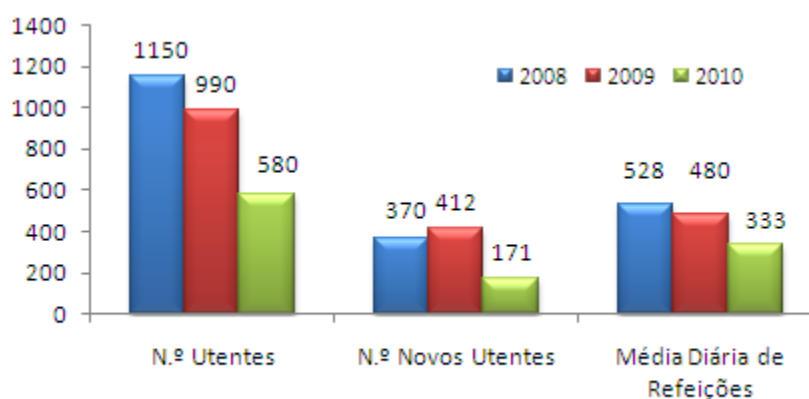
Saíram da Casa, ao longo do ano, 46 utentes, dos quais 4 abandonaram o Equipamento, 7 retornaram ao seu agregado de origem, 10 foram encaminhadas para outras instituições e 22 autonomizaram-se.

Assegurar o Apoio alimentar à população mais carenciada da cidade de Lisboa (Refeitório Social do CASA)

O Centro de Apoio Social dos Anjos (CASA) oferece respostas de primeira linha, através do Refeitório e da Prestação de Cuidados de Higiene, articulados com outras respostas, tais como o acesso a cuidados de saúde através do gabinete médico ou o acesso a alojamento, através da valência do Centro de Acolhimento Nocturno.

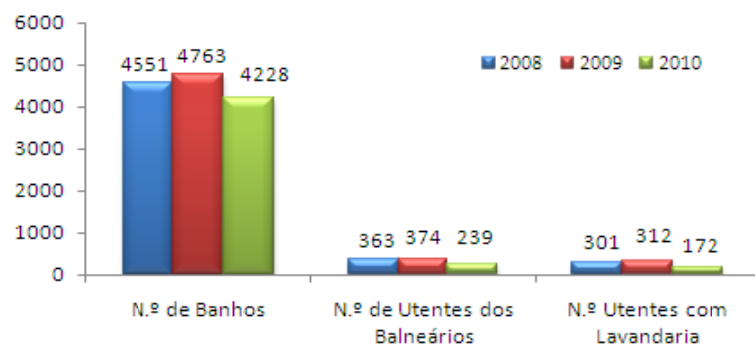
O Refeitório do CASA garante as necessidades básicas de alimentação a uma faixa da população carenciada de Lisboa, através do fornecimento de almoços e jantares, 365 dias por ano.

Gráfico nº 20 Utilizadores do Refeitório dos Anjos



Em 2010, foi apoiado um total de 580 utentes e servidas uma média diária de 333 refeições. Estes valores representam um decréscimo de 41% e 31% respectivamente, face ao ano anterior. Os novos utentes tiveram igualmente um decréscimo significativo, na ordem dos 59%.

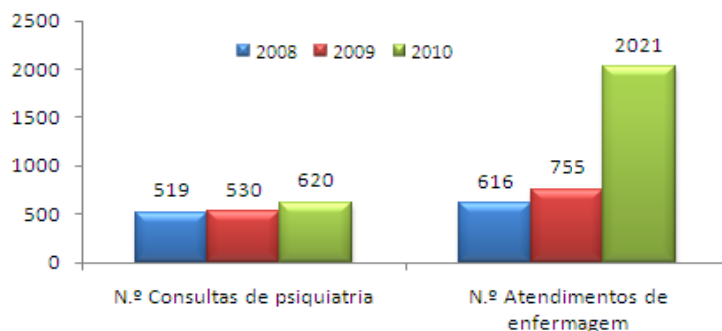
A diminuição do número de utilizadores do refeitório explica-se pelo trabalho desenvolvido pelo Atendimento/Acompanhamento Social no sentido de garantir o encaminhamento para esta resposta apenas das pessoas sem-abrigo ou com problemas graves de alcoolismo ou toxicod dependência. As pessoas com possibilidade de integração foram encaminhadas para os Centros de Dia.

Gráfico nº 21 **Serviços de Balneário, Lavandaria e Banco de Roupa**

Os Serviços de Balneário, Lavandaria e Banco de Roupa registaram, igualmente, um decréscimo face a 2009.

O nº de banhos registou um decréscimo de 11%, tendo utilizado este serviço menos 36% utentes. Do mesmo modo, registou-se uma diminuição de 45% no número de utentes que recorreram à lavandaria, e de 16% nos serviços de lavagem de roupa.

O banco de roupa forneceu peças de vestuário a 239 utentes, diminuindo 36% face ao registado no ano anterior.

Gráfico nº 22 **Gabinete Médico**

O Gabinete Médico presta apoio clínico através de consultas de psiquiatria (2 x semana), cuidados de enfermagem (diariamente) e, desde o último trimestre de 2010, consultas de clínica geral (uma manhã, por semana).

Em 2010, registou-se um aumento de 17% no total de consultas de psiquiatria, com uma média trimestral de 107 utentes atendidos.

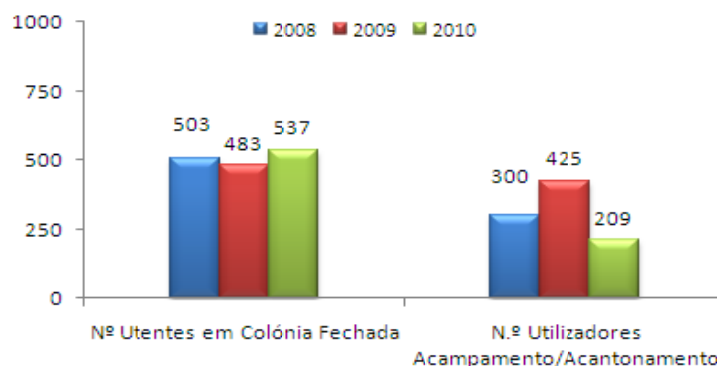
O número de atendimentos em cuidados de enfermagem registou um crescimento de 168%. Foram atendidos 505 utentes diferentes, o que representa um aumento de 467% face a 2009.

Requalificar a Colónia de Férias de São Julião da Ericeira

A Colónia de Férias de S. Julião da Ericeira (CFSJE) é um equipamento social especialmente vocacionado para a realização de actividades de férias destinadas aos utentes da SCML. É também aberto a outros utilizadores externos à SCML, na modalidade de acantonamento.

A modalidade de Colónia Fechada acolheu um total de 537 utentes da SCML, mais 11% do que em 2009. A modalidade de Acantonamento abrangeu 209 utilizadores externos, tendo registado uma diminuição de 51% face ao ano anterior, dado que as obras de reabilitação e requalificação da Cozinha não permitiram a cedência das instalações entre Fevereiro e Maio de 2010. A quebra global de participantes foi parcialmente atenuada pela realização da colónia de férias aberta/passeio, com a participação de 58 utentes.

Gráfico nº 23 Colónia de Férias de São Julião da Ericeira



Assegurar a realização de actividades de férias com utentes de diversas valências da DIAS

À semelhança dos anos anteriores, a SCML realizou actividades de férias, integradas na actividade e objectivos dos equipamentos da Acção Social. Para concretização destas actividades, a SCML recorre à Colónia de Férias de São Julião da Ericeira, como equipamento de apoio, e a unidades hoteleiras externas.

Globalmente, as actividades de férias abrangeram menos 42 utentes diferentes que em 2009, representando um decréscimo de 1,1%.

Quadro nº 28. **Actividades de Férias**

	Valor Anual			Δ 10/09	
	2008	2009	2010	Abs.	%
N.º de utentes diferentes	3.279	3.409	3.367	-42	-1%
Actividades de Férias Itinerantes					
N.º Uteses estabelecimentos da SCML*	1.002	1.321	1.370	49	4%
N.º Uteses Externos	19	2	42	40	2000%
N.º Total Uteses*	1.021	1.323	1.412	89	7%
Actividades de Férias Fixas					
N.º Uteses estabelecimentos da SCML*	1.308	1.515	1.489	-26	-2%
N.º Uteses Externos	25	29	46	17	59%
N.º Total Uteses*	1.333	1.544	1.535	-9	-1%
Actividades de férias - Outras					
N.º Uteses estabelecimentos da SCML*	2.015	2.098	2.095	-3	0%
N.º Uteses Externos	71	49	22	-27	-55%
N.º Total Uteses *	2.086	2.147	2.117	-30	-1%

*correções efectuados nos valores de 2009

Com tendência oposta, registou-se um aumento da participação dos Idosos (+28) e dos utentes da Comunidade e Serviços Específicos (+4).

Promover o desenvolvimento da capacitação pessoal e das competências parentais de um grupo de mulheres ciganas (Projecto Romi)

O Projecto Romi continuou, em 2010, a apoiar o desenvolvimento de competências sociais e funcionais e a valorização social e pública das capacidades e aptidões de 18 mulheres ciganas.

Foram organizados três grupos ao longo do ano, tendo um dos grupos abrangidos por este projecto apresentado publicamente no Espaço Santa Casa os trabalhos realizados durante os três meses de formação. A totalidade das formandas recebeu o Certificado de Frequência/Conclusão e, deste grupo de 18 formandas, 10 receberam o Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação e Comunicação.

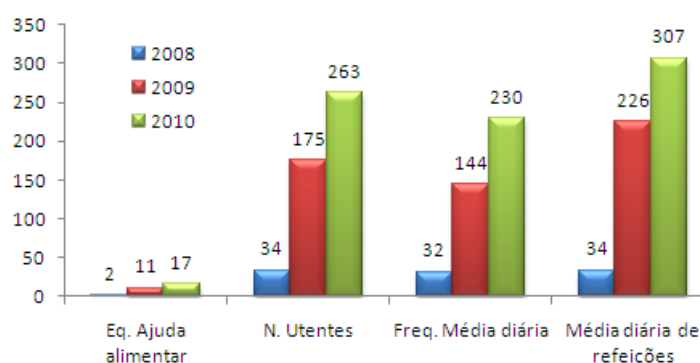
Assegurar o Apoio comunitário a famílias em situação de Exclusão Social.

O Serviço de Apoio Comunitário a Famílias em Situação de Exclusão Social consiste no apoio ao nível da satisfação das necessidades básicas sustentado por um plano de intervenção adequado às necessidades das famílias/indivíduos.

Em 2010, foram apoiados nesta resposta 263 utentes, num total de 27 estabelecimentos envolvidos. Estes valores representam um aumento face a 2009 de 50% e 54%, respectivamente.

A frequência média diária de utentes teve um aumento de 60% face ao ano anterior. Este facto deve-se principalmente ao crescente número de indivíduos e famílias que viram os seus rendimentos reduzidos, quer por situações de desemprego e endividamentos, quer por situações de redução do valor das prestações sociais.

Gráfico nº 24 **Apoio comunitário a famílias e indivíduo**



Assegurar a participação na coordenação e em grupos de trabalho na Rede Social

O ano de 2010 na Rede Social de Lisboa foi marcado essencialmente pela construção do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) - que será submetido a apreciação do Plenário do Concelho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS-Lx.) no início de 2011 - e pela constituição da Comissão Estratégica (CE).

O PDS de Lisboa pretende ser um documento definidor de uma estrutura de planeamento da decisão que permita uma política integrada para o desenvolvimento social da cidade, radicada e sustentada na intervenção social existente. Pretende ainda criar as condições políticas e de governância para um conjunto de princípios e orientações de intervenção visando a sua implementação na cidade.

A Comissão Estratégica é constituída por 10 elementos, sendo 9 efectivos e 1 consultivo (CCDR-LVT), que representam entidades de referência na definição de políticas e programas institucionais da cidade de Lisboa (SCML, CML, CDL, ISS.IP, UDIPSS, DREL, ARS, IEPF, GEBALIS) e assegura o nível de planeamento estratégico da Rede, nomeadamente a

implementação do processo de planeamento do PDS, a articulação dos planos e de outros formatos a adoptar e ainda a coordenação do planeamento das CSF/CSIF.

É igualmente de destacar a participação no Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social no âmbito do projecto “Pela Inclusão na Grande Lisboa: Mobilização, Sensibilização e Debate”, promovido pela Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) em parceria com os Concelhos Locais de Acção Social da área da Plataforma Supraconcelhia (Mafra, Odivelas, Loures, Amadora, Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira, Oeiras e Lisboa) e com outras entidades.

Promover a vigilância de saúde da população da Quinta do Lavrado através de uma estrutura móvel (Unidade Móvel de Saúde).

No âmbito do projecto comunitário que tem vindo a ser desenvolvido na Quinta do Lavrado, foi feita uma intervenção de proximidade com o objectivo de motivar a população para a vigilância de saúde, incentivando o auto-cuidado e promovendo hábitos de vida saudável. Esta acção, através de uma estrutura aparentemente informal (Unidade Móvel de Saúde), permitiu um acesso facilitado a cuidados de saúde e, em simultâneo, foi uma via de acesso a outros cuidados de saúde da SCML.

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A SCML, na sua missão de combate à exclusão social, desenvolveu em 2010, no âmbito de Educação e Formação, programas específicos dirigidos a jovens e adultos, que, reforçando as qualificações escolares e profissionais, apoiam e promovem a definição de trajectórias de inclusão social e de inserção socioprofissional. A oferta formativa existente integra percursos formativos personalizados e diferenciados.

**Quadro nº 29. Síntese da actividade de Educação,
Formação e Certificação de Competências**

Destinatários	Modalidade	Nº de Cursos / Módulos	Nº de Formandos / Adultos em Processo	Abandono / Desistência	Nº Formandos / Adultos em processo (31/12/2010)	Certificado Frequência / Conclusões / Validações	Nº Certificações		Empregabilidade (Nº)
							Escolar	Dupla	
Jovens	Educação - Formação	21	388	49	246	-	-	86	50
	PIEF	3	94	24	13	-	13	18	13
	Pré - Profissionalização	2	33	7	12	13	-	-	-
	Sub -Total	26	515	80	271	13	13	104	63
Adultos	Educação - Formação	5	193	17	111	4	-	61	44
	EFA B2 Escolar	1	14	2	0	4	8	-	-
	Formação Modular *	9	727	114	55	558	-	-	-
	Formação Base Projecto Romi	1	18	-	-	18	-	-	-
	Formação Base Projecto Ser+	1	101	25	45	31	-	-	-
	Alfabetização	7	102	13	39	38	-	-	-
	RVCC	-	444	101	168	12	136	-	-
	Sub -Total	24	1.599	272	418	665	144	61	44
Total		50	2.114	352	689	678	157	165	107

* Relativamente ao Nº Formandos / Adultos em Processo, corresponde a 230 indivíduos diferentes que frequentaram diversos módulos.

Ao longo de 2010, foram abrangidos 2.114 formandos através dos diversos percursos formativos organizados e disponibilizados pela SCML.

Em 2010 foi concedida a renovação da acreditação da SCML como entidade formadora nos seguintes domínios: organização e promoção de intervenções ou actividades formativas, desenvolvimento/execução de intervenções ou actividade formativas.

No âmbito das iniciativas do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, os Centros de Formação participaram conjuntamente em diversas actividades, nomeadamente na Futurália e na organização de uma Exposição de Fotografia - Olhares sobre a Pobreza, com trabalhos realizados por formandos, que teve lugar nas Jornadas de Acção Social da SCML dedicada ao tema Educação-Formação e Inclusão: práticas e desafios.

Com o objectivo de promover a melhoria das estratégias formativas e a sua eficácia e eficiência, foi efectuado o Estudo "Avaliação do Impacto da Formação Profissional realizada na SCML em termos da Promoção da Empregabilidade e da Inserção Social", que teve como público-alvo os formandos certificados entre 2005 e 2008. Os resultados preliminares deste Estudo, financiado pelo POAT/FSEQREN, apontam no sentido de que a formação desenvolvida pela SCML representa uma resposta adequada para jovens e adultos.

Certificar e qualificar escolar e profissionalmente jovens formandos nível I e II, 6º e 9º ano de escolaridade (ASI).

O modelo de formação profissional do Centro de Formação Profissional da ASI constitui-se num processo operacionalizado em dois sub-processos: a Formação Profissional com requisitos de avaliação e certificação formal das aprendizagens e a Intervenção Sócio-Educativa, orientada por princípios da educação não-formal. O processo formativo desenvolve uma estratégia de integração das duas componentes, como condição e factor de sucesso na formação profissional dirigida a jovens em risco de exclusão. Este modelo funciona ao abrigo do Despacho Normativo nº 43/99 de 6 de Setembro.

A oferta formativa do Centro integra cursos de educação e formação de nível 1 (Básico 2) e de nível 2 (Básico 3), que de acordo com o referido Despacho Normativo, conferem no final de cada curso a equivalência escolar ao 6º e 9º anos de escolaridade e ao nível 1 e 2 EU de formação profissional, respectivamente.

Quadro nº 30. **Síntese da actividade formativa (Nível 1 e 2)**

Calendarização acções	Nº de Formandos	Nº de Saídas		Certificação (nº)
		Abandonos/ Desistências	Excesso de faltas	
Janeiro a Outubro (Nível 2, 2º ano)	100	12	2	86
Outubro a Dezembro (Nível 1)	117	2	-	-
Janeiro a Dezembro (Nível 2 - 1º e 2º Ano)	138	23	4	-
TOTAL	355	37	6	86

Dos 100 formandos que frequentaram o Nível 2 – 2º ano, 14 saíram por desistência e por faltas e 86, após estágio profissional, concluíram com êxito, tendo 58% sido integrados no mercado de trabalho.

A taxa de desistência situou-se nos 12%, sendo significativamente inferior à registada em 2009 (menos 8 pontos percentuais) e uma das mais baixas dos últimos 5 anos. O nível 2 manteve um número de saídas semelhante a 2009.

Entre as causas para a persistência dos abandonos na formação, elencam-se as seguintes:

- Dificuldade de adaptação dos formandos a um contexto de formação exigente que estabelece, por um lado, a aquisição de regras de conduta social a que muitos não estão habituados e, por outro lado, a aquisição de conhecimentos técnicos e escolares para a qual é necessária uma predisposição para a aprendizagem;
- Ausência de apoio familiar indispensável para a prossecução dos objectivos fixados, facto directamente decorrente da origem familiar dos formandos, constituída por agregados familiares que estão, na sua maioria, inseridos no sistema de apoio social, revelando indiferença e afastamento face ao desempenho dos seus descendentes;
- Aumento da oferta de cursos educação-formação nas escolas, com o correspondente aumento da permanência de alunos nos estabelecimentos do ensino regular, o qual continua a evidenciar a selecção dos alunos mais aptos, reconhecendo-se a tendência para o abandono daqueles com maiores dificuldades de aprendizagem e socialização;
- Predomínio de um perfil da procura constituído por jovens com sérias dificuldades de aprendizagem e socialização, facto que justifica a incidência de retenções e/ou desistências do nível 1 para o nível 2 e a tendência para o aumento de desistências dos formandos de nível 2 que entram sem passagem pelo nível 1.

Certificar e qualificar escolar e profissionalmente jovens com dificuldades de adaptação escolar e social de diferentes etnias ou culturas (Centro Multicultural de Formação).

O Centro Multicultural (CM) tem como objectivo desenvolver acções de educação e formação de jovens provenientes de minorias étnicas em risco de exclusão, bem como estudos no âmbito da interculturalidade, numa perspectiva de investigação/acção.

Em 2010, a taxa de empregabilidade dos formandos do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) aumentou significativamente, passando de 27% em 2009 para 72% em 2010.

Em estudo de satisfação dos seus utentes, o CM desenvolveu e obteve uma média de 85% nos níveis de satisfação “satisfeito” e “muito satisfeito”, destacando-se aspectos como as condições do Centro, a forma de tratamento dos formandos por parte da equipa, a segurança, as aulas e a possibilidade de expor dúvidas e sugerir actividades.

Quadro nº 31. Indicadores de Actividade do Centro Multicultural por Modalidade de Formação

Modalidades de Formação	Nº de Acções	Nº de Formandos	Abandono/ Desistência	Formandos 31/12/2010	Nº Certificações				Empregabilidade (nº)
					Frequência	Escolar	Dupla	DCB	
Educação - Formação	2	33 (b)	6	20	*	*	*	n.a.	*
PIEF (Escolar + Oficinal)*	3	107 (a)	24	50	0	13	18	n.a.	13
Pré - Profissionalização	2	33	7	13	13	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Projecto ROMI	3	18	0	0	18	n.a.	n.a.	10	n.a.
Total	10	191 (c)	37	83	31	13	18	10	13

* Ano de continuidade.

n.a. - não se aplica.

DCB - Diploma de competências básicas de formação em tecnologias de informação e comunicação.

(a) - 17 formandos PIEF não concluíram com êxito.

(b) - 7 formandos não concluíram com êxito.

(c) - O total de formandos é de 178. Destes, 13 participaram em dois percursos distintos: Pré-prof. E PIEF.

Educação – Formação

2010 foi um ano de continuidade, uma vez que os cursos se desenvolveram por ciclos bi- anuais e encontram-se em plena actividade, não tendo originado conclusões ou inserção no mercado de trabalho neste ano. Destaca-se, no entanto, que a taxa de desistência passou de 21% em 2009 para 18% em 2010.

Plano Integrado de Educação e Formação (PIEF)

A modalidade de ensino PIEF desenvolve-se em cooperação com a Escola Quinta de Marrocos de Benfica, tem duração aproximada de doze meses para cada ciclo escolar e caracteriza-se pela flexibilidade do processo pedagógico, permitindo individualizar os processos de aprendizagem e o início do mesmo em qualquer altura do ano.

Os referenciais de formação correspondem a planos curriculares organizados em duas componentes fundamentais, a Componente Escolar, que se reporta ao 6º ano e/ou ao 9º ano; a Componente Oficinal, que define a qualificação profissional dos cursos.

Dos 107 jovens que frequentaram a componente escolar, 94 iniciaram a frequência do CM neste percurso e 13 transitaram da Pré-Profissionalização. Funcionaram 4 turmas e

concluíram 31 formandos do 2º e/ou 3º ciclo, continuando alguns formandos do 2º ciclo no CM para completar o seu percurso. Dado que os jovens estavam em fase de continuidade do seu percurso formativo, o número de certificações escolares (31), foi inferior aos dois últimos anos (49 em 2008 e 40 em 2009). A taxa de desistência registada na componente escolar diminuiu 12 pontos percentuais face a 2009.

No PIEF (componente oficial) frequentaram 94 formandos, dos quais 18 obtiveram a dupla certificação, 17 formandos prosseguiram os estudos, verificando-se uma redução significativa na taxa de desistência nesta componente, passando de 41% em 2009 para 26% em 2010.

Pré-Profissionalização (Currículos Alternativos)

A Pré – Profissionalização é uma fase de preparação dos formandos para os cursos de Formação Profissional, sendo parte integrante do programa de currículos alternativos das escolas de ensino regular, e visando fomentar, através do desenvolvimento de actividades escolares, artesanais e lúdico-pedagógicas, a interiorização de regras e a integração no grupo de pares.

Frequentaram a Pré-Profissionalização 33 formandos, dos quais 39% transitaram para os cursos de formação profissional.

Projectos

O CM desenvolveu um conjunto alargado de parcerias informais, interagindo com um leque alargado de serviços da SCML, instituições e empresas que possibilitaram o desenvolvimento de várias actividades.

De forma inovadora, criou o curso de Operação e Instalação de Sistemas Informáticos, no âmbito dos cursos de Educação-Formação de nível II.

Desenvolver a estratégia de educação-formação de adultos como meio efectivo de promoção da empregabilidade, através da certificação escolar e profissional de adultos - cursos EFA, nível II.

O Centro de Educação, Formação e Certificação (CEFC), que compreende o Centro Novas Oportunidades (CNO) e a Orientação, Formação e Inserção Profissional (OFIP), tem como

objectivo desenvolver estratégias de educação, formação e certificação de competências que, dirigidas predominantemente a públicos vulneráveis em idade activa, promovam a inserção social através de qualificação escolar e profissional, proporcionando maiores níveis de empregabilidade e estabilidade.

A OFIP aposta na diversificação e diferenciação de ofertas de educação e formação, facilitando a progressão escolar e a qualificação profissional de adultos activos, desempregados e empregados, em situação de desfavorecimento, contribuindo para a inserção social e profissional e para a promoção de uma cidadania mais activa e alargada.

No âmbito dos cursos EFA (Educação e Formação de Adultos), foram promovidas 15 acções de formação (entre 1.895 a 2.300 horas por acção) e iniciados 2 cursos novos – EFA B2 Escolar e Técnico de Acção Educativa.

Quadro nº 32. **OFIP – Modalidade de Formação Cursos EFA – Formandos 2010**

Cursos	Nº Acções	Nº Formandos	Nº Abandonos / Desistências	Formandos 31/12/2010	Formandos Concluíram	Empregabilidade (nº)
Acompanhante de Crianças	2	29	1	14	14	5
Agente em Geriatria*	4	50	2	27	21	21
Cabeleireiro	4	54	10	27	17	11
Cozinheiro	3	45	4	28	13	7
Téc. Acção Educativa	1	15	0	15	0	-
EFA B2 Escolar	1	14	2	0	12	-
Total	15	207	19	111	77	44

* Cursos de Agente de Geriatria básico e Geriatria qualificação.

De um total de 207 formandos envolvidos nos cursos EFA em 2010, mais 50 que em 2009, verifica-se que 9% abandonaram a formação (menos 4p.p. face à taxa de desistência registada em 2009).

Terminaram a formação 77 formandos, sendo atribuídos 61 certificados com equivalência ao 3º ciclo do Ensino Básico (9º ano) e ainda 8 certificados de nível B2 escolar e 4 certificados parciais nesta modalidade. Cerca de 54% dos formandos (111) continuam formação em 2011.

Esta modalidade de formação contribuiu de uma forma significativa para a integração no mercado de trabalho, atendendo ao contexto excepcional de crise. Com efeito, os resultados apontam para uma taxa de empregabilidade de 64%.

Desenvolvimento de acções de Formações Modulares Certificadas.

Diversificar a oferta formativa com a criação de Formação Modular não Certificada e Formação nível B2 (Curso EFA) (CEFC/OFIP).

As acções de curta duração, nas vertentes de Formação Modular Certificada (FMC) e Formação Modular Não Certificada (FMNC), foram desenvolvidas seguindo o modelo geral e os percursos integrados.

Das 57 acções desenvolvidas (48 financiadas no âmbito do POPH), 5 transitaram de 2009 e 5 transitam para 2011. Foram envolvidos 727 formandos, transitando 55 para 2011.

Concluíram a Formação Modular Certificada 390 formandos e 168 a Formação Modular Não Certificada, num total de 558 conclusões. Este valor representa um decréscimo face a 2009, ano em que apenas se desenvolveram FMC e concluíram 845 formandos.

Na FMC, a taxa de abandono foi de 14%, mais um ponto percentual do que a registada em 2009.

Quadro nº 33. **Resultados dos formandos convocados para as acções de Formação Modular**

Cursos/Módulo		Nº de UFCD	Nº de Conclusões		Total	Nº de Abandonos/Desistências	Formandos 31/12/2010
			C/Aproveitamento	S/Aproveitamento			
Modelo Geral	Linguagem e Comunicação	3	18	4	22	23	-
	Matemática para a Vida	4	39	5	44	13	-
	Informática	3	18	6	24	15	-
	Total	10	75	15	90	51	0
Modelo Integrar	Animação e Lazer	1	10	1	11	0	0
	Cuidados Básicos de Saúde	1	10	1	11	0	0
	Cidadania e Empregabilidade	7	59	6	65	4	11
	Cozinha	1	10	1	11	0	0
	Linguagem e Comunicação	7	59	6	65	5	11
	Inglês	2	6	3	9	4	11
	Matemática para a Vida	7	53	11	64	5	11
	Informática	7	56	8	64	4	11
TOTAL Certificada		43	338	52	390	73	55
Modelo Não Certificada	Linguagem e Comunicação	2	9	5	14	9	0
	Inglês	5	64	7	71	17	0
	Informática	5	45	11	56	15	0
	Total	12	118	23	141	41	0
	Linguagem e Comunicação / Matemática para a Vida	2	27	0	27	0	0
	Total	2	27	0	27	0	0
TOTAL Não certificada		14	145	23	168	41	0

75% da actividade formativa enquadra-se no âmbito da FMC, representando os percursos integrados 58% da totalidade das acções desenvolvidas.

Alfabetização

As acções de Alfabetização, desenvolvem-se através de uma parceria com a Escola Marquesa de Alorna, no âmbito do ensino Extra-Escolar. A crescente procura de adultos com perfil de competências muito baixo em termos de escolaridade, identificada pelo CNO da SCML, e a incidência muito significativa de pais analfabetos e com escolaridade abaixo do 1.º ciclo constatada pelo Centro de Promoção Social da Prodac, justificam a necessidade e pertinência desta resposta formativa.

Em 2010, esta resposta envolveu um total de 102 formandos. Do total de formandos, concluíram 49%, 38% transitaram para 2011, tendo desistido 13%.

Para o ano lectivo de 2010/2011 foi alargada esta oferta, tendo sido criado um novo grupo em horário pós-laboral no CEFC, pelo que em Setembro iniciaram 3 grupos. Com capacidade para um total de 45 formandos, iniciaram 42 e contava -se no final de 2010 com 39 pessoas a frequentar as acções.

Apoiar a inserção social de pessoas em situação de exclusão, promovendo o desenvolvimento das suas competências pessoais, sociais e escolares através de um programa de formação base.

O Projecto Ser+, enquanto percurso de educação/formação, dirige-se a pessoas com particulares dificuldades de inserção socioprofissional.

Em 2010, foram concluídas as 4 acções iniciadas em 2009 (3º edição) e foi dado início a mais 4 acções (4ª edição).

Quadro nº 34. Nº Acções e Formandos

Projecto SER MAIS					
	Acções	Formandos	Abandonos / Desistências	Nº conclusões	Formandos 31/12/2010
Início 2009 conclusão 2010	4	48	17	31	-
Início 2010 conclusão 2011	4	53	8	0	45
TOTAL	8	101	25	31	45

O projecto continuou a dar resposta a 48 formandos em simultâneo, chegando a frequentar o projecto 101 formandos diferentes. No conjunto das duas edições, concluíram a formação 31 formandos, desistiram 25 (25%), continuando em formação 45 formandos.

A maioria dos formandos (30 em 31) concluiu o seu percurso com realização de portefólio, o que se pode considerar uma mais-valia tendo em conta o seu futuro encaminhamento, nomeadamente para processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

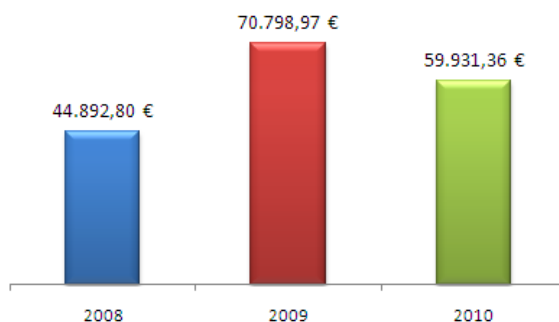
Apoiar e promover a experiência da INCLUI, Empresa de Inserção de Trabalho que, funcionando de acordo com modelos de gestão empresarial, apoia o desenvolvimento da autonomia, de competências pessoais, sociais e profissionais e a consolidação de conhecimentos.

O ano de 2010 foi o sexto ano de actividade da Empresa de Inserção INCLUI, que se tornou uma mais valia para ex-formandos que, tendo concluído a formação, e numa fase de transição, necessitam de acompanhamento e preparação prévios à integração no mercado de trabalho. Os trabalhadores desta Empresa de Inserção desenvolveram a sua actividade nas três áreas que a constituem: Electricidade de Edificações, Pintura de Construção Civil e Jardinagem.

Verificou-se a saída de 3 trabalhadores (no final do período máximo de vínculo com a empresa) e a entrada de 3, não se tendo verificado qualquer saída por desistência.

Em termos globais, registou-se uma diminuição de número de trabalhos executados, reflectindo-se também em diminuição da facturação em 15%. A facturação ao nível da SCML não sofreu alterações significativas face a 2009, tendo no entanto a facturação proveniente de particulares, registado um decréscimo.

Gráfico nº 25 Evolução da facturação da empresa INCLUI



As áreas mais procuradas e que contribuíram mais significativamente para a facturação da INCLUI foram a de Jardinagem e Espaços Verdes e a de Pintura de Construção Civil.

Reconhecer, validar e certificar as competências adquiridas ao longo da vida através do CEFC/CNO.

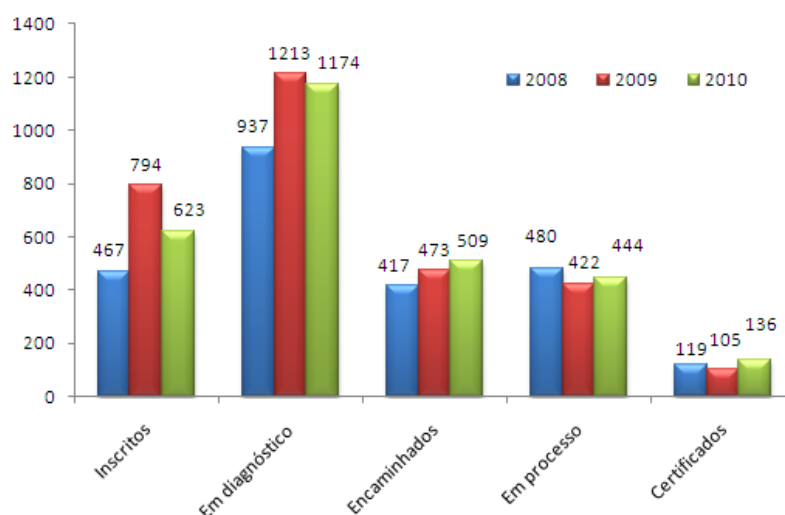
Em 2010, o Centro Novas Oportunidades (CNO) registou uma procura crescente de utentes encaminhados pelos serviços de Acção Social da SCML.

No período em análise o CNO registou uma procura total de 679 pessoas, menos 17% relativamente ao ano anterior, correspondendo 53% a encaminhamentos da Acção Social da SCML e 45% a iniciativa própria.

Destaca-se, comparativamente a 2009, o número de formandos encaminhados para um processo de RVC ou de formação externa apresentou um aumento de 8% face ao ano anterior.

Em relação aos adultos abrangidos em processo de RVCC registou-se, no mesmo período de análise, um aumento de 5%. Os adultos certificados registaram um aumento de 30%.

Gráfico nº 26 Inscritos, em Diagnóstico, em processo RVCC e Certificados



Em termos globais, foram abrangidos pela actividade do CNO 1.862 formandos com inscrição no SIGO (623 com inscrição no ano de 2010 e 1.239 transitados de 2009). Destes, transitam 879 para o ano de 2011.

No apuramento dos resultados de um questionário de satisfação global aos utilizadores do CNO, a maioria das respostas avalia com nota de “Muito Bom” a qualidade do relacionamento estabelecido com a equipa, a informação prestada durante o processo, bem como as actividades desenvolvidas durante o mesmo.

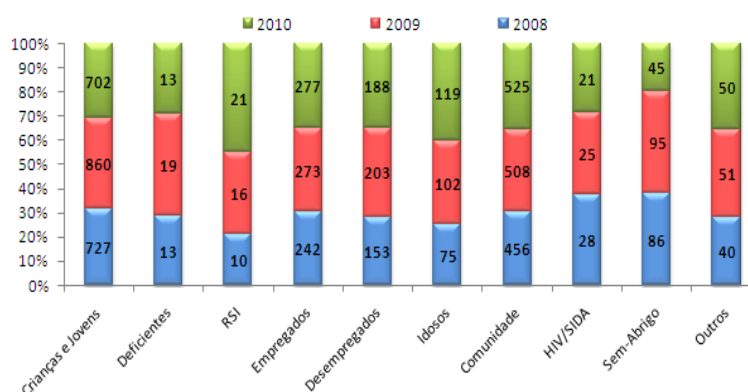
Da análise das respostas a um outro questionário destinado a avaliar o impacto de validação/certificação na criação de novas alternativas escolares e profissionais e de desenvolvimento da respectiva carreira, verificou-se que, nos 6 meses após a certificação, 57% dos indivíduos desempregados tinham prosseguido os estudos. 75% dos indivíduos certificados no período entre Julho de 2009 e Junho de 2010 alegaram modificação de hábitos de aprendizagem.

Assegurar o funcionamento de 11 salas (mais 1 sala do W+) de computadores integradas em estabelecimentos e abertas à comunidade proporcionando oportunidades de contacto e familiarização de públicos mais desfavorecidos com as novas tecnologias de informação e de comunicação.

Inserido no âmbito do desenvolvimento pessoal e da empregabilidade de públicos desfavorecidos, o contacto com as tecnologias de informação reveste igualmente um papel preventivo, constituindo-se como estratégia de coesão social e de combate à info-exclusão.

Em 2010 este programa apoiou um total de 1.597 utentes. 44% do total de destinatários são crianças e jovens, correspondendo ao padrão nacional. A comunidade em geral, não utente da SCML, representa cerca de 32% dos utilizadores.

Gráfico nº 27 Caracterização dos destinatários do Clique Solidário



É de realçar relativamente a 2009, uma subida de 31% nos Beneficiários de RSI e de 17% na participação das pessoas mais idosas, reflexo, respectivamente, dos Planos de Inserção elaborados no âmbito do RSI e da aproximação dos mais idosos às novas tecnologias, tal como já se vinha verificando nos últimos anos.

Em 2010, apesar do número de utentes ter diminuído em 7%, o número de certificações, face a 2009, não registou alterações significativas: foram atribuídas 475 Certificações em Competências Básicas em TIC, correspondendo a 30% do total de utentes.

As acções de formação foram realizadas com base na adopção do programa nacional de competências básicas em TIC, tendo sido apurado um volume de 33.167 horas de formação, menos 12% face ao ano anterior. Este indicador, tal como em 2009, continua a traduzir um número de horas de formação muito superior às 12 h/acção/formando previstas no âmbito do programa, o que demonstra as dificuldades associadas ao público desta resposta.

DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACTIVIDADE E IMAGEM

Desenvolver actividades de divulgação e promoção da imagem - Espaço Santa Casa

Implementar Sistema de Vídeo-conferência no Espaço Santa Casa.

O Espaço Santa Casa (ESC) tem como objectivos divulgar o trabalho realizado pela SCML nos seus vários domínios de intervenção e dinamizar actividades de âmbito sócio-cultural.

O ESC integra uma loja social de mostra e venda de trabalhos executados nos equipamentos sociais da SCML, de divulgação de publicações da SCML e de artigos de merchandising do Museu de S. Roque, procedendo ainda à promoção e venda dos Jogos Sociais do Estado.

Relativamente ao ano anterior, o ESC registou um aumento de 2,3% no número de visitantes, ultrapassando as 24.000 visitas. O volume de receitas totais (72.489,22 €) registou um aumento de 15% no mesmo período de análise. Para o total de receitas, a venda de jogo contribuiu com 75% e a venda de trabalhos de utentes com 15%.

Gráfico nº 28 **Actividade Espaço Santa Casa**

Dos 211 eventos realizados, nomeadamente exposições (31) e encontros (141), destaca-se o projecto “Ver de Perto” que integrou exposição de trabalhos, fotografias, actividades de animação e palestras que contribuíram para a promoção do envelhecimento activo e para uma maior divulgação da actividade da SCML na área de idosos. Igualmente a actividade “Promover e divulgar novos talentos” obteve forte receptividades dos visitantes.

Importa destacar o importante contributo do Voluntariado no Espaço Santa Casa que registou um total de 1020 horas realizadas por voluntários.

REORGANIZAÇÃO E MELHORIA DOS PROCESSOS INTERNOS E INFRA-ESTRUTURAS

Requalificar os Centros de Dia e Creches adoptando o modelo de qualidade do I.S.S.

Centro de Dia

Em 2010 foi dada continuidade ao trabalho conjunto com o Departamento da Qualidade e Inovação (DQI) da SCML no âmbito do processo de requalificação dos Centros de Dia, com base no Modelo de Avaliação da Qualidade do ISS.

Foram aprovados os critérios de selecção /hierarquização de candidaturas para esta resposta social, bem como foi proposto o quadro tipo de pessoal e as capacidades para os 8 Centros de Dia seleccionados, tendo em vista o seu reajustamento progressivo à capacidade máxima (60 utentes) referida nas Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais do ISS (RTES).

Os processos de realização foram concluídos, estando a sua implementação dependente de autorização/aprovação.

Foi ainda aprovado e implementado o programa de gestão e prevenção de negligência, abusos e maus-tratos aos utentes dos Centros de Dia.

Creche

Em articulação com o DQI, no âmbito da requalificação das respostas sociais da infância, desenvolveram-se múltiplas acções, tendo em vista a implementação de um SGQ e uma futura certificação da resposta social Creche na SCML, com base no Modelo de Avaliação da Qualidade do ISS.

Neste contexto, ao longo do ano realizaram-se, entre outras, as seguintes acções:

- Elaboração dos processos de realização e documentação associada.
- Revisão, especificação e validação dos critérios de selecção e hierarquização por resposta social e os respectivos critérios de ponderação.
- Elaboração das minutas de contrato de prestação de serviços.
- Revisão e actualização dos Modelos de regulamento de creche, creche familiar e jardim-de-infância, segundo os referenciais do SGQ.
- Procedimentos com vista à regularização de inconformidades, nomeadamente, ao nível das capacidades, dotação de pessoal, requalificação do edificado, formação e acompanhamento e apoio técnico.

Manter as monitorizações que se encontram em produção: Refeitório dos Anjos e Rácio Utentes – Ajudantes Familiares em SAD

Implementar dispositivos de monitorização e conceber estudos de caracterização

No âmbito das atribuições de concepção e desenvolvimento de sistemas de monitorização e avaliação da intervenção nas áreas prioritárias da Acção Social e Saúde, o GIM assegurou a continuidade e/ou concebeu novos dispositivos de monitorização em diversas áreas:

- Monitorização do perfil dos utentes que frequentam o Refeitório do Centro de Apoio Social dos Anjos – CASA.
- Monitorização do Rácio Ajudantes Familiares/utentes dos Serviços de Apoio Domiciliário das DIASL's e DIAIBE.

- Monitorização da actividade desenvolvida e do grau de satisfação dos utentes integrados no projecto Dialogar para combater a solidão.
- Monitorização Mensal do Atendimento Social.
- Monitorização do Serviço de Apoio Domiciliário Integrado.
- Monitorização das actividades ludico-recreativas nos Centros de Dia da SCML.
- Monitorização da evolução trimestral dos indicadores de actividade dos equipamentos de infância – Creche.
- Monitorização do Centro de Avaliação Geriátrico e Recursos Gerontológicos (CAGRG).

Sob a temática da adequação da oferta e da procura de respostas sociais para idosos e com vista a uma maior eficiência na utilização dos recursos existentes, foram ainda produzidos 5 estudos com base em informação geográfica:

- Avaliação da capacidade instalada e das implicações ao nível da taxa de cobertura de uma possível redução da capacidade do Centro de Dia Rainha Dona Maria I e do Centro de Dia de Santo Eugénio, com o objectivo de apoiar a tomada de decisão em matéria de qualificação da resposta social Centro de Dia.
- Caracterização da oferta e da procura das Respostas de Idosos – Centro de Dia e Apoio Domiciliário e com o objectivo de caracterizar a oferta e a procura potencial de serviços e actividades da rede de Centros de Dia e Apoio Domiciliário da cidade de Lisboa.
- Estudo sobre a Procura do Atendimento Social da SCML - análise dos pedidos formulados pelos utentes ao Atendimento Social e das causas dos problemas diagnosticados pelos técnicos, com o objectivo de conhecer a distribuição geográfica de "bolsas de problemáticas" que marcam os territórios de intervenção da Santa Casa.
- Análise Comparativa da Acessibilidade Pedonal e da Recolha e Distribuição de Utentes, e Análise Comparativa de Acessibilidade Pedonal - 2 estudos que tiveram como objectivo apoiar a tomada de decisão relativamente à eventual realocação de equipamentos/respostas com base em critérios de acessibilidade pedonal.

Implementar o projecto de disseminação do SIG

No quadro da consolidação do Sistema de Informação Geográfica, procedeu-se ao desenvolvimento de um WebSIG - Piloto para a Área do Envelhecimento, com vista a disseminar o uso de ferramentas geográficas (SIG).

Um WEBSIG é uma plataforma tecnológica assente em sistemas de informação geográfica, que funciona em tecnologia de rede (internet e intranet), de uso fácil, permitindo que o utilizador comum da internet consiga, de forma intuitiva, a partir de qualquer computador pessoal e em qualquer lugar, editar, consultar, analisar e imprimir informação georeferenciada e dados associados (tabelas e gráficos). São objectivos desta aplicação:

- Dotar os utilizadores de autonomia relativamente à realização de inquirições de base espacial.
- Permitir aos utilizadores a produção de cartografia simplificada para a tomada de decisão, em contexto de reunião ou para inclusão em relatórios.
- Dotar os utilizadores de uma visão abrangente da actividade da SCML, na área do envelhecimento, tendo por base o território como denominador comum.
- Melhorar o conhecimento dos utilizadores sobre a área de envolvimento dos equipamentos/serviços.

Actualmente, o WebSig Piloto conta com 30 temas distintos de informação geográfica em áreas como a demografia, a acção social e a saúde.

Desenvolver a Supervisão Técnica de Equipas de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Risco, Apoio Domiciliário, Serviço de Adopção e EATTL

Tendo presente que a supervisão tem por objectivo qualificar a intervenção e melhorar as metodologias e as estratégias de intervenção, em 2010 assegurou-se a continuidade da Supervisão Técnica enquadrada no Protocolo celebrado entre a SCML e a COFAC/Universidade Lusófona. Este processo abrangeu as Equipas de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Perigo, a EATTL, a Equipa das Casas de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência, bem como as Coordenadoras dos Serviços de Apoio Domiciliário.

A avaliação efectuada evidencia o reconhecimento da melhoria das competências técnico-profissionais dos técnicos envolvidos, com expressão na qualidade da intervenção.

Em 2010 deu-se ainda continuidade à supervisão técnica da equipa do Serviço de Adopção num trabalho que vem sendo realizado desde 2003. Esta foi assegurada por um docente da Faculdade de Psicologia de Lisboa com o objectivo de melhorar a qualidade técnica do serviço e contribuir para o sucesso da adopção.

Garantir Supervisão técnica aos Assistentes Sociais que garantem o Atendimento nas 4 Direcções de Acção Social Local.

Em Outubro foi iniciada a supervisão técnica aos Assistentes Sociais do Atendimento/Acolhimento Social, na sequência do Protocolo de Cooperação entre a Associação de Profissionais de Serviço Social, o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica e a SCML.

Procurando responder às necessidades dos técnicos do Atendimento que acompanham situações de violência doméstica, foi celebrado um Protocolo entre a SCML e a APAV – Associação de Apoio à Vitima – que contemplou uma área de supervisão técnica e outra de formação, a qual abrangeu, além dos técnicos do Atendimento Social, as equipas e os estabelecimentos de idosos.

Considerando os desafios actuais com que a intervenção social se depara, a avaliação interna salienta que a Supervisão Técnica realizada constituiu uma importante mais-valia, quer ao nível do aperfeiçoamento profissional dos técnicos envolvidos, quer ao nível do desempenho e eficiência global das diversas equipas.

Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPEs)

A participação da SCML no AECPEs integrou um vasto conjunto de actividades das quais se destacam as duas Jornadas de Acção Social, subordinadas aos temas “Conhecer a Pobreza: Combater as Desigualdades” e “Educação-Formação e Inclusão: Práticas e Desafios”, realizadas em Junho e Outubro, respectivamente.

Ainda na linha dos encontros públicos foram realizadas 6 sessões informativas e reflexivas, subordinadas aos seguintes temas: “Desenvolvimento Local e Cidadania”, “Encontro Inclusão: Uma Filosofia ao Longo da Vida”, “Escolha Participar”, “Semear o Futuro: A Inovação no Combate à Pobreza e Exclusão Social”, “Sida, Pobreza e Desenvolvimento Humano” e “Caminhos de Inclusão”.

Foram igualmente realizadas, uma exposição constituída por projectos sociopedagógicos no quadro da actividade de 8 equipamentos de 1ª Infância que promovem a inclusão social, e uma segunda exposição de trabalhos fotográficos - Olhares sobre a Pobreza - de formandos da área da Educação/Formação.

Importa salientar que as acções foram concretizadas com a participação de parceiros públicos e privados, empresários, ex-formandos, utentes dos serviços, voluntários e colaboradores da SCML, contribuindo assim para os objectivos do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Estágios

A SCML constitui um recurso importante para diversas Escolas ao permitir a realização de estágios nos seus Serviços e Equipamentos. Esta abertura às Escolas constitui um desafio permanente para a Instituição ao confrontar a sua prática com o conhecimento teórico, constituindo uma mais-valia para ambas as entidades.

No âmbito da Acção Social, foi proporcionada a realização de estágios, em contexto real de trabalho, a 202 pessoas.

73% dos estágios foram concedidos a técnicos superiores. As áreas de Serviço Social e de Educação de Infância foram as que registaram um maior número, com 61 e 43 estágios concedidos, respectivamente.

A área de Enfermagem representou 15% dos estágios concedidos, o que representa um aumento, face aos 6% verificados em 2009.

27%, foram estágios técnico profissionais, com destaque para Auxiliar de Educação (31) e Acompanhante de crianças (10).

Departamento da Qualidade e Inovação

O ano de 2010 constituiu o primeiro ano efectivo de actividade do Departamento da Qualidade e Inovação (DQI) após um 2009 dedicado, sobretudo, à criação e preparação da operacionalização desta nova estrutura departamental da SCML.

No domínio da segurança e saúde no trabalho, voluntariado e segurança física, áreas pré existentes na instituição e agora integradas no DQI, a actividade desenvolvida neste ano objectivou a sua consolidação e a ampliação do universo abrangido pelos serviços prestados. Relativamente às duas áreas novas, qualidade e inovação, 2010 marcou o ano do seu lançamento operacional.

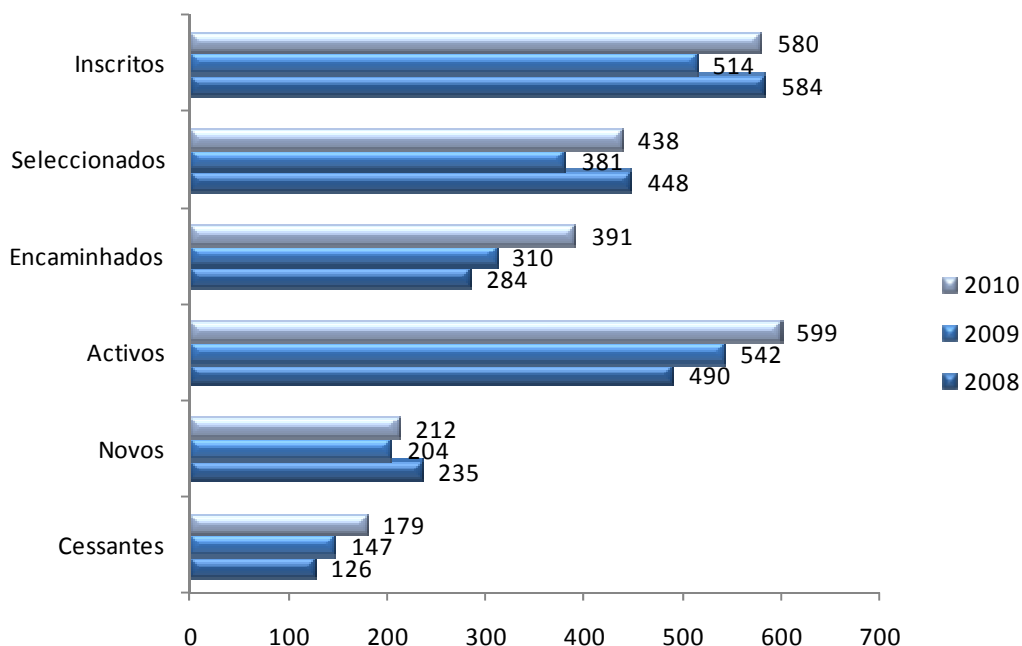
Actividades Desenvolvidas

Voluntariado

No seguimento da reestruturação orgânica de que a SCML foi recentemente alvo resultou a assumpção formal do voluntariado como um dos imperativos estatutários da actividade da instituição. Neste contexto, e dando sequencia aos objectivos traçados para esta área no início do ano, o DQI elaborou a nova Estratégia para a Actividade de Voluntariado da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O propósito desta estratégia é definir as grandes linhas de orientação da área de Voluntariado da SCML e conferir o enquadramento e o suporte necessários à sua evolução – qualitativa e quantitativa – que se ambiciona prosseguir com um novo e reforçado empenho, e em diferentes níveis.

No ano de 2010 registou-se um aumento de 32% nos candidatos inscritos e um aumento de 10,5% nos voluntários activos.

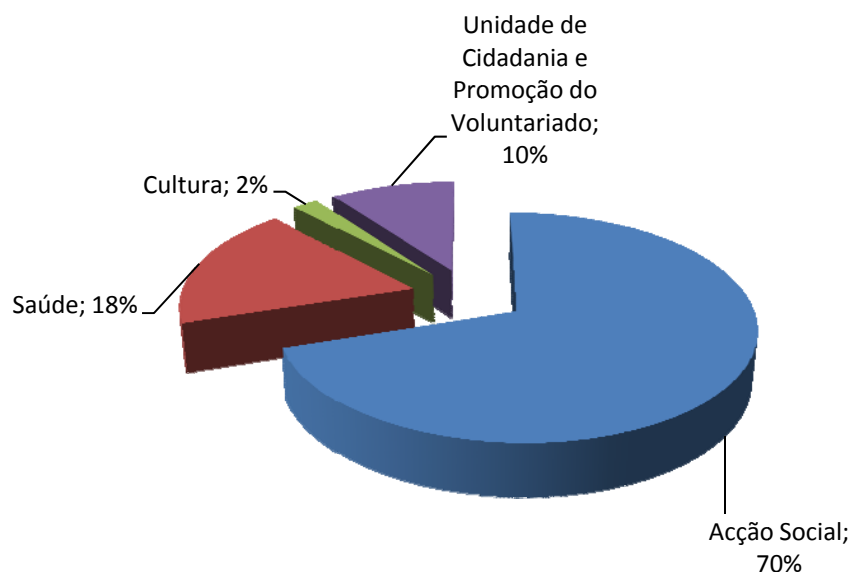
Gráfico nº 29 Indicadores sobre Voluntários da SCML



Ao longo do ano de 2010 colaboraram com a Santa Casa 702 voluntários, sendo a média anual 599 voluntários. De acordo com os indicadores de 2010 exibidos no gráfico, registou-se um aumento de 32% dos candidatos inscritos (580 inscrições) relativamente a 2009, valor que influenciou positivamente o número de candidatos seleccionados (mais 15%) e encaminhados (mais 26%), assim como o aumento, em 10,5%, do número de voluntários activos em relação a 2009.

O número de voluntários novos, isto é os que iniciaram a actividade em 2010, continuou superior ao número de voluntários que cessaram a actividade ao longo do ano.

A rotatividade aumentou para 12% (foi de 9% no ano anterior). Não obstante, o tempo médio de exercício da actividade de Voluntariado continua a situar-se no intervalo entre 3 a 4 anos, o que traduz maior regularidade e responsabilidade na assunção do compromisso do Voluntariado.

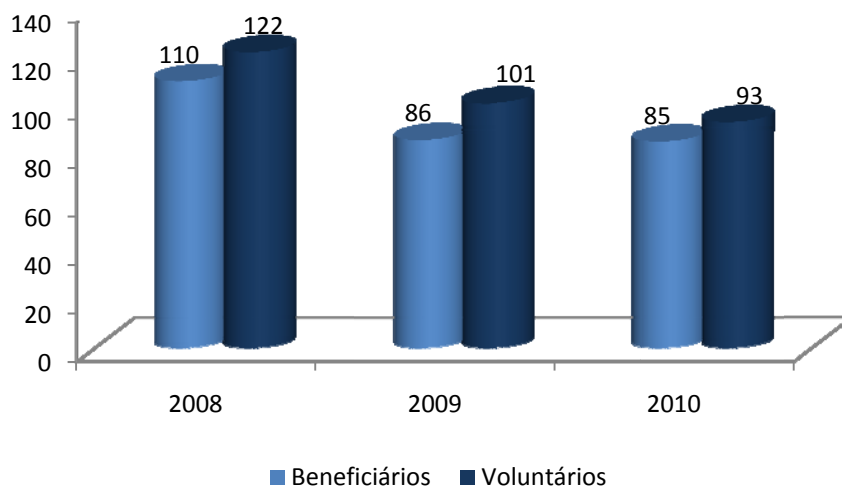
Gráfico nº 30 **Distribuição dos Voluntários por domínios de intervenção**

Analisando a distribuição dos voluntários pelos vários domínios de intervenção verifica-se que a maioria (70%) está integrada na Acção Social. Relativamente à caracterização dos voluntários activos, estes são maioritariamente do género feminino (76%), com habilitações literárias ao nível do ensino superior (57%), activos profissionalmente (55%) e com idade até aos 55 anos (65%).

No âmbito do Gabinete de atendimento, aconselhamento e encaminhamento na área jurídica, em 2010 foram realizados 93 atendimentos de situações encaminhadas pelas Direcções de Acção Social Local, assegurados por 8 voluntários com formação específica na área jurídica. Em relação ao ano anterior verifica-se uma estabilidade no número de atendimentos.

Especificamente no âmbito do Programa Mais Voluntariado Menos Solidão, iniciativa coordenada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e realizada em parceria com as Delegações de Lisboa da Associação Coração Amarelo e Cruz Vermelha Portuguesa, que tem como objectivo apoiar as pessoas com 65 ou mais anos de idade que se encontram em situação de solidão ou isolamento, as acções caracterizaram-se essencialmente pelo apoio a uma média de 85 idosos através de acções desenvolvidas por uma média de 93 voluntários.

Gráfico nº 31 **Voluntários e beneficiários do Programa**
Mais Voluntariado Menos Solidão



Ao nível deste Programa regista-se uma estabilidade no número de beneficiários, possivelmente pelo facto de muitas Juntas de Freguesia estarem actualmente a desenvolver localmente projectos similares.

No que respeita à divulgação e sensibilização para o Voluntariado, realizaram-se 22 acções de divulgação externa (mais 12 que no ano anterior), 11 para a população em geral e 5 para a população juvenil.

No âmbito do Voluntariado Empresarial é de referir a colaboração estabelecida com a Portugal Telecom e com a DHL. Os colaboradores da primeira empresa desenvolveram actividades com as crianças à guarda da SCML, enquanto os da segunda dinamizaram iniciativas dirigidas às pessoas idosas da Residência e Centro de Dia Quinta das Flores.

No que concerne a formação, realizaram-se 12 acções de formação inicial, duas das quais exclusivas para colaboradores da Portugal Telecom, que envolveram 372 candidatos a voluntários (32% de aumento em relação ao ano anterior).

Realizaram-se igualmente 5 acções de formação específica sobre a problemática do envelhecimento que envolveram uma média de 86 participantes e 4 encontros de partilha de experiências que envolveram uma média de 70 participantes, traduzindo-se estes encontros numa efectiva troca de experiências e em momentos de aprendizagem.

Destaca-se ainda a formalização da parceria acordada no final de 2009 com o Centro Nacional de Cultura para a promoção do projecto de voluntariado “Os nós e os laços”, aberto a todas as pessoas que queiram utilizar o seu tempo livre para o desenvolvimento de projectos e acções de voluntariado de âmbito cultural nos estabelecimentos de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, designadamente nos centros de dia e lares de idosos.

Sistema de Gestão da Qualidade

O projecto de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade da SCML teve início em finais de 2009 e tem por objectivos o reforço da dinâmica de inovação da SCML, a qualificação das respostas sociais da SCML com base em metodologias reconhecidas e adaptadas ao terceiro sector e a qualificação organizacional da SCML.

Os Referenciais adoptados são a NP EN ISO 9001:2008 e “Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais”, do Instituto de Segurança Social, numa perspectiva cumulativa e complementar e a metodologia adoptada foi a certificação das respostas sociais da SCML por tipologia. A primeira fase de implementação do projecto abrange as respostas sociais “Creche” e “Centro de Dia”.

Estão abrangidos pelo projecto oito creches e oito centros de dia. O projecto prevê a aplicabilidade dos processos comuns, e que envolvem os serviços instrumentais, a todos os estabelecimentos (candidatura, admissão, plano de desenvolvimento individual, planeamento e realização de actividades, gestão de recursos humanos, aquisição de bens e serviços, etc.)

Considerando o calendário específico de execução das actividades em Creche foi dada prioridade a esta resposta social.

A elaboração do Manual de Processos Creche terminou com a sua aprovação preliminar em Setembro. Foram descritos 6 processos, elaboradas 11 instruções de trabalho e criados ou adaptados diversos formulários.

Em paralelo com os trabalhos da documentação do Manual de Processos Creche, foi também sendo desenvolvido o Manual de Processos dos Centros de Dia.

Os trabalhos relativos ao desenvolvimento do Manual da Qualidade, documento de nível superior onde se define o campo de aplicação do Sistema de Gestão da Qualidade, onde se descrevem os elementos principais desse sistema e a sua interacção e onde se estabelece o modo como a SCML aborda os requisitos da NP EN ISO 9001:2008, tiveram o seu início com a redacção da proposta de Missão, Visão, Valores e Política da Qualidade da Santa Casa e com a estruturação dos objectivos do Sistema de Gestão da Qualidade e do próprio Manual da Qualidade. Para a redacção do seu conteúdo contribuíram os serviços instrumentais, por meio de reuniões de trabalho realizadas com elementos dos mesmos.

No âmbito do projecto de implementação do sistema de gestão da qualidade da SCML, ao longo de 2010 foram realizadas 31 acções de formação sobre a NP EN ISO 9001:2008, sobre a implementação dos processos definidos no âmbito do sistema e sobre o processo Candidatura. Estas acções abrangeram 441 formandos num total de 175 horas.

Considerando a imprescindibilidade de todos os estabelecimentos de Creche terem acesso aos documentos que compõem o Manual de Processos desenvolvido para esta tipologia de equipamentos, e de forma a permitir a sua plena implementação, em Setembro foi criada na Intranet da SCML uma área dedicada especificamente ao Sistema de Gestão da Qualidade, a qual contém toda a informação sobre o projecto e os documentos associados aos Processos de Creche.

Na sequência da reestruturação orgânica da SCML e da criação dos serviços instrumentais, estes passaram também a prestar serviços ao Departamento de Jogos. O respectivo Gabinete de Segurança e Qualidade (GSQ) passou a ter um âmbito de intervenção mais alargado no que concerne a assegurar o cumprimento do referencial ISO 27001 por aqueles serviços, nomeadamente no que se refere aos processos mais críticos ao nível da segurança de informação. O DQI tem participado no processo articulando com o GSQ a implementação paulatina deste referencial nos serviços instrumentais e integrando o Conselho de Segurança dos Jogos.

Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2010 foram desenvolvidas, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), um conjunto de actividades com o objectivo de assegurar, por parte da SCML, o cumprimento dos requisitos legais estabelecidos e a salvaguarda das condições de saúde e

segurança de todos os seus colaboradores.

Relativamente à segurança contra os riscos de incêndio, concertaram-se esforços para implementar os 33 Planos de Segurança e as respectivas medidas de autoprotecção, com prioridade para os estabelecimentos residenciais e para os que estão envolvidos no projecto-piloto de implementação do sistema de gestão da qualidade da SCML. Foi, assim, realizado igual número de exercícios de evacuação ou simulacros no âmbito dessa implementação, medidas que afectam directamente 899 colaboradores, além dos restantes utilizadores dos espaços.

A implementação das medidas de autoprotecção relativas aos Planos de Segurança contemplou a formação dos responsáveis dos estabelecimentos, respectivas equipas de gestão de emergência e de todos os colaboradores dos estabelecimentos identificados.

Quadro nº 35. **Acções de Formação realizadas no âmbito das medidas de autoprotecção implementadas**

Nº DE ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO / FORMAÇÃO REALIZADAS	Nº TOTAL DE COLABORADORES ABRANGIDOS	Nº TOTAL DE HORAS DAS ACÇÕES MINISTRADAS
109	1.294	190

Para além da implementação destes Planos de Segurança, no final de 2010 foram submetidos à apreciação da Autoridade Nacional de Protecção Civil / Comando Distrital de Operações de Socorro, os Planos de Emergência Interna relativos ao Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão e à Escola Superior de Saúde do Alcoitão. Está em fase de elaboração o Plano do Hospital de Sant'Ana.

Foram ainda cumpridos os processos de avaliação dos riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores da SCML, nomeadamente através da avaliação dos locais de trabalho e da realização de propostas concretas de medidas de adequação para eliminar ou reduzir esses riscos até níveis estabelecidos como aceitáveis.

Como resultado foram avaliados 40 estabelecimentos e serviços, abrangendo 1.428 colaboradores. Este exercício envolveu a avaliação de locais de trabalho em diferentes tipologias ou valências, a destacar: seis centros de acolhimento infantil, dois centros de promoção social e uma creche; doze lares de infância e juventude; oito lares residenciais para idosos e um hospital.

No âmbito da adjudicação dos Serviços Externos para a realização dos exames de Medicina do Trabalho (2010-2012), e na sequência de uma análise das condições de saúde dos trabalhadores da SCML e dos diferentes locais de trabalho, foram estabelecidos seis novos protocolos de rotina médica, de acordo com cada categoria profissional (nível de risco).

Durante o ano de 2010 foram agendados e realizados 2.722 exames aos colaboradores da SCML tendo já por base os novos protocolos estabelecidos, atingindo uma percentagem de 90% dos colaboradores com os exames em dia, dando-se assim cumprimento ao estipulado no Código do Trabalho e demais legislação aplicável.

Quadro nº 36. Consultas e Exames de Medicina do Trabalho realizados em 2010

TIPO DE EXAME	SERVIÇOS CENTRAIS	DEPARTAMENTO DE JOGOS	HOSA	CMRA	TOTAL
Admissão	283	11	5	32	331
Inicial	36	0	1	12	49
Periódico	1.869	93	162	140	2.264
Ocasional	51	4	10	23	88
Totais	2.239	108	178	207	2.732

Em 2010 foram participados um total de 278 acidentes de trabalho, mais 23 do que os participados no ano anterior (255). Destes, 56% (156) ocorreram em instalações da SCML - valor que supera o número de acidentes de trabalho ocorridos em instalações da SCML em 2009, um total de 133 -, 26% (73) na via pública, 14% (40) em casa de Amas ou utentes do Serviço de Apoio Domiciliário e 4% (9) noutros locais.

Quadro nº 37. Nº de acidentes de trabalho e em serviço ocorridos em instalações da SCML

Forma do Acidente	Incidência	Dias de Baixa
Queda ao nível	66 (42%)	1.666 dias de baixa
Esforços Excessivos / Entorse	52 (33%)	1.207 dias de baixa
Choque / Pancada de objecto	14 (9%)	100 dias de baixa
Outros	24 (6%)	388 dias de baixa
Total	156 (100%)	3.361 dias de baixa

Reestruturação, reabilitação ou implementação de edifícios ou serviços

O DQI emitiu, sempre que solicitado para tal e dentro do seu âmbito funcional, pareceres relativos às intervenções de reestruturação, reabilitação ou implementação de edifícios ou

serviços. Mais concretamente, os pareceres emitidos pelo DQI neste contexto através da sua Unidade de Qualidade e Segurança reportam à componente de protecção contra-incêndio, segurança, nomeadamente contra intrusão, e de avaliação do cumprimento das recomendações técnicas para equipamentos sociais elaboradas pelo Instituto da Segurança Social.

Durante este ano foram elaborados 22 pareceres.

No que concerne ainda às atribuições e competências técnicas da Unidade de Qualidade e Segurança do DQI, sempre que necessário foram acompanhadas as diversas intervenções de requalificação/remodelação de serviços e instalações, entre elas é de referir o projecto de requalificação das cozinhas da SCML. Com efeito, foram concluídos todos os projectos de intervenção das 10 cozinhas identificadas em 2009 como sendo de intervenção prioritária.

Eficiência energética

A SCML reconhece cada vez mais a imperiosa necessidade e importância de melhorar a sua performance em termos de eficiência energética, de modo a minimizar os impactes ambientais decorrentes das suas actividades e contribuir para uma utilização mais racional dos recursos naturais.

De forma a lançar a implementação de algumas medidas que promovam a eficiência energética da SCML foi estabelecido pelo DQI, em 2010, um contacto com a Fundação EDP com o objectivo de vir a formalizar-se uma parceria para avaliação das condições de eficiência energética de diversas Instalações da Santa Casa.

Também no domínio da eficiência energética foi coordenada pelo DQI a apresentação de uma candidatura das instalações da Obra Social do Pousal ao Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (POR Lisboa) que visa a comparticipação financeira a 50% para a implementação de equipamentos e sistemas que promovam a eficiência energética de edifícios. O processo foi remetido à comissão de gestão de candidaturas do POR Lisboa estando neste momento em apreciação.

Finalmente, no âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade da SCML, foi realizado o diagnóstico da adequação do edificado da Santa Casa aos requisitos da Norma ISO 9001:2009 e dos referenciais do Instituto da Segurança Social (Recomendações

Técnicas para Equipamentos Sociais). Os trabalhos realizados incidiram, fundamentalmente, no levantamento de características e classificação dos critérios de conformidade.

Manutenção e operacionalidade de equipamentos de segurança

No âmbito das suas funções o DQI assegurou a manutenção preventiva e as intervenções correctivas ou resolução de avarias aos sistemas eléctricos/electrónicos de segurança. O esforço realizado permitiu a realização de manutenção preventiva a todos os sistemas instalados.

Acresce que, durante este período, foram realizadas 130 intervenções de reparação de equipamentos dispersos pelas diversas instalações da SCML.

Licenciamento de equipamentos junto de autoridades externas

A exploração de equipamentos de segurança acarreta diversas vezes o correcto licenciamento dos sistemas. Neste sentido torna-se necessário licenciar novas instalações bem como manter acompanhados e actualizados os elementos relativos a cada sistema.

O trabalho desenvolvido compreendeu o licenciamento junto da Autoridade Nacional de Protecção de Dados dos sistemas de Videovigilância instalados directamente sob coordenação do DQI ou no âmbito de obras realizadas pela Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos. À semelhança destes sistemas também os equipamentos de alarme que recorram a sirenes exteriores necessitam de semelhante licenciamento, tendo este sido realizado para todas as novas instalações junto da autoridade competente para o efeito, a Polícia de Segurança Pública.

Instalação de novos equipamentos de segurança

Considerando-se primordial a segurança de pessoas e dos bens da Instituição, foram instalados 25 novos sistemas.

Vigilância Humana

Para a componente da segurança física manteve-se a gestão técnica do contrato de prestação de serviços que a SCML mantém com a empresa Charon – Segurança e

Vigilância, S.A, correspondendo esta aos serviços de vigilância afecta a 44 Instalações da SCML, envolvendo 58 elementos de vigilância.

A eficácia e monitorização dos serviços prestados é verificada periodicamente através de inquéritos de satisfação realizados aos responsáveis pelas instalações onde o serviço é prestado. Durante o ano de 2010 foram realizados 176 inquéritos, sendo que depois da devida análise foi necessário, em diversos casos, ajustar métodos, práticas e horários da prestação dos serviços. A avaliação média obtida da satisfação com os serviços é de 3,43 (bom +) numa escala de 1 (insuficiente) a 4 (muito bom).

Por fim e como forma de manter actualizados e uniformes os procedimentos a realizar pelos diversos postos de vigilância (44 postos), foi elaborado um conjunto de normas que servem como ferramenta de trabalho, possibilitando que a actuação diária ou em emergência do vigilante seja realizada de uma forma eficaz e sustentada e permitindo uma mais fácil e ampla integração na actividade, e em tempo reduzido, de qualquer novo elemento.

Manutenção dos Meios de 1.ª Intervenção

Em 2010, manteve-se a inspecção e manutenção ou reposição integral do parque de extintores, bocas-de-incêndio e carretéis de acordo com a norma NP 4413:2006, cobrindo a totalidade (100%) dos nossos estabelecimentos.

Formação

Foram promovidas 153 acções de sensibilização e formação nas áreas de segurança e saúde no trabalho, segurança de pessoas e bens, qualidade, ambiente e segurança e higiene alimentar que abrangeram 1.925 colaboradores da SCML.

A contínua aposta e investimento em formação nestas diversas áreas tem contribuído decisivamente para o reforço da cultura de segurança na SCML e consequente melhoria das condições de segurança dos nossos trabalhadores e utentes.

Inovação Social

Através da Deliberação da Mesa n.º 118/2010, de 11 de Fevereiro, foi aprovada a Estratégia do Departamento da Qualidade e Inovação para a área de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para 2010.

Este documento contempla, a par com um eixo de medidas externas, de âmbito nacional, um eixo de medidas internas, que têm como objectivo potenciar e promover a dimensão de inovação intrínseca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através de quatro programas: Programa interno de reconhecimento de ideias; Programa de apoio à concretização de ideias e projectos de inovação social; Programa de apoio à investigação científica em inovação social; Programa de realização de eventos sobre inovação social.

Toda a actividade desenvolvida pelo DQI em 2010 no âmbito da inovação social teve portanto, como referencial, a estratégia delineada para esta área de intervenção do departamento.

No primeiro trimestre de 2010 foi estabelecida uma parceria com a TESE – Associação para o Desenvolvimento, com o propósito daquela entidade apoiar o departamento na definição do seu posicionamento no contexto da inovação social ao nível nacional e internacional, na identificação de potenciais parcerias a estabelecer para atingir os objectivos delineados e, em particular, na estruturação e operacionalização dos programas previstos na Estratégia de Inovação Social.

Desta parceria, centrada em três dos programas, resultou a realização das seguintes acções:

Para o programa interno de reconhecimento de ideias:

- Identificação de metodologias para recolha e selecção de ideias internas
- *Benchmark* de ferramentas e metodologias de *crowdsourcing*²
- Apoio na identificação de potenciais fornecedores

Para o programa de apoio à concretização de ideias e projectos de inovação social:

- *Benchmark* nacional e internacional para a selecção dos critérios de avaliação e selecção dos projectos

² Modelo de produção de inovação que utiliza a inteligência e os conhecimentos colectivos e voluntários espalhados pela Internet para resolver problemas, criar conteúdos e soluções ou desenvolver novas tecnologias e novas ideias.

- Benchmark nacional e internacional dos potenciais projectos nacionais e internacionais a implementar
- Selecção da short list de potenciais projectos a implementar na SCML
- Apoio no estabelecimento de parcerias

Para o programa de realização de eventos sobre inovação social:

- Mapeamento dos principais eventos/oradores nacionais e internacionais sobre inovação social a decorrer em 2010
- Apoio na definição das linhas orientadoras dos temas para os eventos e oradores

A parceria terminou, como definido nos termos do seu estabelecimento, em Junho.

Quadro nº 38. **Iniciativas de Inovação Social realizadas**

II Seminário de Inovação e Empreendedorismo Social – parceria com o DEES
Prémio Microfilmes para Macrocausas - em parceria com o <u>Clube Português de Artes e Ideias</u> e o <u>SAPO.PT</u> .
Projecto “Com Mais Cuidado” em parceria com a MAPFRE
Projecto Do Something.pt em parceria com a TESE
Projecto Action for Age em parceria com a EXPERIMENTA

No terceiro trimestre foram concretizadas duas iniciativas de inovação social, ambas no contexto do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social: o II Seminário de Inovação e Empreendedorismo Social (II SIES) e o Prémio Microfilmes para Macrocausas (MMCAUSAS), sendo que este último constituiu uma actividade paralela do programa do primeiro.

O *Projecto Com Mais Cuidado*, promovido pela Fundação Mapfre e realizado em parceria com a SCML, tem como principal objectivo fomentar a prevenção de acidentes domésticos junto da população sénior utente dos diversos serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A primeira fase decorreu entre Outubro e Dezembro de 2010 com a realização de acções de formação de coordenadores do Serviço de apoio Domiciliário e sessões de sensibilização dos utentes de centros de dia.

O *Projecto Action for Age* é uma iniciativa e uma ideia original da Royal Society for Encouragement of Arts, Manufacture and Commerce do Reino Unido (RSA), desenvolvida em Portugal pela Experimenta e que visa explorar o papel do design face aos complexos desafios que nos coloca o fenómeno do envelhecimento.

A sua segunda edição, de que a SCML é parceira financeira e estratégica, foi lançada no dia 5 de Novembro e tem como principais objectivos consolidar uma rede para o design social e a intergeracionalidade em Portugal; mobilizar alunos e escolas superiores de design para as problemáticas de cariz social; desenvolver projectos intergeracionais inovadores para solucionar desafios concretos; produzir referenciais de boas práticas internacionais e realizar um projecto de carácter internacional centrado na área do design social para a intergeracionalidade, através da promoção de projectos de alunos de design de todo o país.

Para além do subsídio financeiro atribuído ao projecto, a SCML está representada na sua comissão de acompanhamento, comissão de peritos e júri.

O *Projecto Do Something.pt*, do qual a SCML se tornou um dos parceiros financeiros e estratégicos, é uma adaptação do projecto norte-americano Do Something.org, inédita no nosso país, com uma abordagem inovadora da promoção da cidadania, da participação cívica e do voluntariado entre os jovens, estimulando e valorizando o papel dos jovens na mudança social e na melhoria da qualidade de vida das suas comunidades.

O projecto foi lançado durante o verão de 2010 e, até ao final do ano, já contava com cerca de 1.000 jovens registados no seu site, 18 clubes formados e 25 organizações inscritas com oportunidades de voluntariado e de participação cívica.

No final de Dezembro a SCML estabeleceu uma parceria com a Fundação Benfica para a realização do *Projecto Para ti se não faltares*, a operacionalizar no início de 2011, e que, com uma metodologia inovadora, objectiva a capacitação e o combate ao absentismo, abandono e insucesso escolar de crianças e jovens em risco.

Os gastos totais do DQI em 2010 atingiram os 1.381 mil euros.

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

O Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (DEES) tem por missão promover, divulgar e apoiar a criação e desenvolvimento de iniciativas no âmbito do empreendedorismo e economia social.

O ano de 2010 foi caracterizado pela redefinição, a partir de Abril e coincidente com o início de funções do director do departamento, do plano de actividades original, cujas alterações finais só foram aprovadas em Julho, data que marcou o efectivo arranque da implementação dos novos programas de empreendedorismo e de economia social.

Actividades Desenvolvidas

Consideraram-se cinco domínios de actividade em 2010, designadamente: Promoção de agentes e redes de empreendedorismo social; Criação e integração de iniciativas de empregabilidade e empreendedorismo de base local; Qualificação e valorização de profissões tradicionais; Implementação sustentada de iniciativas de empreendedorismo; Operacionalização do departamento.

Promoção de agentes e redes de empreendedorismo social

Neste domínio, foi apresentada superiormente a proposta de criação do Prémio de Inovação e Empreendedorismo Social, em parceria com o DQI (Departamento de Qualidade e Inovação), através da elaboração do documento de enquadramento do programa, com os objectivos de dinamizar, premiar e apoiar as boas práticas de inovação e de empreendedorismo realizadas em Portugal.

Foram também realizados quatro workshops, que contaram com a presença de 228 participantes, com as seguintes temáticas: Empreendedorismo Social (130 participantes); Apresentação da Organização Ashoka (51 participantes); Apresentação da Organização CresAçor (28 participantes); A crise internacional e as respostas da Economia Social (19 participantes).

Os workshops contaram com a participação, para além de pessoas individuais, de representantes de entidades ligadas ao Terceiro Sector, entre Fundações, Bancos, Universidades e Associações de Economia Social.

Ainda neste domínio, foi realizado o Seminário “Inovação e Empreendedorismo Social”, subordinado ao tema “Os novos desafios em contexto de mudança”, em parceria com o DQI. Coube a este último a produção do evento, tendo o DEES participado no desenho do programa, na identificação dos públicos-alvo, na elaboração do prémio microfilmes para macro-causas, na definição da imagem do evento, na elaboração da base de dados para divulgação do evento, na tradução de informação diversa, na preparação de documentos de suporte e na comunicação com participantes e oradores.

No que diz respeito à participação em congressos e palestras, o DEES apresentou comunicações nos seguintes eventos:

- 4º Congresso Marvila Beato 2015 – Visão Urbana para 2015, Planeamento e Requalificação Urbana, Cidadania e Vivência em comunidade, factores de coesão de desenvolvimento económico e social, e empreendedorismo social e empresarial (organização: Juntas de Freguesia de Marvila e do Beato);
- Jornadas de Acção Social – Educação, Formação e Inclusão – Intervenção social nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social – Os impactos e estratégias da educação-formação na redução de vulnerabilidades sociais e no desenvolvimento da empregabilidade (organização: DIAS-SCML);
- Conferência “Cidades Solidárias... que Futuro?” – Apresentação e debate de comunicações versando os temas do talento, da criatividade, da participação pública e da responsabilidade social como factores chave de construção de territórios inteligentes (organização: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo);
- IV Semana de Ideias e Negócios – Encontro de partilha e de descoberta de projectos de empreendedorismo social e inclusivo (organização: Núcleo Empreendedor Liga-te).

Para além das comunicações supra mencionadas, o DEES fez-se representar nos seguintes eventos:

- Fórum Nacional de Economia Social e Solidária – Encontro de Organizações do Terceiro Sector (organização: CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social);

- Conferência “Emprego – Direito a um Trabalho Digno” – Estratégias de promoção de cidadania e de empregabilidade para todos (organização: Instituto da Segurança Social);
- Lançamento do Fundo Bem Comum – promoção e apoio de projectos empresariais de desempregados e pré-reformados com mais de 40 anos – (organização: Associação Cristã de Empresários e Gestores);
- Conferência “Ser Pobre em Lisboa” – Reinventar as políticas sociais – políticas sociais actuais e novas propostas de actuação (organização: DIAS-SCML);
- Conferência Internacional sobre Responsabilidade Social das Empresas (RSE) – debate sobre RSE com base em casos de boas práticas com impacto na criação de emprego (organização: Representação da Comissão Europeia em Portugal);
- Seminário “Trabalho, Políticas Activas de Empreendedorismo e Estratégia EU 2020” (organização: Comissão Parlamentar de Trabalho, Seg Social e Administração Pública).

No que diz respeito à parceria com a ASHOKA – Associação de cariz global de empreendedores sociais de excelência – e apesar de ser uma actividade cuja definição do protocolo e arranque do programa estão programados apenas para 2011, foram iniciadas neste ano as reuniões com membros da ASHOKA, para afinação da metodologia, em parceria interna do DEES e do DQI.

Criação e integração de iniciativas de empregabilidade e empreendedorismo de base local

No âmbito do programa de Promoção de Empreendedores Sociais (PES), que tem como objectivo desenvolver, junto de comunidades desfavorecidas da cidade de Lisboa, um conjunto de respostas de base local que visem a inclusão social e profissional de indivíduos desfavorecidos perante o mercado de trabalho, foi concluído o desenho do projecto, foram definidos os territórios de actuação, designadamente, Ajuda, Alcântara, São João, Beato e Alto do Pina (parceria com TESE que fez o estudo e avaliação territorial), e foram estruturadas as parcerias com o ISCTE/AUDAX e com a Câmara Municipal de Lisboa. Prevê-se o arranque da intervenção nos territórios no decorrer do primeiro trimestre de 2011.

No domínio do programa de formação de Líderes Locais de Economia Solidária, enquanto projecto de capacitação de indivíduos para a dinamização de redes locais de economia social e solidária, integrado no projecto PES supra mencionado, foram desenvolvidos os trabalhos

preparatórios nos domínios da formação e capacitação em assuntos de liderança, a iniciar em 2011.

No que diz respeito ao Latitude, as razões de avanço da definição deste programa em 2010, apesar de não previsto em plano, prendem-se, por um lado, com a necessidade de se criar um programa de fomento da empregabilidade complementar ao programa de empreendedorismo (Apoio ao Empreendedor), de forma a integrar ambos no Sistema de Informação e Gestão, em simultâneo, e, por outro lado, com a necessidade de ter este programa em pleno funcionamento, no momento de abertura do Clube da Empregabilidade e do Empreendedorismo. Assim sendo, e no que toca ao programa Latitude, foi planeada e desenvolvida a metodologia de actuação, e foram dados os contributos necessários para o desenho dos requisitos funcionais do programa, a integrar no Sistema de Informação e Gestão.

Qualificação e valorização de profissões tradicionais

Este programa tem como objectivo a dinamização de profissões com elevada tradição na cidade de Lisboa, em concreto as profissões de Engraxador e de Cauteleiro, traduzindo-se na recuperação e na dignificação destas actividades emblemáticas, com recurso à prestação de formação em competências sociais e técnicas, bem como cedência de kit de material e farda.

Neste domínio, e no que diz respeito ao projecto de valorização de Engraxadores, foi realizado o estudo prévio de enquadramento geral da profissão, bem como desenvolvido e aprovado o desenho final do projecto, que define objectivos, metodologia, destinatários, parceiros, custos e modelo de avaliação. Foram igualmente seleccionados e aprovados os parceiros, designadamente, CAIS, ISCTE e IADE, e elaborados os protocolos específicos. Foram ainda iniciadas as primeiras actividades com os parceiros, nomeadamente, o levantamento de engraxadores em actividade e jovens para ingresso na profissão, a selecção do mestre-engraxador e o arranque dos trabalhos conceptuais de design do kit do engraxador e da cadeira do cliente.

No que toca ao projecto de valorização de Cauteleiros, foi realizado o estudo prévio de enquadramento geral da profissão, com vista ao desenvolvimento da metodologia do projecto.

Implementação sustentada de iniciativas de empreendedorismo

O programa de Apoio ao Empreendedor tem como finalidade a promoção de iniciativas empreendedoras através do apoio à concessão de crédito e à capacitação dos candidatos, provendo-lhes acesso a recursos técnicos e financeiros que os habilitem ao desenvolvimento sustentado de iniciativas de criação de auto-emprego. Neste domínio, foram desenvolvidas as seguintes acções preparatórias, que visaram a implementação do referido programa:

- Realização do desenho macro e da metodologia de intervenção do programa;
- Definição dos requisitos funcionais do programa, ao nível do desenho de processos do Sistema de Informação e Gestão;
- Negociação e fecho de contrato com o ISCTE /AUDAX para o desenvolvimento de metodologia de divulgação, de avaliação de competências, de formação e de apoio técnico na preparação e implementação dos negócios;
- Apresentação de propostas e negociação para realização de protocolo de linhas de microcrédito com a Caixa Geral de Depósitos e o Montepio Geral (renegociação);
- Atendimento e elaboração de diagnóstico de candidatos ao programa, encaminhados pelos serviços de Acção Social;
- Acompanhamento dos processos de microcrédito ao abrigo do protocolo existente com o Montepio, de acordo com metodologia definida.

Operacionalização do departamento

Neste domínio, as duas principais actividades a destacar são a operacionalização do Clube da Empregabilidade e do Empreendedorismo e a configuração do Sistema de Informação e Gestão.

Quanto à primeira, a operacionalização do Clube da Empregabilidade e do Empreendedorismo, foi identificado o local onde irá funcionar e foram iniciados os estudos, conjuntamente com a DIGIE, para definição de recursos a afectar, forma de distribuição de espaços e levantamento de necessidades de equipamentos. Foi desencadeado o processo de consulta de mercado para realização das obras de adaptação do espaço. Foi adjudicada a aquisição de equipamentos informáticos e administrativos.

Quanto à configuração do Sistema de Informação e Gestão, foi contratada uma prestação de serviço com a Consultora SEBASI, para desenho e implementação do SIGEES (Sistema

de Informação e Gestão de Empreendedorismo e Economia Social), que garanta o registo individual dos clientes DEES no que se refere a inscrição, avaliação, orientação e encaminhamento, formação, consultoria técnica, definição de plano de negócio, aprovação de crédito, acompanhamento, encaminhamento para emprego, entre outras vertentes. Neste ano, foi feito o desenho macro dos programas que vão integrar o sistema, numa fase inicial, designadamente, o programa de Apoio ao Empreendedor e o programa Latitude.

Ainda no domínio da operacionalização do Departamento, foi reforçada a equipa, com a entrada de dois técnicos, um da área jurídica e outro da área de relações internacionais.

Os gastos totais do DEES, em 2010, atingiram 612,9 mil euros.

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

O ano de 2010 foi o ano da plena consolidação das alterações produzidas pela aprovação dos novos Estatutos da SCML pelo Decreto – Lei n.º 235/2008, de 03 de Dezembro, e consequente reestruturação orgânica. Assim, o exercício foi essencialmente caracterizado pela continuação da dinâmica e transformação iniciada em 2009.

Actividades Desenvolvidas

Obedecendo à orgânica funcional aprovada, apresenta-se de seguida e para cada uma das várias áreas funcionais que compõem o Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP), um resumo da actividade desenvolvida durante o exercício de 2010.

Direcção de Gestão Imobiliária e Património

Em 2010 foram iniciadas e/ou adjudicadas obras de requalificação nos prédios que abaixo se descrevem, num investimento total de cerca de 3,141 Milhões € (a que acresce o IVA):

Quadro nº 39. **Obras de requalificação iniciadas/adjudicadas**

Prédio	Designação	Valor
1.01.0039.88	Calçada do Lavra, n.º 11, Lisboa	537.382,71 €
1.01.0047.88	Rua de S. Boaventura, n.º 54 a 58/Travessa Conde de Soure, n.º 7., Lisboa	211.692,51 €
1.01.00162.88	Rua Barão Sabrosa, n.º 257, Lisboa	388.339,41 €
1.01.0173.88	Praça das Flores, n.ºs 54/55, Lisboa	279.127,20 €
1.01.0185.88	Calçada da Tapada, n.º 63, em Lisboa	698.500,42 €
1.01.0188.88	Rua Eduardo Coelho, n.º 97 a 101, Lisboa	263.744,32 €
1.01.00269.88	Avenida Estados Unidos da América, 116, 116A e 116B, em Lisboa	762.480,27 €

Ao nível de fracções/fogos realizaram-se as seguintes intervenções, num gasto total de 21 mil € (a que acresce o IVA):

Quadro nº 40. Intervenção em fracções/fogos

Prédio	Designação	Valor
2.01.0719.88	Rua Dr. Francisco Inácio 26, 1ºEsq, Costa da Caparica	2.050,00 €
1.01.0249.02	Rua Almirante Reis 77, 1º - Sacavém	6.800,00 €
3.01.00238.88	Av. Ressano Garcia 11, 3ºDto, Lisboa	3.907,00 €
2.01.0239.88	Rua de Almada, 16, 1.º Dt.º, Costa Caparica	4.301,80 €
1.01.0001.88	Campo Sta. Clara 160, 5ºB, Lisboa	4.195,00 €

O ano terminou com 6 Projectos em curso (preparação para o licenciamento) e 17 Projectos em apreciação nas Câmaras e IGESPAR, tendo sido aprovados 13 Projectos.

No que se refere a aquisições, alienações e permutas, foram formalizadas as operações do Prédio 1.01.0731 sito na Rua da Guiné, n.º 6 e 6A, Prior Velho (Armazém), no valor de 3.250.000 €, e o prédio 9.01.0781 sito na Rua dos Lagares D'EL Rei n.º 4, fracção E, Arroios (Lar de Idosos de Sta. Joana Princesa), no valor de 3.700.000 €.

Foram alienados 7 prédios rústicos e urbanos no valor global de 14.110.063 € e efectuadas permutas no valor de 314.000 €. Das alienações destaca-se a dos prédios na R. Rodrigues Sampaio, 13, 13B e Av. Da Liberdade, 190, 194, 194 A e 194 B (ao FIIF Santa Casa 2004), no valor de 13.221.500€.

No que se refere a operações em análise, a 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se em apreciação/negociação: a aquisição de um Terreno em Pedrouços (Loteamento de Iniciativa Municipal); a alienação de um Terreno em Casais do Araújo, Marteleira, Lourinhã; a permuta de um Imóvel sito na Av. Casal Ribeiro, n.º 37 a 53, em Lisboa (Prédio n.º 1.01.0054), por fracções autónomas num edifício sito na Av. Almirante Reis (propriedade do FIIF Santa Casa 2004); e a aquisição do Prédio sito no Paço da Rainha, Lisboa (que se encontra em compropriedade - Legado de Carlos Marques).

Em termos de Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Santa Casa 2004 (FIIF Santa Casa 2004), a sua situação económica e financeira era caracterizada da seguinte forma:

Quadro nº 41. Evolução da composição do FIIF Santa Casa 2004

Valores em Milhões de €

FIIF SANTA CASA 2004	2008	2009	2010	Varição 10/09 (%)
Valor Investido	50,0	50,0	50,0	0%
Valor dos Prédios	38,5	38,5	38,5	0%
Cash	11,5	11,5	11,5	0%
Valor Global Liquido	55,3	59,4	55,4	-7%
Valor do Activo	57,7	62,0	63,7	3%
Valor dos Prédios	53,9	59,3	58,5	-1%
Cash	3,8	2,8	5,2	86%
Valor do Passivo	-2,4	-2,7	-8,2	204%
Empréstimos	-2,6	-3,0	0,5	-117%
Outros Devedores/Credores	0,2	0,3	-8,7	-3000%
N.º de Prédios	11	11	11	0%
N.º up	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0%
Valor Unitário da up (€)	5,5299 €	5,9360 €	5,5447 €	-7%
Total de Rendas Anuais	1,498	1,548	1,428	-8%
Rendibilidade				
Do Fundo (Desde Inicio)	10,60%	18,72%	10,89%	-7,8 p.p.
Da Carteira (yield)	2,78%	2,61%	2,44%	-0,2 p.p.

A rendibilidade do Fundo desceu 7,8 p.p. relativamente a 2009 voltando a registar valores próximos dos observados em 2008.

Unidade de Benemerências e Activos

À Unidade de Benemerências e Activos compete principalmente, garantir a correcta exploração dos bens imóveis não afectos aos fins sociais da SCML, proceder ao controlo da ocupação do património da SCML, desenvolvendo as necessárias diligências em situações de regularidade, bem como proceder à análise jurídica de inquilinato dos ocupantes dos imóveis da SCML.

A 31 de Dezembro de 2010, o património imobiliário da SCML era composto da seguinte forma:

Quadro nº 42. Evolução do Património Imobiliário, números

	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
PRÉDIOS URBANOS	373	379	385	2%
Edifícios	248	250	257	3%
Propriedade Plena	234	237	244	3%
Compropriedade	10	9	9	0%
Nua Propriedade	1	1	2	100%
Outras Situações	3	3	2	-33%
Fracções Autónomas	113	118	120	2%
Propriedade Plena	103	110	116	5%
Compropriedade	0	0	0	-
Nua Propriedade	7	5	4	-20%
Outras Situações	3	3	0	-100%
Terrenos Urbanos	12	11	8	-27%
Propriedade Plena	12	11	8	-27%
Compropriedade	0	0	0	-

Quadro nº 43. Evolução do Património Imobiliário – Prédios Rústicos, números

	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
PRÉDIOS RÚSTICOS	111	111	123	11%
Propriedade Plena	102	102	119	17%
Compropriedade	1	1	4	300%
Outras Situações	8	8	0	-100%

Em 31 de Dezembro de 2010 o património imobiliário inclui ainda 22 prédios mistos e 1.279 jazigos.

Quanto à afectação dos imóveis de acordo com o seu fim, tem-se:

Quadro nº 44. **Evolução da Afectação do Património Imobiliário, números**

Imobilizado afecto à actividade	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Edifícios da SCML	37	36	35	-3%
Fracções da SCML	96	97	80	-18%
Fracções arrendadas pela SCML	25	30	34	13%
Imóveis arrendados pela SCML	5	6	6	0%
Protocolos entidades (com pagamento de taxa)	31	29	27	-7%
Protocolos entidades (sem pagamento de taxa)	25	24	24	0%
Outras Situações	30	35	10	-71%
IMOBILIZADO AFFECTO AO RENDIMENTO				
Edifícios Urbanos	211	214	222	4%
Andares/Fracções Autónomas	63	72	40	-44%
Prédios Rústicos	12	12	123	925%

Deu-se continuidade à desocupação de prédios que se encontravam em mau estado de conservação, tendo sido efectuados 18 realojamentos.

Núcleo de Cadastro e Registos

Com o objectivo de regularizar a situação jurídica e registral dos imóveis herdados, legados ou doados foram solicitadas 220 certidões de registo predial e 14 certificações de documentos tendo sido concluídos 45 Registos.

Realizaram-se 9 escrituras públicas ao longo do ano 2010. Foram organizados e actualizados 159 processos no arquivo do cadastro dos prédios urbanos e rústicos da SCML. Continuou-se com a actualização da informação relativa às características dos bens imóveis que integram o património da SCML, no Sistema de Informação do Património (SIP), nomeadamente a digitalização e anexação de documentos, tais como fotografia do prédio, caderneta e certidão predial, escrituras e licenças, que tem permitido uma significativa melhoria na capacidade de resposta do Núcleo de Cadastro e Registos.

Núcleo de Benemerências

Ao longo do ano de 2010 foram analisados e sujeitos a prova de vida um total de 74 processos de benemerências prometidas antigas, dos quais 18 foram arquivados por revogação dos respectivos testamentos que, em tempo, beneficiavam a SCML, e 7 vieram a concretizar-se em heranças/legados a favor da SCML.

No decorrer do ano foram abertos 7 novos processos de benemerência prometida, que, junto aos anos transactos, perfazem um total de 93 processos em curso. Foram tomadas as diligências necessárias e finalizados 25 processos de benemerência.

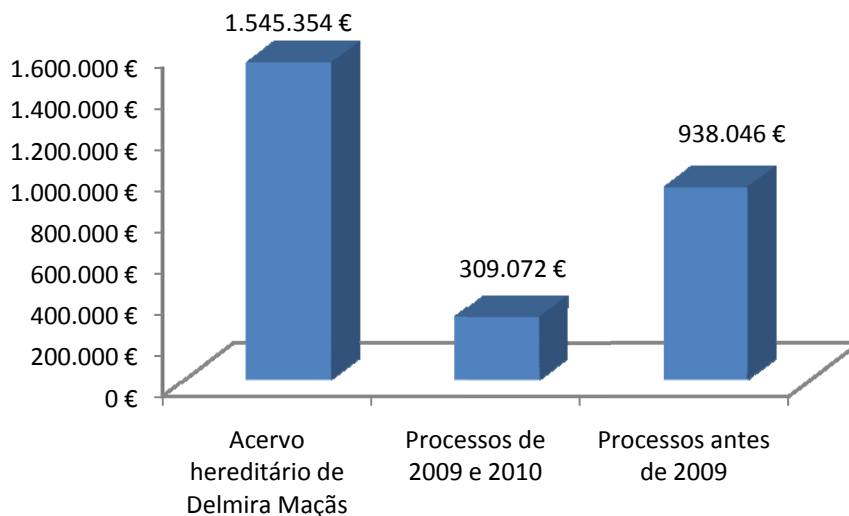
Procedeu-se à instrução dos processos respeitantes à aceitação ou repúdio de heranças, legados e doações a favor da SCML. Em 2010, foram aceites cinco heranças e legados e repudiada uma.

Os encargos com missas e legados pios foram de 7.600 € e os encargos com pensões atingiram o montante de 52.211€.

Foram pagos os Prémios Nunes Correa Verdades de Faria, instituídos pelo benemérito Enrique Mantero Belard, no valor de 23.077€.

Foram aceites 80 propostas de donativos, das quais 28 em numerário, totalizando o montante de 45.870€.

Os activos financeiros (numerário, saldos de contas bancárias, títulos, acções, obrigações, seguros e certificados de aforro) transferidos para o domínio da SCML via benemerências foram valorizados em 2.792.472,24€, sendo que a distribuição se apresenta no gráfico infra.

Gráfico nº 32 **Activos Financeiros transferidos para a SCML - 2010**

No que se refere a Imóveis, registou-se um total de 82 prédios, correspondente a um valor total de 436.069,02€, sendo 68 prédios provenientes da Herança Delmira Maçãs (contabilizados pelo critério dos artigos matriciais) e 14 prédios provenientes das demais benemerências.

Destacam-se, ainda, as seguintes acções realizadas ao longo do ano de 2010:

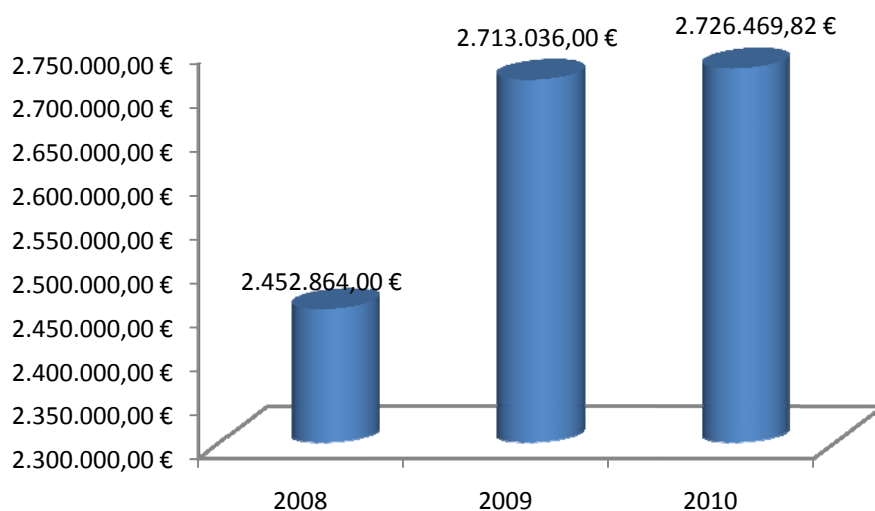
- Lançamento dos livros dedicados aos Beneméritos Claudina Chamiço e Enrique Mantero Belard, no âmbito da “Colecção Beneméritos”, desenvolvida conjuntamente pelo DGIP e Centro Editorial/ SG;
- Envio a todos os Benfeitores de um exemplar de cada um dos Livros editados no âmbito da Colecção Beneméritos;
- A publicação na Revista Cidade Solidária do artigo “O papel das Benemerências no contexto da missão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”;
- Envio semestral a todos os Benfeitores de um exemplar da Revista Cidade Solidária.

Por ocasião da celebração anual da missa pelos Benfeitores no Mausoléu da SCML, foi organizada no dia 02 de Novembro uma visita ao Museu de São Roque especialmente dedicada aos Promitentes Beneméritos e Beneméritos, à qual se seguiu um momento de confraternização que permitiu o estreitamento de laços entre os participantes.

Núcleo de Prédios e Jazigos

Ao longo do ano foi autorizada a celebração de 32 novos contratos de arrendamento, tendo o ano terminado com um total de 770 contratos de arrendamento, ou seja, mais 4,34% do que em relação ao ano 2009 (738 contratos).

A evolução das rendas processadas apresentou o seguinte comportamento:

Gráfico nº 33 **Rendas Processadas**

Verificando-se nas rendas processadas um aumento de 11% em relação a 2008, e de 0,50% em relação a 2009.

Foi autorizado a cessação de quarenta seis contratos de arrendamento e deu-se continuidade à regularização e formalização dos contratos de arrendamento, comodatos e aditamentos, conforme quadro infra:

Quadro nº 45. – **Evolução dos Contratos, números**

Formalizações	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Contratos de arrendamento celebrados	13	19	50	163%
Contratos de comodato celebrados	1	2	5	150%
Aditamentos efectuados a contratos em vigor	20	13	18	38%
Cessações de contratos	0	4	2	-50%

As prestações de contas das “compropriedades” relativas ao ano 2009 (processadas em 2010) são as que constam do quadro infra:

Quadro nº 46. Prestação de Contas das “Compropriedades”

Compropriedades	Saldo Final	Quota-parte da SCML
João Celestino Pereira Sampaio	90.090,48 €	11.624,57 €
Francisco Soares Franco	1.571,08 €	625,98 €

No ano de 2010, foram realizadas um total de 1.458 visitas a imóveis, por força das várias actividades da Unidade.

No que diz respeito ao Inventário, foi dada continuidade às actividades de gestão e controlo dos bens móveis dos Serviços Centrais e do Departamento de Jogos:

Quadro nº 47. Inventário, número

Inventário	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Bens inutilizados	1.795	2.798	14.728	426%
Bens desnecessários (armazém)	839	408	908	123%
Bens transferidos	352	232	8.468	3550%
Requisitados	21	52	84	62%
Visitas a serviços/centros de custos	30	40	39	-3%
N.º de bens conferidos por centro de custo	2.382	731	247	-66%
N.º de bens inventariados	3.182	760	70	-91%

Referência especial para o início dos trabalhos de revisão e redefinição de um novo Manual de Procedimentos de Gestão de Imobilizado.

Unidade de Gestão e Valorização

De acordo com as competências desta Unidade foram efectuadas 143 avaliações, 6 levantamentos topográficos / arquitectónicos, 62 cálculos de rendas e 5 verificações de notificações de IMI.

Foram também adjudicados 35 pedidos de Certificações Energéticas ao longo do ano de 2010, com vista à celebração de contratos de arrendamento.

Unidade de Apoio à Gestão

Relativamente à actividade do apoio jurídico foram emitidos 87 pareceres. Esta Unidade procedeu ao estudo de situações de inquilinato (Prova de Vida) tendo realizado 65 visitas e realizado 57 atendimentos pessoais.

O Núcleo de Informação e Controlo de Gestão deu continuidade à produção mensal dos Indicadores de Gestão, bem como à apresentação trimestral dos Resultados do DGIP. Assegurou a georeferenciação (delimitação espacial no SIGP - Sistema de Informação Geográfica do Património) de 171 prédios rústicos que se encontram inseridos no SIP (Sistema de Informação do Património).

Procedeu-se ao levantamento de requisitos que serviu de suporte à proposta lançada no mercado para a aquisição e implementação do SAP Real Estate Flexible Management, que teve o seu início em Novembro de 2010.

Os gastos totais do DGIP em 2010 situaram-se em 10.247 mil euros e o total dos rendimentos em 6.150 mil euros.

Secretaria – Geral

A Secretaria-Geral (SG) é um serviço de concepção de estudo, de coordenação e de apoio técnico e administrativo da SCML. É também o serviço responsável pela acção e divulgação cultural da SCML.

O ano de 2010 foi um ano de consolidação e desenvolvimento de um conjunto de projectos que assumem especial relevância e que têm como objectivo melhorar a eficiência e qualidade dos processos e acções da responsabilidade da Secretaria-Geral, melhorar a comunicação institucional e promover o pleno aproveitamento, divulgação e fruição pública do património histórico e artístico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Na vertente da eficiência e qualidade, destaca-se a participação na implementação de um Sistema Electrónico de Gestão de Correspondência para a SCML – InfoClipEx -, que permite agilizar o processo de recepção, registo e encaminhamento da correspondência recebida e enviada. Ao ter já por base um Plano de Classificação Documental e ao envolver toda a Instituição, contribui para preparar o clima organizacional para a implementação de um Sistema de Gestão de Documentos Electrónicos, processo que terá início em 2011. De assinalar, também, a consolidação e avaliação dos projectos e processos internos da responsabilidade do Centro Editorial, nas áreas de edição, divulgação de publicações, gestão de stocks e apoio reprográfico, com vista à regulamentação do serviço e à definição de fluxogramas de funcionamento e à apresentação de estratégias para uma mais ampla e sistemática divulgação e distribuição das publicações da SCML.

Na área da comunicação, destaca-se o desenvolvimento do projecto “TV Interna” da SCML, que permite disponibilizar aos utentes e aos trabalhadores da instituição conteúdos informativos e formativos. A “TV Interna” foi instalada na Sede da SCML, no Espaço Santa Casa e em 27 equipamentos do Departamento de Acção Social e Saúde com atendimento ao público.

Na vertente cultural, foi dada prioridade à conclusão da transferência da documentação do Arquivo Histórico, da Av. D. Carlos I para as actuais instalações do serviço, na Sede da SCML, prevista para 31 de Março de 2011. Ficam, assim, reunidas condições para bem preservar a memória da SCML e permitir um fácil acesso à totalidade do acervo. No âmbito

deste processo, as obras bibliográficas do século XX foram transferidas para o Centro de Documentação e Informação, que está a proceder ao respectivo tratamento bibliográfico.

Dando continuidade à requalificação do Museu de São Roque, consolidou-se o seu serviço educativo através da realização de um conjunto de projectos e actividades, dos quais se destacam o alargamento do horário de visitas guiadas, a diversificação da oferta de visitas em diferentes idiomas, a implementação de *workshops* temáticos e iniciativas associadas a efemérides, assim como a apresentação ao público de exposições temporárias. É de salientar, pela importância que assume, o reconhecimento do Museu de São Roque como um espaço de referência a nível nacional e internacional, ao ser nomeado para o *European Museum of the Year Awards (EMYA)* 2010, onde o projecto de remodelação do museu foi evidenciado como um bom exemplo de intervenção num edifício histórico, e ao ser-lhe atribuído o certificado de nomeação por parte do painel de juízes do Fórum Europeu de Museus (FEM), no qual foi distinguido pela sua notável realização ao elevar a qualidade pública das suas colecções. Por outro lado, o Museu de São Roque foi também distinguido no âmbito dos Prémios do Turismo de Portugal 2010 com uma Menção Honrosa na categoria “Requalificação de Projecto Público”.

No que respeita ao estudo e valorização do património com valor histórico e artístico, salienta-se a conclusão dos trabalhos de investigação sobre a Colecção da Capela de São João Baptista – obra única no contexto europeu e, como tal, referência incontornável para o estudo e conhecimento das relações artísticas, políticas e diplomáticas entre Portugal e Roma no período joanino –, realizados por reconhecidos especialistas italianos que se têm vindo a dedicar ao estudo desta encomenda do Rei D. João V a Roma, no campo da produção têxtil e na componente do mosaico.

Na área da conservação, e já numa fase de conclusão da beneficiação da Igreja de São Roque, é de assinalar o início dos trabalhos de restauro da Capela de São João Baptista, no âmbito do protocolo celebrado com o Instituto dos Museus e da Conservação, que conta com a participação de técnicos de conservação e restauro portugueses, na componente dos metais e da pedra. Este projecto integrará, numa fase posterior, a participação de técnicos especialistas na área do mosaico, credenciados pelo *Istituto Centrale per il Restauro di Roma*. É também de assinalar o restauro da totalidade dos documentos que compõem a Série Documental “Decretos, Avisos e Ordens” (séculos XVI-XIX) à guarda do Arquivo Histórico.

No quadro descrito, assume especial importância um projecto de futuro: a transferência da Revista Brotéria e da sua Biblioteca para o Conjunto de São Roque, objecto do protocolo de

colaboração celebrado a 21 de Dezembro com a Província Portuguesa da Companhia de Jesus e a Brotéria – Associação Cultural e Científica, que permitirá valorizar e tornar mais acessível o rico acervo da Brotéria e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento pela SCML e pela Companhia de Jesus de actividades educativas e culturais dinâmicas, numa dimensão de verdadeiro serviço cultural assente no diálogo e na reflexão inter-disciplinar. Através deste protocolo, a Companhia de Jesus, mantendo a sua autonomia e identidade próprias, associa-se ao projecto cultural que a SCML tem para o Conjunto de São Roque.

Actividades desenvolvidas

Apoio ao Provedor e à Mesa e exercício das funções de Oficial Público

Neste domínio, salientam-se as seguintes acções:

- Preparação da agenda, secretariado e redacção das actas das 53 reuniões da Mesa e divulgação das 1.329 deliberações da Mesa.
- Coordenação dos processos respeitantes à participação e representação da SCML asseguradas pelos membros da Mesa.
- Intervenção na celebração de 35 protocolos/acordos de cooperação, de 104 contratos de aquisição de bens e serviços, de empreitada e de arrendamento de imóveis e de 133 contratos a favor de terceiros, no quadro do regulamento interno da SCML relativo às formas de suprimento da vontade do utente para recebimento de prestações pecuniárias atribuídas pela Instituição.
- Emissão de 856 certificados, certidões, públicas-formas e outros documentos análogos relativos a registos e documentos arquivados na SCML e reconhecimento, em 346 documentos, da assinatura de representantes da SCML, nessa qualidade.

Coordenação funcional da Igreja de São Roque

No quadro do Regulamento Orgânico da Secretaria-Geral, foi proporcionado apoio à actividade do Reitor e Capelão da Misericórdia de Lisboa, Rev.º Padre Rafael Morão, SJ, e assegurada a articulação com a Irmandade da Misericórdia e de São Roque de Lisboa.

Comunicação e Imagem

A Secretaria-Geral organizou ou colaborou em 307 eventos, realizou 7.632 intervenções no *website* e *intranet* institucionais e produziu 400 projectos de design de comunicação, prosseguindo, assim, o objectivo operacional de aumentar em 30% as iniciativas dirigidas à promoção da identidade e imagem da SCML.

Salientam-se as seguintes acções:

- Participação na organização das Comemorações dos 512 Anos da SCML, em que participaram mais de 10.000 pessoas.
- Organização das Festividades de Natal da SCML, envolvendo cerca de 5.250 colaboradores, utentes, reformados e voluntários.
- Organização da participação da SCML na FUTURÁLIA – Feira de Educação e Formação e na NATALIS – Feira de Natal de Lisboa, nas quais estiveram presentes cerca de 50.000 pessoas.
- Organização do processo de atribuição dos *Prémios Nunes Corrêa Verdades de Faria* referentes a 2009, instituídos pelo benemérito Enrique Mantero Belard, assim como da cerimónia de entrega dos prémios, na Residência Faria Mantero, no dia 19 de Maio.
- Apoio na organização de 84 actividades promovidas pelos Departamentos e Serviços da SCML e/ou por entidades externas.
- Implementação de sinalética exterior em 40 equipamentos do Departamento de Acção Social e Saúde.

Salienta-se, ainda, a concretização dos seguintes projectos inovadores:

- Concepção e produção de uma linha de produtos promocionais da SCML, desenvolvida a partir de uma ilustração actual e original do edifício sede da instituição.
- Reformulação dos “locais de estilo” da SCML no Conjunto de São Roque, através da criação e instalação de uma nova solução de suporte, funcional e esteticamente apelativa.
- Desenvolvimento do Manual de Normas Gráficas do Logótipo da SCML.

Gestão de Correspondência

Destaca-se que, paralelamente aos trabalhos de implementação do InfoClipEx, a Secretaria-Geral colaborou no redesenho do processo de registo e conferência de facturas, no âmbito do Projecto Modernizar, assumindo novas responsabilidades.

Acção Cultural

A Acção Cultural da SCML promovida e coordenada pela Secretaria-Geral desenvolveu-se nos seguintes domínios fundamentais: estudo e investigação; inventariação; acesso a informação histórica e técnica; divulgação; conservação e restauro; valorização e requalificação de espaços culturais; incorporação de património cultural.

Estudo e investigação

Foram realizados vários estudos sobre o património histórico, artístico e bibliográfico da SCML, com o intuito de dar a conhecer esse património e de promover a investigação e o estudo do património em Portugal, dos quais se assinalam:

- Estudo histórico e artístico sobre a Capela de São João Baptista, da Igreja de São Roque, e suas Colecções, pelo Prof. Doutor António Filipe Pimentel, a concluir em 2011.
- Estudo histórico sobre a proveniência do património da SCML com valor histórico e artístico. Este estudo, iniciado em 2008, prossegue em 2011.
- Conclusão do estudo da Colecção Eduardo Corrêa de Sá, benemérito da SCML.
- Actualização do estudo da Colecção de Arte Oriental da SCML.

Também nesta área a satisfação dos clientes foi elevada: 98% das pessoas e entidades que responderam aos inquéritos consideraram os estudos realizados muito pertinentes.

Inventariação

Foram tratadas 6.295 obras do Centro de Documentação e Informação, o que corresponde a um aumento de 61% face a 2009.

Quadro nº 48. **Tratamento do acervo bibliográfico do
Centro de Documentação e Informação**

	2008	2009	2010	Varição 10/09 (%)
Nº de obras tratadas	5.595	3.915	6.295	61%

Adicionalmente, destacam-se as seguintes acções:

- Introdução no sistema informático de inventariação e gestão de colecções e património arquitectónico *In Patrimonium Premium* de dados relativos a 170 peças da Colecção de Paramentos e Ourivesaria da Capela de São João Baptista, da Igreja de São Roque.
- Conclusão do inventário físico das obras artísticas que integram o legado de Eduardo Corrêa de Sá e tratamento informático de dados. Foram inventariadas 119 peças.
- Sistematização e ordenação do acervo fotográfico referente às Colecções de Escultura, Relicários e Capela de São João Baptista e das respectivas fichas de inventário manuais, com vista à introdução no sistema *In Patrimonium Premium*.

Acesso a documentação histórica e técnica

Foi iniciado um projecto inovador que consiste na itinerância de obras do acervo do Centro de Documentação e Informação com especial interesse para os trabalhadores e utentes dos equipamentos sociais da SCML, numa perspectiva de maior proximidade e mais fácil acesso ao acervo. Estiveram envolvidos cerca de 200 trabalhadores e foram disponibilizadas 321 obras.

Quadro nº 49. **Acesso a fundos documentais e bibliográficos**

	2008	2009	2010	Varição 10/09 (%)
N.º de utilizadores do Arquivo Histórico	507	364	404	11%
N.º de utilizadores do Centro de Documentação e Informação	1.254	1.708	1.967	15%
N.º de processos e livros requisitados ao Arquivo Histórico	1.004	865	806	-7%
N.º de documentos do Centro de Documentação e Informação consultados	2.728	3.014	2.661	-12%
N.º de acessos a base de dados bibliográficas e jurídicas on-line	7.758	52.264	185.651	255%
N.º de metros lineares de documentação descrita e acondicionada do Arquivo Histórico	141	495	175	-65%
N.º de metros lineares de documentação descrita e acondicionada do Arquivo Intermédio	757	1.489	1.964	32%
N.º de registos introduzidos em bases de dados do Arquivo Histórico	25.837	51.327	58.643	14%
N.º de metros lineares transferidos para o Arquivo Histórico	100	198	194	-2%
N.º de metros lineares de documentação eliminada pelo Arquivo Histórico	308	1.267	640	-49%

Divulgação

Edições

Foram editadas 26 publicações, merecendo especial destaque:

- *Património Arquitectónico. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* - Volume 2 (Tomos I e II), dedicado aos prédios de rendimento, residências unifamiliares, jazigos e equipamentos.
- *Arte Oriental nas Coleções do Museu de São Roque (em Português)*.
- *Os primeiros três volumes da Coleção Beneméritos da SCML*, respeitantes a *Enrique Mantero Belard*, *Claudina de Freitas Guimarães Chamiço* e *André e Georgette Cnudde*,
- *A prossecução da Coleção Cadernos Solidários da SCML*, com a edição dos volumes 2 a 5.
- *Os Caminhos da Pobreza – Perfis e Políticas Sociais na Cidade de Lisboa*, com coordenação de Alexandra Castro e Isabel Guerra.
- *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa 2008*.
- *Catálogo A Arte do Livro na Misericórdia de Lisboa – Os Cimélios da Santa Casa* (2.^a Edição).

Quanto ao plano de distribuição das publicações da SCML e à gestão de stocks das mesmas, registou-se a venda de 1.421 publicações, a oferta institucional de 9.004 publicações e a permuta de 142 publicações.

Exposições

Destacam-se as seguintes exposições realizadas:

- Exposição *_06_msr_08_: ...* remodelação/ampliação do Museu de S. Roque – Fotografia*, no Museu de S. Roque (28 de Janeiro a 7 de Fevereiro).
- *Ciclo de Arte Contemporânea em São Roque – Percepções do Sagrado*, no Museu de São Roque, com 3 Exposições: *Usabilidade no seu Esplendor*, de Leonor Hipólito (25 de Março a 24 de Abril); *Causa-Efeito*, de Luís Nobre, patente ao público (26 de Maio a 27 de Junho); *Ofício*, de Margarida Correia (15 de Setembro a 31 de Outubro).
- Mostra de fotografia no claustro do Museu de São Roque intitulada “Imigrantes: um caminho de esperança”, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus.

- Renovação da vitrina de têxteis do núcleo da Capela de São João Baptista do Museu de São Roque, com apresentação dos paramentos roxo festivo e quotidiano e rosa festivo.

A SCML colaborou com outros museus nacionais e internacionais, através do empréstimo de obras de arte da exposição permanente do Museu de São Roque para as seguintes exposições:

- *Pintura de los Reinos: Identidades Compartidas*, no Palácio Real de Madrid (26 de Outubro 2010 a 30 de Janeiro de 2011). Foi cedida a pintura "Adoração dos Magos" (Inv. Pin.29), da autoria de Bento Coelho da Silveira.
- *Primitivos Portugueses (1450-1550). O Século de Nuno Gonçalves*, no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (12 de Novembro 2010 a 27 de Fevereiro de 2011). Foram cedidas as pinturas "Cura Miraculosa do Cardeal e reconhecimento do milagre pelo Papa" (Inv. Pin. 53) e "Prisão e morte beatífica de São Roque" (inv. Pin.54).
- *Arte Namban – Guerreiros, Mercadores e Missionários no Japão da Idade Moderna*, no Museu do Oriente, em Lisboa (18 de Dezembro de 2010 a 31 de Maio de 2011). Foi cedido o "cofre-relicário Namban" (Inv. Ri.272).

Acção Educativa

O Museu de São Roque registou 28.694 visitas e realizou 917 visitas guiadas, workshops e ateliês, nos quais participaram 8.240 pessoas.

Quadro nº 50. **Visitas ao Museu de São Roque e Serviço Educativo**

	2008*	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Nº de visitas	2.940	21.003	28.694	37%
Nº de visitantes no âmbito do serviço educativo	1.671	9.017	8.240	-9%
Nº de visitas guiadas, workshops e ateliês	64	245	917	274%

* O Museu de São Roque reabriu ao público a 20 de Dezembro de 2008.

Para os resultados alcançados contribuíram os seguintes projectos educativos realizados pelo museu, num total de 16, dos quais se assinalam:

- Monitorização de visitas guiadas à Igreja e ao Museu de São Roque em diferentes idiomas (português, inglês, francês e castelhano), à quinta-feira, sexta-feira e sábado.
- Monitorização de visitas-jogo no âmbito do projecto educativo “Vamos conhecer a Capela de São João Baptista”, dirigido a crianças do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico.
- Monitorização de visitas guiadas no âmbito do projecto educativo “Vamos conhecer o Oriente com São Francisco Xavier”, dirigido a crianças do 3.º Ciclo do Ensino Básico.
- Monitorização de visitas no âmbito do projecto educativo “Há animais no Museu?”, dirigido a crianças dos 3 aos 5 anos de idade.
- Ciclo de *workshops* temáticos dirigidos ao público adulto (joalheria, desenho e instalação e fotografia), no âmbito do Ciclo de Arte Contemporânea *Percepções do Sagrado*.
- Acompanhamento do Projecto “Sextas Mágicas no Museu de São Roque”, coordenado pelo Centro Nacional de Cultura, dirigido a crianças dos jardins-de-infância da SCML.
- Realização de visitas ao museu, sob a forma de *pedypaper*, e de um ateliê de arte, dedicadas ao tema de Sant’Ana e São Joaquim, no âmbito da comemoração do Dia Mundial dos Avós e Netos, que envolveram três equipamentos de idosos da SCML.
- Participação na iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa “Visitas Comentadas”, através da realização de visitas guiadas à Igreja e ao Museu de São Roque.

À actividade descrita acresce a realização de 46 visitas guiadas ao Arquivo Histórico e ao Centro de Documentação e Informação, nas quais participaram cerca de 840 pessoas, assim como o apoio a estudantes de mestrado e doutoramento e a investigadores, através do Museu de São Roque e do Arquivo Histórico.

Concertos e espectáculos

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Concerto Comemorativo dos 105 Anos do Museu de São Roque, na Igreja de São Roque (11 de Janeiro), no qual participaram cerca de 200 pessoas.
- Recital de Piano por Matan Porat, no Museu de São Roque (16 de Maio), no qual participaram cerca de 80 pessoas.
- 2.ª Edição da *Música no Largo*, com 6 espectáculos (Julho e Agosto), nos quais participaram mais de 3.000 pessoas.

- 22.^a Edição da Temporada *Música em São Roque* (6 a 27 de Novembro), com 11 concertos na Igreja de São Roque, na Igreja do Instituto de São Pedro de Alcântara, no Museu de São Roque e no *Espaço Santa Casa*, nos quais participaram cerca de 1600 pessoas.
- Espectáculo Quorum Ballet – Uma Noite no Museu de São Roque: Arte em Movimento (18 de Novembro), no qual participaram cerca de 120 pessoas.
- Concerto Solidário no âmbito do Ano Europeu da Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, em parceria com a Casa Pia de Lisboa, a Oikos, a Campanha Pobreza Zero, a Plataforma dos Direitos da Criança e a REAPN, na Igreja de São Roque (8 de Outubro), no qual participaram cerca de 250 pessoas.

Outras Acções de Divulgação

Relevam-se igualmente outras acções de divulgação realizadas em 2010:

- Comemoração do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor (23 de Abril), com uma conferência dedicada ao tema *O Livro. Percursos históricos de um “incansável viajante”*, por Fernanda Guedes de Campos.
- Participação na Festa no Chiado (9 a 16 de Outubro), através da realização de visitas guiadas à Igreja e ao Museu de São Roque, ao Convento de São Pedro de Alcântara, ao Arquivo Histórico e ao Centro de Documentação e Informação.
- Divulgação da obra *Arquivos Administrativos. Manual de Formação*, editada pela SCML em 2009, através da participação em acção de sensibilização para a importância dos arquivos promovida pela União das Misericórdias Portuguesas e da disponibilização da obra no site institucional, onde foi requisitada por cerca de 600 pessoas.

Afluência de visitantes à Igreja de São Roque

Em 2010, o número de visitantes da Igreja de São Roque totalizou 207.566 (mais cerca de 24% relativamente a 2009).

Conservação e Restauro

Prosseguindo o objectivo de aumentar em 20% as intervenções de conservação e restauro do património móvel, integrado e documental da SCML com valor histórico e artístico, foram realizadas as seguintes intervenções:

- Conservação e restauro integral da Capela de São Francisco Xavier e da Capela da Sagrada Família, da Igreja de São Roque, abrangendo as áreas especializadas da talha dourada, da escultura policromada, prateada e dourada, da pintura sobre tela, dos estuques decorativos e das superfícies pétreas.
- Conservação e restauro da Capela de São João Baptista, da Igreja de São Roque, nas áreas especializadas dos metais (bronze dourado) e da pedra.
- Conservação e restauro de 20 pinturas, 132 desenhos, 1 tapeçaria, 14 têxteis, 7 conjuntos de rendas de bilros da Colecção da Capela de São João Baptista, 1 relicário à tabula, 2 crucifixos, 1 par de molduras, 1 concha em madrepérola, 1 caixa de relógio, o andor do Senhor dos Passos da Igreja de São Roque, 2 lápides e 1 placa com inscrição cinzelada.
- Manutenção de 32 peças de escultura e 6 peças de ourivesaria.
- Restauro da pintura mural dos painéis do Salão Nobre do Centro Social da Sé.
- Conservação e restauro de 627 livros e documentos preservados no Arquivo Histórico.
- Conservação e restauro de 16 bancos corridos da Igreja de São Roque.

Quadro nº 51. **Conservação e Restauro**

	2008	2009	2010	Varição 10/09 (%)
Nº de obras de arte	259	62	242	290%
Nº de livros e documentos	356	578	627	8%

Por outro lado, foi verificado o estado de conservação das 375 peças de 5 núcleos do Museu de São Roque e realizadas outras acções preventivas, das quais se salientam a transferência de peças do Museu de São Roque para espaços de reservas, a monitorização das condições ambiente do museu e o acompanhamento do estudo de poluentes.

Foram avaliados, quanto ao estado de conservação, 868 metros lineares de documentação e obras à guarda do Arquivo Histórico.

Incorporação de património cultural

▪ Aquisições:

- Anunciação, Flandres ou Portugal (?), 1555, óleo sobre madeira (Inv. Pin. 331).
- Estatuto da Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres, com o título da Caridade, e patrocínio da Santíssima Trindade, sita no Hospital Real de Todos os Santos destas Cidades, século XVIII.
- Tratado Instrutivo Pertencente ao Estabelecimento da Real Lotaria, denominada Loto de Génova, 1805.
- Carta de D. Manuel II dirigida ao Prof. Reinaldo dos Santos, 1927.
- Revista "Serões" II Série, contendo artigo de Vítor Ribeiro intitulado "Lisboa Trágica, os Dramas do Incêndio", 1907.
- 6 Cadernos de Guia do Apostador (1967/70, 1970/71, 1971/72, 1972/73, 1973/74, 1974/75).
- Lotaria Espanhola, s/d – casos de direito fiscal.

▪ Herança de Delmira Mações:

- Santo António com o Menino Jesus, indo-português, século XVII, pau-santo (?) e marfim, resplendor em prata (Inv. Esc. 219).
- São Francisco de Assis, indo-português, século XVII, pau-santo (?) e marfim (Inv. Esc. 218).
- Crucifixo com base, indo-português, século XVII, madeira, marfim e prata (resplendor e terminais) (Inv. Esc. 216).
- Crucifixo, Próximo Oriente, século XVII/XVIII (?), madeira e madrepérola (Inv. Mb. 1465).
- Cristo-Morto, indo-português, século XVII, marfim com vestígios de policromia (Inv. Esc. 217).
- Oratório com crucifixo, Portugal, século XX (?), pau-santo, bronze dourado, vidro e seda (Inv. Mb. 1474).
- Moldura relicário com relíquias de vários Santos (duas faces), metal, tecido, vidro e papel (Inv. Or. 408).

- Conjunto de 4 chávenas com pires, China, Dinastia Qing, período Qianlong, c. 1750, porcelana com esmaltes da “família rosa” sobre o vidrado (Inv. Mb. 1466 a 1473).
- Cristo, marfim (Inv. Esc. 220).
- Cristo, marfim (Inv. Esc. 221).
- Conjunto de camafeus, século XVI (2.^a metade), folheado a ébano ou pau-preto (?), marfim e seda (Inv. Mob. 1475).
- Par de castiçais, Portugal, século XX (?), prata (Inv. Or. 409).

Foram também incorporadas 563 monografias e 139 publicações periódicas, em resultado de aquisição, oferta e permuta.

O total dos gastos imputados à Secretaria Geral em 2010 situou-se nos 4.942,5 mil euros, constituídos essencialmente por Fornecimentos e Serviços Externos (46,3%) e gastos com pessoal (45,0%).

O total dos rendimentos registados foi de 100,0 mil euros resultantes de vendas de artigos do Museu e outros bens e ainda de outros rendimentos e ganhos. Os investimentos realizados totalizaram 290,3 mil euros.

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

No Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA) o conjunto de opções estratégicas iniciadas no exercício de 2008 manteve-se como as linhas de actuação gestonária em 2009 e, também, em 2010.

Para 2010, os objectivos operacionais estabelecidos e que procuram contribuir para a prossecução da Missão da SCML foram os seguintes:

- Aumento da actividade cirúrgica em 5,5%
- Aumento do número de Consulta Externas em 0,3%
- Aumento dos actos de Enfermagem em 0,8%
- Crescimento dos Rendimentos de Prestação de Serviços para a ADSE
- Obter uma evolução favorável do Índice de Case-Mix Geral^{*3} do HOSA, apesar da abertura da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

Estes objectivos orientaram a acção do HOSA ao longo do ano de 2010. Para a sua consecução, foram tomadas algumas medidas complementares, de entre as quais se destacam:

- A implementação de *programas de incentivos*, nas áreas anatómicas de anca, joelho e pé, de forma a incrementar a actividade cirúrgica do Hospital e correspondente volume de facturação;
- A aposta na *publicidade do Hospital*, das suas especialidades e serviços disponibilizados, nas áreas geográficas de Cascais, Oeiras e Sintra, sobretudo com o objectivo de se aumentar o número de Consultas Externas realizadas, bem como de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica;
- A implementação de uma campanha de *preços promocionais*, para outras especialidades que não Ortopedia, de modo a alargar a actividade desenvolvida pelo

³ Índice que mede a complexidade da actividade clínica realizada no HOSA

Hospital, de aumentar a sua resposta às necessidades dos utentes da região e de promover uma maior acessibilidade por parte dos mais carenciados;

- A instituição de um sistema de monitorização da Consulta Externa;
- O desenvolvimento do processo de identificação de oportunidades para redução ou estabilização da despesa corrente;
- A prossecução das medidas de redução do total de funcionários que, com o aumento/diversificação da actividade, permite uma melhoria nos índices de produtividade;
- Uma manutenção sustentável das duas tendências para se prosseguir o objectivo de redução do défice:
 - Aumento dos rendimentos, desde logo pelos resultados da actividade de prestação de cuidados de saúde;
 - Diminuição dos gastos por doente tratado, ou seja, diminuição do custo-médio por doente;
- O esforço continuado de investimento na remodelação/renovação de instalações e equipamentos, directamente vocacionados para a prestação clínica.

Estas medidas, associadas a uma contínua aposta no aperfeiçoamento de circuitos e procedimentos internos, permitiram o cumprimento das metas a que o HOSA se propôs, para o ano de 2010.

Actividade desenvolvida por domínio de actuação

Actividade Assistencial

Internamento

As medidas que têm vindo a ser adoptadas, desde o ano transacto, de manutenção do carácter diferenciador do HOSA, enquanto entidade de referência no âmbito da cirurgia convencional e em particular na especialidade de ortopedia e o ajustamento da capacidade física às condições específicas da produção têm-se manifestado adequadas, repercutindo-se nos diversos indicadores do internamento, os quais têm registado uma evolução favorável, quando comparados com os períodos homólogos anteriores.

Quadro nº 52. Indicadores Globais de Actividade Assistencial

Internamento	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Lotação Praticada (média)*	67	62	57	-8%
Doentes Tratados	1.941	2.025	2.551	26%
Doentes Saídos	1.916	2.002	2.529	26%
Demora Média	7,5	7,1	6,0	-15%
Taxa Média de Ocupação do Hospital	58,93%	63,24%	59,07%	-4,2 p.p.
Taxa Média de Ocupação Enfermarias	62,26%	70,82%	63,30%	-7,5 p.p.
Taxa Média de Ocupação Quartos Particulares	33,33%	35,61%	38,68%	3,1 p.p.
Doentes Tratados por Cama	29,12	32,7	44,8	37%
Dias de Internamento dos Doentes Saídos (DM)	14.436	14.119	12.312	-13%

Fonte: MedTrak

* A lotação apresentada corresponde a uma lotação média.

São de salientar, em particular e tendo sobretudo em atenção o considerável aumento do número de doentes saídos no corrente ano, a variação dos relevantes indicadores na análise da actividade em ambiente hospitalar, como sejam a demora média e o número de doentes tratados por cama cuja variação é particularmente positiva no corrente ano.

Com efeito e em relação à demora média, verificou-se a diminuição do tempo de permanência do doente no Hospital de 7,1 para 6,0 dias tendo sido possível tratar mais 12,1 doentes por cama que em igual período do ano passado.

Este aspecto traduz, de forma sintética, o resultado de um conjunto de medidas gestionárias tomadas a montante, como, por exemplo, a adequação da lotação de camas praticada pelo HOSA, ajustando-a às necessidades reais e, por esta via, terem sido obtidos importantes ganhos de eficiência e produtividade.

Bloco Operatório

Em relação à actividade cirúrgica registou-se um aumento global de 76 cirurgias face ao ano de 2009.

Este crescimento, verificou-se tanto no regime cirúrgico convencional, como no regime cirúrgico em ambulatório, tal como se pode aferir no quadro infra:

Quadro nº 53. Indicadores de Actividade Cirúrgica

Bloco Operatório	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Total Cirurgias	2.370	2.328	2.404	3%
Nº Cirurgias Convencionais	1.830	1.869	1.921	3%
Nº Cirurgias Ambulatório	540	459	483	5%

Já em relação a 2008, observa-se um maior peso do regime cirúrgico convencional. Esta tem sido, de resto, uma tendência que se iniciou em 2008 e se manteve constante nos últimos dois anos.

Diferenciando entre as diversas especialidades, verifica-se que o referido aumento foi de 43 cirurgias em relação à Ortopedia.

Nas outras especialidades, o crescimento global foi de 33 cirurgias. Destas, o acréscimo mais relevante foi o verificado nas cirurgias de Oftalmologia, com +29 cirurgias. Para o crescimento cirúrgico destas outras especialidades destaca-se ainda o aumento global de +16 cirurgias no Acordo com a Saúde de Proximidade e para o qual contribuiu os esforços de controlo dos programas cirúrgicos e de reforço da articulação com as estruturas da Saúde de Proximidade da SCML.

Quadro nº 54. Indicadores de Actividade Cirúrgica, por especialidade

Bloco Operatório	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Cirurgias Ortopedia	2.134	2.090	2.133	2%
Cirurgias Oftalmologia	52	154	183	19%
Cirurgias Otorrinolaringologia	33	32	24	-25%
Cirurgia Plástica	48	38	46	21%
<i>Cirurgias Neurocirurgia</i>	57	4	0	-100%
<i>Cirurgias Urologia</i>	25	0	0	-
Cirurgias Estomatologia	21	10	18	80%
<i>Taxa de Ocupação do Bloco Operatório</i>	49%	58%	61%	3 p.p.

A Taxa de Ocupação do Bloco Operatório foi de 61% em 2010 o que corresponde a uma variação de 3 p.p. face a 2009.

Ambulatório

Em termos de valores globais, verificou-se em 2010 uma evolução positiva da actividade de consulta externa, nas diversas especialidades médicas. Com efeito registou-se, no ano em análise, a realização de mais 1.957 consultas, a que corresponde percentualmente um aumento de 7% (quadro infra):

Quadro nº 55. Indicadores de Actividade, Consultas Externas

Consultas Externas	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Total Consultas Externas	28.017	27.796	29.753	7%
Nº de 1 ^{as} Consultas	7.851	7.822	8.691	11%
Nº de Consultas subsequentes	20.166	19.974	21.062	5%

Em termos de primeiras consultas e consultas subsequentes, esse aumento foi de 11% e 5%, respectivamente. Quando feita a comparação com os dois anos anteriores, verifica-se

que a percentagem das primeiras consultas em relação ao total regista um ligeiro aumento passando de 28,0% em 2008 para 29,2% em 2010.

Especificamente em relação à Ortopedia, realizaram-se em 2010 cerca de +598 consultas que no ano transacto. O crescimento registado nas especialidades de Oftalmologia (+398 consultas), de Reumatologia (+588), de Fisiatria (+276) e de Otorrinolaringologia (+223). superou, largamente, a perda da consulta de Neurocirurgia (-222) e de Cirurgia Plástica (-52).

Neste âmbito, é também de salientar a total inversão dos resultados negativos que se verificaram no primeiro trimestre do ano de 2010 e recuperação da actividade da consulta externa nos restantes meses do ano.

Medicina Física e Reabilitação

Em relação à Medicina Física e de Reabilitação, que fundamentalmente acompanha a actividade de Ortopedia, verificou-se em 2010 um aumento do número global de doentes tratados e tratamentos efectuados, tanto em Fisioterapia, como em Terapia Ocupacional, num global de mais 134 doentes, a que corresponderam +16.075 actos de tratamentos efectuados. Inverteu-se, assim, a tendência decrescente dos últimos anos:

Quadro nº 56. **Indicadores de Actividade, Medicina Física e de Reabilitação**

Medicina Física e de Reabilitação	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Total Doentes Tratados em MFR	3.755	3.619	3.753	4%
Total Tratamentos em MFR	121.814	120.580	136.655	13%
<i>Doentes Tratados em Fisioterapia</i>	2.956	2.886	3.112	8%
<i>Total de Tratamentos em Fisioterapia</i>	88.341	86.079	96.112	12%
Doentes Tratados em Terapia Ocupacional	1.029	1.027	1.239	21%
<i>Total de Tratamentos em Terapia Ocupacional</i>	33.473	34.501	40.543	18%

Imagiologia

A actividade de radiologia acompanhou o crescimento verificado, essencialmente, na actividade de Ortopedia, tanto ao nível cirúrgico, como da Consulta Externa.

Quadro nº 57. Indicadores de Imagiologia

Imagiologia	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Total Exames de Imagiologia	20.799	21.957	26.814	22%
Radiologia Convencional	20.799	21.957	26.757	22%
TAC			57	-

Em termos de radiologia convencional, efectuaram-se +4.800 exames do que em 2009 e +5.958 exames do que no ano de 2008.

No decorrer do ano 2010, foi possível ao HOSA preparar o início de realização, de forma autónoma, de outros exames para além da Imagiologia convencional, designadamente Tomografia Axial Computorizada (TAC) e Ressonância Magnética (RM). Actividade que decorreu de forma moderada, durante o ano em referência, mas que se espera dinamizar em 2011.

Enfermagem

Nos tratamentos de enfermagem e gessos, verificou-se um aumento substancial da actividade, em 2010:

Quadro nº 58. Tratamentos de Enfermagem

Enfermagem	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Nº Total Tratamentos de Enfermagem e Gessos	8.362	7.388	13.702	85%
Gessos	1.542	1.391	1.609	16%
Tipagens	900	630	836	33%
Tratamentos de Enfermagem	5.920	5.367	11.257	110%

Um dos objectivos operacionais definidos para o ano de 2010, na área da Enfermagem, foi o crescimento dos actos realizados em + 0,8%, objectivo que foi claramente superado.

Este crescimento reflecte, não só um aumento da actividade de Ortopedia, como também do aperfeiçoamento do circuito de registos, nos tratamentos e gessos efectuados.

Em termos de Consultas de Enfermagem, destaca-se o crescimento do número não só de consultas, mas fundamentalmente de *follow-up*:

Quadro nº 59. Consultas de Enfermagem

Enfermagem	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Nº Total de Consultas	381	1.028	1.749	70%
Consultas	n.d.	514	583	13%
<i>Follow up</i>	n.d.	514	1.166	127%

O crescimento da actividade nos *follow-up* reflecte o alargamento, em 2010, desta prática de enfermagem aos doentes intervencionados em regime convencional, pois até então só eram considerados os doentes intervencionados em ambulatório.

Serviços Farmacêuticos

Os Serviços Farmacêuticos asseguram a terapêutica adequada aos doentes do HOSA bem como o fornecimento necessário ao funcionamento das Unidades de Saúde e equipamentos Sociais da SCML.

O valor total de medicamentos e produtos de saúde consumidos durante o ano de 2010 foi de 737.762 euros, correspondendo cerca de 50% deste valor total aos consumos das Unidades de Saúde e Equipamentos da SCML, conforme o quadro infra:

Quadro nº 60. Gastos com consumo de Medicamentos (€)

Medicamentos	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
HOSA	532.433	418.395	370.048	-12%
%	58%	48%	50%	2,0 p.p.
SCML	387.877	445.630	367.714	-17%
%	42%	52%	50%	-2,0 p.p.
Total	920.310	864.025	737.762	-15%

Em termos de distribuição por centro de custo dos gastos com consumo de medicamentos no HOSA, observa-se que os serviços que representam um maior peso no total são o Bloco Operatório, Recobro e Central de Esterilização. Em 2010, este peso atingiu os 55%, reflectindo um aumento real dos gastos com medicamentos no Bloco Operatório, que se deveu à alteração dos procedimentos de registo dos consumos neste mesmo serviço.

Já nas Enfermarias, houve uma considerável redução dos gastos com medicamentos, sobretudo devido à alteração da política de aquisição e prescrição de antibióticos. Assim, ao longo de 2010:

- procurou-se adquirir medicamentos com igual eficácia, embora a preços mais baixos;
- procedeu-se à elaboração de protocolos terapêuticos para situações mais frequentes no Hosa;
- a alteração instituída na política dos antibióticos prescritos, levou a que fosse possível obter uma redução de custos com os anti-infecciosos na ordem dos 50%.

Em termos de custos unitários, verificou-se uma redução em 2010, do custo com medicamentos por doente tratado e um ligeiro crescimento do gasto com medicamentos por dia de internamento (quadro infra):

Quadro nº 61. Custos Unitários com Medicamentos (HOSA)

Custo Unitário por:	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Doente tratado	215	168	145	-14%
Dia Internamento	37	29	30	3%

O acréscimo do custo unitário por dia de internamento prende-se com o facto de, em 2010, se terem registado -2.095 dias de internamento, diminuindo-se o factor de distribuição para cálculo do custo unitário e tendo que se considerar que há um conjunto de medicamentos que fazem tradicionalmente parte do episódio, devido às patologias mais frequentes, sendo consumidos independentemente da demora média.

Indicadores de Qualidade: Reclamações/Exposições

Em termos de Indicadores de Qualidade, em 2010 verificaram-se menos 8 reclamações, do que em 2009, como se pode observar no quadro infra:

Quadro nº 62. Indicadores de Qualidade

Qualidade	2009	2010
N.º de Reclamações	29	21
Taxa de 1 ^{as} Consultas Médicas	28,14%	29,21%
Tempo de Espera 1 ^a Consulta (dias)	35,27	32,83
Tempo de Espera para Cirurgia (dias)	288,78	324,47
Taxa de Mortalidade	0,28%	0,12%
Taxa de Readmissões Cirúrgicas <120 dias	0,77%	0,72%

A taxa de 1^{as} consultas cresceu de 28%, em 2009, para 29% em 2010, enquanto o tempo médio de espera das mesmas diminuiu 2,44 dias.

Já o tempo de espera para cirurgia aumentou cerca de 35,69 dias, o que se compreende pelo incremento da actividade da Consulta Externa, já que é nesta que se elaboram as propostas cirúrgicas.

Por sua vez, a taxa de mortalidade decresceu para 0,12% em 2010 (no ano anterior esta taxa cifrou-se nos 0,28%) e a taxa de readmissões cirúrgicas também sofreu uma diminuição, face a 2009, cifrando-se nos 0,72%, no ano de 2010.

Actividades de Suporte

Um dos objectivos estratégicos para 2010 consistia em desenvolver todos os trabalhos de consensualização em torno das principais linhas norteadoras do modelo de Reorganização Clínica do HOSA e de forma a dotá-lo formalmente de Serviços Clínicos, dirigidos pelos respectivos Directores. Para tal, foi elaborado um documento contendo os Termos de Referência da Reorganização Clínica, associando-se os objectivos previstos para a actividade clínica a desenvolver em 2011.

Por Deliberação de Mesa, a Reorganização Clínica do HOSA encontra-se em fase de implementação desde o passado dia 01 de Dezembro de 2010. O modelo de reorganização proposto vigorará a título de implementação e aperfeiçoamento por um ano – 2011 – devendo, em tempo, proceder-se à respectiva avaliação genérica e, se for o caso, propor-se à mesma Mesa como modelo a vigorar no HOSA e suportado no futuro Regulamento Geral do Hospital Ortopédico de Sant'Ana.

Também na área clínica, reforçaram-se, em 2010, as especialidades complementares de Ortopedia, como a Fisiatria e a Reumatologia. Nesta última especialidade, deu-se início à actividade em Hospital de Dia e iniciou-se um tempo de consulta especificamente dedicado à Osteoporose.

Na Área de Enfermagem um dos objectivos operacionais, em 2010, foi o de organizar as escalas de serviço de pessoal, de forma a colaborar com as equipas médicas para se realizarem as 2.184 cirurgias propostas no Quadro de Avaliação e Responsabilização, bem como cirurgias de urgência ou outros programas adicionais, sem cancelamento de doentes propostos para cirurgia, este objectivo foi superado.

O ano de 2010 foi, ainda, incontornavelmente marcado pelo processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Esta transição do Plano Oficial de Contas (POC) para o SNC teve um impacto profundo na actividade normal da Unidade, com profundas alterações em toda a área contabilística e financeira e ao nível da aplicação informática SAP, que teve de sofrer um *up-grade*, para que pudesse responder aos requisitos do novo sistema contabilístico. A Unidade Administrativa e Financeira (UAF) procurou em estreita articulação com as equipas de gestão de projecto dos Serviços Centrais da SCML e com as empresas consultoras responsáveis pela implementação do SNC na SCML, minimizar o impacto da transição na actividade normal do hospital e garantir a fiabilidade da informação.

Em termos de facturação, manteve-se o objectivo de aperfeiçoamento dos procedimentos, de modo a assegurar-se o crescimento dos rendimentos da prestação de serviços do HOSA, em 2010. Este objectivo foi bem sucedido, tendo-se registado um crescimento de cerca de 8% nos rendimentos de prestação de serviços face a 2009 e um aumento nas emissões de facturação em cerca de 8,4%.

Já no lado dos gastos, a evolução foi igualmente favorável, prevendo-se uma redução do défice nos resultados operacionais.

A Unidade de Logística procurou sempre, através da sua actuação, diminuir a despesa do HOSA, mantendo os padrões de qualidade que caracterizam a actividade deste Hospital Ortopédico. Tendo em vista tal princípio, foram renegociadas as condições de fornecimento e/ou abertos procedimentos concursais para o fornecimento de bens consumidos no HOSA.

A renegociação das condições contratuais e/ou a abertura de tais procedimentos permitiu diminuir 4% a despesa em material de consumo clínico.

A Unidade de Recursos Humanos, na actividade de gestão de pessoal, procurou promover uma melhoria organizacional, destacando-se as acções melhoria da bateria de indicadores de pessoal a ser trabalhada e a participação, em conjunto com outras unidades orgânicas do HOSA, nos estudos relativos às modalidades organizativas, tais como horários de trabalho.

Em 2010, a Unidade de Instalações e Equipamentos deu prioridade, pelo seu carácter de urgência inadiável, às intervenções na Central de Esterilização e no Arquivo Clínico e Administrativo do HOSA, espaços que foram totalmente remodelados e reequipados. Estas foram as intervenções que maior esforço exigiram, quer pela complexidade técnica, quer pela necessidade de se minimizar o impacto na actividade diária do Hospital. Somaram-se, igualmente, as necessidades permanentes de intervenção, muitas vezes imprevisíveis e decorrentes quer do edifício centenário do HOSA, quer da proximidade do mar, que contribui para uma erosão muito acelerada das infra-estruturas e equipamentos.

Na área de Audiovisuais, Biblioteca e Centro de Estudos assinalam-se os trabalhos de edição de imagens originais para ilustração de monografias, gravação de edição de vídeo digitais para documentar casos clínicos e os movimentos de consulta da biblioteca especializada em temas do foro de Ortopedia e Traumatologia e também do foro de Reumatologia, medicina Física e Reabilitação, Enfermagem e outros.

Na área da Informática e Telecomunicações foi disponibilizada a possibilidade, ao utente que pretende marcar consultas/exames, de deixar mensagem de voz, a qual irá seguir via ficheiro, e como anexo, por e-mail, para um funcionário que se encarrega de lhes dar seguimento. É igualmente de assinalar a operacionalização definitiva da aplicação WebGDH no HOSA, que era há muito esperada, principalmente pela cada vez mais obsoleta versão em uso de codificação por Grupos de Diagnóstico Homogéneo (GDH) – a versão Stand Alone –, sendo que esta há muito foi substituída na quase totalidade dos Hospitais do SNS.

Em 2010 deu-se seguimento à profunda e contínua intervenção tendo por vista a melhoria de funcionalidades na aplicação de gestão de doentes, Medtrak. Como resultado, foram já alcançados importantes ganhos para o HOSA, pela melhoria na capacidade de monitorização, que proporciona agora tempos de resposta e medidas correctivas/preventivas em tempo útil a toda a actividade hospitalar.

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão

No Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA) o exercício da actividade em 2010 ficou marcado pela celebração do Acordo de Parceria com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (ARSLVT) com efeitos ao dia 1 de Agosto de 2010.

Este facto, que tem condicionado o alcance do seu equilíbrio económico-financeiro permitiu, pela primeira vez na sua história, que o CMRA fosse compensado pela ARSLVT, pelos serviços prestados a utentes da sua área de influência.

Actividades desenvolvidas por domínio de actuação

Actividade Assistencial

De forma a realizar uma apreciação global da actividade desenvolvida pelo Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, apresentam-se os resultados das grandes áreas funcionais que caracterizam a sua actividade assistencial:

- Internamento;
- Ambulatório;
- Meios Complementares de Diagnóstico;
- Meios Complementares de Terapêutica.

Durante o ano de 2010, consolidou-se a reorganização dos Serviços de Internamento, já iniciada em 2009, pretendendo-se desta forma rentabilizar os recursos humanos e estruturais (lotação efectiva), com vista a uma adequada resposta às necessidades e tendo em conta a crescente procura de utentes com patologia neurológica (AVC).

Está assim organizado em quatro serviços, de acordo com a patologia e/ou grupo etário, designadamente:

- Serviço 1 - Serviço de Reabilitação de Adultos (SRA)
- Serviço 2 - Serviço de Reabilitação Pediátrica e de Desenvolvimento (SRPD)
- Serviço 3 - Serviço de Reabilitação de Adultos (SRA)
- Serviço 4 - Serviço de Ambulatório (SA)

Os Serviços 1 e 3 prestam cuidados em regime de internamento a indivíduos adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com sequelas de patologias múltiplas (neurológicas, músculo-esqueléticas e amputados). Os seus destinatários são portadores de quadros de deficiência motora, frequentemente acompanhados de compromissos de gravidade variável das funções cognitivo-comportamentais, de etiologia orgânica.

O Serviço 2 ministra cuidados especializados e diferenciados na área de reabilitação pediátrica e desenvolvimento, em regime de internamento, consulta externa e tratamento ambulatorio, à população em idade pediátrica (dos 0 aos 18 anos) proveniente de todo o País e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Este Serviço engloba ainda a Consulta Externa Pediátrica.

O Serviço 4 passou a englobar toda a actividade assistencial desenvolvida no CMRA em regime ambulatorio: Consultas e Meios complementares de diagnóstico (MCD).

Internamento

De forma a dar uma visão global do Internamento no CMRA durante o ano de 2010, apresenta-se o seguinte um quadro representativo da Actividade Assistencial:

Quadro nº 63. **Internamento**

Internamento	2008	2009	2010	Varição 10/09 (%)
Lotação	131	131	144	10%
Nr. Doentes Saídos	429	439	546	24%
Nr. Dias Internamento	41.360	36.845	40.536	10%
Demora Média Internamento (dias)	96,4	83,9	74,2	-12%
Dias internamento dos doentes saídos	44.365	37.064	39.345	6%
Demora média dos doentes saídos	103,41	84,43	72,06	-14,65%
Taxa Ocupação	86%	77%	77%	0 p.p.
Nr. Doentes Saídos/Cama	3,27	3,35	3,79	13%

No ano de 2010 verificou-se um aumento de lotação de 131 para 144 camas (10%), por terem terminado as obras de beneficiação no Serviço 1 em curso ao longo de 2009.

Do total das 144 camas, 62 são do Serviço 1, 20 do Serviço 2 e 62 do Serviço 3.

Quadro nº 64. **Serviço 1 – Serviço de Reabilitação de Adultos (SRA)**

Indicadores de Actividade	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Lotação	49	62	28%
Nr. Doentes Saídos	160	232	45%
Nr. Dias Internamento	14.293	18.640	30%
Demora Média Internamento (dias)	89,3	80,3	-10%
Dias internamento dos doentes saídos	14.553	18.728	29%
Demora média dos doentes saídos	90,96	80,72	-11%
Taxa Ocupação	81%	82%	1p.p.
Nr. Doentes Saídos/Cama	3,30	3,74	13%

No Serviço1, registou-se em 2010, um aumento da lotação de 49 para 62 camas, uma redução da demora média de 89.3 para 80,3 dias, um aumento de 160 para 232 doentes saídos e um aumento da taxa de ocupação de 81% para 82%.

A redução da demora média é devida ao maior enfoque na rentabilização do tempo de internamento e à alteração da patologia dos doentes admitidos. Com efeito, em 2009, 95% dos doentes admitidos apresentavam sequelas de lesão medular, em 2010 esse número reduziu-se para 64%, tendo-se constatado uma maior percentagem de admissões de doentes com sequelas da AVC (24% em 2010, versus 4% no ano anterior). Os doentes com patologia medular necessitam de um período de internamento mais prolongado que os doentes com patologia cérebro-vascular.

A partir de Agosto, o Acordo com a ARSLVT conduziu a um aumento da procura para internamento.

Quadro nº 65. **Serviço 2 - Serviço de Reabilitação Pediátrica e de Desenvolvimento (SRPD)**

Indicadores de Actividade	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Internamento			
Lotação	20	20	0%
Nr. Doentes Saídos	66	69	5%
Nr. Dias Internamento	3.781	4.016	6%
Demora Média Internamento (dias)	57,29	58,20	2%
Dias internamento dos doentes saídos	3.973	3.727	-6%
Demora média dos doentes saídos	60,20	54,01	-10%
Taxa Ocupação	52%	55%	3p.p.
Nr. Doentes Saídos/Cama	3,30	3,45	5%
Nr. Actos Terapêuticos	34.446	43.401	26%
Fisioterapia	14.531	18.596	20%
Terapia Ocupacional	18.707	23.865	28%
Terapia da Fala	955	940	-2%

O Serviço 2 distribui a sua actividade pelas áreas de internamento, consulta externa, apoio a instituições e intervenções na comunidade com especial relevância às visitas de integração. Acresce na sua actividade a área de investigação e formação de médicos de Medicina Física e Reabilitação em Técnicas de Saúde e ainda iniciativas de sensibilização e ensino especificamente dirigidos a utentes, familiares e prestadores de cuidados.

A Reabilitação Pediátrica tem como propósito a promoção da funcionalidade motora e cognitiva, na actividade, na participação e na modificação dos factores pessoais e ambientais, tornando-se assim, responsável pela prevenção, diagnóstico, tratamento e organização da Reabilitação dos indivíduos em idade pediátrica com patologias incapacitantes e co-morbilidades.

Quadro nº 66. **Serviço 3 – Serviço Reabilitação Adultos (SRA)**

Indicadores de Actividade	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Internamento			
Lotação	62	62	0%
Nr. Doentes Saídos	213	245	15%
Nr. Dias Internamento	18.771	17.880	- 5%
Demora Média Internamento (dias)	88,13	72,98	- 17%
Dias internamento dos doentes saídos	18.538	16.890	-9%
Demora média dos doentes saídos	87,03	68,94	-21%
Taxa Ocupação	83%	79%	-4p.p.
Nr. Doentes Saídos/Cama	3,44	3,95	15%

O Serviço 3 tem uma capacidade instalada para 62 doentes em regime de internamento, distribuídos em duas alas.

A diminuição da taxa de ocupação deve-se fundamentalmente à dificuldades de acesso por parte dos utentes do SNS, por falta de acordo até ao terceiro trimestre de 2010.

O conceito de Medicina de Reabilitação que presidiu à actividade do Serviço em 2010 assentou numa abordagem multiprofissional, multidisciplinar e multimodal concertadas e sinérgicas, bem como numa organização e rotinas dos profissionais das equipas de reabilitação, que pretenderam ir ao encontro das orientações mais actuais da Organização Mundial de Saúde, da *World Federation of Neurorehabilitation* e da *International Society of Physical Medicine and Rehabilitation*.

Ambulatório

O Ambulatório inclui a Consulta Externa Pediátrica, o Serviço de Ambulatório (neste último estão englobados: Consulta Externa de Adultos, Meios Complementares de Diagnóstico) e Meios Complementares de Terapêutica⁴.

Consulta Externa de Pediatria

A Consulta Externa Pediátrica abrange crianças/jovens em idade pediátrica (dos 0 aos 18 anos) referenciados pelos médicos de família e/ou médicos de outras instituições hospitalares.

Uma mais-valia do Serviço é a Consulta de Desenvolvimento, única na Comunidade, que tem como objectivo primordial identificar as alterações de desenvolvimento o mais precocemente possível. Para tal, o Serviço dispõe de quatro médicas com a competência de Desenvolvimento Pediátrico, que anualmente ministram formação aos seus pares nesta área.

⁴ Todas estas unidades/áreas dão simultaneamente apoio ao internamento

Ainda durante o ano de 2010, de forma a prestar assistência às crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), deu-se início ao Núcleo de Linguagem, consulta onde participa uma equipa multidisciplinar (Médico, Terapeuta da Fala, Psicólogo) que se tem revelado eficaz dando resposta aos utentes em tempo útil.

Em 2010, assistiu-se a um decréscimo importante de consultas externas pediátricas (-17%) motivado pelas dificuldades no acesso ao CMRA (até entrada em vigor do Acordo), dada a não emissão de credenciais/termos de responsabilidade por parte dos Centros de Saúde.

Consulta Externa de Adultos

A consulta externa de adultos integra-se no serviço de ambulatório que foi reorganizado em 2010 com a introdução de alterações funcionais. As consultas externas de adultos incluem as consultas específicas de mesoterapia, de toxina botulínica, do pé, de amputado, de disfunção sexual neurogénia, de bomba de baclofeno, de incontinência urinária e de reabilitação pós-mastectomia.

Quadro nº 67. Consultas Externas

Indicadores de Actividade	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Nr. de Consultas Externas	11.320	10.072	9.540	-5%
Dos quais: Consultas Pediátricas	2.406	2.284	1.893	-17%
Consultas de Adultos	8.914	7.788	7.647	-2%
Consultas MFR (Total)	9.957	9.296	8.978	-3%
1ª(s) Consultas	1.365	1.048	1.112	6%
2ª(s) Consultas e Subsequentes	8.592	8.248	7.866	-5%
Consultores/Outras especialidades	1.363	776	562	-28%
Consultas Fisiatria/Hora	4	4	4	10%
Horas de Fisiatra em Consulta/Mês	214	214	214	300%

Em 2010 o número total de consultas externas foi de 9.540, das quais 1.893 de consultas externas pediátricas e 7.647 de consultas externas de adultos.

Em relação ao ano anterior o número total de consultas externas diminuiu em 5% devido principalmente à consulta pediátrica (-17%) atrás referido. A diminuição das consultas de adultos foi menos acentuada (-2%).

Ao nível das primeiras consultas o total registou um aumento de 6%, com as consultas de adultos a aumentar em 11% face a 2009 e as consultas pediátricas a diminuir em 9%. Com

efeito, verificou-se um reforço da implantação de diversas Consultas Específicas, sendo algumas delas consultas de referência a nível nacional e pilares na consolidação da posição do CMRA no panorama da Medicina Física e de Reabilitação, como por exemplo as Consulta de Toxina Botulínica, Consulta de Bomba de Baclofeno e Consulta do Pé.

O CMRA dispõe também de consultas externas não médicas como consultas de enfermagem, de psicologia, de dietética e outras.

Quadro nº 68. Ambulatório – Outros Actos

Indicadores de Actividade	2009	2010	Varição 10/09 (%)
Nr. Consultas Externas não médicas	5.978	3.490	-42%
Consulta Enfermagem	3.341	2.473	-26%
Consulta Psicologia	1458	1069	-59%
Consulta Dietética	631	375	-43%
Entrevista Social	2565	1468	-67%
Nr. Actos Médicos Terapêuticos	1.840	1.408	-23%
Nr. Outros Actos Terapêuticos	5.496	6.521	19%
Psicologia (Sessões Psicoterapia)	4250	3448	-15%
Enfermagem (Actos de Enfermagem)	4928	3.942	-20%
Intervenções Sociais	7512	3652	-64%

Meios Complementares de Diagnóstico (MCD)

Quadro nº 69. Exames Diagnóstico

Indicadores de Actividade	2008	2009	2010	Varição 10/09 (%)
Nr. Exames Diagnóstico	3.745	3.861	4.041	4,7%
Imagiologia	2.170	2.492	2.513	1%
RX	1.589	1.903	1.698	-11%
Eco	581	589	815	38%
Estudos Urodinâmicos	539	437	367	-16%
Neurofisiologia	282	220	127	-42%
Provas Função Respiratória	325	235	305	30%
Análise Marcha	46	34	46	35%
Avaliação Capacidade Condução	116	130	167	28%
Análise Posição Sentado	6	52	82	58%
Electrocardiograma	261	261	434	66%

A actividade referente aos meios complementares de diagnóstico, prestada pelo SA dividiu-se de forma quase equitativa entre utentes em regime de internamento e ambulatório. Em

2010, registou-se um aumento de 4,7% no número de exames de diagnóstico. É de realçar a definitiva implantação do Laboratório de Análise da Posição de Sentado, que viu reforçada a sua actividade e a consolidação do Centro de Mobilidade como unidade de referência a nível nacional.

O Laboratório de análise da posição de sentado (LAPOSE) tem como objectivo a avaliar a posição de sentado dos utentes, permitindo identificar como a pressão exercida pelo peso corporal se distribui sobre a superfície de apoio. Deste modo permite avaliar estratégias (ajudas técnicas) possíveis para otimizar a situação clínica, no que respeita à prevenção de úlceras de pressão, privilegiando sempre a função e o conforto, atendendo às necessidades particulares de cada utente. Também permite ensinar o utente e os cuidadores, através de um feed-back visual, as posturas correctas a adoptar e como avaliar as zonas de pressão, no dia-a-dia.

O Centro de Mobilidade, integrado no Programa Europeu Autonomy, tem como objectivo a criação e disponibilização de formas alternativas de condução para as pessoas com deficiência. Implementado em parceria com a FIAT em 1999, o Centro está vocacionado para a avaliação clínica de candidatos provenientes de todo o País.

O Laboratório de Marcha tem como objectivo o desenvolvimento de elementos complementares ao diagnóstico Clínico e ainda o desenvolvimento de projectos de investigação (sempre que possível em parceria com Universidades) e a formação de pessoal técnico.

Meios Complementares de Terapêutica (MCT)

Quadro nº 70. **Actos Terapêuticos**

Indicadores de Actividade	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
Nr. Actos Terapêuticos	640.978	608.978	624.220	2,5%
Fisioterapia	347.817	320.939	315.612	-2%
Terapia Ocupacional	251.766	244.373	260.741	7%
Terapia da Fala	24.376	27.123	28.015	3%
Actividades da Vida Diária	15.320	14.606	17.661	21%
Ortoprotesia/Proced. Terapêuticos	1.699	1.937	2.191	13%
Ortóteses	1.284	1.551	1.827	18%
Próteses	415	386	364	-6%

O CMRA disponibiliza aos seus utentes cuidados nas áreas de Fisioterapia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Ortoprotesia e Actividades da Vida Diária (AVD).

Durante o ano de 2010, o número de actos terapêuticos aumentou 2,5% face a 2009. Esse aumento foi transversal à actividade à excepção dos actos de fisioterapia e do número de próteses.

A Unidade de Fisioterapia tem como principais objectivos prevenir, tratar, habilitar ou reabilitar utentes de todas as idades, tendo em vista a sua máxima independência funcional, qualidade de vida e realização pessoal, sua e das suas famílias.

A Unidade de Terapia Ocupacional procura promover a capacidade dos utentes para escolherem, organizarem e desempenharem de forma satisfatória ocupações que considerem significativas, maximizando a sua autonomia e promovendo a saúde e o bem-estar.

Ao longo do ano de 2010 deu-se continuidade à renovação de materiais de intervenção terapêutica e de equipamentos, na Unidade de terapia Ocupacional, com ênfase para a inovação e desenvolvimento da área das tecnologias de apoio, foi feita a aquisição de 3 equipamentos para a neuro-reabilitação do Membro Superior facilitadores do desempenho de actividades em contexto virtual. O CMRA é o primeiro Centro de Reabilitação a dispor deste equipamento a nível nacional.

A Unidade da Terapia da Fala orienta a sua actividade para a melhoria da intervenção terapêutica dos utentes internados com patologia da comunicação/deglutição tendo sido implementadas novas abordagens e diversificação na intervenção. Desenvolve terapia directa no tratamento individual, no apoio terapêutico no refeitório e apoio terapêutico em grupo. Desenvolve também terapia indirecta com orientação/ensino aos familiares e cuidadores dos utentes através da participação no grupo de apoio a familiares de utentes com acidente vascular cerebral (AVC), no grupo de apoio a familiares de utentes com traumatismo crânio-encefálico (TCE) e no programa de intervenção para familiares de utentes com alterações de linguagem. Existe ainda uma unidade de terapia da fala para crianças.

O sector de Ortoprotesia, no âmbito da sua intervenção e assistência, desenvolveu estudos, construções, adaptações e aplicações de próteses e ortóteses a indivíduos com amputação,

ausência congénita dos membros ou, deficiência funcional total ou parcial do sistema neuro-musculo-esquelético.

Há ainda a referir o trabalho da Unidade de Actividades da Vida Diária pelo treino efectuado aos utentes e respectivo ensino às famílias, o trabalho do sector de Dietética que actua na prevenção, promoção e recuperação nutricional e o Serviço Social que desenvolve a prestação dos cuidados Sociais ao nível das equipas. No âmbito do Serviço Social refere-se ainda o trabalho das equipas da gestão de altas, do Gabinete de apoio ao utente e do Voluntariado.

Serviços Farmacêuticos

Em 2010 houve um decréscimo de 10,4% no consumo total de medicamentos, outros produtos farmacêuticos e outro material de penso. O consumo de medicamentos representou 93,4% do consumo total. O Serviço que apresentou um maior consumo em 2010 foi o Serviço de Consulta Externa de Adultos, por ser o serviço com maior consumo de Toxina Botulínica tipo A, tendo aumentado o seu consumo de 2009 para 2010 em 6,7%.

Na Actividade Assistencial, na área da Distribuição Unitária, foi aplicado um Indicador de Qualidade relativo a medicamentos incorrectamente dispensados. Numa amostra de 17.683 unidades de medicamentos dispensadas ocorreu uma taxa de 0,32% de erros de dispensa.

Quadro nº 71. **Consumos de medicamentos por Serviço**

Serviço	2008	2009	2010	Variação 10/09 (%)
SRA – Serviço 1	122.728	132.497	124.569	-6%
SRPD – Serviço 2	31877,2	23789,2	23599,4	-1%
SRA – Serviço 3	139.052	140.758	103.242	-27%
Cons. Externa - Adulto	202.864	209.747	223.756	7%
Cons. Externa - Pediatria	54.892,1	45.444,6	24.101,4	-47%
Est. Urodinâmicos	2.015	1.705	1.459	-14%
Radiologia	9.156	24.662	18.592	-25%
Fisioterapia	1.651,5	2.426,8	2.217,3	-9%
Terapia Ocupacional	1.438	1.816	2.085	15%
Terapia da Fala	224	361	239	-34%
Serv. Farmacêuticos	5.309,1	6.095,3	8.613,9	41%
Outros	1.368	3.250	4.357	34%
Total	572.574	592.551	536.830	-9%

Formação e Investigação Científica

A acrescentar à vertente assistencial, o CMRA continuou a apostar na formação e na investigação científica, contribuindo dessa forma para a elevada diferenciação científica e técnica dos seus profissionais.

O ano de 2010 ficou marcado pela realização das I Jornadas Multidisciplinares, Internacionais subordinadas ao tema *"Inovação e Criatividade em Neuroreabilitação"*, cujo sucesso foi reconhecido pela Comunidade desta área de intervenção. Os temas apresentados espelharam o estado de arte, contando com cerca de quinhentas inscrições, contribuindo assim para dar resposta a um dos objectivos do QUAR.

Durante o ano foram ainda organizados e desenvolvidas internamente diversas acções de formação dirigidas aos técnicos de saúde do CMRA, tendo algumas sido extensivas a técnicos do exterior.

Em 2010, os profissionais de saúde do CMRA elaboraram uma diversidade de artigos, dos quais nomeamos:

- *"Síndrome de dor complexa regional do joelho – a propósito de um caso clínico"*, Carla Rito, Cristina Sousa, Jorge Jacinto - Revista da Sociedade Portuguesa de MFR (publicado)
- *"Aplicação da Robótica na Reabilitação do Membro Superior Post-AVC"*, Filipe Cardoso, Ana Cristina Sousa, Jorge Jacinto, Revista da Sociedade Portuguesa de MFR (aguarda publicação)
- *"Objectivação da melhoria do padrão de marcha condicionada pelo uso de um plantar, na dismetria post-traumática dos membros inferiores – relato de caso"*, Carla Rito, Sara Paradinha, Jorge Jacinto, Cristina Sousa - Revista da Sociedade Portuguesa de MFR (aguarda publicação)
- *"Reabilitação de Amputados"*, Natália Ramos – Revista Solidária (aguarda publicação)

Em 2010 assistiu-se a um elevado número de produção de textos técnicos, tendo como público-alvo tanto profissionais de saúde como utentes. Assim, um breve resumo de alguns dos folhetos produzidos este ano no CMRA:

- Folheto para utentes sobre cuidados após tratamento com toxina botulínica, Alexandre Barbosa, Sara Paradinha, Jorge Jacinto (aguarda publicação);
- Folheto para utentes amputados dos membros, sobre cuidados a ter com os cotos de amputação e uso racional de próteses, Alexandre Barbosa, Sara Paradinha, Natália Ramos;

- Monofolha "Praias acessíveis a pessoas com deficiência motora 2010"
- Tríptico "Saúde e Imigração"
- Díptico "Curso de Desenvolvimento Normal da Criança 0 aos 5 anos"

Durante o ano de 2010, o CMRA, mais propriamente a Unidade de Terapia da Fala, esteve envolvida nos seguintes projectos de investigação:

- "SP-I-RIT" – Speech Intensive Rehabilitation Therapy
- Ensaio Clínico Multicêntrico Nacional controlado e aleatorizado, paralelo da eficácia da Terapia da Fala Intensiva em doentes afásicos de causa vascular, em parceria com o Laboratório de Estudos da Linguagem – Hospital de Santa Maria (Projecto de continuidade).
- "ACCLE" – Avaliação das Competências Linguísticas para a Leitura e a Escrita
A Unidade de Terapia da Fala – Crianças iniciou em 2009 um projecto, em parceria com a ESSA, para validação da bateria de testes "ACLE". Este projecto compreendeu 3 etapas: elaboração da bateria; aplicação da mesma a 600 crianças de várias faixas etárias. Em 2010 a U.T.F. – Crianças procedeu à análise/ tratamento estatístico dos dados colhidos, concluindo assim, este projecto, do qual resultou um instrumento de Avaliação formal que avalia os diferentes níveis de competências linguísticas consideradas básicas/inerentes à aquisição da leitura e da escrita.
- Participação na Validação de uma escala de Avaliação de Funcionalidade da Comunicação para adultos – ASHA - FACS (Functional Assessment of Communication Skills), em parceria com o Laboratório de Estudos de Linguagem – Hospital de Santa Maria.

O Núcleo de Psicologia, colaborou no estudo "*Avaliação dos Impactos de um Programa de Reabilitação em Pessoas com Lesão Cerebral Adquirida*", realizado pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

A Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA) prosseguiu, como previsto nos seus Estatutos publicados na 2ª série do DR de 2 de Dezembro de 2009, a organização de ciclos de estudos visando a atribuição de licenciaturas e mestrados, nomeadamente nas áreas da fisioterapia, terapia da fala e terapia ocupacional.

Contribuiu ainda, não só para a promoção da formação contínua, actividades de investigação e desenvolvimento, mas também para a prestação de serviços de apoio à comunidade.

Actividade Desenvolvida

Conscientes, ontem e hoje, que o sector do ensino das áreas da saúde vive uma situação de altíssima concorrência e cujo mercado adquiriu fortes dinâmicas de mutação, a estratégia da escola continua a passar pela garantia da qualidade e excelência da sua oferta educativa aliada, tanto quanto possível, a um custo competitivo, através da racionalização dos meios disponíveis e uma mais significativa oferta de apoios aos alunos com dificuldades, factor prospectivo de inquestionáveis vantagens de competitividade para a ESSA.

Neste quadro, afigura-se também de importância capital ampliar a divulgação dos Cursos com maior agressividade comercial, utilizando estratégias e meios de marketing diversificados, cada vez mais criativos e inovadores no processo de recrutamento de candidatos, sem prejuízo do reforço do emblemático projecto Escola Aberta.

Ao nível interno, no ano de 2010, quer os Cursos de Licenciatura quer os Cursos de Mestrado, respectivamente nas áreas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala seguiram, na plenitude, os princípios reguladores e instrumentos académicos do Processo de Bolonha.

Embora a aposta futura sejam os Mestrados próprios prosseguiu-se a política de oferta de pós-graduações na base de projectos autónomos, mas naturalmente articulados. Cada projecto tem sido concebido de forma a ser auto financiado, sem onerar ou agravar os custos fixos da estrutura geral ligada à formação de base. Nesta linha a existência destes

projectos permitirá rentabilizar os recursos existentes, contratualizando-se novos recursos apenas no âmbito desses projectos.

Por outro lado, quer no sentido da consolidação de uma cultura de qualidade e excelência, quer no estrito cumprimento da Lei nº 38/2007 de 16 de Agosto a qual aprovou o “ Regime jurídico de avaliação do Ensino Superior ” a ESSA criou uma Comissão Permanente de Avaliação da Qualidade, presidida pelo Subdirector, que assessora o Conselho de Gestão na definição da política e procedimentos sistemáticos para o desenvolvimento contínuo e integrado da qualidade da Escola e dos seus Cursos.

No sentido de assegurar a participação activa de docentes e estudantes, integram a referida Comissão os Coordenadores de Departamento e os Presidentes dos Conselhos Técnico-científico e Pedagógico (onde estão representados os alunos) e o Presidente da Associação de Estudantes.

A investigação é outra componente fundamental na avaliação da qualidade no ensino superior, prevista nos novos Estatutos, que importa promover ultrapassando a dependência de recursos externos, e criar as condições para a realização de projectos autónomos.

Seguramente que a Qualidade da Escola assenta, no essencial, na credibilidade e estabilidade do seu corpo docente próprio. Mas, não menos importante, é a estratégia de manutenção da filiação nas redes europeias de Escolas Superiores de Fisioterapia (ENPHE) e de Terapia Ocupacional (ENOTHE) e bem assim, a continuação do estabelecimento de acordos bilaterais com escolas de referência de outros países, consolidando e diversificando as oportunidades de formação oferecidas aos alunos da ESSA.

Assim, prosseguiu-se o intercâmbio de alunos e docentes com escolas congéneres, no quadro da iniciativa comunitária ERASMUS, criando condições para que estes reforcem as suas competências ao nível dos novos métodos de ensino introduzidos com a aplicação do Processo de Bolonha. Será ainda de salientar o prosseguimento do apoio que o Departamento de Terapia da Fala continua a emprestar no estabelecimento de uma rede europeia de Escolas de Terapia da Fala.

Em 2010, frequentaram a ESSA, ao nível da formação básica 515 alunos, representando uma taxa de ocupação de 86%, menos 1 p.p. que em 2009. Foram ainda realizadas 5 acções de formação pós-graduada que se traduziram num decréscimo de 19% no número

de formandos face a 2009. Realizaram-se 4 acções de formação contínua (menos 4 que em 2009) em que participaram 110 formandos.

Quadro nº 72. Indicadores de Actividade da ESSA

Indicadores de Actividade	2008	2009	2010
	Ano lectivo		Ano lectivo
	08/09	Ano lectivo 09/10	10/11
Formação Básica			
Nº de Cursos	3	3	3
Total de Formandos	531	519	515
Taxa de Ocupação	89%	87%	86%
Taxa de Sucesso	96%	97%	
Formação Pós-Graduada			
Nº de Acções	5	5	5
Total de Formandos	134	126	102
Formação Contínua			
Nº de Acções	1	8	4
Total de Formandos	25	178	110

Formação Básica

Conforme temos vindo a referir em anteriores relatórios a oferta formativa a nível nacional nestas áreas tem aumentado exponencialmente fruto do aparecimento de novos Cursos e Escolas, mormente ao nível do ensino público, fazendo diminuir o número de candidaturas à ESSA no âmbito nacional.

No entanto, no presente ano lectivo 2010-2011, as vagas autorizadas à ESSA pelo Ministério do Ensino Superior foram preenchidas a 100%, por essa razão, não pudemos corresponder aos vários pedidos de transferência que nos chegaram de alunos de outras escolas concorrentes.

Em 2010, os gastos totais com a Formação Básica atingiram o montante de 2.968,5 mil euros, representando um aumento de 44,9 mil euros face ao ano anterior. O custo por aluno foi de 5.764 euros anuais.

Formação Contínua e Pós-Graduada

O ano de 2010 não foi fértil em acções de formação contínua, considerando que os três Departamentos estiveram a 100% envolvidos e empenhados não só na implementação dos Mestrados próprios da ESSA, mas também na leccionação e apoio científico-pedagógico “in loco ” da parte final das licenciaturas em Terapia Ocupacional e Fisioterapia do ISCISA – Maputo – Moçambique.

Ainda assim foi possível concretizar as seguintes acções com retorno financeiro ao nível da formação contínua e pós-graduada:

- *Departamento de Fisioterapia*

Início do 3º ano do Curso de *Mestrado em Reabilitação Neurológica*, Especialidade para Fisioterapeutas; Início em Julho da 1ª Edição do Mestrado em Fisioterapia e em Outubro da 2ª Edição.

- *Departamento de Terapia da Fala*

Início em Outubro da 1ª Edição do Mestrado em Terapia da Fala; Workshop “Treatment of some major problems” e Conferência sobre “Comunicação aumentativa e tecnologias de apoio”.

- *Departamento de Terapia Ocupacional*

Início em Outubro da 1ª Edição do Mestrado em Terapia Ocupacional; Curso “Blending NDT/Bobath Approach and Sensory Integration in the Assessment & Treatment of Infants & Young Children” (2 Edições).

Os gastos com a formação pós-graduada e contínua atingiram o montante de 116,8 mil euros, representando uma diminuição de 122,9 mil euros face ao ano anterior. O custo por aluno foi de 1.145 euros anuais.

Modernização e Equipamentos

Prosseguiu o processo de informatização dos procedimentos de Gestão Académica, prevendo-se que o mesmo entre em pleno funcionamento no 2º semestre do presente ano lectivo 2010-2011.

Procederam-se às seguintes remodelações/beneficiações:

- Remodelação das Salas de Informática dos Alunos,
- Remodelação do Laboratório de AVD (Actividades da Vida Diária) do Curso de Terapia Ocupacional;
- Remodelação do Laboratório da Fala e criação de uma “ Ilha de gravação ”;
- Aguarda-se o início das obras de remodelação/requalificação dos espaços do Refeitório e da Biblioteca da ESSA, tendo já sido desenvolvidos os trabalhos de preparação e, inclusivamente, sido substituída e actualizada a cablagem de alimentação eléctrica ao edifício da ESSA.

Foram adquiridos diversos equipamentos laboratoriais de Pesquisa e Investigação, para todos os Departamentos, actualizando-se e enriquecendo-se assim, pedagógica e cientificamente a Escola, bem como a substituição de mobiliário antigo por outro mais moderno e ergonómico para as salas de aula.

Este esforço de modernização implicou um investimento de 108,9 mil euros, menos 100,6 mil euros que em 2009.

Reforço de Qualificação Académica dos Docentes

Em Dezembro de 2010, o corpo docente efectivo (apenas docentes internos) da ESSA era constituído por um total de 22 docentes internos. Destes docentes, 7 encontram-se a prosseguir os respectivos programas de doutoramento, o que revela a tendência de forte valorização académica do corpo docente próprio da ESSA.

Para além dos docentes internos existem cerca de uma centena de colaboradores externos em regime de prestação de serviço docente, onde se incluem 17 docentes com o grau de Mestre e 11 com o grau de Doutor.

Por último, em regime de contratação parcial, ao nível lectivo e para efeitos de preenchimento dos rácios académicos, encontram-se o Director e os Presidentes do Conselho Técnico-Científico e da Comissão de Creditação da ESSA, todos eles detentores do grau de Doutor.

Revista Científica da ESSA (Re-habilitar)

Em 2010, prosseguiu o processo de dinamizar a produção científica e o impacto da Revista Científica da ESSA (Re-habilitar), com a publicação do exemplar nº 8/9.

No futuro próximo, por questões de economia de meios e recursos, está a estudar-se a possibilidade de uma perspectiva digital de produção e divulgação da Revista.

Mobilidade e Intercâmbio Nacional e Internacional de Alunos e Professores

ERASMUS

No âmbito deste Programa Comunitário a ESSA, possuidora da Carta Universitária Erasmus, manteve "*acordos bilaterais*" com 24 Universidades de 9 países (Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Holanda, Letónia, Noruega, Polónia e Reino Unido) com vista ao processo de mobilidade académica recíproca.

Assim, no decurso de 2010, fizeram mobilidade em vários Países Europeus no âmbito do Programa ERASMUS, 24 alunos da ESSA, sendo 14 do curso de Fisioterapia, 6 do curso de Terapia Ocupacional e 4 do curso de Terapia da Fala. Três docentes, um de cada Departamento da ESSA, tiveram igualmente a oportunidade de leccionar em escolas europeias ao abrigo deste programa.

Foram recebidos na ESSA, no âmbito do mesmo programa, um total de 11 alunos, 3 do curso de Fisioterapia e 8 do curso de Terapia Ocupacional. Foram, igualmente, recebidos seis docentes, respectivamente, 2 de Espanha, 2 da Noruega, 1 da Polónia e 1 da Bélgica.

Cooperação com ISCISA

No âmbito do Protocolo celebrado entre a SCML e o Instituto Superior de Ciências da Saúde - Maputo (ISCISA), manteve-se no decurso de 2010 a colaboração lectiva, científica, pedagógica e técnica com aquele Instituto de âmbito nacional, no desenvolvimento dos cursos de licenciatura em Terapia Ocupacional e Fisioterapia.

Neste quadro, está previsto que a 17 de Junho de 2011 sejam entregues em cerimónia oficial os diplomas de licenciatura aos primeiros 27 licenciados em Terapia Ocupacional e,

um ano depois, na mesma data, serão entregues os diplomas de licenciatura aos primeiros 28 licenciados em Fisioterapia.

Iniciaram-se, ainda, contactos relativos a novos projectos de formação, a citar:

- Lançamento da implementação da Licenciatura em Terapia da Fala;
- Estágios, para docência, a realizar em Portugal pelos 3/4 melhores licenciados em Terapia Ocupacional e Fisioterapia;
- Curso de Pós-Graduação em HIV/SIDA, englobando Saúde e Acção Social, com possibilidade de evolução para Mestrado, considerando o flagelo que esta doença representa em Moçambique;
- Consultadoria para a planificação e organização de uma Licenciatura em Serviço Social e bem assim ao processo de creditação dos actuais técnicos de Acção Social de nível médio, através de um Programa de Transição Académica;
- Pós-Graduação em Gestão Pedagógica, com evolução para Mestrado, destinado aos Coordenadores dos diferentes Cursos de Saúde ministrados no ISCISA.

De salientar o esforço financeiro da SCML/ESSA nesta actividade que, em 2010, atingiu os 36,3 mil euros em gastos directos.

Ligação à Comunidade

No sentido de divulgar os seus cursos junto dos potenciais candidatos, a ESSA realizou 25 visitas a Escolas, Colégios e Externatos do Ensino Secundário, e recebeu nas suas instalações 237 alunos e 17 professores, no âmbito do designado projecto “Escola Aberta - 2010”.

Participou ainda em 4 Feiras e diversos Eventos de ordem sociocultural direccionados à divulgação da ESSA junto dos potenciais candidatos ao Ensino Superior.

Ao nível da preparação do projecto “Escola Aberta” para 2011, foram enviados, no final de 2010, 300 ofícios-convite e mais de meia centena de “mails” para estabelecimentos públicos e privados de ensino secundário.

Das várias actividades prosseguidas pelos três Departamentos são de destacar, entre outras, a manutenção e reforço da ligação à Câmara Municipal de Cascais, no âmbito da

Comissão para a Pessoa com Deficiência e outras iniciativas como por exemplo “CASCAIS-ACTIVO – É DESPORTO PARA TODOS”, “Projecto Tiralô” e “Remo Sem Limites”.

Por outro lado, a ESSA integra o Conselho Municipal de Educação da Câmara Municipal de Cascais, em representação do Ensino Superior, fórum onde é discutida a orientação política e social do desenvolvimento dos vários graus de ensino no Concelho de Cascais. A ESSA continua, também, a integrar o Conselho Geral da Escola Secundária de Alcabideche, órgão relevante na nova orgânica da gestão dos estabelecimentos de ensino secundário.

Projectos de Investigação

Departamento de Terapia Ocupacional:

- “A socialização nas instituições universitárias, as atitudes e os comportamentos habituais de estudo e as condutas anti-sociais”, para apresentação da Tese Doutoral na Universidade da Corunha. (Fizeram parte da amostra todos os alunos da ESSA).
- “Processamento sensorial nas crianças que se encontram nas instituições de acolhimento”, para apresentação da Tese Doutoral na Universidade da Corunha (Estudo realizado nos Centros de Acolhimento da SCML).

Departamento de Terapia da Fala:

- “Construção e normalização de um teste de avaliação da linguagem na criança em idade escolar” – Provas de Linguagem – Idade escolar (PLIE). Términus do projecto previsto para Dezembro de 2011.

Departamento de Fisioterapia:

- Projecto de Investigação: “PNF-Chi – Por favor não caia”, projecto de parceria da ESSA (Departamento de Fisioterapia) com a Fisiopraxis, com a duração de 11 meses e desenvolvido por profissionais licenciados (fisioterapeutas, enfermeiros e nutricionistas) na Ilha Terceira – Açores, projecto que conta com o apoio do respectivo Governo Regional. A ESSA participa na coordenação científica do projecto, tendo a respectiva implementação no terreno permitido a empregabilidade de 7 recém-licenciados em Fisioterapia da ESSA.

- Projecto de investigação em parceria com o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Cascais que envolveu 12 instituições do concelho e 474 utentes intitulado “Diagnóstico de necessidades dos idosos dos centros de dia do concelho de Cascais”, tendo estado na origem da criação da Plataforma de Qualificação dos Centros de Dia do Concelho de Cascais, que envolve vários parceiros sociais, sendo a ESSA parceiro consultor.

Comunicações/Conferências em Congressos ou Encontros de Índole Científica

O Departamento de Terapia da Fala fez-se representar com comunicações orais nos seguintes eventos: Pacific Voice Conference (Los Angeles, 26 e 27 de Fevereiro 2010); 1º Curso Teórico prático de Voz (Serviço de ORL dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 24 e 25 de Maio de 2010); 1º Congresso Internacional de Motricidade Orofacial (São Paulo, Brasil, 27 a 29 de Agosto de 2010); Congresso Comunicar 2010 (Lisboa).

O Departamento de Fisioterapia fez-se representar com comunicações orais e/ou posters científicos nos seguintes congressos: International Physiotherapy – Students Meeting 2010 (Tavira, 18 a 21 de Março); 8º Congresso Nacional de Fisioterapeutas (Lisboa, 12 e 13 de Novembro); Congresso Enjoy Med (Faculdade de Medicina de Lisboa, 11 e 12 de Dezembro); Congresso Anual da European Respiratory Society – ERS (Barcelona, 18 a 2 de Setembro); Jornadas Técnico-Científicas da Escola Superior de Saúde de Coimbra (Maio); Programa Comunitário Grundtvig (Estoril, 29 de Outubro).

O Departamento de Terapia Ocupacional representou a ESSA no Tunning/Science/Education Meeting – 16ª Conferência Anual da European Network of Occupational Therapy in Higher Education – ENOTHE (Estocolmo, 14 a 16 Outubro) e no 15th Congress of World Federation of Occupational Therapists (Santiago do Chile, 26 de Abril a 7 de Junho). Assegurou ainda a organização do COTEC – Council of Occupational Therapists for the European Countries (29 de Junho a 1 de Julho).

Projectos Inovadores concretizados

- Aprovação das propostas de novos cursos ao nível de 2º ciclo (mestrados próprios)

A ESSA, mantendo a parceria já existente com o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica no âmbito de mestrados em Terapia da Fala e Fisioterapia, obteve a aprovação pelo MCTES dos mestrados autónomos em Fisioterapia e Terapia Ocupacional em 2009. Estes Mestrados entraram em funcionamento, respectivamente, em Julho, Novembro e Outubro de 2010.

- Aprovação do novo Estatuto, no âmbito do novo RJIES (Lei 62/2007)

Da aplicação do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), resultou a necessidade de ser elaborado um novo Estatuto da ESSA o qual foi aprovado por despacho de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino superior de 23.Jul.2009 e publicado no DR nº 233, 2ª série, de 2 de Dezembro de 2009.

Instalados os Órgãos, com excepção do Conselho Consultivo, os Estatutos carecem ainda da implementação do Provedor do Estudante e de alguns ajustamentos organizacionais ao nível das Unidades Estruturais referenciadas no artº 53.

- Informatização dos procedimentos de gestão académica da ESSA

Na sequência da adjudicação do sistema PRAXIS à Firma Infinite Business Solutions, decorreu ao longo de 2009 e 2010 o processo de preparação, em conjunto com os serviços da ESSA, da informatização dos vários procedimentos de natureza administrativa, com vista à sua efectiva entrada em funcionamento no 2º semestre do ano lectivo 2010-2011.

- Formação para o empreendedorismo

Prosseguiu a formação complementar para o empreendeddorismo, com o contributo da DNA-CASCAIS⁵, agora leccionada a todos os alunos do 4º ano dos cursos de Licenciatura em Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala.

⁵ Associação sem fins lucrativos

A actividade financeira da ESSA em 2010 traduziu-se por um Resultado do Exercício negativo de 328,1 mil euros, significando uma melhoria de 149,1 mil euros em relação a 2009.

167 •

Direcção Financeira

A Direcção Financeira, tem como missão prestar serviços profissionais da área financeira ao universo SCML com valor reconhecido por este, disponibilizando informação atempada e de qualidade para suporte à decisão. Compete assim, o planeamento, organização e controlo dos sistemas contabilístico-financeiros, no âmbito da contabilidade, da gestão orçamental, gestão de custos, planeamento e gestão de activos financeiros e tesouraria.

O ano de 2010 foi um ano de grandes impactos nesta Direcção, dado não só pelo novo normativo contabilístico (SNC) como também pelo projecto Modernizar.

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a DIF procedeu à implementação das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), tendo efectuado a migração do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o SNC. Neste sentido, efectuou-se a re-expressão das demonstrações financeiras do período de 2009, avaliando os impactos ao nível dos resultados e do capital próprio, bem como o impacto nas suas políticas de gestão do capital.

Relativamente ao projecto Modernizar que visa estabelecer novos processos, ferramentas, atitudes e comportamentos que permitam garantir a eficácia e eficiência da DIF, são de destacar:

- redesenho do processo de conferência e registo de facturas, endereçada de forma transversal na DIF, DIA e DIGIE;
- implementação de indicadores de desempenho relacionados com a área financeira, permitindo a monitorização da actividade.

As acções mais relevantes centraram-se maioritariamente em torno dos sistemas integrados de informação, da qualidade e fiabilidade de dados e de optimização de processos, dos quais passamos a destacar:

- Execução do Relatório mensal de Indicadores, que disponibiliza informação do desempenho económico-financeira com a finalidade de apoiar a Mesa, os departamentos e os restantes serviços da SCML. Importa referir a introdução/melhoria de novos indicadores de qualidade que permitiram uma melhor gestão e tomada de decisão;
- Actualização do Manual de procedimentos, de acordo com o SNC;
- Implementação de medidas que visaram a optimização da produtividade da DIF;

- Automatização do lançamento dos Fundos Fixos, que garantiu ganhos significativos de produtividade e permitiu uma análise célere e de qualidade, na informação prestada;
- Automatização dos livros anuais de análise de centros de custos, que permitiu ter a informação, por centro de custo, de forma célere e em formato digital com a associação de fortes poupanças de papel. Anualmente eram publicados 12 livros com esta informação tardiamente;
- Envio mensal, a todos os Dirigentes, do controlo de execução dos projectos das respectivas áreas de sua responsabilidade;
- Introdução do BPI Net, que permitiu efectuar pagamentos de documentos únicos de cobrança e certidões permanentes que eram efectuados através do Multibanco pessoal de alguns colaboradores ou deslocações aos balcões dos bancos. Igualmente o pagamento de recibos verdes, evitando a emissão de cheques e os respectivos custos associados.

Os gastos totais da DIF em 2010 situam-se nos 2.358,8 mil euros e os rendimentos nos 1.230,7 mil euros.

Direcção de Recursos Humanos

A actividade da Direcção de Recursos Humanos (DIRH) da SCML no ano de 2010 foi pautada por duas linhas de orientação, que enquadraram os objectivos da Direcção: i) a valorização do carácter instrumental e de especialização dos serviços prestados pela DIRH às unidades orgânicas e aos colaboradores; ii) a melhoria do nível de serviço, com enfoque nos tempos de resposta, na eficiência nos processos e na interlocução com os Serviços/ Departamentos.

O ano de 2010 foi um ano de consolidação da estruturação orgânica iniciada em 2009 num contexto marcado pela convivência de vários instrumentos de enquadramento laboral e de carreira, pela produção legislativa diversa, pela exigência de contenção orçamental e simultaneamente de qualificação dos trabalhadores e dos contextos de trabalho. A actividade da DIRH traduziu-se na procura de um equilíbrio entre a eficácia da gestão corrente e o desenvolvimento de novos projectos. Este equilíbrio permitiu-lhe conquistar algum espaço e está na origem dos resultados atingidos em 2010.

Neste enquadramento, para além da actividade corrente que suporta o cumprimento das atribuições, da missão e dos resultados da Direcção, destacam-se, em síntese, os seguintes domínios de actividades e resultados em 2010:

- Iniciativas e projectos que permitiram e permitirão, com a sua consolidação em 2011, melhorar os níveis de serviço da Direcção, nomeadamente no domínio do atendimento ao colaborador (Centro de Atendimento), da informação de gestão (indicadores mensais por Centro de Responsabilidade), das intervenções ao nível do recrutamento e selecção, formação e qualificação (Catálogo de Competências), do controlo do plano e orçamento de RH (novos procedimentos de controlo) e da transparência de informação subjacente à gestão de processos RH (sistema informático SAP utilizado como instrumento de gestão no Recrutamento e Selecção (R&S) e na formação e Manual de Procedimentos, em elaboração);
- Condução da implementação de um novo Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho na SCML (lançado em 2009 com normas transitórias) que exigiu uma reforçada interlocução com os serviços no sentido da sua apropriação enquanto instrumento de gestão, a clarificação de regras, o ajustamento de procedimentos internos, para garantir cumprimento de prazos e funcionamento dos novos órgãos associados ao Sistema, e o reforço da informação e formação de avaliadores e avaliados.

Dos factores que condicionaram ou valorizaram as actividades programadas e os resultados obtidos, assinalam-se os seguintes:

- ▶ O início do projecto Modernizar, transversal aos serviços instrumentais, cujo impacto na DIRH se fez sentir a dois diferentes níveis: reorganização de tarefas para afectação de tempo dos dirigentes ao acompanhamento dos eixos do Projecto, nomeadamente ao desenho de processos e ao acompanhamento do eixo “Modelo de Comportamentos”, que exigiu alguma reprogramação de actividade formativa inicialmente prevista; enriquecimento do conteúdo e maior celeridade na criação de condições para a concretização de projectos previstos: Centro de Atendimento ao Colaborador; implementação do SAP como instrumento de gestão dos processos de recrutamento e selecção e de formação; modelo de avaliação dos impactos da formação; análise e ajustamento dos processos internos.
- ▶ O ano de 2010 foi um ano fértil na publicação de legislação diversa, em particular legislação relativa a retribuições e gestão de carreiras, nomeadamente carreiras

específicas, com consequentes implicações no tempo de análise e organização de procedimentos.

Por referência aos objectivos definidos no ano 2010, evidenciam-se os seguintes domínios de resultados atingidos:

- A DIRH assegurou resposta aos clientes internos e externos, nas suas diferentes áreas de intervenção, com menores tempos médios de resposta, relativamente a 2009. Adicionalmente efectuou-se uma análise de processos e o início de uma reorganização de circuitos e procedimentos, cuja conclusão ocorrerá em 2011. Destaca-se, no âmbito deste objectivo, a oportunidade de associar iniciativas orientadas para a melhoria da eficácia do serviço interno com o cumprimento de requisitos em matéria de certificação de segurança de informação, potenciando sinergias na redefinição e ajustamento de processos e circuitos.
- Ainda como resultados associados às respostas asseguradas pela DIRH, destacam-se: a condução de intervenções e apoio desta Direcção na organização de trabalho e tempos de trabalho, nomeadamente a entrega à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), de 72 Mapas de horários de trabalho e a conclusão de 696 processos de recrutamento e selecção, em resposta a pedidos dos serviços.

Relativamente à área da formação, o ano de 2010, constituiu um ano de forte cooperação com os serviços, na organização de formação relevante e certificada, orientada para a resposta a projectos e necessidades de reorganização da SCML (exs: alargamento do âmbito Sistema de Gestão da Segurança de Informação (SGSI), Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), Avaliação de Desempenho, Contratação Pública, Sistema de Normalização Contabilística (SNC), Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST), Ciclo de Estudos para Dirigentes) e um investimento significativo na cobertura dos segmentos de actividade e grupos profissionais da organização.

O ano de 2010 foi o primeiro ano de operacionalização do Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho (SGAD) da SCML, no que respeita aos subsistemas 2 e 3, sem normas transitórias. A implementação do SGAD permitiu promover a avaliação de desempenho como uma dimensão de gestão dos colaboradores, promovendo a responsabilidade, junto dos dirigentes, de definição clara de objectivos e diferenciação de mérito. Verificou-se no ano de 2010 uma redução do número de reclamações face aos anos anteriores.

Foram produzidas orientações e enquadramentos regulamentares no que respeita ao apoio social e aos percursos de mobilidade interna na SCML. Destacam-se, no âmbito da mobilidade interna, a conclusão de 102 processos em 2010 e, no âmbito do apoio social, a resposta a 115 situações de comprovada carência de meios e a gestão de cerca de 150 solicitações.

A integração da DIRH no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), bem como a participação nos processos de certificação em curso, potenciou a adopção de regras de segurança de informação, o ajustamento e formalização de procedimentos internos e, consequentemente, a melhoria de suportes de comunicação. No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), destaca-se como elemento de valor acrescentado, a elaboração das dotações dos equipamentos enquadrados no projecto de Certificação da Qualidade de Respostas Sociais, suportadas em normas e referenciais técnicos e ancoradas em modelos de organização dos tempos de trabalho.

No âmbito da optimização do sistema de informação RH, no que respeita à gestão da assiduidade, a DIRH definiu os requisitos e o plano de implementação do projecto. Este trabalho, contou com a colaboração da DISTI (Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação), do DQI (Departamento da Qualidade e Inovação) e da DIA (Direcção de Aprovisionamento). No que respeita aos indicadores de suporte à gestão disponibilizados, aos Serviços/ Departamentos, com formato enriquecido e com periodicidade mensal a partir de Maio de 2010, destaca-se o elevado índice de satisfação dos clientes internos relativamente à qualidade e utilidade para a gestão.

Qualificar a assessoria prestada pela DIRH aos Departamentos/Serviços, no que respeita aos processos e modos de gestão de recursos humanos foi um dos objectivos prosseguidos pela DIRH. Neste âmbito destacam-se três elementos que potenciam a inovação nas práticas da DIRH, com consequência nos serviços prestados:

- O aumento das intervenções de assessoria formativa em mobilidade, avaliação de desempenho, funcionamento dos serviços, mapas de pessoal, recrutamento e selecção, elaboração de mapas de horários de trabalho e revisão das dotações de pessoal em função de decisões ou necessidades várias;

- O reforço dos procedimentos de monitorização e controlo de informação residente no sistema de retribuição e informação de gestão, que potenciou a clarificação, na DIRH e junto dos clientes internos, do papel do sistema de informação no apoio à gestão;
- O Catálogo de Competências, cuja utilização é já bem visível e que permitiu estabilizar uma base de funções e competências associadas à missão da SCML.

Em 2010 foram dados passos importantes para a valorização do controlo interno destacando-se no âmbito de intervenção da DIRH, a identificação, análise e definição de procedimentos e desenvolvimento de reflexões e propostas relativas aos suportes e modos de registo da informação.

Os gastos da DIRH em 2010 situam-se nos 3.492,2 mil euros e os rendimentos nos 625,0 mil euros, fruto do acordo de prestação de serviços ao Departamento de Jogos.

Direcção de Aprovisionamento

A actividade da Direcção de Aprovisionamento (DIA) no ano de 2010 foi desenvolvida num contexto de forte mudança. Esta mudança decorre essencialmente de orientações internas da SCML, com origem na alteração de estatutos aprovada pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, e que tem a sua maior visibilidade no Projecto de Modernização e Organização Administrativa da SCML «Modernizar», que obrigou, por um lado, a uma reengenharia dos processos de trabalho internos da Direcção de Aprovisionamento (DIA) e, por outro, a uma estreita e constante colaboração desta Direcção com outros departamentos e serviços. Sendo um projecto encetado em 2009, a DIA teve oportunidade de introduzir no seu Plano de Actividades uma série de acções que reforçam as alterações aos modos de trabalho e relacionamento com todos os departamentos e serviços da SCML.

Actividades Desenvolvidas

Em 2010, a DIA tinha planeadas 30 acções, 26 foram total ou parcialmente realizadas (20 totalmente e 6 parcialmente), representando 87% do total de acções previstas. Condicionadas a intervenção do exterior está a diminuição em 20% dos consumos de papel e de consumíveis de impressão (dependente de uma acção conjunta com a DISTI) e a

Centralização e qualificação do Pólo Logístico da DIA (processo em apreciação na CML), estando este último com indicação de transição para 2011.

A melhoria nos serviços prestados pela DIA torna-se especialmente evidente, na diminuição no número de contratos com incidentes que implicou penalização para o fornecedor (16 em 2010) ou ainda, na diminuição dos gastos de materiais e serviços de compra centralizadas face ao planeado, devido a um trabalho de agregação e uniformização das necessidades de vários serviços, mas também devido a renegociação em condições mais vantajosas de contratos existentes.

Salienta-se a existência de contrato de fornecimento para os bens de armazém com excepção do material de consumo clínico, o que torna os processos de aquisição internos mais céleres, e consequentemente evita-se, desta forma, rupturas de stock e consequentemente foi possível à DIA, em 2010, satisfazer atempadamente as requisições ao armazém. Em 2009 o número médio de requisições não satisfeitas na totalidade foi de 337 e em 2010 apenas de 167.

No que se refere às despesas de conservação e manutenção de viaturas obteve-se uma redução de 43% relativamente ao ano anterior. Este resultado foi possível devido à entrada, em Março, de um novo colaborador (mecânico), perfazendo, em 2010, dois mecânicos na DIA, afectos à garagem de Benfica. Estes mecânicos efectuam revisões, e reparações à frota SCML. Em 2009 um só mecânico efectuou 184 reparações, em 2010 foram efectuadas 307 reparações com menor recurso às oficinas externas e consequentemente uma diminuição da despesa em conservação e reparação de viaturas.

A DIA esteve envolvida em diversas actividades, de um modo geral induzidas por implementações de novos processos em direcções e departamentos da SCML, das quais salientam-se as seguintes:

- Sistema de Normalização Contabilística - Com a entrada em vigor do novo sistema de normalização contabilística (SNC), a DIA colaborou activamente com a Direcção Financeira (DIF) numa primeira reclassificação de bens e serviços tendo em vista a elaboração do orçamento para o ano de 2011. Esta colaboração continuou ao longo do ano no âmbito dos processos de aquisição.

«Projecto Modernizar – Serviço Instrumental DIA» – Foram definidos os indicadores chave (key performance indicators - kpi) e os níveis de serviço (Service level agreement – SLA's) de modo a monitorizar a actividade da DIA, bem como a fornecer informação útil, atempada, fiável e relevante de apoio à gestão. Quando o SAP SRM entrar em pleno funcionamento permitirá obter os referidos indicadores de gestão.

- «Projecto Modernizar – Plano Anual de Compras» A recolha e o tratamento de informação, até agora dispersa, irá tornar possível a realização do planeamento global de compras.
- «Projecto Modernizar - Processo de Registo e Conferência de Facturas» - No âmbito do projecto Modernizar foi implementada uma iniciativa referente ao redesenho do processo de conferência e registo de facturas da SCML (workflow), com a intervenção directa da DIF, DIA e DIGIE, que se efectivou em 25 de Novembro de 2010.
- Digitalização dos contratos – Dadas as atribuições cometidas à DIA em matéria de gestão, fiscalização e controlo da execução dos contratos da SCML, e, de forma a garantir a operacionalização do novo modelo de gestão de contratos em implementação no âmbito do projecto «Modernizar», foi necessária a contratação de serviços de recolha, digitalização e sistematização de informação global dos contratos da SCML e documentos associados. No âmbito desta iniciativa foram digitalizados um total de 234 dos contratos registados na Unidade de Gestão e Compras (UGC).
- Sistema de Gestão de Fichas de Recurso (SGFR) – A DIA colaborou activamente no projecto de implementação do novo Sistema de Gestão de Fichas Recurso (SGFR) coordenado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP).

São, ainda, de relevar actividades presentes de forma directa ou indirecta no Plano de Actividades como: o *Infoclipex* - Uma ferramenta de gestão de correspondência, e relativamente à qual a DIA integrou o projecto-piloto; A *Intranet Departamental da DIA* que ficou disponível este ano e da qual se destaca a parte pública da mesma. *Implementação do SAP SRM* - constitui uma ferramenta fundamental e estruturante para o processo de gestão em Compras.

Os gastos da DIA ascenderam a 2.868,7 mil euros e os rendimentos de 522,9 mil euros.

Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos

A Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DIGIE) é um serviço instrumental da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que tem como objectivo o planeamento e gestão de obras e a manutenção de instalações e equipamentos.

Actividades Desenvolvidas

Ao longo do ano de 2010 a DIGIE elaborou a preparação técnica ou realizou um total de 1.388 processos aquisitivos.

Quadro nº 73. Procedimentos Aquisitivos

Procedimentos	Preparados	Adjudicados	Valor Adjudicação
Ajustes Directos Simplificados	1.207	1.080	784.558,98 €
Ajustes Directos	172	128	2.208.429,75 €
Concursos Públicos	9	3	1.601.448,47 €
TOTAL	1.388	1.211	4.594.437,20 €

Unidade de Estudos e Projectos (UEP)

A UEP no âmbito das suas competências promove a elaboração de estudos e projectos através da realização de procedimentos para a formação de contratos de prestação de serviços, acompanha e coordena o desenvolvimento dos projectos adjudicados, incluindo todo o processo de licenciamento correspondente e efectua procedimentos conducentes à realização de contratos de empreitada referentes aos projectos concluídos.

A actividade da UEP, no ano de 2010, incidiu sobre a requalificação do património imobiliário afecto à actividade e a reabilitação de edifícios afectos a rendimento, num total de 89 projectos.

Com esse objectivo, a UEP deu continuidade ao desenvolvimento de 40 projectos de requalificação referentes a prédios de rendimento e de 24 relativos a património afecto à actividade, que transitaram do ano anterior. Paralelamente, promoveu a elaboração de 25 novos projectos, tendo concretizado 15 adjudicações de novos projectos de requalificação do património afecto à actividade, nomeadamente em Equipamentos Sociais, Serviços e Saúde, cujo valor total foi de 300.835,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Dos projectos desenvolvidos na área do património afecto à actividade, salientam-se os seguintes:

- ▶ Reinstalações de Equipamentos Sociais:
 - Lar de Infância e Juventude “Nossa Senhora de Fátima”;
 - Lar de Idosos Maria Auxiliadora.
- ▶ Requalificação dos edifícios afectos a Equipamentos Sociais:
 - Creche da Estrela;
 - Centro de Acolhimento Infantil Vitor Manuel;
 - Centro de Dia São Boaventura.
- ▶ Reabilitação de Recreios de Estabelecimentos de Infância e Juventude:
 - Centro de Acolhimento Infantil Vale Fundão I;
 - PRODAC;
 - Parque Infantil Santa Catarina.
- ▶ Execução de novas construções:
 - CMRA_casa inteligente;
- ▶ Remodelação, beneficiação e Ampliação de espaços dos Serviços:
 - Cozinha e zonas adjacentes da Obra Social do Pousal;
 - ESSA_Espaços do refeitório e biblioteca.

Relativamente ao património afecto à cultura, cabe destacar os projectos de restauro do Palácio do Marquês do Alegrete e Jardim Romântico, da conservação da Igreja e seus espaços adjacentes e a instalação da Biblioteca Brotéria, reinstalação da Biblioteca da SCML e Serviços afectos à Secretaria-Geral.

No âmbito das competências da Unidade de Estudos e Projectos, esta Unidade tem a responsabilidade de efectuar junto das entidades administrativas todas as diligências conducentes à obtenção do licenciamento, nos termos da legislação em vigor, de todos os processos que integram os projectos da SCML.

Nesse sentido, em 2010, foram entregues 13 novos processos de licenciamento nas entidades administrativas responsáveis pela sua apreciação, dos quais 9 correspondem a processos afectos à actividade e 4 correspondem a prédios de rendimento. Foram também acompanhados 41 processos que se encontravam em fase de apreciação no início do ano.

Dos processos de licenciamento destacam-se os seguintes:

- Calçada da Tapada, n.º 92, em Lisboa: Requalificação do CAI Vítor Manuel;
- Jardim da Estrela, em Lisboa: Requalificação da Creche da Estrela;
- Complexo de S. Roque, Lisboa: Adaptação de espaços para a Instalação de Biblioteca Brotéria, reinstalação da Biblioteca da SCML e serviços afectos à Secretaria-Geral.

Dos 9 processos entregues nas entidades administrativas para licenciamento relativos ao património afecto à actividade, 4 correspondem a pedidos de informação prévia, dos quais se destacam:

- Av. José Malhoa, n.º 3/3B e 9/9ª/ Projecto de Alterações Exteriores e Interiores;
- Rua Manuel Ferreira de Andrade, 22, Benfica, Lisboa/ Garagem e Centro de Logística da DIA;
- Rua da Guiné, n.º 6 a 6A, Prior Velho, Loures/ Alteração e Ampliação do Edifício AMBAR para o DJ.

Ao longo do ano, foram aprovados pelas Câmaras Municipais, um total de 22 processos, sendo 13 afectos à actividade e 9 referentes a prédios de rendimento. Destes processos destacam-se alguns da área afectada à actividade:

- Praça do Príncipe Real n.º 35, em Lisboa/Instalação de uma Creche;
- Azinhaga da Fonte do Louro, Lisboa/Instalação da Creche do Alto do Pina;
- Igreja de São Roque/Alteração da Fachada Principal e Conservação da Cobertura da Sacristia;
- Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão/Construção da “Casa Inteligente Interactiva”.

A 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se 24 processos em apreciação, sendo 10 correspondentes a edifícios afectos à actividade e 14 correspondentes a edifícios de rendimento.

Durante o ano de 2010, na área afecta ao património de rendimento, foram concluídos 21 projectos, cujo custo para a realização das obras foi estimado no valor total de 11.053.035,64€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Dos projectos concluídos, foram iniciados 4 procedimentos para formação de contrato de empreitada, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, para execução das obras, nos edifícios:

- Rua S. José, 210/218, R. da Caridade 48, R. do Cardal a S. José 51, Lisboa;
- Calçada da Ajuda, 184/188, Lisboa;
- Calçada da Ajuda, 196/200, tornejando Travessa do Vitorino de Freitas, 2/10, Lisboa;
- Rua Vale de Santo António, 151/155, Lisboa.

No que concerne ao património afecto à actividade, foram concluídos 15 projectos, cujo custo para a realização das obras foi estimado no valor total de 8.250.625,38€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Dos projectos concluídos, foram iniciados 4 procedimentos para formação de contrato de empreitada, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, para execução das obras, nos Equipamentos:

- Rua Conde Barão, Alcoitão/ CMRA - Casa Inteligente;
- Rua de S. Boaventura, 111, Lisboa/ Centro Social Boaventura;
- Rua de Pedrouços, 19/19A, Lisboa/ Residência Temporária St^a Maria de Belém;
- Requalificação do espaço exterior do Parque Infantil de St^a Catarina

Unidade de Manutenção e Obras (UMO)

Através do Núcleo de Conservação foram realizadas, com recurso a meios próprios, pessoal operário da SCML, 2.474 intervenções em resposta aos 2.635 pedidos formulados pelos Serviços, Equipamentos Sociais e DGIP.

Foram ainda realizadas 3.159 intervenções de reparação/conservação através de empresas de Outsourcing.

Com vista à realização de Empreitadas/Obras, foram elaborados 40 projectos e ou levantamentos arquitectónicos, que permitiram o lançamento de procedimentos aquisitivos. Efectuaram-se Obras de Conservação, Beneficiação ou mesmo de Adaptação, na generalidade dos Equipamentos Sociais. Foi ainda iniciada a Obra de Adaptação a “Creche do Principezinho”, na Praça do Príncipe Real. Destaca-se igualmente a conclusão de 12 obras de reabilitação, remodelação e beneficiação geral de imóveis afectos à actividade.

No Património de Rendimento, foram concluídas Obras de Reabilitação em 8 fogos e ainda Obras de Conservação nos seguintes prédios:

- Avenida João Crisóstomo nº 43;
- Avenida D. Carlos I nº126;
- Travessa de Santa Teresa nº17;
- Rua José Purificação Chaves nº17;
- Rua Presidente de Arriaga nº24,

Decorreram ainda em 2010 empreitadas em 12 edifícios, que por dificuldades de execução e contingências diversas, se prolongarão para 2011.

Em Equipamentos Sociais foram ainda realizadas Obras de Remodelação Geral em 3 cozinhas, nomeadamente:

- Residência e Centro de Dia Quinta das Flores;
- CAI da Cruz Vermelha;
- Colónia de Férias de São Julião da Ericeira,

e ainda iniciadas as obras da cozinha do Centro de Apoio Social dos Anjos.

De referir, por fim, que no Património de Rendimento, foram totalmente reabilitados/modernizados os elevadores de três imóveis.

Em 2010, os gastos totais de funcionamento imputados à DIGIE atingiram 2.367,8 mil euros, correspondendo a um aumento de 604,2 mil euros em relação ao ano anterior, verificado, sobretudo, na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, que atinge um peso de 43,4% no total dos gastos. Neste âmbito, as rubricas mais significativas são as relativas à

Conservação e Reparação de Edifícios Afectos à Actividade e à Conservação de Outros Bens, que ascenderam a um total de 595,0 mil euros €.

Destaque também, para o peso da rubrica de Serviços Técnicos, Estudos e Projectos, que previa um orçamento de 130,0 mil euros.

No ano de 2010, a DIGIE, enquanto ERO - entidade responsável pelo orçamento de intervenções em outros Departamentos/Estabelecimentos/Serviços da Santa Casa -, dispôs de um orçamento de investimento de cerca de 18 milhões de euros.

Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação

A Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DISTI) é um serviço instrumental da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) que tem como objectivo o estudo, concepção, condução, execução e avaliação de todos os sistemas de informação das diferentes áreas da SCML, bem como a sua actualização tecnológica.

Em 2010 foram realizados os seguintes trabalhos:

Unidade de Gestão de Aplicações (UGA)

No âmbito do seu Plano de Actividades estabelecido, foram concluídos os seguintes projectos:

- Gestão de Vagas em Lares de Idosos;
- Projecto Voluntariado;
- Base de Dados de Candidatos para a Adopção;
- Projecto Imagem (Audience);
- Gestão de Requisições (SAP SRM);
- Projecto SAP (Upgrade ECC 6.0/Implementação SNC).

No mesmo âmbito, foram parcialmente realizados, transitando para 2011, os seguintes projectos:

- Projecto Sistema Integrado Acção Social – Saúde;
- Sistema de Apoio Domiciliário Integrado;
- Gestão Correspondência, Documental, Arquivo – Expansão;
- Projecto Georeferenciação;
- Instalações e Equipamentos (Manutenção e Obras - SAP PM).

Integrado no Plano de Actividades de outras Direcções da SCML foram desenvolvidas as seguintes actividades com o envolvimento directo da DISTI:

Núcleo de Gestão de Aplicações de Jogos

- Implementação do Projecto Desmaterialização da Lotaria Nacional;
- Implementação da 3ª linha PnP no DJ/Prior Velho;
- MiniBatch dos sistemas Millennium e Altura;
- Indicadores de Negócio – SIG Comercial;
- Batch2 sistema LNOracle;
- Separação dos Lotos sistemas Millennium, Altura, Webvision, Gsales e PJMC;
- Evolução do Euromilhões sistemas Millennium, Altura, Gsales, EM e PJMC;
- Projecto Comunicação e Usabilidade do Portal.

Núcleo de Gestão de Aplicações Departamentais

- Implementação do Projecto Regimento (Agenda) On-line na Provedoria;
- Banco de Ajudas Técnicas;
- Repositório Central de Utentes da SCML;
- Gestão de Processos do Centro de Apoio Social dos Anjos;
- Gestão para a Área de Educação, Formação e Certificação da SCML;
- Passagem de conhecimento da VisionWay – transferência de 14 aplicações: Saúde de Proximidade (SPSCML), Netvita, Intranet Departamental, Sistema de Informação de Património (SIP), Bibliobase, Arcbase, Módulo de Crianças e Jovens em Risco, Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (SADI), S. Social/IDQ/PII, Gestão de Tacógrafos, Audience, Cumulus, Indicadores de Gestão do DGIP e Integração do Ficheiro de Utentes.

Núcleo de Gestão de Aplicações SAP

- Projecto SAP Supplier Relationship Management (SAP SRM).
- Projecto Real Estate (SAP RE).
- SAP Business Objects (SAP BO).

Unidade de Gestão e Operação de Sistemas (UGOS)

Durante o ano de 2010 foi consolidada a infra-estrutura da SCML e implementados 9 projectos:

UGOS – Núcleo de Administração de Sistemas e Base de Dados

- Projecto Modernizar - Elaborar o Catálogo de Serviços;
- DISTI-074 Normalização do ambiente de trabalho – Criadas imagens a instalar e iniciados testes com plataforma Windows 7, cujo projecto será concluído no 1º trimestre de 2011;
- DISTI-075 Reestruturação da infra-estrutura de *backups* – Projecto a concluir no primeiro trimestre de 2011;
- DISTI-076 Plataforma integrada de gestão de sistemas e base de dados – Projecto a concluir no primeiro trimestre de 2011;
- DISTI-077 Consolidação de servidores corporativos – Projecto a concluir no primeiro trimestre de 2011.

UGOS – Núcleo de Service Desk

- Projecto Modernizar Iniciativa 3 – Reorganização do serviço de suporte aos utilizadores;
- DISTI-094 Renovação tecnológica de recursos informáticos – Alteração de âmbito para contrato de suporte com renovação do total do parque a 3 anos.

UGOS – Núcleo de Operação de Centro de Informática

- DISTI-026 Sala de monitorização da operação - Enviados requisitos técnicos para aprovação superior. Projecto a concluir no primeiro trimestre de 2011;
- DISTI-284 Criação de solução evolutiva de *Disaster Recovery* – Enviados requisitos técnicos para aprovação superior.

Unidade de Gestão de Redes e Comunicações (UGRC)

Em 2010, os projectos de responsabilidade da UGRC foram os seguintes:

Unidade de Gestão de Redes e Comunicações

- DISTI-092 Implementação de acessos remotos seguros - Enviados requisitos técnicos para aprovação superior;
- DISTI-090 Securitização da rede de dados - Requisitos técnicos em elaboração para aprovação superior. Projecto a concluir no primeiro trimestre de 2011;
- DISTI-056 Assinatura digital – Adjudicação a efectuar em Janeiro. Projecto a concluir no segundo trimestre de 2011.

Enquanto projecto inovador para a SCML, salienta-se a implementação das componentes SAP SRM, projecto com elevada complexidade técnica, tendo os trabalhos de instalação e configuração da plataforma sido assegurados pelos técnicos da UGOS e da UGRC, em estreita colaboração com os consultores responsáveis pela implementação do SAP SRM.

Unidade de Gestão de Qualidade e Testes (UGQT)

Foi implementado durante o ano de 2010 um projecto inovador e transversal a toda a SCML, destinado à Elaboração, Gestão e Acompanhamento do Plano e Orçamento da SCML para 2011. Dentro da missão da Unidade, destacam-se as seguintes actividades:

- Preparação de ambientes: Millennium, Euromilhões, PJMC, MIS, LN Oracle, IVR e ESSA;

- Planeamento e execução de testes: Euromilhões, Portal de Jogos Multicanal, Millennium, Altura, Webvision, Testes Bilhetes de LI, Expurgos, LN Oracle, Lotaria Instantânea, IVR, Relocalização do Data Center e SLE;
- Acreditação dos sistemas e soluções aplicacionais: Base de Dados de Mediadores, Desmaterialização da Lotaria Nacional, Projecto de Comunicação e Usabilidade do Portal JSC, Batch 2, ESSA Gestor de Conteúdos - frontoffice e backoffice, ESSA Gestor Académico - Aplicação Praxis;

Suporte técnico: Carregamentos Lotaria Clássica e Popular, análise a erros ocorridos nos sistemas, análise de logs de sistema, análise a problemas de mediadores, limites de crédito, procedimentos de implementação com parametrizações, alteração do Paspurge, relatórios de incidentes.

Gabinete de Segurança e Auditoria Informática (GSAI)

Em 2010, as principais actividades foram as seguintes:

- Participação em grupos de trabalho e actividades de gestão e manutenção do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) - recertificação ISO/27001 e WLA/2006, em Julho 2010;
- Realização de quatro auditorias informáticas, ao Portal de Jogos da SCML, ao Centro de Dados do Centro de Medicina de Alcoitão, à aplicação SIAS e ao Ficheiro de Utentes da Acção Social;
- Elaboração de especificações e acompanhamento de processo de consulta e selecção do fornecedor para o desenvolvimento e implementação de uma Política de Segurança Informática, transversal a toda a SCML;
- Preparação de especificações funcionais e promoção de uma análise ao mercado, para o desenvolvimento de uma solução para o Arquivo Informático da SCML;
- Elaboração de especificações e acompanhamento de processo de consulta e selecção do fornecedor para a implementação de um sistema de Autenticação forte e Encriptação da informação guardada em suportes móveis.

Em 2010, sob o ponto de vista financeiro os gastos totais imputados à DISTI atingiram os 6.238,3 mil euros. Os gastos com pessoal atingiram os 3.797,2 mil euros e os Fornecimentos e Serviços Externos registaram 2.251,1 mil euros.

Dos componentes principais dos fornecimentos e serviços externos salientamos as licenças de software que atingiram os 564,9 mil euros, os trabalhos especializados na área de informática que implicaram um custo de 607,2 mil euros e os honorários com pessoal em prestação de serviços que atingiram 37,9 mil euros.

Relativamente aos proveitos, salienta-se que o acordo de prestação de serviços ao Departamento de Jogos remunerou a DISTI em 3.505,8 mil euros.

O investimento imputado à DISTI atingiu em equipamento informático os 240,5 mil euros e em software 463,2 mil euros.

Gabinete de Auditoria Interna

Compete ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI), como Serviço instrumental de apoio técnico e consultoria dos órgãos de administração da SCML, funcionando na dependência directa do Provedor, a responsabilidade de zelar pela salvaguarda dos activos e pela utilização económica e eficiente dos recursos da SCML, numa óptica de acrescentar valor.

O GAI executa as suas funções atendendo, não só a um vasto universo de incidência (no limite, todas as áreas da SCML) como também num extenso campo de actuação dentro desse mesmo universo, ou seja auditorias aos sistemas de controlo interno, verificação das disposições legais e regulamentares, auditorias económicas e de gestão, de cariz social etc., a que se poderão ainda adicionar múltiplas combinações das tipologias referidas.

No ano de 2010, foi atingido o grau de execução de 6,7 acções de auditoria, o que representa um acréscimo de 12 % face ao ano de 2009 existindo, simultaneamente, uma diminuição de 14% no prazo médio de execução das acções. A actividade do gabinete registou ganhos de eficiência espelhados através da diminuição em 18% do custo médio por acção face a 2009, conseguindo simultaneamente parâmetros de satisfação elevados (100%), ou seja, sem lesar a qualidade do trabalho desenvolvido.

Assim, no decurso do ano de 2010, o GAI desenvolveu a seguinte actividade relativa a acções de auditoria: três acções relativas a Fundos Fixos; Comparticipações (utentes em equipamentos sociais); Aprovisionamentos do Hospital de Sant'Ana; Monitorização de crianças e jovens entregues aos cuidados da SCML; Gestão de fundos; Processamento de salários (RH) e uma acção de auditoria a um estabelecimento social.

Além da sua actividade principal, o GAI integrou também o grupo de trabalho relativo ao Manual de Procedimentos das Comparticipações e como Projectos Inovadores, destaca-se uma iniciativa no capítulo dos sistemas de informação (digitalização de documentos) e um estudo para a definição da Auditoria da Intervenção Social. Realça-se, no decurso do ano, a aplicação efectiva na actividade corrente do Manual de Procedimentos do Gabinete, com modelos e ferramentas que já incorporam um esforço de sincronização com os novos modelos de gestão e os sistemas de avaliação do desempenho da SCML, bem como, interligação com os modelos de gestão e planeamento.

Salienta-se a participação da Directora do GAI como responsável pela Direcção do *Projecto Modernizar* (SCML) preconizado pela empresa *Deloitte*, cujo objectivo incluía o estabelecimento de novos processos, ferramentas, atitudes e comportamentos que visam garantir a eficácia organizacional, a agilidade operacional e a execução da modernização administrativa da SCML.

Na óptica financeira, os gastos totais do Gabinete foram de 1.390.730 €, valor que incorpora o Projecto Modernizar que foi imputado a este centro de custo. Expurgando tal valor, os gastos associados à actividade do GAI em 2010 totalizaram 452.7 mil euros, o que representa menos 9,5 % do que em 2009.

Gabinete Jurídico

O Gabinete Jurídico (GJ) assegurou o apoio jurídico aos Órgãos de Administração, Departamentos e Serviços Instrumentais da SCML bem como ao Hospital Ortopédico de Sant'Ana e ao Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, através da emissão de pareceres, de estudos e informações de carácter jurídico e bem assim através da análise dos diversos Regulamentos dos Serviços, da análise de contratos, da participação em procedimentos concursais relativos a empreitadas e a aquisição de bens e serviços, satisfazendo mais de 80% dos pedidos em prazo inferior a trinta dias.

A esta actividade acresceu, em simultâneo, a instrução de processos de inquérito e processos disciplinares e, bem assim, a elaboração de reclamações de taxas e licenças exigidas á Instituição, no âmbito dos processos de recuperação de imóveis apresentados junto das respectivas Câmaras Municipais.

Relativamente à elaboração de pareceres, verificou-se a emissão de 160 pareceres, versando sobre as diversas áreas de intervenção da Santa Casa, com especial relevância no âmbito da acção social, da área de recursos humanos, patrimonial, financeira e aquisição de bens e de serviços, não se incluindo, nos mesmos, os estudos e pareceres relativos às reclamações de taxas e licenças urbanísticas.

No tocante à actividade relacionada com a instrução de processos de inquérito e processos disciplinares, o GJ, para além de proceder à instrução de 5 processos de inquérito e de 4 processos disciplinares que transitaram de 2009, procedeu à instrução dos recebidos ao longo do ano, num total de 42 processos.

Destaca-se o agravamento do volume acumulado de processos de anos anteriores, situação que advém da morosidade registada no andamento dos processos, nos tribunais, e da exigência do cumprimento dos prazos judiciais a que, como é evidente, o GJ é alheio.

Assim, verifica-se que transitaram, de anos anteriores, 62 processos judiciais, tendo o Gabinete Jurídico, no ano em análise, assumido o patrocínio de mais 73 processos, o que equivale a dizer que, no decorrer de 2010, teve a seu cargo a responsabilidade do patrocínio da SCML em 135 processos.

Relativamente aos processos judiciais cometidos a advogados externos e que foram acompanhados e coordenados pelo GJ, tendo em vista o objectivo de, dentro do possível, intensificar a confiança dos processos a advogados/trabalhadores da SCML, no decorrer de 2010, apenas, foram confiados a advogados, no exterior, 7 novos processos, que, somados aos transitados do ano anterior, perfazem o total de 23 processos patrocinados por aqueles advogados.

A actividade do gabinete em matéria de cobrança de dívidas incidiu, fundamentalmente, sobre as dívidas de utentes dos hospitais HOSA e CMRA mas abrangeu também a cobrança de dívidas para com a SCML. Verifica-se que foi possível efectuar a cobrança de 103,4 mil euros, sendo 77% relativas a dívidas ao CMRA, 21% à SCML, e 3% ao HOSA.

Em matéria de gastos e rendimentos, a rubrica de " gastos " conheceu um desvio orçamental de 14,6% face ao estimado para o ano em análise. Para este desvio contribuiu, principalmente o aumento de processos judiciais, com a criação de provisões e que representa cerca de 60% do total dos gastos do Gabinete Jurídico. Tratam-se, pois, de gastos de cariz imprevisível e que só circunstâncias imperiosas os proporcionaram.

Gabinete de Estudos e Planeamento

O Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) tem por objectivo apoiar a Mesa no planeamento estratégico e operacional, bem como na recolha, tratamento e produção de informação de gestão fundamental à eficaz prossecução dos fins estatutários.

Das actividades desenvolvidas pelo GEP em 2010 destacam-se as seguintes:

- Recolha e actualização de informações estatísticas relacionadas com as actividades da SCML tendo elaborado os relatórios “Análise dos ambientes 2010 – ambiente externo / ambiente interno” e “Estatísticas sociais – Séries longas 2000-2009 e Comparações de estatísticas”.
- Actualização anual da Carta Social de acordo com o calendário e as orientações do MTSS (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social) e produção do documento “Carta Social – equipamentos e respostas sociais por freguesia – Lisboa 2008 / 2009”. Actualização da base de dados dos equipamentos sociais de administração directa da SCML e elaboração do estudo sobre a evolução do custo médio mensal ilíquido por utente para as valências de idosos e de infância e juventude.
- Participação nas sessões de trabalho do Núcleo de Diagnóstico da Rede Social em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e Centro Distrital de Segurança Social (CDSS).
- Resposta a pedidos de outros organismos e serviços, destacando-se os inquéritos estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE). Resposta a pedidos internos destacando-se o estudo do público do Museu de S. Roque e as solicitações relacionadas com a implementação das novas plataformas informáticas.
- Coordenação da recolha de informação dos serviços para a elaboração de relatórios de acompanhamento de execução do plano de actividades da SCML e do relatório de gestão anual. Elaboração do estudo “Ferramentas de implementação de estratégias e avaliação de desempenho – Balanced scorecard”.

- Elaboração de formulários para a implementação do sistema de avaliação de desempenho dos serviços e coordenação da construção dos QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) prestando apoio a todos os serviços.

Com coordenação do GEP, entraram em funcionamento a solução informática de recolha e tratamento das fichas de recursos e fichas de projectos e a plataforma SAP Strategy Management para a introdução dos QUAR's directamente pelos serviços.

Os gastos totais imputados ao GEP no ano de 2010 situam-se nos 511,4 mil euros, o que comparado com o ano anterior, corresponde a uma diminuição de 4,6% devido à saída de 2 colaboradores no final do ano.

Gabinete de Organização e Métodos

A actividade desenvolvida pelo Gabinete de Organização e Métodos (GOM), durante o ano de 2010, integrou-se num contexto de acompanhamento da eficácia e aperfeiçoamento do modelo organizacional que resultou das reestruturações orgânicas e mudança organizativa da SCML de 2009, face à publicação dos novos Estatutos, bem como dos métodos de trabalho e procedimentos em vigor na Instituição.

Em 2010, foram desenvolvidos estudos organizacionais dos quais se destacam:

- Elaboração/Actualização de Regulamentos e organogramas:
 - Reformulação do Regulamento Orgânico do DJ e do respectivo Organograma;
 - Análise e parecer da proposta de Regulamento Orgânico da DISTI e reformulação do respectivo Organograma;
 - Reformulação de alguns aspectos dos Regulamentos Internos de todas as Unidades de Saúde Santa Casa, da Unidade WMAIS e do Centro de Avaliação Geriátrica e de Recursos Gerontológicos;
 - Participação na elaboração dos Regulamentos Internos do Centro de Desenvolvimento Comunitário da Charneca, do Serviço de Teleassistência a Idosos "Dialogar para Combater o Isolamento" e do Centro de Acolhimento Temporário Mãe D'Água e Extensão;
 - Participação na elaboração dos Regulamentos Internos do Projecto Baby Sitting e da Acção "100 Hora" (respostas sociais atípicas da área de infância da DIAS).

- Uniformização e racionalização de métodos e processos de trabalho:
 - Actualização de circuitos no âmbito de serviços da DIAS;
 - Gestão das Bases de Dados de centros de custo, de acordo com a realidade organizacional da SCML (Oracle, SAP RH e WAX);
 - Coordenação do Grupo de Trabalho constituído para a elaboração do Manual de Procedimentos sobre Comparticipações de Utentes de Estabelecimentos Sociais;
 - Apoio à Secretaria-Geral e Direcção de Aprovisionamento no âmbito do Processo de implementação da nova aplicação de gestão de correspondência, designadamente na validação do documento “Normas e Recomendações para o Registo de Assuntos e de Entidades no Sistema Infoclipex” e conferência e validação da Lista de Unidades Orgânicas da SCML;
 - Levantamento e análise dos procedimentos, da organização e das tarefas inerentes ao processo de Atendimento Social e apresentação do Relatório final com propostas de melhoria/ inovação e racionalização de processos e recursos, concluindo-se assim a primeira fase do processo de Atendimento Social;
 - Apoio à Secretaria-Geral no âmbito da revisão dos procedimentos internos relativos ao registo da SCML na Entidade Reguladora da Saúde, sua gestão e manutenção;
 - Análise e elaboração de parecer sobre a Proposta de Processo Único – Orientações e Procedimentos para os Lares de Administração Directa da SCML;
 - Desenho de modelos de organogramas referentes à resposta social Creche e Centros Polivalentes, em conformidade com o Sistema de Gestão da Qualidade.

- Racionalização e normalização de formulários:
 - Normalização de impressos no âmbito de serviços da DASS; DIAS; DIRH; DIA; DISTI; SG; DIGIE; DISP.

- Outras Actividades

No ano de 2010, o GOM prosseguiu a actualização da pasta de Documentos Internos da Intranet Corporativa da SCML, em matéria de formulários por serviço. Colaborou com a Deloitte no âmbito do Projecto de Modernização e Organização Administrativa da SCML, e ainda com a KPMG em matéria de processos e ferramentas de desenho organizacional. Procedeu, ainda, ao levantamento de informação e análise em matéria de normalização de Inquéritos de Satisfação dos Clientes Internos/Externos dos diferentes Departamentos/Serviços da SCML, bem como da informação sobre Manuais de

Procedimentos existentes e necessidades dos Departamentos/Serviços, em função das suas áreas de intervenção – DGIP e DIGIE.

Os gastos de funcionamento do GOM, em 2010, foram de 144,1 mil euros, o que representa um desvio de 31,2 mil euros face ao valor orçamentado para o mesmo ano, dada a entrada de um novo Técnico por substituição. Comparativamente a 2009 verifica-se um acréscimo de, apenas, 1,8%.

Gabinete para os Assuntos dos Fundos Externos

A actividade do Gabinete para os Assuntos dos Fundos Externos (GAFE), assume-se como instrumental relativamente aos serviços operacionais da SCML, pelo que todo o seu desempenho foi estruturado considerando a estratégia definida e as necessidades reais dos serviços.

Em 2010, conseguiu-se manter o financiamento relativamente à maioria dos projectos em curso. Atraiu-se apoio financeiro no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, para respostas de capacitação e formação profissional dirigidas a activos e a desempregados, sendo o Programa de maior relevância o Programa Operacional POTENCIAL HUMANO (POPH), que apoiou o funcionamento do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, agora alargado ao nível secundário e acções de formação modulares certificadas, bem como acções de formação para a inclusão, da responsabilidade do Centro de Educação, Formação e Certificação Santa Casa. Foi igualmente mantido o recurso ao IEFP, embora com uma redução de 10% em relação ao orçamento do ano anterior, para financiamento dos cursos desenvolvidos no Centro de Formação Profissional da Aldeia de Santa Isabel e de alguns cursos de Educação e Formação de Adultos promovidos pela Área de Orientação, Formação e Inserção Profissional (OFIP), bem como o financiamento relativo à empresa de inserção social INCLUI.

Manteve-se o projecto enquadrado nos apoios financeiros do Alto Comissariado da Saúde, Roteiros para todos os Imigrantes.

Foram igualmente aprovados dois projectos de cariz diferente, "Shaking Hands Through Europe " e "Rencontre Européenne des Jeunes " que passam pelo intercâmbio de jovens no espaço europeu, co-financiado pelo Programa Juventude em Acção, não previstos em Plano.

Terminou-se um projecto em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, co-financiado pelo IEFP à luz da Medida de Emprego-Inserção.

Destaca-se igualmente o projecto iniciado no âmbito do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT/FSE), com vista a avaliação das respostas formativas e de reconhecimento, avaliação e certificação de competências implementadas e da capacidade destas influenciarem a inserção social dos seus destinatários.

Em conclusão, o valor total de financiamento aprovado para 2010 foi de 3.480,0 mil euros.

Os gastos de funcionamento do GAFE, em 2010, atingiram os 188,9 mil euros, o que representa um acréscimo de 2,9% em relação a 2009 e um acréscimo de 0,7% em relação ao orçamentado, em grande parte devido à distribuição dos gastos com pessoal do quadro da função pública afecto ao Gabinete.

Gabinete de Imprensa

O Gabinete de Imprensa (GI) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) mantém como principal objectivo dar conta da actividade da SCML, via órgãos de comunicação social, por iniciativa própria, ou sob forma de resposta a questões e ou solicitações colocadas.

Em 2010 o Gabinete de Imprensa prosseguiu a sua actividade tendo desenvolvido as seguintes actividades:

- A revisão da imprensa regional e nacional, no sentido de recolher informações relevantes para a SCML.
- Divulgar acções, intervenções e eventos da SCML nos órgãos de comunicação social.
- Promover iniciativas da SCML.
- Exercer o papel de porta-voz da SCML, incluindo a estrutura Departamento de Jogos.
- Garantir a eficaz promoção pública das iniciativas da SCML.
- Encaminhar e tratar a informação recolhida junto dos técnicos destinadas a responder a perguntas, solicitações e esclarecimentos colocados por órgão de comunicação social.

- Elaborar Notas à Imprensa, com o objectivo de divulgar posições e projectos da SCML.

Todas estas actividades transitam para o presente ano, e repetem-se, visto existir uma sequência ininterrupta na actividade do GI.

Os gastos totais imputados ao Gabinete, ascenderam a 271,3 mil euros.

Recursos

Recursos

Indicadores e estatísticas de pessoal

Os quadros seguintes apresentam diversos indicadores e estatísticas de pessoal que possibilitam uma visão da estrutura do capital humano da instituição e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos.

Estrutura e evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

A 31 de Dezembro de 2010 a SCML contava com 4.134 trabalhadores ao serviço, dos quais 81% com Contrato Individual de Trabalho, 18% em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e 1% de trabalhadores externos em Regime de Comissão de Serviço e Requisição.

Quadro nº 74. **Evolução de Efectivos**

	2008	2009*	2010	Varição 2010/2009
EFFECTIVOS				
Função Pública	890	802	737	-8,1%
Contrato Individual de Trabalho	3.113	3.262	3.351	2,7%
Sub-Total	4.003	4.064	4.088	0,6%
EXTERNOS				
Comissão de Serviço e requisição na SCML	58	43	46	7,0%
TOTAL	4.061	4.107	4.134	0,7%

FONTE: Sistema Integrado de Gestão – SAP.

* Dados referentes a 2009 corrigidos após validação

O efectivo cresceu 0,7% em relação a 2009, traduzindo um abrandamento no crescimento verificado entre 2008 e 2009 (1,2%). Este crescimento resulta da diminuição de 8% do quadro residual da função pública e do crescimento de 3% dos trabalhadores do contrato individual e tem origem, fundamentalmente, na reestruturação dos serviços iniciada em 2009 e no reforço de dotação de pessoal nos equipamentos da acção social decorrentes do aumento do número de utentes associado, no caso dos idosos, ao aumento do grau de dependência.

Para além do número de efectivos anteriormente referido, encontravam-se a colaborar com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) em 31 de Dezembro de 2010, 636 prestadores de serviços.

Quadro nº 75. Prestadores de Serviços

	2008	2009*	2010	Varição 2010/2009
Prestadores de Serviço	581	590	636	7,8%

* Dados referentes a 2009 corrigidos após validação.

NOTA: Não estão contemplados os Prestadores de Serviço à Hora.

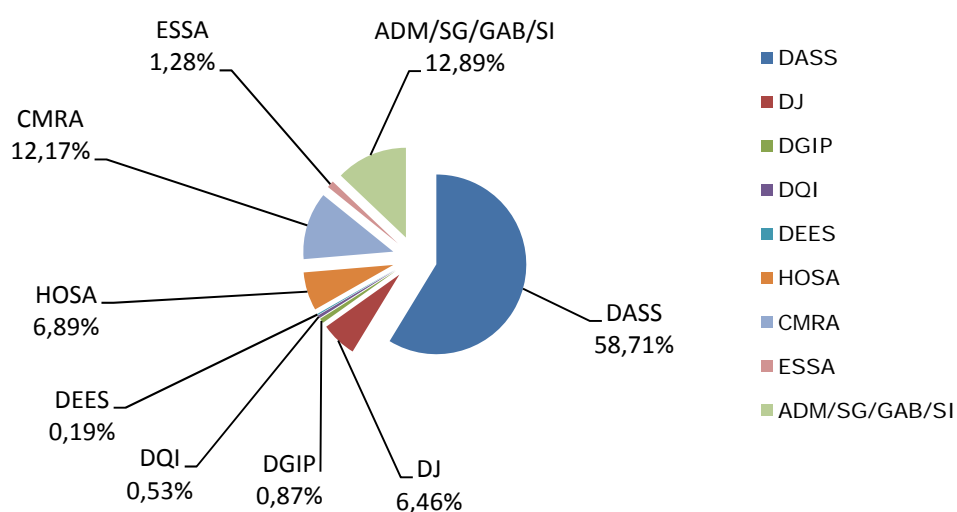
Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP.

Destes 636 prestadores de serviço, cerca de 84% correspondem a Ajudantes Familiares (438) e Amas/*Babysitters* (93), profissionais cuja actividade está enquadrada no D.L. 141/89, de 28 de Abril e no D.L. 158/84, de 17 de Maio e que prestam serviços na área da acção social.

Distribuição e evolução por Serviços

Analisando a distribuição dos trabalhadores (4.134) pelas distintas áreas da SCML, verifica-se que o Departamento de Acção Social e Saúde corresponde, aproximadamente, a 59% (2.427) da totalidade dos colaboradores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mantendo-se a representatividade deste Departamento no que respeita à dotação de colaboradores.

Gráfico nº 34 Distribuição percentual dos colaboradores pela Estrutura



Quadro nº 76. Distribuição e Evolução por Serviços

Distribuição e evolução por Serviços	2008	2009*	2010	Variação 2010/2009
DASS - Departamento de Acção Social e Saúde	2368	2409	2427	0,7%
DGIP - Departamento de Gestão Imobiliária e Património	104	33	36	9,1%
DQI - Departamento de Qualidade e Inovação		18	22	22,2%
DEES - Departamento de Empreendedorismo e Economia Social		5	8	60,0%
HOSA - Hospital Ortopédico de Sant' Ana	297	288	285	-1,0%
CMR - Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão	511	515	503	-2,3%
ESSA - Escola Superior de Saúde do Alcoitão	53	52	53	1,9%
Administração/Secretaria Geral/Gabinetes/Serviços Instrumentais	341	532	533	0,2%
Sub. Total	3.674	3.852	3.867	0,4%
DJ - Departamento de Jogos	387	255	267	4,7%
TOTAL	4.061	4.107	4.134	0,7%

* Dados referentes a 2009 corrigidos após validação.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Nos Departamentos e nos demais Serviços Operacionais da SCML (HOSA, CMRA e ESSA) estavam ao serviço em Dezembro de 2010, 3.601 trabalhadores (87,1%), na Secretaria-Geral, 96 (2,3%), e nos Serviços Instrumentais (incluindo os Gabinetes), 400 trabalhadores (9,6%).

Considerando que o HOSA e o CMRA possuem serviços instrumentais próprios e que a Secretaria-Geral desenvolve intervenções operacionais, nomeadamente no âmbito cultural, podemos calcular, ainda que com limitações decorrentes da não linearidade dos pressupostos assumidos, um rácio de serviço interno aferido pelo "*nº de trabalhadores nos Serviços Instrumentais e Gabinetes/ nº de trabalhadores nos Departamentos, SG e ESSA *100*". Este rácio, que nos indica o número de trabalhadores nos Serviços Instrumentais por cada 100 trabalhadores dos Serviços Operacionais situou-se em 14, em 2010, tendo decrescido ligeiramente em relação a 2009 (14,5), o que aponta para uma ligeira melhoria na eficiência da estrutura de prestação de serviços internos. Em 2008, o DJ integrava os seus próprios serviços instrumentais e, consequentemente, a comparação directa com este ano não é possível.

As diferenças na distribuição dos recursos humanos nas unidades orgânicas que integram o grupo dos Serviços Instrumentais e Secretaria-Geral não são, na sua globalidade, muito significativas.

Quadro nº 77. Distribuição Secretaria Geral, Serviços Instrumentais e Gabinetes

Distribuição Serviços Instrumentais e Secretaria Geral	2008	2009*	2010	Variação 2010/2009
Secretaria Geral (SG)	80	88	96	9,1%
Subtotal	80	88	96	9,1%
Direcção Financeira (DIF)	41	63	62	-1,6%
Dir.Rec.Humanos (DIRH)	55	60	56	-6,7%
Direcção de Aprovisionamento (DIA)	77	94	100	6,4%
Direcção Gestão Instalações/Equipamentos (DIGIE)	73	65	61	-6,2%
Direcção Sistemas Tecnologias Informação (DISTI)	85	82	81	-1,2%
Subtotal	331	364	360	-1,1%
Gabinete de Imprensa (GI)		4	4	0,0%
Gabinete de Organização e Métodos (GOM)	3	2	3	50,0%
Gabinete de Apoio aos Fundos Externos (GAFE)	3	4	4	0,0%
Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP)	10	13	11	-15,4%
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	11	11	10	-9,1%
Gabinete Jurídico (GJ)	8	9	8	-11,1%
Subtotal	35	43	40	-7,0%
TOTAL	446	495	496	0,2%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

* Dados referentes a 2009 corrigidos após validação.

Nota I: Estes dados não incluem os colaboradores da Administração.

Nota II: Os dados de 2008 estão alinhados com a definição do perímetro dos Serviços Instrumentais de 2009, i.e., o nº de trabalhadores da DIGIE e da DISTI, são apresentados apesar de, em 2008, não estarem integrados nos Serviços Instrumentais.

Distribuição e evolução por Grupo Profissional

Quadro nº 78. Distribuição e evolução por grupo profissional

Distribuição e evolução por grupo profissional	2008	2009*	2010	Variação 2010/2009
Dirigente	159	186	192	3,2%
Director Estabelecimento	83	83	83	0,0%
Chefia Directa	86	74	70	-5,4%
Técnico Superior	761	766	787	2,7%
Técnico	717	709	717	1,1%
Técnico Profissional	612	619	596	-3,7%
Administrativo	452	461	467	1,3%
Operário	197	212	215	1,4%
Auxiliar	984	988	998	1,0%
TOTAL	4.051	4.098	4.125	0,7%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

* Dados referentes a 2009 corrigidos após validação.

NOTA: A distribuição por Grupo Profissional não inclui Órgãos Gestores (9 colaboradores).

O número de dirigentes e chefias registou um crescimento de 0,5% entre 2009 e 2010, inferior ao verificado no número total de trabalhadores (0,7%). Em 2009, e face a 2008, o crescimento verificado foi de 4,5%, explicado pela implementação dos novos estatutos da SCML.

Em 2010 verificou-se uma proporção média de 11 trabalhadores por dirigente/ chefia, que se mantém praticamente constante desde 2008.

No grupo das não chefias, o grupo profissional mais qualificado “técnicos e técnicos superiores” apresentava, em 2010, um peso relativo de 39,8%, tendo a sua expressão aumentado ligeiramente em relação a 2009 (39,3%).

Admissões e Saídas

Verifica-se, nos últimos dois anos, uma estabilidade no rácio entradas /saídas - 1,1 em 2009 e 1,1 em 2010 – traduzindo a reposição de colaboradores, associada a uma aposta na contenção de despesas e na reorganização de trabalho. Esta situação representa, por relação a 2008, em que o rácio entradas/ saídas se situou em 1,5 um sinal favorável na concretização daquela aposta.

Quadro nº 79. **Admissões/Tipo Contrato**

Saídas / Motivo	2008	2009	2010	Admissões/Tipo Contrato	2008	2009	2010
Aposentação	86	85	67	Comissão de Serviço	18	8	3
Reforma Velhice/Invalidez	5	9	22	Contrato Trabalho	596	476	478
Cessação Cont.Trabalho	318	327	344	Requisição	3	1	1
Licença s/vencimento	19	17	22	Regresso de Licença/Requisição	22	5	11
Outras	11	6	14	Cont. Administrativo Provimento	1	1	3
Total	439	444	469	Total	640	491	496

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Notas: Os dados referentes a 2009 foram corrigidos no que diz respeito a entradas por Comissão de Serviço e Requisição. As admissões classificadas como Comissão de Serviço são referentes a entradas de quadros externos directamente para um cargo em regime de comissão de serviço.

Caracterização demográfica dos activos

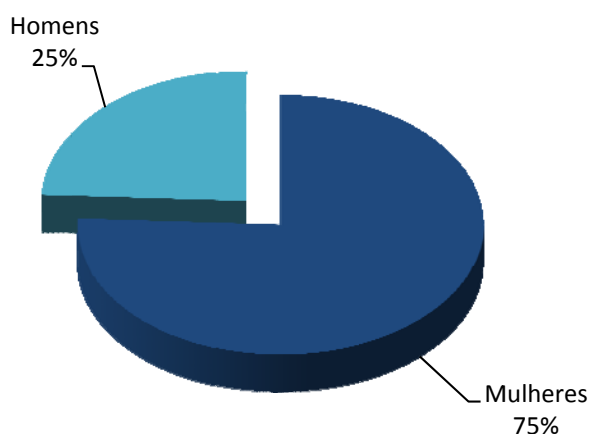
Distribuição por Género

Quadro nº 80. Distribuição por Género

	2008	2009	2010
Mulheres	3.076	3.099	3.121
Homens	985	1.008	1.013

A distribuição de trabalhadores por género traduz, nos últimos 3 anos a manutenção da proporção de 3 mulheres por cada homem (o rácio feminino/masculino é 3,1 nos três anos), continuando a ser predominante o peso da actividade desenvolvida por mulheres.

Gráfico nº 35 Distribuição por Género



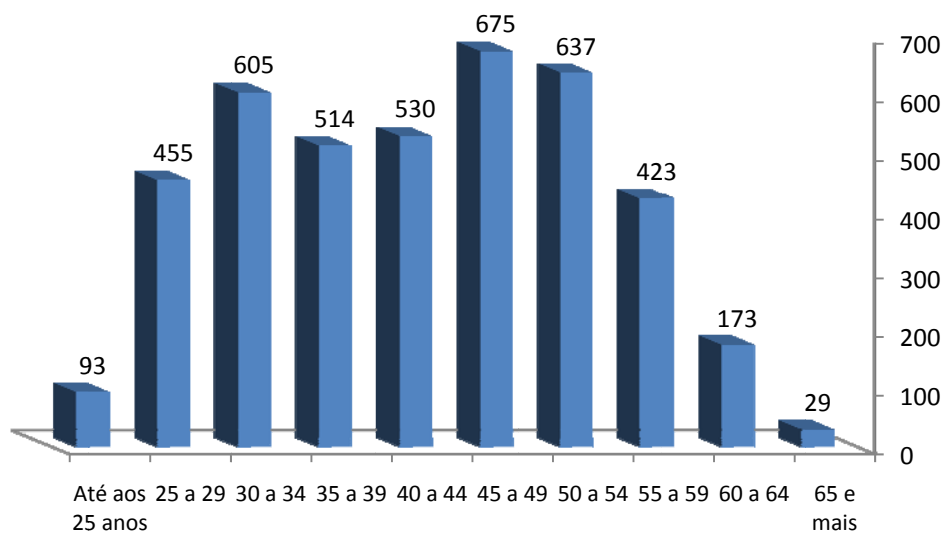
Distribuição por Escalão Etário

A idade média dos trabalhadores da SCML situa-se nos 42,7 anos, valor que se mantém aproximadamente constante desde 2008 - 42,4 anos em 2009 e 42,3 anos em 2008 – e que revela uma estrutura etária relativamente envelhecida. Adicionalmente, entre 2008 e 2010, verificou-se um decréscimo de 2,3% no número de trabalhadores com idade até aos 34 anos, facto que está associado ao decréscimo do número de entradas.

Os colaboradores com idade até 44 anos, inclusive, representam mais de 50/% da estrutura da SCML e o escalão etário que integra o maior número de colaboradores é o dos 45 - 49

anos representando cerca de 16,4% do total de colaboradores, logo seguido do escalão 50-54 com 15,5%.

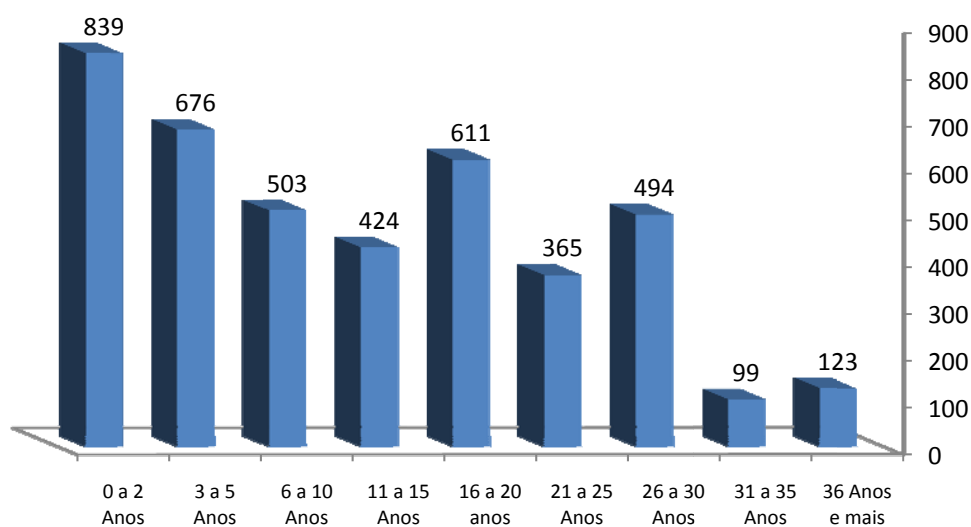
Gráfico nº 36 **Distribuição por Escalões Etários**



Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Distribuição por Escalões de Antiguidade

Gráfico nº 37 **Distribuição por Escalões de Antiguidade**



Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

No que respeita à antiguidade, a distribuição por escalões revela uma antiguidade média elevada (13 anos), estando 41% dos trabalhadores há 16 ou mais anos ao serviço na organização.

Esta situação não se alterou substancialmente nos últimos anos, sendo no entanto de destacar o peso que assume o 1º escalão de antiguidade, que se relaciona, fundamentalmente, com contratações ocorridas para projectos e substituições de ausências. Se associarmos os dados da estrutura etária e dos escalões de antiguidade, podemos concluir que as admissões não foram, predominantemente, de trabalhadores mais jovens.

Absentismo

A taxa média de absentismo da Santa Casa situou-se nos 5,88% tendo sofrido um aumento de 0,61 p.p. relativamente a 2009. Estamos na presença de uma realidade que atravessa muitas organizações da sociedade portuguesa e que, na SCML, é também expressiva. Resulta, em boa medida, da expressão da população trabalhadora feminina a qual assume, maioritariamente, os custos das ausências por parentalidade e assistência à família.

Quadro nº 81. Taxa de Absentismo

Absentismo	2008	2009*	2010	Variação 2010/2009
Taxa de absentismo	4,82%	5,27%	5,88%	0,61 p.p.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

*A taxa de absentismo de 2009 foi actualizada.

Decompondo a taxa apresentada, identificam-se os principais seguintes motivos para os dias de ausência:

- 9,15% por acidente de trabalho (8,71% em 2009),
- 51,73% por doença (51,49% em 2009),
- 4,26% por assistência à família (4,86% em 2009),
- 26,83% por parentalidade (27,14% em 2009).

Para além da doença e da parentalidade, assumem particular relevância, nas implicações que poderá ter nas medidas internas a prosseguir, as ausências por motivo de acidente de trabalho, que conheceram um aumento face a 2009.

Os dias perdidos por greve voltaram a registar um aumento em 2010, situando-se nos 995 dias. Estas ausências dizem respeito a 17 situações de greve (27,28 e 29 de Janeiro, 5 de Fevereiro, 4, 26, 29, 30 e 31 de Março, 01 de Abril, 31 de Maio, 1, 2 e 18 de Junho, 8 de Julho, 29 de Setembro e 24 de Novembro de 2010).

Quadro nº 82. Dias de greve

Dias de Greve	2008	2009*	2010	Variação 2010/2009
Nº de dias	110	332	995	199,3%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP.

* O nº de dias de ausência devido a greve em 2009 foi actualizado.

Acidentes de Trabalho

No que respeita à sinistralidade laboral na Santa Casa, os 278 acidentes de trabalho registados, representaram um acréscimo de 9,02% de acidentes relativamente a 2009. Esta situação encontra tradução no crescimento do absentismo por motivo de acidente de trabalho e configura-se como uma realidade que urge acompanhar e alterar.

Quadro nº 83. Acidentes de Trabalho

Acidentes de Trabalho	2008	2009	2010	Variação 2010/2009
Total de Acidentes	248	255	278	9,0%
Nº de Acidentes com Baixa	134	178	190	6,7%
Nº de Dias de Trabalho Perdidos	2.965	2.162	3.898	80,3%

Fonte: Departamento de Qualidade e Inovação – Unidade de Saúde, Higiene e Segurança Trabalho

Trabalho suplementar

O volume de horas de trabalho suplementar/ extraordinário não tem sofrido grandes oscilações nos últimos 3 anos. Assumiu, em 2010, uma expressão equivalente à de 2008 e ligeiramente superior à verificada em 2009. O crescimento do número de horas verificado entre 2009 e 2010 fica a dever-se ao aumento em dias de descanso obrigatório/complementar ou em feriados. Este aumento foi de 19.5% entre 2008 e 2009 e de 5.7% em 2010 (2.071,90 horas).

Quadro nº 84. Horas de Trabalho Suplementar/ Trabalho Extraordinário

Horas de Trabalho Suplementar	2008	2009	2010	Variação 2010/2009
Em dias úteis	47.992,6	40.490,4	39.694,5	-2,0%
Em dias de descanso obrigatório/complementar/feriados	30.652,3	36.622,6	38.694,5	5,7%
Total	78.644,9	77.113,0	78.389,0	1,7%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Quadro nº 85. Pagamento de Horas Extraordinárias por Departamento/Serviço em 2010

	Dia Útil	Dia Descanso	TOTAL
DASS - Departamento de Acção Social e Saúde	29.316 €	311.854 €	341.170 €
DJ - Departamento de Jogos	45.942 €	19.397 €	65.339 €
DGIP - Departamento de Gestão Imobiliária e Património	5.435 €	2.210 €	7.645 €
DQI - Departamento de Qualidade e Inovação	- €	- €	-€
DEES - Departamento de Empreendedorismo e Economia Social	- €	-€	-€
HOSA - Hospital Ortopédico de Sant'Ana	381.316 €	-€	381.316 €
CMRA - Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão	296.770 €	-€	296.770 €
ESSA - Escola Superior de Saúde do Alcoitão	6.761 €	13.879 €	20.640 €
Administração/Secretaria Geral/Gabinetes/Serviços Instrumentais	36.521 €	61.911 €	98.433 €
Total	802.061 €	409.252 €	1.211.313 €

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

O valor global orçamentado para 2010 para a realização de trabalho suplementar/ extraordinário foi de 1.257.700,00 €. Considerando os valores efectivamente pagos em 2010, verifica-se que globalmente, no conjunto da SCML, se ficou aquém do orçamento, sendo no entanto relevante a continuação das medidas em curso, nomeadamente ao nível da reorganização do trabalho, para reduzir a expressão desta rubrica orçamental.

Quadro nº 86. Pagamento de Horas Extraordinárias em 2010

	Real	Orçamentado	Desvio
Santa Casa	447.248 €	438.000 €	-2%
HOSA	381.316 €	450.000 €	18%
CMRA	296.770 €	315.000 €	6%
ESSA	20.640 €	15.000 €	-27%
DJ	65.339 €	39.700 €	-39%
TOTAL	1.211.313 €	1.257.700 €	4%

Disciplina

No ano de 2010 foram instaurados vinte (20) processos disciplinares. Destes processos, um (1) continua em aberto, um (1) foi arquivado, um (1) ficou sem efeito e dezassete (17) terminaram com a aplicação de penas, três (3) deles com despedimento.

Transitaram ainda cinco (5) processos de 2009, dos quais foram resolvidos três (3), um (1) foi arquivado e um (1) continua ainda em aberto.

Quadro nº 87. Processos Disciplinares

Disciplina	2008	2009	2010	Variação 2010/2009
NºProc.	16	27	20	-25,9%
Penas				
Despedimento	2	2	3	50,0%
Demissão				
Apos.Compulsiva				
Suspensão	3	9	7	-22,2%
Multa				
Sanção Pecuniária				
Repreensão		6	7	16,7%
Perda de dias de Férias		5	3	-40,0%
	5	22	20	-9,1%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança no Trabalho

Quadro nº 88. Exames Médicos

Exames	2008	2009	2010	Varição 2010/2009
Admissão	1.168	913	380	-58%
Periódicos	1.292	2.517	2.264	-10%
Ocasionais	132	86	88	2%
Total	2.592	3.516	2.732	-22%

Fonte: Departamento de Qualidade e Inovação – Unidade de Saúde, Higiene e Segurança Trabalho

Nota: Dados de 2008 actualizados com inclusão dos Hospitais

No final de 2010 a taxa de cobertura de exames situava-se nos 90,4%.

Este valor representa um ligeiro decréscimo face a 2009, em que esta taxa era de 92.1%. Esta redução prende-se com a alteração do contrato com a entidade externa a quem foi adjudicada a realização dos exames de Medicina do Trabalho. A partir de 07 de Julho de 2010, foi estabelecido um novo contrato, por 24 meses, que define novos protocolos de exames e a periodicidade dos mesmos. Para várias categorias profissionais (área da educação, em particular) estes passaram de bienais para anuais.

No entanto, a taxa de cobertura de exames em 2010 traduz a manutenção da eficácia das políticas adoptadas, uma vez que em 2008 esta taxa era de 72.4%.

Apoio Social

A SCML disponibilizou 316.549 € em benefícios sociais aos seus trabalhadores. Deste montante, 63% referem-se aos subsídios de protecção infantil à primeira infância concedidos a, aproximadamente, 428 crianças em idade pré-escolar, 20,7% aos subsídios de apoio às 115 situações de comprovada carência de meios que solicitaram auxílio à Direcção de Recursos Humanos e 7,9% aos 16 reformados que auferem o complemento de pensão mínima.

Quadro nº 89. Benefícios

Benefícios	2008		2009		2010		Var. 2010/2009	
	Nº	Valor €	Nº	Valor€	Nº	Valor€	Nº	Valor€
Subs. não Reembolsáveis	63	25.226	47	21.451	59	25.462	12	4.011
Subs. Reembolsáveis	47	39.070	50	43.348	56	40.110	6	-3.238
Subs. de Compl. Medicamentos	145	11.065	127	11.073	126	10.477	-1	-595
Subs. de Protecção Infantil	3.063	180.275	2.775	184.139	2.803	199.409	28	15.270
Subs. Freq. Ensino Básico	266	17.096	210	12.620	206	12.479	-4	-141
Subs. de Formação Complementar	52	4.582	32	3.307	35	3.527	3	219
Complemento de Pensão Mínima	224	23.409	184	21.368	179	25.085	-5	3.717
Total	3.860	300.723	3.425	297.305	3.464	316.549	39	19.244
Valor médio		77,91		86,80		91,38		

FONTE: Sistema Integrado de Gestão – SAP e Direcção de Recursos Humanos - Núcleo de Políticas de RH e Apoio Social

No seu conjunto, foram concedidos mais 39 subsídios/ apoios que em 2009, decorrentes, fundamentalmente, do aumento do número de subsídios de protecção infantil (28) e do número de subsídios não reembolsáveis, situação que traduz um aumento do número de trabalhadores que possuem os requisitos e condições de acesso a estes benefícios.

No que respeita aos subsídios não reembolsáveis, atribuídos em função de critérios estabelecidos num contexto de situações de comprovada carência, constatou-se que a doença, associada a uma incapacidade de fazer face a despesas com vencimento reduzido, bem como o endividamento e as situações de divórcio, foram os principais factores que ditaram a procura e a atribuição de subsídios não reembolsáveis.

Carreiras

Verifica-se a diminuição do número de promoções e progressões registadas em 2010 face a 2009, em, aproximadamente, 7%.

O maior número e crescimento das progressões em detrimento das promoções, associa-se quer ao enquadramento da maioria dos trabalhadores do regime de contrato individual de trabalho nos Acordos de Empresa que estabelece um regime de progressões por níveis, em detrimento do regulamento de carreiras no qual convivem o regime de progressões e de

promoções, quer ao enquadramento dos trabalhadores em RCTFP no regime de evolução na carreira consubstanciado na Lei 12-A/2008.

Foram atribuídos 150 prémios de desempenho, o que se traduziu num investimento de 213.780,14 €.

Quadro nº 90. **Carreiras**

Carreiras: Promoções e Progressões	2008	2009	2010	Variação 2010/2009
Promoções Quadro Residual da Função Pública	61	51	2	-96,1%
Progressões Quadro Residual da Função Pública	68	36	68	88,9%
Promoções Contrato Individual de Trabalho	225	434	57	-86,9%
Progressões Contrato Individual de Trabalho	382	329	663	101,5%
	736	850	790	-7,1%

FONTE: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Nota: 23 destas alterações tiveram efeito a 2009, 2 a 2008 e 1 a 2007

Formação

Quadro nº 91. Formação 2009 -2010

Total Formação Interna e Externa (1)	2009				2010			
	Nº Participantes	Nº Acções	Nº Horas	Custo (euros)	Nº Participantes	Nº Acções	Nº Horas	Custo (euros)
Interna	5.390	488	77.779	539.849 €	8024	650	105.910	901.974 €
Externa	626	328	12.550	105.414 €	526	359	14.717	173.063 €
Total Geral	6.016	816	90.328	645.262 €	8.550	1009	120.626	1.075.038 €

Formação DIRH (2)	2009				2010			
	Nº Participantes	Nº Acções	Nº Horas	Custo (euros)	Nº Participantes	Nº Acções	Nº Horas	Custo (euros)
Interna	5.244	342	77.292	539.849 €	7.782	617	102.000	901.931 €
Externa Nacional	346	176	6.039	64.791 €	274	170	9.710	130.527 €
Externa Estrangeiro	n.d	n.d	n.d	n.d	15	10	454	5.020 €
Externa Subtotal	346	176	6.039	64.791 €	289	180	10.164	135.547 €
Total	5.590	518	83.331	604.640 €	8.071	797	112.163	1.037.478 €

Formação Excepto DIRH (3)	2009				2010			
	Nº Participantes	Nº Acções	Nº Horas	Custo (euros)	Nº Participantes	Nº Acções	Nº Horas	Custo (euros)
Interna	146	146	487	- €	242	33	3.910	44 €
Externa Nacional	236	126	5.349	28.532 €	180	130	3.091	19.606 €
Externa Estrangeiro	44	26	1.162	12.090 €	57	49	1.462	17.911 €
Externa Subtotal	280	152	6.511	40.623 €	237	179	4.553	37.517 €
Total	426	298	6.998	40.623 €	479	212	8.463	37.560 €

FONTE: Sistema Integrado de Gestão – SAP; HOSA e CMRA – dados disponibilizados pelos respectivos Serviços Notas:

- (1) Formação total = formação interna (organizada internamente, com ou sem recurso a entidades externas) e externa (auto-formação e formação não organizada internamente). Os dados não incluem as horas associadas aos estatutos de trabalhador estudante concedidos,
- (2) Formação DIRH = formação interna organizada pela DIRH e formação externa, validada e autorizada no âmbito do orçamento controlado pela DIRH, e dirigida a qualquer Serviço/ Departamento da SCML;
- (3) Formação excepto DIRH = formação interna organizada por Serviços da SCML (nomeadamente o HOSA e o CMRA) e formação externa (autoformação e outra), financiada pelos respectivos orçamentos.

Em 2010, e no conjunto dos Departamentos e Serviços da SCML registaram-se 8.550 participações em acções de formação a que corresponde um volume de 120.626 horas de formação e um investimento total, por parte da SCML, de 1.075.037,80€.

Comparativamente a 2009, realizou-se mais formação, com mais participantes e para mais trabalhadores, traduzindo-se num maior volume global de horas e num maior investimento financeiro.

A distribuição de participantes e volume de formação total por Departamento/ Serviço da SCML, apresentada no quadro seguinte, acompanha a estrutura de distribuição dos colaboradores (cf gráfico distribuição percentual dos colaboradores pela estrutura), sendo mais do que proporcional no caso do CMRA (no que se refere ao número de participantes) e no caso do DASS (no que se refere ao número de participantes e volume de formação).

Quadro nº 92. Formação 2010 por Serviço

Estrutura	Nº. Part.	%	Volume	%
ADM	11	0,13%	214,00	0,18%
CMR	1.347	15,75%	12.209,00	10,12%
DASS	5.230	61,17%	79.243,50	65,69%
DEES	8	0,09%	211,50	0,18%
DJ	400	4,68%	7.401,50	6,14%
DGIP	34	0,40%	399,00	0,33%
DQI	46	0,54%	451,00	0,37%
ESSA	63	0,74%	371,50	0,31%
GAB	42	0,49%	645,00	0,53%
HOSA	349	4,08%	3.620,50	3,00%
SG	208	2,43%	2.584,00	2,14%
SI-DIA	210	2,46%	4.237,50	3,51%
SI-DIF	144	1,68%	1.983,00	1,64%
SI-DIGIE	143	1,67%	2.256,00	1,87%
SI-DIRH	166	1,94%	2.879,00	2,39%
SI-DISTI	149	1,74%	1.920,00	1,59%
Total	8.550	100,00%	120.626,00	100,00%

FONTE: Sistema Integrado de Gestão – SAP; HOSA e CMRA – dados disponibilizados pelos respectivos Serviços

Considerando os 4.134 trabalhadores e 636 prestadores de serviço (total de colaboradores da SCML em 2010 e universo dos destinatários potenciais da formação), registaram-se, em 2010, e em média, 25,3 horas de formação/ colaborador (contra 19,2 horas/ colaborador em 2009) com um investimento de 225,4€/ colaborador (contra 137,4 €/ colaborador em 2009)⁶.

Constata-se assim que ao crescimento significativo da taxa de cobertura da formação esteve associado um crescimento do custo/ colaborador. Este crescimento é explicado, fundamentalmente, pelo custo de algumas formações externas, de especialização e/ou pós-graduadas, para grupos restritos de colaboradores e, em menor grau, pelo número de formações técnicas, especializadas, organizadas internamente e associadas a novos enquadramentos legais e/ ou projectos da SCML (contratação pública, SNC, acções especializadas no âmbito da informática e da intervenção social, normas ISO, entre outros).

Destaca-se, no ano de 2010, um forte crescimento de participantes e colaboradores que beneficiaram de acções de formação promovidas e/ ou organizadas com a participação da DIRH.

Considerando o número de colaboradores que participaram em pelo menos uma acção de formação interna, obtemos os seguintes índices de participação (*% de colaboradores do respectivo Serviço, que concluíram pelo menos uma acção de formação em 2010, certificada, promovida ou organizada com a participação da DIRH*):

- 73,3% do total de 4.770 colaboradores da SCML;
- 85, 5% dos 816 colaboradores do HOSA e do CMRA;
- 80,8% dos 3.079 efectivos (CIT+FP) dos serviços centrais;
- 65,5% dos 267 efectivos (CIT+FP) do DJ;
- 80,7% dos 2.427 efectivos (CIT+FP) do DASS;
- 25,4% das 531 Ajudantes Familiares e Amas.

⁶ Se calcularmos os mesmos rácios, para o número total de efectivos da SCML (sem prestadores de serviço), obtemos, valores médios de 29 horas de formação/ colaborador (contra 22 horas em 2009) e um investimento de 260€/ colaborador (contra 157,1 € em 2009). Foram estes os rácios utilizados no relatório de 2009, menos correctos que os agora utilizados.

A formação realizada em 2010 incidiu em áreas diversas e atingiu uma cobertura significativa por grupo profissional e categoria. Desenvolveram-se projectos formativos à medida das necessidades identificadas, com conteúdos organizados e orientados para o desenvolvimento de competências definidas nos perfis de função (Ex. Ciclo de Estudos para Dirigentes, Avaliação de Desempenho para Avaliados e Avaliadores, Higiene e Segurança Alimentar, Fiscalidade, *Coaching* de Equipas, entre outras) e, também, acções de actualização e manutenção de competências base nas áreas técnicas e comportamentais.

O relatório de formação 2010, detalha a execução da formação realizada, integrando informação por área Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), grupo profissional e Serviço.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Santa Casa 2004

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Santa Casa 2004

Em 2004 a Santa Casa constituiu um fundo de investimento imobiliário fechado, denominado “Santa Casa 2004”, sendo a Santa Casa detentora da totalidade das respectivas unidades de participação. Face às suas características e ao controlo exercido pela Santa Casa, este fundo é identificado como uma entidade de finalidade especial, o qual, ao abrigo do normativo contabilístico SNC, configura-o como uma subsidiária da SCML.

A constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Santa Casa 2004 (FIIF SC 2004) foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 31 de Maio de 2004, tendo iniciado a sua actividade a 26 de Novembro do mesmo ano. A sua situação económica e financeira é caracterizada da seguinte forma:

Valores em Milhões de €			
FIIF SANTA CASA 2004	Dez-08	Dez-09	Dez-10
Valor Investido	50,0	50,0	50,0
Valor dos Prédios	38,5	38,5	38,5
Cash	11,5	11,5	11,5
Valor Global Líquido	55,3	59,4	55,4
Valor do Activo	57,7	62,0	63,7
Valor dos Prédios	53,9	59,3	58,5
Cash	3,8	2,8	5,2
Valor do Passivo	-2,4	-2,7	-8,2
Empréstimos	-2,6	-3,0	0,5
Outros Devedores/Credores	0,2	0,3	-8,7
N.º de Prédios	11	11	11
N.º up	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Valor Unitário da up (€)	5,5299 €	5,9360 €	5,5447 €
Total de Rendas Anuais	1,498	1,548	1,428
Rendibilidade			
Do Fundo (Desde Inicio)	10,60%	18,72%	10,89%
Da Carteira (<i>yield</i>)	2,78%	2,61%	2,44%

Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras: Departamentos de Acção Social e Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Serviços Instrumentais, Hospital Ortopédico de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e Escola Superior de Saúde do Alcoitão

Índice das demonstrações financeiras: Departamentos de Acção Social e Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Serviços Instrumentais, Hospital Ortopédico de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e Escola Superior de Saúde do Alcoitão

Balanço.....	220
Demonstração dos resultados por naturezas	221
Demonstração da alteração dos capitais próprios.....	222
Demonstração dos fluxos de caixa.....	223
Anexo às demonstrações financeiras.....	224
1 INTRODUÇÃO.....	224
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	229
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	238
4 FLUXOS DE CAIXA.....	258
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	259
6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	260
7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	262
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	264
9 ACTIVOS BIOLÓGICOS	264
10 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS — MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	266
11 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS — OUTROS MÉTODOS.....	268
12 INVENTÁRIOS.....	269
13 CLIENTES / UTENTES	270
14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	271
15 OUTRAS CONTAS A RECEBER	272
16 DIFERIMENTOS.....	273
17 FUNDO SOCIAL.....	274
18 RESULTADOS TRANSITADOS	274
19 OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	275
20 PROVISÕES.....	277
21 RESPONSABILIDADE POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	278
22 FORNECEDORES.....	281
23 OUTRAS CONTAS A PAGAR	282
24 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	283
25 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	285
26 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	285
27 GASTOS COM PESSOAL.....	287
28 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	288
29 OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS.....	289
30 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES	290
31 COMPROMISSOS	290
32 CONTINGÊNCIAS.....	291
33 MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	291
34 PARTES RELACIONADAS.....	291
35 EVENTOS SUBSEQUENTES	293

Balanco

		31 de Dezembro	
	Nota	2010	2009
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	153.757.495	155.847.084
Propriedades de investimento	7	82.538.450	81.616.520
Activos intangíveis	8	1.227.394	986.721
Activos biológicos	9	802.446	768.201
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	10	54.228.732	57.027.618
Participações financeiras - outros métodos	11	1.224.001	1.000.826
Outros activos financeiros	32	1.000.000	1.000.000
		294.778.518	298.246.970
Corrente			
Inventários	12	910.418	988.064
Activos biológicos	9	3.936	3.936
Clientes	13	10.038.183	8.930.222
Adiantamentos a fornecedores		104.972	111.575
Estado e outros entes públicos	14	710.982	1.133.650
Outras contas a receber	15	37.256.071	43.172.801
Diferimentos	16	66.976	251.470
Outros Activos Financeiros	4	179.057.165	159.276.456
Caixa e depósitos bancários	4	35.004.932	37.232.929
		263.153.636	251.101.102
Total do activo		557.932.153	549.348.072
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Fundo social	17	75.815.000	75.815.000
Resultados transitados	18	417.921.822	391.165.964
Outras variações no capital próprio	19	9.347.144	9.169.549
		503.083.966	476.150.512
Resultado líquido do período		7.381.929	26.739.531
Total do capital próprio		510.465.895	502.890.043
Passivo			
Não corrente			
Provisões	20	3.925.622	3.725.588
		3.925.622	3.725.588
Corrente			
Fornecedores	22	11.578.557	11.554.036
Adiantamentos de clientes		1.270.647	78.562
Estado e outros entes públicos	14	3.273.731	3.115.359
Outras contas a pagar	23	27.021.784	27.824.708
Diferimentos	16	395.917	159.777
		43.540.636	42.732.441
Total do passivo		47.466.258	46.458.029
Total do capital próprio e do passivo		557.932.153	549.348.072

As notas das páginas 224 a 293 constituem parte integrante das demonstrações financeiras apresentadas.

Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	2010	2009
Vendas e serviços prestados	24	28.919.246	28.706.052
Subsídios à exploração	19	3.215.287	3.966.182
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(5.310.654)	(5.625.808)
Fornecimentos e serviços externos	26	(50.209.296)	(44.457.435)
Gastos com o pessoal	27	(86.553.880)	(95.880.999)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(64.622)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	13,15	(5.994.926)	(8.193.985)
Provisões (aumentos/reduções)	20	(272.692)	2.569.762
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	11	(400)	102.176
Aumentos/reduções de justo valor	11	16.994	26.750
Outros rendimentos e ganhos	28	145.763.971	164.380.665
Outros gastos e perdas	29	(20.723.764)	(18.545.728)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.785.262	27.047.629
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(10.356.415)	(9.597.656)
Imparidade de activos depreciables/amort		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.571.153)	17.449.974
Juros e outros rendimentos similares	30	8.955.353	9.304.060
Juros e outros gastos similares	30	(2.270)	(14.502)
Resultado antes de impostos		7.381.929	26.739.531
Resultado líquido do exercício		7.381.929	26.739.531

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2009	75.815.000	24.909.843	356.079.689	5.294.771	-	462.099.304
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	10.039.392	3.277.674	(8.538.629)	4.778.437
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	(56.437)	-	(56.437)
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	(24.909.843)	25.046.882	653.540	-	790.580
Aplicação de Resultados	-	-	-	-	-	-
	75.815.000	-	391.165.964	9.169.549	(8.538.629)	467.611.883
Resultado líquido do período	-	-	-	-	35.278.160	35.278.160
Resultado integral	75.815.000	-	391.165.964	9.169.549	26.739.531	502.890.043
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições						
Entradas para cobertura de perdas						-
Outras operações						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-
A 31 de Dezembro de 2009	75.815.000	-	391.165.964	9.169.549	26.739.531	502.890.043
Alterações no período						
Alterações políticas contabilísticas						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	(8.542.175)	177.596	8.558.502	193.922
Aplicação de Resultados		-	35.298.034	-	(35.298.033)	
	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144		503.083.966
Resultado líquido do período	-	-	-	-	7.381.929	7.381.929
Resultado integral	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144	7.381.929	510.465.895
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144	7.381.929	510.465.895
A 31 de Dezembro de 2010	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144	7.381.929	510.465.895

Demonstração dos fluxos de caixa

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes/ utentes	23.185.013	20.294.732
Recebimentos de inquilinos	2.531.730	2.344.915
Jogos sociais	129.330.437	146.356.926
Estado	5.734.524	4.984.620
Financiamento externo	5.991.674	4.476.355
Doações	2.587.305	115.976
Outros recebimentos	2.830.896	479.255
Pagamentos a fornecedores	(52.915.215)	(48.009.412)
Pagamentos ao pessoal	(58.951.018)	(63.469.635)
Estado	(36.294.420)	(36.745.249)
Pagamentos de subsídios	(15.216.946)	(13.345.665)
Outros pagamentos	(2.133.970)	(1.237.777)
Caixa gerada pelas operações	6.680.010	16.245.041
Recebimentos/ pagamentos DJ, HOSA, CMRA e ESSA	13.907.079	33.861.504
Outros recebimentos/ pagamentos	(4.806.332)	275.068
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	15.780.757	50.381.613
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(6.188.659)	(12.508.627)
Activos intangíveis	(35.113)	-
Fundo imobiliário fechado	-	(193)
Outros activos	(15.202)	(1.974.618)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	(1.102)	-
Outros activos	515.066	282.421
Juros e rendimentos similares	7.491.548	10.283.900
Dividendos	8.711	33.254
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	1.775.250	(3.883.863)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(3.294)	(61.615)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(3.294)	(61.615)
Variação de caixa e seus equivalentes	17.552.713	46.436.136
Caixa e seus equivalentes no início do período	196.509.385	150.073.249
Caixa e seus equivalentes no fim do período	214.062.098	196.509.385

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “Santa Casa” ou “SCML”) é uma instituição secular sem fins lucrativos com a natureza jurídica de pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública administrativa, cuja origem remonta ao ano de 1498, em resultado de especial intervenção da Rainha D. Leonor, com o apoio do Rei D. Manuel I.

Ao longo dos seus mais de cinco séculos de existência, a Santa Casa tem desempenhado um papel crítico e fundamental no combate à pobreza e exclusão social, não só através da sua particular propensão para o efeito, mas também pela dinâmica que sempre foi dada às suas acções inovatórias e de elevada qualidade, comumente reconhecidas pelas pessoas e pela comunidade.

A necessidade de proceder à modernização dos processos de funcionamento e das metodologias de intervenção que permitisse um maior acompanhamento das novas realidades sociais, assim como o combate aos efeitos nefastos que delas advenham, esteve na base da elaboração dos novos Estatutos da Santa Casa, publicados via o Decreto-Lei n.º 253/2008, de 3 de Dezembro.

O art.º 4.º dos estatutos refere os fins estatutários da Santa Casa, os quais correspondem à realização da melhoria do bem-estar das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos, abrangendo as prestações de acção social, saúde, educação e ensino, cultura e promoção da qualidade de vida, de acordo com a tradição cristã e obras de misericórdia do seu compromisso originário e da sua secular actuação em prol da comunidade, bem como a promoção, apoio e promoção de actividades que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação de serviços, e, ainda, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia social.

A Santa Casa desenvolve ainda as actividades de serviço ou interesse público que lhe sejam solicitadas pelo Estado, ou outras entidades públicas. A Santa Casa responde perante a tutela do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Dando cumprimento ao determinado no Decreto-Lei n.º 235/2008 de 3 de Dezembro, através deste documento são apresentadas as contas consolidadas do exercício de 2010 da

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Acção Social e Saúde, Departamento de Qualidade e Inovação, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património e Serviços Instrumentais, Hospital Ortopédico de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e Escola Superior de Saúde do Alcoitão. A Santa Casa encontra-se sediada no Largo Trindade Coelho, freguesia de Encarnação, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa.

Resumo das atribuições e competências:

SCML – Departamento de Acção Social e Saúde, Departamento de Qualidade e Inovação, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património e Serviços Instrumentais, designados por “SCML – Serviços Centrais”

Departamento de Acção Social e Saúde

O departamento de acção social e saúde (DASS) gere, de forma integrada, os serviços e estabelecimentos de acção social e de saúde, promovendo a autonomia e inclusão social, nomeadamente através da prestação de cuidados de saúde e do apoio às seguintes áreas de intervenção:

- a) Infância e juventude;
- b) População idosa;
- c) Pessoas portadoras de deficiência;
- d) Família e maternidade.

Departamento de Qualidade e Inovação

O departamento da qualidade e inovação (DQI) tem por objectivo promover, apoiar e realizar iniciativas que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação das actividades que se inserem no âmbito das áreas de actuação da SCML.

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

O departamento de empreendedorismo e economia social (DEES) tem por objectivo promover, apoiar e divulgar a criação e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do

empreendedorismo e economia social, como seja apoiar a criação de microempresas através de programas de cooperação com outras entidades, dinamizar a formação de agentes de desenvolvimento no âmbito da economia social, entre outros.

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

O departamento de gestão imobiliária e património tem como objectivo gerir o património imobiliário da SCML sempre com respeito das obrigações assumidas e que impendem sobre os respectivos bens. Algumas das competências do DGIP a destacar correspondem à elaboração de propostas sobre aquisição de bens móveis e imóveis, alienação de bens e direitos da Santa Casa, ou mesmo aceitação ou repúdio de heranças, legados e doações.

Serviços Instrumentais

Os serviços instrumentais necessários à prossecução das atribuições da Santa Casa correspondem à Direcção de Recursos Humanos, Direcção de Aprovisionamento, Direcção Financeira, Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação e Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos.

Outros

Gabinete de Auditoria Interna, Gabinete para os Assuntos dos Fundos Externos, Gabinete Jurídico, Gabinete de Organização e Métodos, Gabinete de Estudos e Planeamento, Gabinete de Imprensa e Secretaria-Geral.

Os Órgãos dos Serviços Centrais encontram-se definidos através do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro e compreendem a Mesa da Santa Casa e o Provedor, sendo a Mesa da Santa Casa composta pelo Provedor, pelo Vice-Provedor e por cinco vogais.

As demonstrações financeiras individuais da SCML foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 29 de Março de 2011. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações dos Serviços Centrais, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

O Hospital Ortopédico de Sant' Ana, (referido neste documento como "HOSA"), foi inaugurado como Sanatório no dia 31 de Julho de 1904, por D. Claudina Chamiço, sua Instituidora, que o legou à Misericórdia de Lisboa. Após a sua morte, ocorrida em 1913, a gestão do Sanatório foi assegurada por uma Comissão de sete membros, sendo um deles o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em 1927 a Comissão decidiu entregar à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a gestão do Sanatório.

No ano de 1961, por despacho ministerial de 21 de Julho, passou o Sanatório a ter existência jurídica como Hospital, passando a designar-se por Hospital Ortopédico de Sant' Ana.

O HOSA tem como principal missão desenvolver um Pólo de Saúde dirigido à área Metropolitana de Lisboa, que oferecendo um conjunto integrado de valências, se constitua como um referencial na Prestação de Cuidados de Saúde, respondendo às suas necessidades através da prestação de um conjunto diversificado de cuidados médicos que se caracterizam pelo elevado nível de qualidade e resposta em tempo útil.

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho Directivo, em 21 de Março de 2011, e é da opinião do Conselho Directivo que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do HOSA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

O Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, (referido neste documento como "CMRA"), foi constituído em 2 de Julho de 1966, tendo como actividade principal a Prestação de Serviços na Área de Reabilitação de adultos e crianças. Apostando na qualidade assistencial, na formação contínua e na investigação científica aplicada, o CMRA apresenta-se como uma instituição de prestígio, que tem mantido ao longo dos anos um elevado nível de qualidade na resposta às necessidades do seu público-alvo, orientado para um investimento cada vez mais forte na neuro-reabilitação.

O CMRA é considerado um dos melhores hospitais em reabilitação, devido também à visão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o seu legado à comunidade, que tem permitido às pessoas reconstruírem as suas vidas após acidentes incapacitantes ou doença, estando vocacionado para a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência de predomínio físico ou multi-deficiência congénita e adquirida, de qualquer idade, provenientes de todo o País. Foi o primeiro hospital em Portugal totalmente dedicado à reabilitação, líder no diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes, desenvolvimento e investigação, e na formação de profissionais de saúde nas áreas intervenientes na reabilitação.

A grande mais-valia e marca distintiva do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão assenta nas pessoas. O CMRA é constituído por profissionais de elevada diferenciação científica e profissional, de comprovada competência e cariz humanista orientado para as necessidades do Utente.

As equipas Multiprofissionais são constituídas por: Fisiatria, Enfermagem de Reabilitação, Fisioterapia e Hidroterapia, Terapia Ocupacional, Terapia da Fala, Psicologia Clínica, Ortoprotesia, Educação, Nutrição, Psicologia, Serviço Social.

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho Directivo, em 25 de Fevereiro de 2011. É da opinião do Conselho Directivo que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do CMRA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

A Escola Superior de Saúde do Alcoitão, (referida neste documento como “ESSA”) resultou da conversão, em 1994, da Escola de Reabilitação de Alcoitão (ERA) constituída em 1966, tendo dado continuidade aos cursos de formação, na área da reabilitação que surgiram em Portugal em 1957.

A ESSA possui instalações próprias situadas em Alcoitão, junto ao Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão. A proximidade com o CMRA permite o usufruto, por parte dos alunos da ESSA, das instalações e recursos técnicos desta conceituada unidade hospitalar, em complementaridade com os recursos próprios da Escola.

Integrada no universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é um estabelecimento de Ensino Superior Particular, pioneiro em Portugal na formação de Fisioterapeutas, Terapeutas

Ocupacionais e Terapeutas da Fala, sendo desde a sua constituição a Escola de referência nesta área. A ESSA tem como principais actividades o ensino, a investigação e a difusão de conhecimentos nas áreas ministradas, devendo também contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para a melhoria do nível de saúde da população.

A SCML promove, através da ESSA, a celebração de acordos de cooperação com instituições de ensino público e privado, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a promoção do intercâmbio científico e o desenvolvimento de actividades relevantes para o ensino e investigação, no âmbito científico ministrado ou noutros considerados de interesse.

A ESSA possui um corpo docente com cerca de 100 académicos, e profissionais de saúde, entre os mais qualificados a nível nacional que conjuntamente com formadores externos ministram cursos a mais de 500 alunos em regime de licenciatura e pós-graduação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Gestão, em 21 de Março de 2011. É da opinião o Conselho de Gestão que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da ESSA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 29 de Março de 2011. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações dos Serviços Centrais, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. As demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

àquela data (Plano Oficial de Contabilidade, também referido neste documento como “POC”). No processo de transição do normativo POC para o normativo SNC, a Mesa da Santa Casa alterou alguns dos critérios de contabilização e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras de 2009, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com o normativo SNC. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram re-expressos para reflectir estes ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para o normativo SNC no Capital próprio, Resultados do exercício e Fluxos de caixa são apresentados na nota 2.4.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela SCML, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência e nas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

A Santa Casa adoptou as NCRF, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os exercícios apresentados.

À data de transição, 1 de Janeiro de 2009, a SCML preparou o balanço de abertura, considerando as isenções e excepções à aplicação de outras normas existentes, conforme previsto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (referida neste documento como “NCRF 3”).

A NCRF 3 permite isenções, em particular no que se refere à aplicação retrospectiva, relativamente ao tratamento preconizado por outras normas do SNC, tendo a Santa Casa optado pela aplicação das seguintes isenções, à data da transição para o normativo SNC:

i) Valorização dos activos fixos tangíveis

À data da transição a Santa Casa pode optar por mensurar os activos fixos tangíveis ao “custo considerado”, o qual pode resultar da mensuração ao justo valor à data da transição ou de acordo com reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior.

Assim, na data da transição, a Santa Casa optou por mensurar ao justo valor: (a) património imobiliário ao valor de mercado e (b) as viaturas comerciais, também ao valor de mercado. Os activos fixos tangíveis, com custo de aquisição superior a mil euros e que se encontram em utilização, foram mensurados ao custo estimado de mercado.

Para os restantes activos tangíveis os critérios de reconhecimento, valorização e depreciação adoptados no normativo contabilístico anterior foram considerados equiparáveis aos do modelo do custo histórico nas NCRFs, pelo que não foram sujeitos a ajustamento.

ii) Valorização das propriedades de investimento

A NCRF 3 prevê a aplicação da isenção para os activos tangíveis às propriedades de investimento, desde que a política de mensuração subsequente adoptada seja o modelo do custo. Na data da transição, para os activos relativos a terrenos, edifícios ou parte de edifícios arrendados a terceiros que qualificam como Propriedades de Investimento, a Santa Casa optou pela mensuração ao justo valor com base na avaliação patrimonial dos activos.

Reconciliação dos ajustamentos de transição para as NCRF

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios:

Reconciliação do Capital Próprio

		Ajustamentos	31-12-2009	01-01-2009
Capital Próprio - POC			497.898.199	462.099.303
Desreconhecimento activos intangíveis que não qualificam como activo	1		(32.054)	(618.926)
Justo valor de terrenos e edifícios	2		6.285.093	6.399.068
Desreconhecimento de benfeitorias em edifícios alheios	3		(501.556)	(515.351)
Revalorização Activo Fixo Tangível e Activo Intangível	4		661.683	905.988
Justo valor das viaturas comerciais	5		179.996	253.050
Desreconhecimento dos custos com restauração de obras de arte	6		(562.914)	(562.914)
Valorização das acções cotadas ao justo valor e reconhecimento de imparidade das não cotadas	7		(1.355.796)	(1.401.973)
Imparidade da participação na Associada Sojogo	8		(295.116)	(295.116)
Equivalência patrimonial do Fundo Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004"	9		6.847.119	9.124.386
Transferência de subsídios ao investimento não reembolsáveis	10		2.828.625	3.277.674
Reconhecimento de activos biológicos ao justo valor	11		772.137	936.946
Desreconhecimento de inventários que não qualificam como activo	12		(50.944)	(61.482)
Ajustamento imparidade saldo a receber da Segurança Social	13		(521.756)	(641.136)
Desreconhecimento custos diferidos - Jarras (para oferta)	14		(81.210)	(81.210)
Desreconhecimento de bens que não configuram Activos Fixos Tangíveis	15		(10.740)	-
Reconhecimento Rêdito da operação conjunta com a Alves Ribeiro	16		-	1.210.764
Desreconhecimento de gastos diferidos com moedas comemorativas	17		(7.582)	(7.582)
Ajustamento responsabilidades plano pensões	18		(6.037.120)	(937.095)
Ajustamento responsabilidades benefícios saúde	19		(116.212)	(150.000)
Provisão para a responsabilidade de reparar jazigos de heranças	20		(2.846.667)	(3.200.000)
Amortização do Medtrak	21		-	(428.060)
Anulação da depreciação dos equipamentos da UCC fora de uso	22		-	19.064
Anulação de obras em curso curso (C.Residencial da Parede)	23		(162.085)	(162.085)
Desreconhecimento acréscimos de proveitos (devoluções)	25		(1.059)	(2.938)
Desreconhecimento contribuições CGA	26		-	205.975
Desreconhecimento saldo passivo EOEP - encargos sociais docentes externos	27		-	19.233
Desreconhecimento provisão - encargos sociais docentes externos	28		-	30.785
			-	-
Capital Próprio - SNC			502.890.043	475.416.369

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras consolidadas decorrente da conversão para o normativo SNC. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em "Resultados transitados".

Para o exercício de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com o normativo SNC originou um impacto nos resultados líquidos conforme segue:

Reconciliação do Resultado Líquido

	Ajustamentos	2009
Resultado Líquido - POC		34.925.448
Desreconhecimento activos intangíveis que não qualificam como activo	1	586.872
Justo valor de terrenos e edifícios	2	(113.975)
Desreconhecimento de benfeitorias em edifícios alheios	3	13.796
Revalorização Activo Fixo Tangível e Activo Intangível	4	(244.305)
Justo valor das viaturas comerciais	5	(73.054)
Valorização das acções cotadas ao justo valor e reconhecimento de imparidade das não cotadas	7	46.176
Equivalência patrimonial do Fundo Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004"	9	(2.277.267)
Reconhecimento de activos biológicos ao justo valor	11	(164.808)
Desreconhecimento de inventários que não qualificam como activo	12	10.538
Ajustamento imparidade saldo a receber da Segurança Social	13	119.380
Desreconhecimento de bens que não configuram Activos Fixos Tangíveis	15	(10.740)
Reconhecimento Rédito da operação conjunta com a Alves Ribeiro	16	(1.210.764)
Ajustamento responsabilidades plano pensões	18	(5.100.026)
Ajustamento responsabilidades benefícios saúde	19	33.788
Provisão para a responsabilidade de reparar jazigos de heranças	20	353.333
Anulação da depreciação dos equipamentos da UCC fora de uso	22	(19.064)
Anulação da provisão Med Track	24	118.316
Desreconhecimento acréscimos de proveitos (devoluções)	25	1.879
Desreconhecimento contribuições CGA	26	(205.975)
Desreconhecimento saldo passivo EOEP - encargos sociais docentes externos	27	(19.233)
Desreconhecimento provisão - encargos sociais docentes externos	28	(30.785)
Resultado Líquido - SNC		26.739.531

Alterações à Demonstração dos fluxos de caixa

As alterações à demonstração dos fluxos de caixa decorrentes da adopção do normativo SNC não foram consideradas significativas para divulgação. No entanto, ao serem evidenciados os pagamentos e recebimentos ao Estado, estes são apresentados em linha própria e não nas rubricas apresentadas no ano transacto (pessoal e fornecedores).

Detalhe dos ajustamentos

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças qualitativas identificadas entre o normativo POC e o SNC, as quais podem ser resumidas, como segue:

Ajustamento 1 – Os valores líquidos contabilísticos respeitantes a encargos com marcas e logótipos desenvolvidos pelos Serviços Centrais, o projecto de uma aplicação informática para gestão hospitalar *Medtrak* reconhecido pelo CMRA, plantas arquitectónicas

reconhecidas pela ESSA e os custos suportados com rescisões antecipadas de contratos de arrendamento (os arrendatários retêm o direito de usufruto dos apartamentos durante um dado período de tempo), reconhecidos nos Serviços Centrais, não qualificam como activos intangíveis à luz da NCRF 6 – Activos Intangíveis, pelo que os mesmos foram desreconhecidos à data de transição.

Ajustamento 2 – Tal como referido *supra* a Santa Casa optou pela aplicação da isenção ao registo retrospectivo previsto para os activos tangíveis e propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo. À data de transição os edifícios e terrenos que constituem propriedades de investimento foram mensurados ao justo valor, tornando-se este montante o “custo considerado” dos activos à data da transição. Este ajustamento reflecte a alteração de valor dos bens imobiliários em conformidade com a isenção adoptada.

Ajustamento 3 – À data de transição para o normativo SNC o cadastro de activos tangíveis dos Serviços Centrais, incluía registos referentes a obras de beneficiação em propriedade imobiliária de terceiros que já não se encontra a ser utilizada pelos Serviços Centrais. Uma vez que os Serviços Centrais não conseguem exercer controlo sobre estes activos, os mesmos não configuram como activos fixos tangíveis à luz dos critérios de reconhecimento da NCRF 7, tendo sido desreconhecidos à data de transição.

Ajustamento 4 – Os equipamentos específicos utilizados na actividade, o equipamento informático, o mobiliário e restante equipamento de valor superior a mil euros dos Serviços Centrais, do HOSA e da ESSA foram valorizados pelo método do valor estimado de mercado, tendo sido atribuída uma vida útil remanescente à data de transição consoante a sua antiguidade.

Ajustamento 5 – As viaturas comerciais que integram a frota de suporte à actividade desenvolvida pelos Serviços Centrais, e que se encontravam integralmente depreciadas à data de transição, foram mensuradas ao justo valor, conforme permitido pela NCRF 3, com base nas cotações de mercado a essa data. A estas viaturas foi atribuída uma vida útil remanescente à data de transição consoante o seu estado de conservação.

Ajustamento 6 – As obras de arte detidas pela Santa Casa enquadram-se nos critérios previstos nos normativos internacionais para as entidades sem fins lucrativos, quanto ao não reconhecimento contabilístico de doações de obras de arte que constituam activos de carácter histórico, patrimonial, ou científico. Assim, também os custos de restauro e

manutenção destas obras não são passíveis de registo como activo pelo que na data da transição para o SNC, a SCML procedeu ao desreconhecimento dos valores capitalizados em POC.

Ajustamento 7 – Ajustamento relativo à mensuração das participações de capital, ao justo valor, em entidades sobre as quais a Santa Casa não exerce controlo ou influência significativa por se tratar de entidades cotadas. Reconhecimento de imparidade integral sobre as não cotadas, por não se estimar a obtenção de quaisquer benefícios económicos futuros.

Ajustamento 8 – A Santa Casa participa no capital da Sojogo, entidade gestora dos jogos sociais em Moçambique, exercendo influência significativa sobre as políticas económicas e financeiras desta entidade. Contudo, uma vez que todos os ganhos gerados pela Sojogo destinam-se à distribuição pelos beneficiários legalmente instituídos e não se encontra prevista a constituição de um fundo de reconstituição de capital, o valor da participação na Sojogo foi reduzido a zero, à data da transição, por não se estimar a obtenção de quaisquer benefícios económicos futuros.

Ajustamento 9 – No âmbito do SNC, o “Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Santa Casa 2004” qualifica como uma entidade de finalidade especial (EFE), da qual a SCML possui 100% das unidades de produção, qualificando como uma subsidiária. De acordo com a NCRF 15 as participações em subsidiárias são mensuradas nas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial e sujeitas a consolidação integral nas demonstrações financeiras consolidadas. O ajustamento registado à data da transição resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial uma vez que esta participação estava mensurada ao custo.

Ajustamento 10 – Ajustamento referente aos subsídios ao investimento não reembolsáveis atribuídos aos Serviços Centrais e ao HOSA, os quais, de acordo com os critérios da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo, devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios.

Ajustamento 11 – A Santa Casa possui a propriedade “Herdade do Monte de Cima”, na qual é desenvolvida a exploração silvícola de montados de Sobro e Azinho, que qualificam como activos biológicos. O ajustamento reconhecido à data da transição e períodos subsequentes refere-se à mensuração ao justo valor do Montado de Sobro e Azinho.

Ajustamento 12 – No âmbito do normativo POC, os Serviços Centrais, o HOSA e o CMRA reconheciam os dispêndios com aquisições de material de economato e outros materiais de consumo interno como inventários. De acordo com a NCRF 18 – Inventários, tais dispêndios não qualificam como inventários tendo sido desreconhecidos à data da transição.

Ajustamento 13 – O ajustamento efectuado reflecte a expectativa de recebimento das contribuições efectuadas em excesso a favor da Segurança Social a médio prazo. Tal expectativa traduz-se no ajustamento por imparidade do activo, quanto ao efeito temporal do dinheiro.

Ajustamento 14 – O saldo remanescente referente a aquisições de jarras para oferta foi desreconhecido à data de transição, assim como à data de Balanço do primeiro período comparativo, dado que tais valores não qualificam como diferimentos, além de não se enquadrarem nos critérios de reconhecimento de activos, segundo os princípios do SNC.

Ajustamento 15 – No âmbito do normativo POC, a Santa Casa reconhecia como activos fixos tangíveis os bens de valor superior a 200 euros. De acordo com o normativo SNC e as políticas contabilísticas adoptadas, foram desreconhecidos a 31 de Dezembro de 2009 os bens cujo valor de aquisição era inferior a mil euros e ainda não se encontravam totalmente depreciados à data.

Ajustamento 16 – A Santa Casa acordou uma parceria com a sociedade imobiliária Alves Ribeiro, com vista ao desenvolvimento de um projecto imobiliário de acordo com o qual a SCML cede o terreno e adquire o direito a um terço do rédito obtido com a venda das fracções do edifício construído pela Alves Ribeiro, sendo que a proporção dos custos a suportar encontra-se definida através do Contrato de Associação. No âmbito do POC os valores recebidos pela alienação das fracções, foi reconhecido como adiantamentos sobre vendas. Na transição para o SNC a parceria estabelecida constitui uma operação conjunta, de acordo com a qual os participantes devem reconhecer nas suas demonstrações financeiras a sua quota-parte das transacções realizadas. Assim, na data da transição a Santa Casa procedeu ao registo do rédito das fracções já alienadas bem como o custo da proporção do terreno inerente às alienações.

Ajustamento 17 – O saldo residual referente a dispêndios com a produção de moedas comemorativas dos 500 anos da Santa Casa foram desreconhecidos, na medida em que tais valores não cumprem com os critérios de reconhecimento de activos, conforme a estrutura conceptual do SNC.

Ajustamento 18 – Este ajustamento reflecte os efeitos contabilísticos produzidos pela adopção da NCRF 28 – Benefícios aos Empregados, ao nível do plano de benefícios definidos atribuído pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aos colaboradores da Instituição que se enquadram na legislação específica descrita na nota 21.

Ajustamento 19 – Foi reconhecida à data de transição uma provisão para benefícios atribuídos a colaboradores aposentados ou reformados e colaboradores no activo com doenças crónicas graves e/ou incapacitantes, com base no número de colaboradores em causa, respectivas idades e montante pago em anos anteriores.

Ajustamento 20 – A Santa Casa assume a responsabilidade perpétua enquanto beneficiária de heranças dos seus beneméritos, nomeadamente quanto à manutenção dos jazigos dos defuntos. O ajustamento efectuado resulta do reconhecimento das obrigações assumidas quanto à manutenção de jazigos.

Ajustamento 21 – À data da transição, o HOSA tinha incluído na rubrica de imobilizados em curso, um montante de 616.406 euros relativo ao *software* aplicacional *MedTrak* para a área de Gestão de Doentes, que já havia entrado em funcionamento no final de 2005. O HOSA procedeu à regularização da amortização acumulada à data da transição.

Ajustamento 22 – No âmbito da construção da uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC) o HOSA adquiriu o respectivo equipamento para essa Unidade. Atendendo a que o prazo de abertura foi sendo adiado, foi este equipamento reclassificado para Imobilizado em Curso, revertendo a respectiva depreciação.

Ajustamento 23 – O HOSA tinha uma construção em curso relativo ao “Projecto das Residências de Sant’Ana” na rubrica de Imobilizações em Curso, que foi desreconhecida por não se encontrarem reunidas as condições necessárias, para a prossecução do empreendimento inicialmente previsto.

Ajustamento 24 – O HOSA tinha contabilizada uma provisão para fazer face a eventuais custos a incorrer decorrentes das decisões que viessem a ser tomadas relativamente ao processo de implementação da solução hospitalar *Medtrak*. Parte da amortização

extraordinária no montante de 118.316 €, foi anulada por contrapartida da redução do excesso da referida provisão.

Ajustamento 25 - O CMRA tem reconhecido à data da transição um acréscimo de proveitos para devoluções de produtos farmacêuticos que ultrapassaram prazos de validade, com reduzida probabilidade de regularização, tendo procedido ao seu desreconhecimento à data de transição, assim como à data de balanço do primeiro período comparativo em normativo SNC.

Ajustamento 26 – O CMRA tem evidenciado nas demonstrações financeiras à data da transição uma responsabilidade a pagar ao Estado por conta de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (“CGA”) em excesso, tendo procedido à respectiva correcção à data da transição.

Ajustamento 27 – A ESSA procedeu à anulação do saldo a pagar reconhecido na rubrica de “Estado e outros entes públicos” relativo a remunerações pagas a formadores externos, por este saldo não ser exigível.

Ajustamento 28 – A ESSA procedeu à anulação da provisão para a contingência fiscal sobre remunerações pagas a formadores externos, por esta ter prescrito e não constituir um passivo à luz da NCRF 21 – Provisões, passivos e activos contingentes.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Santa Casa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da SCML e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” para todos os outros saldos e transacções, reconhecidos na demonstração dos resultados.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2010	2009
USD	1,3362	1,4406
CHF	1,2504	1,4836
GBP	0,8608	0,8881

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” determinado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com financiamentos obtidos para a

construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

A Santa Casa apenas capitaliza activos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 1.000 euros, excepto quanto aos activos que tenham a mesma natureza, sejam adquiridos de forma agregada e excedam esse montante.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 18 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 15 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 1 a 8 anos
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	Entre 1 a 33 anos
Outras activos tangíveis	Entre 3 a 20 anos

As vidas úteis dos activos tangíveis são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (nota 3.5).

São efectuados testes de imparidade com periodicidade anual para os activos tangíveis com vida útil indefinida (ex: obras de arte) independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Na data da transição para o SNC as propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor, correspondendo ao seu "custo considerado".

Os gastos incorridos (manutenções e reparações não capitalizáveis, seguros e outros) e rendimentos obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros gastos e perdas" e "Outros rendimentos e ganhos" respectivamente.

As propriedades de investimento são depreciadas em quotas constantes durante o período de vida útil expectável. As taxas de depreciação são as seguintes:

Anos	
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos

As vidas úteis das propriedades de investimento são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões

de consumo dos benefícios gerados pelos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

3.4. Activos Intangíveis

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e corresponde ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para a Santa Casa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os activos detidos pela SCML que se enquadram nestas definições correspondem aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e à actividade.

Os activos intangíveis são valorizados, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os activos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Anos	
Programas de computador	Entre 3 a 7 anos

A Santa Casa determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo, os quais são revistos quanto à sua razoabilidade anualmente.

3.5. Imparidade de activos não financeiros

A Santa Casa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Santa Casa regista a respectiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente.

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Santa Casa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício.

A Santa Casa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a SCML reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Activos biológicos

Os activos biológicos da Santa Casa correspondem aos Montados de Sobro e Azinho, e ainda o Olival Velho Tradicional da “Herdade do Monte de Cima” situada em Évora Monte, concelho de Estremoz, distrito de Évora.

Os Montados de Sobro e Azinho são explorados para a extracção de cortiça e colheita de bolota, para venda a grossistas de cortiça e alimentação de suínos.

O Olival Velho Tradicional é explorado para a venda de oliveiras como árvores ornamentais.

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita/ apanha.

Na determinação do justo valor do Montado de Sobro (produção de cortiça) foi utilizado o método do valor fundiário, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação, nomeadamente, o rendimento obtido, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção. Ao valor fundiário do montado foi adicionado o valor da cortiça criada, com base no rendimento obtido, taxa de capitalização e número de anos remanescentes para a extracção.

Na determinação do justo valor do Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto) foi utilizado o método da perpetuidade, tendo em conta a capacidade de encabeçamento de gado suíno do Montado de Azinho e Sobro e valor de contratos de engorda, mediante uma taxa de actualização.

Na determinação do justo valor do Olival Velho Tradicional foi apurado o número de oliveiras com interesse comercial, multiplicado pelo valor médio líquido por oliveira com fins ornamentais em 2010.

As alterações ao justo valor são reconhecidas da demonstração dos resultados na rubrica "Aumentos/ reduções de justo valor".

A Santa Casa classifica os activos biológicos consumíveis (bolota) como activos biológicos correntes, e os activos biológicos de produção (sobreiros e azinheiras) como não correntes, excepto se estiverem classificados como detidos para venda.

3.8. Compensação de saldos

A compensação de activos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efectuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de efectuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o activo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

3.9. Inventários

Os inventários compreendem:

i) Artigos comercializáveis de merchandising para venda ao público (canecas, blocos, cadernos, colares, malas, etc), essencialmente no Espaço Santa Casa na Rua do Carmo, e no Museu de S. Roque;

ii) Géneros alimentares, produtos de limpeza e higiene, assim como outros materiais de consumo para utilização nos equipamentos sociais (lares, creches e outros) do Departamento de Acção Social e Saúde;

iii) Artigos relacionados com a prestação dos serviços hospitalares e de reabilitação, acções de internamento, consultas e actos terapêuticos, tais como medicação para administrar a doentes, próteses ortopédicas, materiais clínicos, entre outros.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade quando, à data de relato financeiro, as mercadorias que possuam um prazo de validade ou, de acordo com as estimativas de venda, não sejam comercializados antes de atingirem esse prazo.

3.10. Clientes / Utentes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes/ Utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicáveis).

As perdas de imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente clientes/utentes e alunos, são constituídos tendo em conta critérios de avaliação dos riscos efectivos de cobrança, identificados no final de cada exercício.

As perdas por imparidade dos Clientes/ utentes e das Outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que os valores a receber de terceiros se encontram em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.12. Passivos financeiros

A classificação dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

3.14. Benefícios aos empregados

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida, e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição. Assegura, ainda, complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde a alguns colaboradores cujo rendimento *per capita* dos respectivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida

A Santa Casa assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de reformas, desde a data do direito à reforma até ao momento da passagem efectiva à reforma, dos colaboradores. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do colaborador até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na nota 21, o fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

- Plano de Pensões dos Serviços Centrais

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80 de 24 de Julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis à Santa Casa):

- Decreto-Lei n.º 247/80 – abrange o pessoal que ficou abrangido desde 31 de Julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do art.º 2º), pessoal que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (art.º 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a SCML um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem actualização (n.ºs 1 e 2 do art.º 6º);
- Decreto-Lei n.º 94/2000 – os colaboradores da Santa Casa que, até 31 de Dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no art.º 1º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:
 - 1) Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
 - 2) Quotização à CGA (10% do salário)

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do

referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após Julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez – pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade – em caso de morte de colaborador activo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;
- Pensão de sobrevivência diferida - em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos de sobrevivência a pensão a atribuir pela CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da SCML será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por actuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de "*rating*" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

➤ Complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde

De acordo com o regulamento de pessoal, todos colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento *per capita* dos respectivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida, são beneficiários de complemento de pensão.

São atribuídas comparticipações de encargos com saúde aos colaboradores referidos no parágrafo anterior e aos colaboradores no activo com doença crónica grave e/ou incapacitante.

Foi reconhecida à data de transição uma provisão, com base no número de colaboradores em causa, respectivas idades e montante pago em anos anteriores.

➤ Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. A Santa Casa reconhece esta provisão quando estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamento.

Provisão para conservação e manutenção de jazigos

A Santa Casa tem uma responsabilidade perpétua quanto à manutenção e conservação de jazigos, no âmbito de processos de herança de beneméritos da SCML. A Santa Casa regista uma provisão por conta dos custos a suportar tendo por base o custo médio de conservação por jazigo, e em função do número total de jazigos sob a sua responsabilidade.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A Santa Casa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparáveis pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido independentemente do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados no resultado do exercício.

3.17. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas às quais a Santa Casa recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O Rédito da Santa Casa é determinado pela venda de produtos e prestação de serviços no âmbito das actividades desenvolvidas. As naturezas mais significativas são as seguintes:

- i) Receitas da comercialização de artigos de *merchandising* Santa Casa no Espaço Santa Casa e Museu de S. Roque, sendo estas as principais localizações. O Rédito é reconhecido no momento de venda dos artigos ao cliente final, em conformidade com os critérios de reconhecimento de Rédito por venda de bens contemplados na NCRF 18 – Rédito;
- ii) Comparticipações de utentes quanto a serviços e equipamentos sociais:
 - a) Creche;
 - b) Creche familiar;
 - c) Jardim-de-infância;
 - d) Actividades de tempos livres sem alimentação;
 - e) Actividades de tempos livres com alimentação;
 - f) Lar de crianças e jovens;
 - g) Convívio de idosos;
 - h) Centro de dia;
 - i) Lar de idosos;
 - j) Apoio domiciliário;
 - k) Ludoteca;

- l) Residência orientadora;
- m) Residência assistida;
- n) Apartamentos de apoio à vítima; e
- o) Outras actividades que possam vir a ser definidas pela Mesa da Santa Casa.

O Rédito de comparticipações de utentes é reconhecido mensalmente em função dos serviços prestados;

- iii) Comparticipações de utentes quanto a serviços de saúde, prestados por unidades de saúde de proximidade;
- iv) Venda de artigos ortoprotésicos efectuada aos utentes, No caso da venda de material terapêutico, sendo o rédito é reconhecido após a entrega do material ao utente, ou seja com a transferência dos riscos e benefícios inerentes à sua propriedade;
- v) Prestação de serviços de saúde, cujo rédito é reconhecido no acto médico quando se trata de serviços prestados pelo HOSA e especializado mensalmente quando prestados pelo CMRA, nomeadamente:
 - a) Internamentos: os serviços prestados pelo HOSA e pelo CMRA compreendem os actos cirúrgicos e os períodos de internamento associados. No caso da facturação por GDH (grupos de diagnóstico homogéneo) a facturação é especializada mensalmente e só facturada após a codificação dos processos clínicos;
 - b) Consultas externas: serviços de consulta externa nas várias áreas de especialidade tais como: Ortopedia/ traumatologia, Anestesiologia, Cirurgia plástica reconstrutiva e estética, Clínica geral, Fisioterapia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Reumatologia, prestadas a utentes do SNS e outros subsistemas de saúde. Contempla ainda consultas de medicina física e reabilitação especializada, consultadorias e intervenção em reabilitação;
 - c) Meios complementares de diagnóstico: exames complementares de diagnóstico nas áreas da radiologia, imagiologia e análises, ginásios e laboratórios;

- d) Actos terapêuticos: serviços de saúde nas vertentes da medicina física e reabilitação, fisioterapia, terapia da fala e ocupacional, actos de enfermagem, gessos, entre outros.

- vi) Matrículas dos alunos da ESSA, inscrições nas licenciaturas, pós-graduações, *workshops*, pagamento de propinas e candidaturas.

3.20. Outros rendimentos

- i) Prémios caducados

Os Serviços Centrais reconhecem rendimentos associados à caducidade dos prémios de Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, à data em que se vence o direito à reclamação dos prémios, ou seja, 3 meses após a data do sorteio/ extracção.

Os prémios caducados reconhecidos pelos Serviços Centrais correspondem aos prémios caducados do jogo Euromilhões (conforme o art.º 10º do Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de Agosto), e ainda aos prémios caducados de jogos de Lotaria Clássica e Popular (conforme o art.º 20º da Portaria n.º 551/2001, de 31 de Maio e art.º 22º da Portaria n.º 1016/2010, de 4 de Outubro).

- ii) Resultados dos jogos sociais

Como beneficiários directos dos resultados gerados pelos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, os Serviços Centrais e o CMRA reconhecem como Outros rendimentos o valor dos resultados comunicados e pagos mensalmente pelo Departamento de Jogos.

3.21. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método directo.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de "Financiamento obtido - corrente".

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em actividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes/utentes, inquilinos, alunos, jogos sociais e comparticipações, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de impostos indirectos líquidos e subsídios.

Os fluxos de caixa incluídos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de activos tangíveis, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações, juros e despesas relacionadas.

3.22. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a Santa Casa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

i) Provisões

A Santa Casa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Santa Casa suporta o seu julgamentos com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (nota 20).

ii) Pressupostos actuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de actualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os activos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos actuariais terão impacto no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (nota 21).

iii) Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os activos no âmbito da actividade (nota 6 e nota 8).

3.24. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afectem o valor dos activos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Santa Casa não possui qualquer saldo em Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4. 2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2010	2009
Caixa	31.999	50.142
Descobertos bancários	-	-
Depósitos bancários	214.030.099	196.459.242
Caixa e equivalentes de caixa	214.062.098	196.509.385

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 é como segue:

	2010	2009
Numerário		
- Caixa	31 999	50.142
	31.999	50.142
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	2.534.933	3.394.186
- Depósitos a prazo	32.438.000	33.788.600
- Outros Activos Financeiros	179.057.165	159.276.456
	214.030.099	196.459.242
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	214.062.098	196.509.385
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	214.062.098	196.509.385

Em outros activos financeiros encontram-se evidenciadas as aplicações de tesouraria com maturidade entre 90 dias e um ano, com uma rendibilidade média de 4,87% em 2010 (2009: 2,28%).

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas contabilísticas de relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas pela Santa Casa, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

A Santa Casa não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no exercício ou em exercícios futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não foi identificado em 2010 qualquer erro relativo a exercícios anteriores passível de correcção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

6 Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2009									
Custo de aquisição	29.304.102	131.278.009	13.130.356	2.318.939	17.741.367	200.853	4.087.484	16.034.286	214.095.395
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(34.535.551)	(7.302.026)	(1.659.124)	(12.463.884)	-	(1.410.734)	-	(57.371.319)
Valor líquido	29.304.102	96.742.459	5.828.330	659.814	5.277.483	200.853	2.676.749	16.034.286	156.724.076
31 de Dezembro de 2009									
									-
Adições	-	10.568.218	1.639.027	179.856	2.679.018	30.998	446.878	(3.332.540)	12.211.455
Alienações	-	-	(24.740)	-	(168.238)	-	-	-	(192.978)
Transferências e abates	-	3.077.675	(183.359)	(273.137)	(2.672.873)	-	196.846	(8.601.649)	(8.456.496)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(3.846.515)	(1.366.968)	(229.416)	(2.115.603)	-	(477.251)	-	(8.035.752)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	28.707	338.687	273.137	2.830.202	-	126.047	-	3.596.779
Valor líquido	29.304.102	106.570.544	6.230.976	610.255	5.829.990	231.851	2.969.269	4.100.098	155.847.084
31 de Dezembro de 2009									
Custo de aquisição	29.304.102	144.923.902	14.561.283	2.225.658	17.579.275	231.851	4.731.208	4.100.098	217.657.375
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(38.353.358)	(8.330.307)	(1.615.403)	(11.749.285)	-	(1.761.938)	-	(61.810.292)
Valor líquido	29.304.102	106.570.544	6.230.976	610.255	5.829.990	231.851	2.969.269	4.100.098	155.847.084

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2010									
									-
Custo de aquisição	29.304.102	144.923.902	14.561.283	2.225.658	17.579.275	231.851	4.731.208	4.100.098	217.657.375
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(38.353.358)	(8.330.307)	(1.615.403)	(11.749.285)	-	(1.761.938)	-	(61.810.292)
Valor líquido	29.304.102	106.570.544	6.230.976	610.255	5.829.990	231.851	2.969.269	4.100.098	155.847.084
31 de Dezembro de 2010									
Adições	-	579.586	1.215.137	269.435	1.103.249	60.385	291.861	3.582.423	7.102.077
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	1.890.228	(1.050.507)	(548.245)	(4.776.093)	-	(514.269)	(3.610.150)	(8.609.037)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(4.258.968)	(1.519.856)	(236.381)	(1.912.370)	-	(541.554)	-	(8.469.130)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	1.608	1.809.833	547.174	4.985.246	-	542.641	-	7.886.502
Valor líquido	29.304.102	104.782.997	6.685.583	642.238	5.230.022	292.236	2.747.948	4.072.370	153.757.495
31 de Dezembro de 2010									
Custo de aquisição	29.304.102	147.393.716	14.725.913	1.946.848	13.906.430	292.236	4.508.800	4.072.370	216.150.415
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(42.610.719)	(8.040.330)	(1.304.610)	(8.676.409)	-	(1.760.852)	-	(62.392.920)
Valor líquido	29.304.102	104.782.997	6.685.583	642.238	5.230.022	292.236	2.747.948	4.072.370	153.757.495

As transferências de Activos em curso para Activos fixos tangíveis ocorridas em 2010 referem-se essencialmente a obras em edifícios afectos à actividade e equipamento diverso.

Os activos em curso correspondem, essencialmente, a obras de reabilitação e beneficiação de edifícios afectos à actividade. As aquisições concretizadas referem-se, sobretudo, a equipamento básico e administrativo.

As depreciações dos Activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Os valores contabilizados na rubrica de “Obras de arte” correspondem aos valores pagos pela Santa Casa com aquisições voluntárias de obras de arte, as quais não são depreciadas, sendo testadas por imparidade com periodicidade anual.

7 Propriedades de Investimento

Durante os exercícios apresentados a rubrica de propriedades de investimento registou a seguinte evolução, por natureza de activo:

	2010			2009		
	Terrenos	Edifícios	Imob em curso	Terrenos	Edifícios	Imob em curso
A 1 de Janeiro						
Valor bruto	26.231.281	69.731.578	1.508.287	24.584.456	61.804.327	1.739.758
Depreciações acumuladas	-	(15.854.626)	-	-	(14.509.025)	-
Valor líquido	26.231.281	53.876.952	1.508.287	24.584.456	47.295.302	1.739.758
Transferências		179.371	(221.478)		2.235.599	(582.363)
Aquisições	7.159	256.618	1.689.411	1.406.753	4.842.804	350.891
Doações	242.124	379.984		298.478	848.847	
Alienações	(144.589)	(12.211)		(58.406)		
Depreciações	-	(1.483.214)		-	(1.316.987)	
Depreciação - alienações		142				
Depreciação- transf. e abates		28.613			(28.613)	
Imparidade	-	-		-		
	26.335.975	53.226.256	2.976.219	26.231.281	53.876.952	1.508.287
A 31 de Dezembro						
Valor bruto	26.335.975	70.535.341	2.976.219	26.231.281	69.731.578	1.508.287
Depreciações acumuladas	-	(17.309.085)	-	-	(15.854.626)	-
Valor líquido	26.335.975	53.226.256	2.976.219	26.231.281	53.876.952	1.508.287

As propriedades de investimento correspondem a edifícios e terrenos que estão a ser rentabilizados através de contratos de arrendamento com inquilinos da Santa Casa.

A avaliação destas propriedades de investimento foi efectuada de acordo com o valor da matriz predial registada nas Finanças. A metodologia utilizada para calcular o justo valor consistiu em considerar justo valor o montante da matriz predial das Finanças à data da transição, caso este fosse superior ao valor líquido contabilizado.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2010			2009		
	Terrenos	Edifícios	Imob em curso	Terrenos	Edifícios	Imob em curso
Saldo Inicial	26.231.281	69.731.578	1.508.287	24.584.456	61.804.327	1.739.758
Adições						
- Aquisições	85.659	256.618	1.689.411	1.406.753	4.842.804	350.891
- Doações	242.124	379.984		298.478	848.847	
- Transferência de propriedades em construção		179.371	(221.478)	-	2.235.599	(582.363)
- Concentrações de actividades empresariais	-	-		-		
Transferências						
- De/(Para) Inventários	-	-		-	-	
- De/(Para) Propriedade de uso próprio	-	-		-	-	
Reduções						
- Abates	-	-		-	-	
- Alienações	(223.089)	(12.211)		(58.406)	-	
Outras Alterações	-	-				
Saldo Final	26.335.975	70.535.341	2.976.219	26.231.281	69.731.578	1.508.287

Do total de adições ocorrido no exercício, cerca de 1.946.029 euros correspondem, essencialmente, a obras estruturais de conservação.

O justo valor das propriedades de investimento a 31 de Dezembro de 2010 é de 96.608.414 euros, tendo sido apurado a partir dos seguintes métodos, consoante a natureza e/ou situação das propriedades:

- i) Método do rendimento, aplicado aos imóveis/fracções arrendadas ou que podem ser objecto de arrendamento, tendo por base uma taxa de capitalização de 5,5%, embora para situações de rendas mais actuais e para comércio/ serviços, tenham sido consideradas taxas da ordem dos 7 e 8%;

- ii) Rendimento fundiário, aplicado aos prédios rústicos de acordo com o tipo de culturas praticadas na região em que o mesmo se insere e utilizadas taxas de actualização na ordem dos 4 a 5%.

8 Activos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a programas informáticos adquiridos para suporte às actividades operacionais e administrativas da Santa Casa. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue, tendo sido o saldo inicial reclassificado a partir de equipamento informático:

	2010	2009
A 1 de Janeiro de		
Custo de aquisição	2.004.310	1.978.620
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
Amortizações acumuladas	(1.017.588)	(772.671)
Valor líquido	986.721	1.205.948
Adições	617.209	25.690
Alienações	-	-
Transferências e abates	27.534	-
Imparidade do exercício	-	-
Depreciação - exercício	(404.070)	(244.917)
Depreciação - alienações	-	-
Valor líquido	1.227.394	986.721
31 de Dezembro de		
Custo de aquisição	2.649.052	2.004.310
Imparidade acumulada	-	-
Amortizações acumuladas	(1.421.659)	(1.017.588)
Valor líquido	1.227.394	986.721

9 Activos biológicos

A 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os activos biológicos registados referem-se às seguintes naturezas:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ao justo valor						
Montado de Sobro (produção de cortiça)		776.136	776.136		741.891	741.891
Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	3.936		3.936	3.936		3.936
Olival Velho Tradicional		26.310	26.310		26.310	26.310
	3.936	802.446	806.382	3.936	768.201	772.137

As medidas de quantificação física dos activos biológicos, utilizadas a 31 de Dezembro de 2010, divididos por tipologia, assim como as estimativas não financeiras efectuadas encontram-se descritas na tabela abaixo:

Activo biológico/ produto agrícola	Medidas de quantificação	Factores de cálculo
Montado de Sobro (produção de cortiça)	Método do valor fundiário e apuramento da cortiça criada	Rendimento obtido, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção, taxa de capitalização e anos remanescentes para a extracção.
Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	Método dos fluxos de caixa descontados (perpetuidade)	Capacidade de encabeçamento de gado suíno do Montado e taxa de capitalização
Olival Velho Tradicional	Múltiplo das oliveiras com interesse comercial pelo valor médio líquido por oliveira	N/A

A variação ocorrida no valor dos activos biológicos, para os exercícios apresentados, é como segue:

	2010			2009		
	Montado de Sobro (produção de cortiça)	Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	Olival Velho Tradicional	Montado de Sobro (produção de cortiça)	Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	Olival Velho Tradicional
Saldo inicial	741.891	3.936	26.310	906.163	4.472	26.310
Adições - Aquisições						
Reduções - Extracções						
Variações do justo valor	34.244	-	-	(164.272)	(537)	-
Saldo final	776.136	3.936	26.310	741.891	3.936	26.310

Variações do justo valor

As principais variações do justo valor do exercício de 2010 correspondem a (34.244) euros (2009: 164.808 euros).

10 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004” encontra-se mensurado através do Método de Equivalência Patrimonial.

Apesar da Santa Casa exercer influência significativa sobre a Sojogo, a participação está registada por valor zero, dada a obrigatoriedade de distribuição dos ganhos gerados pela Sojogo pelos beneficiários, dos quais a SCML não faz parte (nota 2.4).

A Santa Casa detêm 100% das unidades de participação do Fundo Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004” (10.000.000 unidades de participação), investimento este que é identificado como uma entidade de finalidade especial (nota 2.4). Uma vez que a SCML controla esta entidade de finalidade especial, a mesma deverá ser contabilizada como uma subsidiária da Santa Casa, através do método de equivalência patrimonial, nas suas contas individuais.

O valor reconhecido não está de acordo com o justo valor comunicado na CMVM visto que as políticas contabilísticas praticadas pelo Fundo são diferentes das praticadas na Santa Casa.

Assim, ao valor líquido do capital próprio do fundo foram desconsideradas as variações de justo valor ocorridas e acrescidas como perdas, as depreciações.

As variações ocorridas pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

Fundo Imobiliário "Santa Casa 2004"	
1 de Janeiro de 2009	59.304.885
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	(2.277.267)
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
31 de Dezembro de 2009	57.027.618
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	(2.798.886)
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
31 de Dezembro de 2010	54.228.732

Os activos e passivos a 31 de Dezembro de 2010, e os rendimentos e gastos gerados desde a data de aquisição, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais do "Fundo Imobiliário Santa Casa 2004", são como segue:

	2010	2009
	Fundo Imobiliário "Santa Casa 2004"	Fundo Imobiliário "Santa Casa 2004"
Activos		
Não correntes	60.081.841	59.274.390
Correntes	5.804.402	3.064.032
	65.886.243	62.338.422
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	10.438.841	2.978.754
	10.438.841	2.978.754
Capital Próprio	55.447.402	59.359.668
	65.886.243	62.338.422
Actividade no ano		
Rendimentos	3.394.469	5.802.037
Gastos	(7.306.735)	(1.741.417)
Resultado líquido	(3.912.266)	4.060.620
% participação detida	100%	100%
	(3.912.266)	4.060.620

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas demonstrações financeiras do Fundo Imobiliário "Santa Casa 2004" de 31 de Dezembro de 2009 e 2010, corrigidas à luz das políticas contabilísticas adoptadas na Santa Casa, conforme descrito anteriormente.

A carteira de imóveis detidos à data de 31 de Dezembro de 2010 apresenta o valor de 58.496.051 euros (2009: 59.274.390 euros). O valor considerado nas contas da Santa Casa, por efeito do ajustamento das políticas contabilísticas, em 31 de Dezembro de 2010 foi de 57.277.382 euros (2009: 56.942.340 euros).

11 Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital de natureza diversa, como segue:

Método de mensuração		2010	2009
Ao justo valor			
Acções nacionais cotadas	i)	206.818	301.501
Acções internacionais cotadas	ii)	15.918	9.771
Unidades de Participação Nacionais	iii)	246.054	9.095
Unidades de Participação Internacionais	iii)	269.848	241.927
Títulos de Participação Nacionais	iv)	241.968	241.968
Títulos de dívida pública perpétua		66	87
Ao custo			
Acções nacionais e internacionais não cotadas		198.527	156.261
Empréstimos concedidos		1.247	1.247
Outros	v)	43.555	38.969
Total		1.224.001	1.000.826

- i) Acções cotadas no índice bolsista PSI, as quais encontram-se valorizadas ao valor de mercado;
- ii) Acções estrangeiras cotadas nos respectivos países, valorizadas ao valor de mercado;
- iii) Subscrição de obrigações emitidas por entidades nacionais e internacionais, encontrando-se valorizadas ao justo valor;
- iv) Participações de capital em empresas nacionais e internacionais que não se encontram cotadas, encontrando-se valorizadas ao justo valor;
- v) Títulos emitidos por entidades nacionais com a natureza de fundos de tesouraria, encontrando-se valorizados ao custo histórico.

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	Mensuração justo valor	Mensuração custos	Total
1 de Janeiro de 2009	612.791	200.819	813.611
Aquisições	-	-	-
Ajustamento de justo valor	191.558	-	191.558
Perdas por imparidade	-	102.176	102.176
Alienações/Liquidações	-	(106.518)	(106.518)
31 de Dezembro de 2009	804.349	196.477	1.000.826
1 de Janeiro de 2010	804.349	196.477	1.000.826
Aquisições	240.426	400	240.825
Ajustamento de justo valor	(17.250)	-	(17.250)
Perdas por imparidade	-	(400)	(400)
Alienações/Liquidações	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	1.027.525	196.477	1.224.001

12 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	2010	2009
Mercadorias	150.215	150.561
Outros artigos	72.765	92.891
Artigos papel	43.426	19.664
Artigos casa	21.371	24.748
Artigos moda	5.568	5.792
Livros e publicações	7.085	7.466
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	864.826	877.503
Produtos farmacêuticos	118.689	128.273
Material consumo clínico	311.387	284.259
Produtos dietéticos	14.145	20.169
Prod. Farm/Farmácia	85.852	92.929
Aparelhos ortopédicos e outros	220.795	233.305
Limpeza higiene e conforto	108.378	111.413
Louças, talheres e utensílios de cozinha	474	505
Géneros alimentares	1.640	1.958
Outros	3.465	4.692
Imparidade de inventários	(104.622)	(40.000)
Total inventários	910.418	988.064

A variação negativa verificada em inventários, de 2009 para 2010, decorre, sobretudo, nos produtos farmacêuticos, materiais de consumo clínico e material ortopédico.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2010, como gasto e incluído na rubrica “custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 5.310.654 euros (em 2009: 5.625.808 euros).

Registaram-se imparidades de inventários no valor de 104.622 euros (2009: 40.000 euros), tendo a variação ocorrido por força da identificação de materiais de ortoprotesia, no CMRA, com reduzida rotatividade, no montante de 64.622 euros. Este valor foi reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de inventários”.

	2010	2009
A 1 de Janeiro	40.000	40.000
Aumentos	64.622	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	104.622	40.000

13 Clientes / Utentes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a decomposição da rubrica de Clientes/Utentes, é como se segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes de Acção Social	185.996	-	185.996	272.343	-	272.343
Inquilinos	1.194.466	-	1.194.466	1.201.628	-	1.201.628
Clientes saúde c/c	i) 53.297.547	-	53.297.547	47.415.244	-	47.415.244
Clientes de estabelecimento de ensino	39.246	-	39.246	23.840	-	23.840
Outros clientes	5.091	-	5.091	18.658	-	18.658
Clientes cobrança duvidosa	ii) 4.399.721	-	4.399.721	4.377.382	-	4.377.382
	59.122.066	-	59.122.066	53.309.095	-	53.309.095
Imparidade de clientes da Acção Social	(49.791)	-	(49.791)	-	-	-
Imparidade de inquilinos	(358.633)	-	(358.633)	(397.885)	-	(397.885)
Imparidade de clientes saúde	(48.581.892)	-	(48.581.892)	(43.919.586)	-	(43.919.586)
Imparidade de clientes de estabelecimento de ensino	(93.566)	-	(93.566)	(61.402)	-	(61.402)
	(49.083.883)	-	(49.083.883)	(44.378.873)	-	(44.378.873)
Total Clientes/ Utentes	10.038.183	-	10.038.183	8.930.222	-	8.930.222

- i) Clientes saúde c/c – Relativo aos serviços e cuidados de saúde prestados no âmbito do internamento, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica;
- ii) Clientes saúde cobrança duvidosa – Relativo aos serviços e cuidados de saúde prestados/ facturados e cujo prazo de vencimento das facturas, já foi há muito ultrapassado.

Imparidade de Clientes

A variação mais significativa ocorrida em 2010 reflecte a redução no ajustamento constituído para a ARSLVT de 7.468.011 euros (2009: 6.627.014 euros) e os acordos estabelecidos para cobrança de dívidas com a ARS Alentejo, Centro Hospitalar Lisboa Ocidental e Centro Hospitalar Lisboa Central.

	2010	2009
A 1 de Janeiro	44.378.873	36.106.802
Aumentos	6.121.847	8.837.312
Utilizações	(1.413.565)	-
Reduções	(3.272)	(565.241)
A 31 de Dezembro	49.083.883	44.378.873

14 Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os saldos de Estado e outros entes públicos são os seguintes:

	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS	-	952.343	-	886.781
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	710.982	608.101	1.133.650	505.074
Contribuições p/ segurança social	-	1.707.926	-	1.688.403
Contribuições p/ caixa geral aposentações	-	-	-	2.133
Outros impostos	-	5.361	-	32.968
	710.982	3.273.731	1.133.650	3.115.359

Os saldos devedores de IVA referem-se a pedidos de reembolso efectuados.

15 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fundo imobiliário "Santa Casa 2004"	i)	-	-	-	398.000	-	398.000
Outros devedores							
Entidades relacionadas	ii)	1.923.045	-	1.923.045	6.402.462	-	6.402.462
Financiamentos Externos	iii)	733.273	-	733.273	3.310.378	-	3.310.378
Distribuição resultados Jogos Sociais	iv)	22.343.523	-	22.343.523	24.051.220	-	24.051.220
Adiantamentos CTT - Subsídios	v)	2.139.725	-	2.139.725	1.795.254	-	1.795.254
Outros		3.998.028	-	3.998.028	2.195.434	-	2.195.434
Pessoal	vi)	106.904	-	106.904	97.583	-	97.583
CRSSLVT	vii)	3.582.049	-	3.582.049	3.458.401	-	3.458.401
Devedores por acréscimos de rendimentos	viii)	2.578.107	-	2.578.107	1.533.961	-	1.533.961
Imparidade de outros devedores		(148.583)	-	(148.583)	(69.892)	-	(69.892)
				-			
Outras contas a receber		37.256.071	-	37.256.071	43.172.801	-	43.172.801

i) Fundo imobiliário "Santa Casa 2004": Saldo referente a valores a receber com a alienação de um dos edifícios do Fundo Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004", cuja escritura encontrava-se pendente à data de Balanço de 2009, tendo se concretizado em 2010;

ii) Entidades relacionadas: saldos resultantes das transacções operacionais entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos (nota 35);

iii) Financiamentos Externos: Valores a receber no âmbito de candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e ao acordo de cooperação celebrado entre o IEFP (entidade que atribui subsídios à formação) e a Santa Casa. A variação deve-se maioritariamente à liquidação no ano de 2010 de saldos referentes ao próprio ano e a anos anteriores;

iv) Adiantamentos DJ: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados do Departamento de Jogos, a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março e, no caso do CMRA, correspondente às receitas dos resultados de exploração do Totobola (3,5%), Totoloto e

Loto 2 (6,26%), com base no previsto na alínea a) do art.º 6.º do Decreto-lei n.º 274/91. Variação deve-se maioritariamente a à redução dos resultados do Departamento de Jogos;

v) Adiantamentos CTT: Valores em aberto relativos a adiantamentos efectuados sobre a emissão de vales para pagamento de subsídios. A variação deve-se à resposta da Instituição às necessidades da população na actual conjuntura económica;

vi) Pessoal: O valor global das dívidas activas e passivas, respeitantes à Santa Casa;

vii) CRSSLVT: contribuições efectuadas em excesso a favor da Segurança Social. Esta dívida está a ser actualizada a uma taxa de 3,58%, uma vez que se considera que o recebimento ocorrerá a médio prazo;

viii) Devedores por acréscimos de rendimentos:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Juros a receber	1.663.002	-	1.663.002	770.162	-	770.162
Outros rendimentos	915.105	-	915.105	763.799	-	763.799
	2.578.107	-	2.578.107	1.533.961	-	1.533.961

i) Juros a receber: saldo referente à especialização de rendimentos de aplicações de tesouraria de curto-prazo;

ii) Outros rendimentos: contempla diversas especializações de cuidados de saúde prestados, assim como a facturação de Dezembro que apenas é integrada no mês de Janeiro e à especialização das condições de desconto (ex: rappel) associadas a contratos de fornecimento de produtos/serviços.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

16 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a Santa Casa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2010	2009
Publicações	-	4.919
Rendas e Outros Serviços	63.136	243.072
Outros	3.840	3.479
Gastos a reconhecer	66.976	251.470
Outros rendimentos	395.917	159.777
Rendimentos a reconhecer	395.917	159.777

Em gastos a reconhecer encontra-se registada a especialização de rendas de espaços arrendados pelos Serviços Centrais referentes, usualmente a Janeiro de n+1. A variação, face ao ano transacto, deve-se ao reconhecimento em 2009 da especialização de encargos com licenças informáticas no âmbito de um *Enterprise Agreement.*, não aplicável em 2010;

Em rendimentos a reconhecer encontra-se registada a especialização de rendas de propriedades de investimento, processadas em Dezembro de 2010 mas referentes a Janeiro de 2011 e matrículas e inscrições recebidas na ESSA relativas ao ano lectivo.

17 Fundo Social

A Santa Casa não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo Social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

18 Resultados transitados

O impacto positivo em Resultados Transitados no exercício de 2009 resulta dos ajustamentos de transição para o SNC, tal como se encontram referenciados na nota 2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF.

Adicionalmente, e porque a Santa Casa optou pela mensuração dos activos tangíveis e propriedades de investimento pelo modelo do custo, os montantes reconhecidos no âmbito do POC em “Reservas de reavaliação” foram directamente transferidos para Resultados

transitados, por não qualificarem para divulgação separada no Capital próprio como “Excedentes de revalorização”.

Os restantes movimentos registados nos exercícios apresentados resultaram da aplicação de resultados dos seguintes períodos:

2009:

- 29.383.868 euros: aplicação do resultado líquido do exercício de 2008, conforme deliberação da Mesa da Santa Casa de 31 de Março de 2009.

2010:

- 34.925.448 euros: pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2009, conforme deliberação da Mesa da Santa Casa de 30 de Março de 2010;

19 Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	Doações	Subsídios	Total
1 de Janeiro de 2009	5.765.006	29.765	5.794.771
Primeira adopção do novo referencial contabilístico	-	2.777.674	2.777.674
Adições/ Reforços	1.183.192	102.450	1.285.642
Regularização por resultados	(56.437)	(495.062)	(551.499)
Outras regularizações	(137.040)	-	(137.040)
Transferências	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	6.754.721	2.414.827	9.169.549
Adições/ Reforços	841.692	-	841.692
Regularização por resultados	-	(220.486)	(220.486)
Outras regularizações	(46)	-	(46)
Transferências	(443.563)	-	(443.563)
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	7.152.803	2.194.341	9.347.144

Doações

O saldo de “Doações” respeita à integração em património da Santa Casa, respeitante a bens doados pelos beneméritos da Santa Casa, reflectindo o valor de avaliação que lhes é atribuído.

O movimento de “Adições/ Reforços” está associado à integração de novos bens doados durante o exercício, sendo que as principais doações foram:

	2010
Doação de Delmira Maçãs	474.106
Doação de Maria P. N Domingos	75.000
Doação de Júlia Lisboa	70.000
Doação de Maria do Carmo Serra Santos	58.560
	677.666

	2009
Doação de Dinora Santos O. C. Pina	852.000
Doação de Ofélia Marques F. Carmo	144.000
Doação de Isabel Lurdes Jesus	128.019
	1.124.019

Subsídios

Os subsídios ao investimento respeitam aos seguintes programas:

- FEDER – Aldeia de Santa Isabel e Refeitório dos Anjos;
- PILAR – Lar N. Sra. do Carmo e Lar N. Sra. dos Anjos;
- CNLCS – Residência Santa Rita de Cássia;
- POC – Obras de Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque;
- EQUAL – Programa de Oportunidades;
- EQUAL – Projecto CAIM – Cooperação, Acção e Investigação Mundivisão.

Os movimentos do período reflectem:

i) A regularização dos subsídios ao investimento em resultado da depreciação verificada nos activos subsidiados, por contrapartida dos resultados do exercício, na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

ii) Transferência para a rubrica de Outras contas a pagar do subsídio ao investimento obtido em 2005 no âmbito do programa FEDER, no montante de 500.000 euros, para fazer face ao investimento na Unidade de Cuidados Continuados do HOSA, uma vez que à data de 31 de Dezembro de 2010, na sequência de Deliberação de Mesa, que determina o fim da Unidade inicialmente prevista direccionando-a para uma outra vertente e não havendo a certeza de que o referido subsídio, não terá que ser devolvido. Em 2009, cerca de 57 mil euros não foram considerados elegíveis pela Entidade Gestora do projecto, razão pela qual o valor já tinha sido corrigido.

20 Provisões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2009	3.255.875	3.200.000	486.958	6.942.833
Dotação	70.459	-	102.013	172.472
Utilização	(458.000)	-	(189.484)	(647.484)
Redução	(2.221.796)	(353.333)	(167.104)	(2.742.233)
A 31 de Dezembro de 2009	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588
Saldo corrente				-
Saldo não corrente	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588
	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588

	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2010	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588
Dotação	627.914	-	-	627.914
Utilização	-	-	(72.657)	(72.657)
Redução		(288.667)	(66.555)	(355.222)
A 31 de Dezembro de 2010	1.274.452	2.558.000	93.170	3.925.622
Saldo corrente				-
Saldo não corrente	1.274.452	2.558.000	93.170	3.925.622
	1.274.452	2.558.000	93.170	3.925.622

Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que a Santa Casa efectuou da sua exposição a contingências legais, nomeadamente processos de natureza laboral e civil nos quais a SCML é ré. A variação registada em 2010 resulta dos processos instaurados no decorrer deste ano (2009: reforço da provisão em 70.459 euros, por força dos processos constituídos em 2009, sendo a redução respeitante à conclusão favorável de processos judiciais em curso durante 2009).

Conservação de jazigos

Tal como se encontra referido na nota 2.4, a Santa Casa reconheceu uma provisão quanto a encargos perpétuos com a conservação e manutenção de jazigos, responsabilidade assumida no âmbito de processos de herança em que a Santa Casa figura como beneficiária.

Os movimentos registados em 2010 referem-se à actualização dos pressupostos de cálculo (custo total estimado de conservação e taxa de desconto), e que se reflectiram na utilização da provisão no valor de 288.667 euros.

21 Responsabilidade por benefícios pós-emprego

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (“CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de Julho. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, os Serviços Centrais contribuem para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras da Santa Casa é como segue:

	2010	2009
Obrigações no balanço		
Complemento de pensões	2.605.537	(2.899.715)
Encargos com saúde	(79.013)	(116.212)
	2.526.524	(3.015.927)
	2010	2009
Gastos na demonstração dos resultados		
Complemento de pensões	5.505.252	(1.962.620)
Encargos com saúde	37.199	33.788
	5.542.451	(1.928.832)

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2010, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essas datas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2010	2009
Taxa anual de desconto	4,50%	4,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
Até 2015	0,00%	2,00%
Após 2015	1,25%	2,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

Em 2010, com vista a reflectir a actual conjuntura, foi alterada a taxa anual de crescimento das pensões, sendo esta nula até 2015 e 1,25% após esse ano.

21.1. Plano de pensões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a cobertura das responsabilidades da Santa Casa pelos activos do Fundo era a seguinte:

	2010	2009
Valor presente da obrigação	(80.304.490)	(93.492.269)
Justo valor dos activos do plano	82.910.028	90.592.554
Obrigação no balanço	2.605.537	(2.899.715)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010 detalha-se como segue:

	2010	2009
A 1 de Janeiro	93.492.269	95.708.767
Custo serviços correntes	79.881	85.038
Custo dos juros	4.012.323	4.123.722
Pagamento de benefícios	(7.228.746)	(7.334.897)
(Ganhos)/perdas actuariais	(10.051.237)	909.639
A 31 de Dezembro	80.304.490	93.492.269

O montante significativo registado como (Ganhos)/ perdas actuariais deve-se à alteração verificada no pressuposto da taxa anual de crescimento das pensões.

O património dos fundos afectos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	2010	2009
A 1 de Janeiro	90.592.554	94.771.672
Contribuições entregues	-	-
Ganhos/ (perdas) actuariais	(5.035.741)	(1.860.550)
Benefícios pagos	(7.228.746)	(7.334.897)
Retorno esperado dos activos do fundo	4.581.960	5.016.329
A 31 de Dezembro	82.910.027	90.592.554

A rentabilidade média dos fundos em 2010 foi de -0,55%, sendo que em 2009 correspondeu a 3,48%.

A taxa de retorno esperada dos activos do plano para 2010 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos activos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

O Fundo de Pensões era composto pelos seguintes activos, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	2010	2009
Obrigações	63.045.701	55.237.408
Depósitos curto prazo	6.218.147	39.412.260
Acções	6.521.203	2.297.779
Fundos Investimento	27.393.636	15.590.145
	103.178.687	112.537.592

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2010	2009
Custos serviços correntes	(79.881)	(85.038)
Custos dos juros	(4.012.323)	(4.123.722)
(Ganhos) / perdas actuariais	5.015.496	(2.770.189)
Retorno estimado dos activos do plano	4.581.960	5.016.329
Total incluído em gastos com pessoal	5.505.252	(1.962.620)

21.2. Complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde

O Complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde não tem fundo constituído, sendo a respectiva responsabilidade coberta por uma provisão específica.

A provisão teve por base o número de colaboradores em causa, respectivas idades e montante pago em anos anteriores, no valor de 150.000 euros, sendo revista ao fim de três anos.

22 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a decomposição da rubrica "Fornecedores" era como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores c/c - gerais	i)	9.684.984	-	9.684.984	10.085.043	-	10.085.043
Fornecedores - facturas em conferência		1.893.573	-	1.893.573	1.468.993	-	1.468.993
Total		11.578.557	-	11.578.557	11.554.036	-	11.554.036

- i) Fornecedores gerais: saldos credores referentes a transacções de natureza operacional, no âmbito das actividades desenvolvidas.

23 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	i)	970.214	-	970.214	3.488.319	-	3.488.319
Outros credores							
Testamentarias	ii)	986.568	-	986.568	1.001.831	-	1.001.831
Credores por subsídios a pagar	iii)	1.091.170	-	1.091.170	933.268	-	933.268
Entidades relacionadas		471.685	-	471.685	472.798	-	472.798
Outros		1.966.293	-	1.966.293	1.558.258	-	1.558.258
Pessoal		14.083	-	14.083	58.003	-	58.003
Credores por acréscimos de gastos	iv)	21.521.771	-	21.521.771	20.312.230	-	20.312.230
Outras contas a pagar		27.021.784	-	27.021.784	27.824.708	-	27.824.708

- i) Fornecedores de investimentos: o saldo de fornecedores de investimentos respeita a aquisições de bens com a natureza de activos fixos tangíveis e encargos com reparação e manutenção de equipamentos quando se enquadram dentro da política contabilística estabelecida para a Santa Casa (nota 3.2);
- ii) Testamentarias: saldo referente à quota-parte da Santa Casa no âmbito de heranças (rendimentos deduzidos dos encargos resultantes de heranças, a distribuir pelos herdeiros) cujos processos ainda permanecem em curso;

iii) Credores por subsídios a pagar: saldos relativos a prestações concedidas, pela Santa Casa, a pessoas desfavorecidas. A variação positiva decorre da actividade da Santa Casa e está relacionada com a actual conjuntura económica;

iv) Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a liquidar	12.213.520	-	12.213.520	13.153.693	-	13.153.693
Outros acréscimos de gastos	9.308.250	-	9.308.250	4.258.822	-	4.258.822
Fundo de Pensões	-	-	-	2.899.715	-	2.899.715
	21.521.771	-	21.521.771	20.312.230	-	20.312.230

a) Remunerações a liquidar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano, a serem pagos durante o ano subsequente;

b) Outros gastos: especializações de custos operacionais diversos.

24 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados em 2009 e 2010, é detalhado como segue:

	Nota	2010	2009
Vendas de Produtos			
Livros e publicações		5.847	5.911
Artigos museu S. Roque		13.312	15.035
Alimentação		29.937	17.968
Trab. Prod. Utentes		30.482	35.187
Outros bens		61.067	53.378
		140.645	127.479
Vendas de materiais			
Meios complementares de terapêuticos		48.732	75.475
Produtos de apoio		113.434	58.206
Outros Bens		471.794	485.614
		633.961	619.295
Prestação de serviços - Acção Social	i)		
Lar de idosos		1.029.594	1.035.618
Apoio domiciliário		985.472	834.671
Creche		437.704	432.988
Centro de dia		446.421	413.762
Jardim de infância		211.997	239.997
Lar doentes crónicos		284.054	231.403
Creche familiar		123.788	110.338
Colónia férias		20.622	15.915
IFRS		-	-
Outras prestações de serviços		462.495	483.868
		4.002.147	3.798.561
Prestação de Serviços - ESSA	ii)		
Inscrições		216.021	190.684
Matrículas		70.202	48.802
Propinas		2.243.277	2.268.102
Candidaturas		41.301	31.970
Outras		99.826	81.248
		2.670.626	2.620.807
Prestação de Serviços - Saúde	iii)		
Internamentos		18.638.852	18.525.765
Consultas externas		697.625	754.278
Meios complementares de diagnóstico		224.474	213.837
Meios complementares terapêuticos		1.718.002	1.768.752
Outras		192.915	277.277
		21.471.869	21.539.910
Vendas e prestações de serviços		28.919.246	28.706.052

i) Rédito da prestação de serviços (acção social): rédito associado às comparticipações de utentes enquanto utilizadores dos serviços de Acção Social promovida pela Santa Casa. A variação positiva deve-se ao aumento do número de utentes abrangidos;

ii) Rédito da prestação de serviços da ESSA: compreende inscrições, matrículas, propinas e candidaturas. A variação positiva das inscrições decorre da entrada em funcionamento dos Mestrados da ESSA com a matrícula e inscrição dos novos alunos;

iii) Rédito da prestação de serviços de saúde: Contempla o rédito obtido na prestação de serviços de saúde prestados pelo HOSA e CMRA. A redução verificada é essencialmente explicada pela redução dos preços estabelecidos no acordo de prestação de cuidados de saúde realizado em 2010 entre o CMRA e a Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo (ARSLVT). O aumento registado na prestação de serviços de internamento decorre de novos incentivos de programas cirúrgicos, nomeadamente patologia do ombro e pé e aumento do número de cirurgias face ao ano anterior.

25 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, para os exercícios de 2009 e 2010, é como segue:

	Mercadorias		Matérias diversas	
	Mercadorias	2009	2010	2009
Existências iniciais	837.227	936.687	150.837	128.328
Compras	4.358.779	4.520.183	957.663	1.026.110
Regularizações	(18.474)	(3.277)	(336)	5.841
Existências finais	832.525	837.227	142.516	150.837
Custo das mercadorias vendidas e Matérias consumidas	4.345.006	4.616.366	965.648	1.009.442

	2010	2009
Mercadorias	4.345.006	4.616.366
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	965.648	1.009.442
Total Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.310.654	5.625.808

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos para os exercícios de 2009 e 2010 é como segue:

		2010	2009
Refeições confeccionadas	i)	10.204.437	9.656.499
Honorários	ii)	7.160.845	6.943.325
Trabalhos especializados	iii)	5.395.690	3.515.890
Conservação e reparação	iv)	5.135.009	3.933.656
Limpeza, higiene e conforto		3.853.797	3.490.653
Vigilância e segurança		2.360.223	2.295.607
Comunicação		1.432.432	1.349.057
Encargos com saúde utentes		1.764.729	1.969.168
Rendas e alugueres	v)	1.662.138	1.664.439
Electricidade		1.285.625	1.259.336
Outros encargos com utentes		1.238.431	1.070.076
Artigos e bens de baixo valor	vi)	1.142.866	114.843
Combustíveis		978.822	832.793
Consumíveis		890.540	983.457
Ferramentas, Livros, Mat. Escritório e Artigos para Oferta		823.596	830.488
Deslocações, estadas e transportes		785.893	724.645
Licenças software		683.492	994.790
Publicidade		674.140	272.890
Água		534.326	515.372
Trabalho Temporário		471.410	284.531
Honorários - docentes		357.406	420.450
Componentes sanguíneos		287.224	204.008
Lavandaria		267.392	320.559
Outros		818.833	810.903
Fornecimentos e serviços externos		50.209.297	44.457.435

i) Refeições confeccionadas: custos suportados com a aquisição de refeições confeccionadas, as quais são fornecidas aos Equipamentos Sociais da Santa Casa. A variação resulta da maior resposta da nossa Instituição para com os nossos utentes;

ii) Honorários: valores suportados com pessoal externo à Santa Casa, no âmbito dos serviços prestados pela Acção Social e docentes da ESSA;

iii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Santa Casa por conta de serviços de consultadoria, no âmbito do Projecto Modernizar dos Serviços Instrumentais, trabalhos especializados de informática e restauro de obras de arte, entre outros;

iv) Conservação: trata-se de obras de conservação preventivas de edifícios e equipamentos da Santa Casa que não configuram activos fixos tangíveis;

v) Rendas: valores suportados com o arrendamento de propriedades imobiliárias e aluguer de viaturas comerciais;

vi) Outros artigos de baixo valor: com a adopção do normativo SNC, os bens de valor inferior a mil euros são reconhecidos como gastos do exercício (nota 3.2).

É, ainda, de referir que a Santa Casa goza de isenção de IVA, dada a actividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que o aumento das taxas verificado no ano de 2010 reflecte-se directamente no aumento dos Fornecimentos e serviços externos.

27 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2009 e 2010, foram como segue:

	2010	2009
Remunerações		
Orgãos sociais	442.911	456.680
Pessoal	<u>75.154.041</u>	<u>77.149.156</u>
Outros Encargos		
Prémios para benefícios reforma	(5.505.252)	1.962.620
Encargos sobre remunerações	13.506.098	13.309.561
Gastos de acção social	690.974	837.153
Outros	2.265.108	2.165.830
Sub-total	<u>10.956.928</u>	<u>18.275.163</u>
Gastos com o pessoal	<u>86.553.880</u>	<u>95.880.999</u>

O número de empregados da Santa Casa em a 31 de Dezembro de 2010 era de 3.867 (2009: 3.852)

As principais variações de gastos com pessoal verificadas entre 2009 e 2010 devem-se a:

- i) Reconhecimento de ganhos actuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais sofreram significativo incremento face a 2009, conforme descrito na nota 21.

Os encargos com colaboradores dos Serviços Centrais encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	2010	2009
Serviços Centrais	64.578.630	73.128.988
HOSA	7.498.133	7.548.433
CMRA	12.625.059	13.382.360
ESSA	1.852.058	1.821.218
	86.553.880	95.880.999

28 Outros rendimentos e ganhos operacionais

Os outros rendimentos e ganhos operacionais obtidos em 2009 e 2010 foram como segue:

		2010	2009
Ganhos em existências		66.022	97.598
Prémios caducados	i)	9.123.095	10.558.194
Jogos sociais	ii)	122.729.934	141.543.102
Acordo prestação de serviços SCML- DJ	iii)	5.602.556	5.300.312
Correcções relativas a exercícos anteriores		869.966	323.383
Heranças		2.589.240	48.906
Rendas de propriedades de investimento	iv)	2.623.195	2.713.036
Descontos p.p. obtidos		72.884	81.505
Ganhos na alienação de activos tangíveis		-	28.000
Outros		2.087.079	3.686.628
		145.763.971	164.380.665

- i) Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade dos prémios dos Jogos Sociais de Lotaria Nacional e Euromilhões explorados pelo Departamento de Jogos (nota 3.20). A variação deste rendimento não é controlada pela Instituição;

Jogos sociais: essencialmente trata-se do rendimento da Santa Casa enquanto beneficiária dos Jogos Sociais, conforme percentagem de afectação dos resultados do Departamento de Jogos contemplada no Decreto-Lei n.º 56/2006 (28%) e o Centro de Medicina Reabilitação de Alcoitão tem direito às receitas dos resultados de exploração do Totobola (3,5%), Totoloto e Loto 2 (6,26%). A variação está associada a diminuição de 9,3% do rendimento bruto do Euromilhões, sendo que este jogo pesa cerca de 64% do total dos rendimentos;

- ii) Acordo de prestação de Serviços: enquadra-se no âmbito de um acordo de gestão e prestação de serviços entre a SCML e o DJ, em que a SCML será remunerada pelo DJ, pela utilização das instalações e pelos serviços prestados pelos serviços instrumentais (Direcção Financeira, Direcção de Recursos Humanos, Direcção de Aprovisionamento e Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação) ao DJ. Este acordo resultou da reestruturação de todo o universo SCML, tendo presente a aprovação e entrada em vigor dos novos Estatutos, pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro.
- iii) Rendas de propriedades de investimento: rendimentos associados às rendas recebidas dos locatários, no âmbito da rentabilização do património imobiliário da Santa Casa não utilizado nas actividades de acção social e outras enquadradas no objecto da SCML.

29 Outros gastos e perdas operacionais

Os outros gastos e perdas operacionais obtidos em 2009 e 2010 foram como segue:

		2010	2009
Subsídios de carácter mensal	i)	3.249.877	2.679.793
Subsídios de carácter eventual	i)	1.239.979	1.081.580
Subsídios utilização de lares lucrativos	ii)	8.163.840	7.028.485
Outros subsídios e ajudas técnicas		1.974.803	1.702.766
Encargos com formandos	iii)	1.059.322	1.339.241
Despesas bancárias		3.960	2.670
Abates de activos tangíveis		-	9.533
Correcções exercícios anteriores		1.535.552	1.781.973
Outros		697.545	642.420
Aplicação do MEP	iv)	2.798.886	2.277.267
		20.723.764	18.545.728

i) Subsídios de carácter mensal: subsídios atribuídos a título mensal, com diversas especificidades (infância, famílias, adultos e população idosa, essencialmente). A variação está relacionada com a resposta da Instituição às necessidades da população na actual conjuntura económica;

ii) Subsídios utilização de lares lucrativos: encargos com lares externos à Santa Casa por falta de capacidade de acolhimento nos lares próprios. A variação está relacionada com a constante necessidade desta resposta social;

iii) Subsídios formandos, ajudas técnicas e outros: encargos de formação (ex: bolsas de estudo) suportados pela Santa Casa no âmbito da Acção Social;

iv) Aplicação do método de equivalência patrimonial: incide sobre as unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004” (nota 10).

30 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos similares dos exercícios de 2009 e 2010 é como segue:

	2010	2009
Gastos e perdas financeiras		
Juros pagos	(2.270)	(14.502)
	(2.270)	(14.502)
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	6.134.633	6.202.936
Dividendos investimentos financeiros	2.799.714	3.098.782
Outros	21.006	2.343
	8.955.353	9.304.060

31 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Santa Casa, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, correspondem a:

- i) Em 2010 a Mesa da Santa Casa submeteu à tutela, tendo merecido parecer favorável, a aquisição de um edifício sito no Prior Velho, no valor de 3.250.000 euros. Esta aquisição concretizou-se em Janeiro de 2011;
- ii) Locações operacionais de viaturas e computadores, cujo resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010:

Rendas vincendas	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Aluguer Operacional de Viaturas	529.720	763.835	
Computadores	13.223	22.264	
	542.942	786.099	

32 Contingências

Passivos contingentes

A Santa Casa apresenta um passivo contingente, decorrente da garantia bancária prestada à Sojogo, no valor 1.000.000 euros. Esta aplicação encontra-se registada em outros activos financeiros não correntes, devendo permanecer constituída enquanto vigorar a referida garantia.

33 Matérias ambientais

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, a Santa Casa, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de Dezembro de 2010 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Mesa da Santa Casa em como não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a SCML.

34 Partes relacionadas

A Santa Casa da Misericórdia é uma entidade de direito privado e utilidade pública administrativa que actua sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

34.1. Remuneração dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Santa Casa (Provedor, Mesa da Santa Casa e Conselho de Auditoria) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Santa Casa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCML ascenderam a 442.911 euros (2009: 456.680 euros).

	2010	2009
Mesa da SCML	413.921	426.145
Conselho de Auditoria	28.991	30.535
	442.911	456.680

34.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Sub-entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Departamento de Jogos (DJ);

Subsidiárias

Fundo Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004" (Fundo Santa Casa)

Associadas:

SoJogo

(b) transacções e saldos pendentes

Sub-entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Santa Casa efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Prestação de serviços

	2010	2009
Departamento de Jogos	5.602.556	5.300.312

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2010, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2010		2009	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Outras Contas a Pagar / Receber				
Departamento de Jogos (DJ)				
Lucros dos Jogos Sociais	22.343.523	-	24.051.220	-
Remunerações, Aquisições de Bens e Serviços, Impostos e Outros	1.923.045	471.685	6.402.462	472.798
TOTAL	24.266.568	471.685	30.453.682	472.798

Os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis, impostos e juros.

Em 2010, passou-se a desagregar os saldos das partes relacionadas em activos e passivos consoante a sua natureza, pelo que os valores identificados com a letra f), do ano de 2009, mantêm a estrutura anterior.

35 Eventos subsequentes

O Orçamento do Estado para 2011 introduziu um novo quadro de gestão dos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social (ISS), IP, situados no distrito de Lisboa.

A gestão destes estabelecimentos será assumida pela Santa Casa por um prazo de três anos, renovável por iguais períodos, sendo os procedimentos e demais condições de cedência regulados através de contrato de gestão a celebrar entre o ISS, IP e a Santa Casa.

Lisboa, 29 de Março de 2011,
A Directora Financeira

A MESA da SCML,

(Maria Teresa de Freitas Glória Nunes Grácio)

(Rui António Ferreira da Cunha, Provedor)

(António Santos Luís, Vice-Provedor)

(Odete Maria Costa Laranjeira Farrajota Leal,
Vogal)

(Leonor Cristina Rodrigues Lemos Araújo, Vogal)

(José Pires Antunes, Vogal)

(Manuel João Beatriz Afonso, Vogal)

(António Martins Barata, Vogal)

Demonstrações financeiras: Departamentos de Acção Social e Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Serviços Instrumentais, Hospital Ortopédico de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado *Santa Casa 2004*

Índice das demonstrações financeiras

Balanço	297
Demonstração dos resultados por naturezas	298
Demonstração da alteração dos capitais próprios.....	299
Demonstração dos fluxos de caixa	300
Anexo às demonstrações financeiras.....	301
1 INTRODUÇÃO.....	301
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	307
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	316
4 FLUXOS DE CAIXA	336
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	337
6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	338
7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	340
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS	341
9 ACTIVOS BIOLÓGICOS.....	342
10 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	343
11 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	343
12 INVENTÁRIOS.....	345
13 CLIENTES / UTENTES	346
14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	347
15 OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	348
16 DIFERIMENTOS	349
17 FUNDO SOCIAL	350
18 RESULTADOS TRANSITADOS.....	350
19 OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	351
20 PROVISÕES.....	353
21 FINANCIAMENTO OBTIDO	354
22 RESPONSABILIDADE POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	354
23 FORNECEDORES	357
24 OUTRAS CONTAS A PAGAR	358
25 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	359
26 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	361
27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	361
28 GASTOS COM PESSOAL	363
29 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS.....	364
30 OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS.....	365
31 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES.....	366
32 COMPROMISSOS	366
33 CONTINGÊNCIAS.....	366
34 MATÉRIAS AMBIENTAIS	367
35 PARTES RELACIONADAS	367
36 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	369

Balanço

		31 de Dezembro	
	Nota	2010	2009
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	153.757.495	155.847.084
Propriedades de investimento	7	139.815.832	138.558.860
Activos intangíveis	8	1.227.394	986.721
Activos biológicos	9	802.446	768.201
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	10	-	
Participações financeiras - outros métodos	11	1.224.001	1.000.826
Outros activos financeiros	33	1.000.000	1.000.000
Adiantamentos a fornecedores		1.585.791	-
		299.412.958	298.161.692
Corrente			
Inventários	12	910.418	988.064
Activos biológicos	9	3.936	3.936
Clientes	13	10.038.183	8.930.222
Adiantamentos a fornecedores		104.972	111.575
Estado e outros entes públicos	14	710.982	1.133.650
Outras contas a receber	15	37.846.304	43.065.457
Diferimentos	16	84.620	267.213
Outros Activos Financeiros	4	179.057.165	159.276.456
Caixa e depósitos bancários	4	40.201.458	39.990.562
		268.958.038	253.767.134
Total do activo		568.370.996	551.928.826
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Fundo social	17	75.815.000	75.815.000
Resultados transitados	18	417.921.822	391.165.964
Outras variações no capital próprio	19	9.347.144	9.169.549
		503.083.966	476.150.512
Resultado líquido do periodo		7.381.929	26.739.531
Total do capital próprio		510.465.895	502.890.043
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	21	8.700.000	-
Provisões	20	3.925.622	3.725.588
		12.625.622	3.725.588
Corrente			
Fornecedores	23	11.578.557	11.554.036
Adiantamentos de clientes		1.270.647	1.673.562
Estado e outros entes públicos	14	3.273.731	3.115.359
Outras contas a pagar	24	28.580.397	28.690.556
Diferimentos	16	576.145	279.683
		45.279.479	45.313.195
Total do passivo		57.905.101	49.038.783
Total do capital próprio e do passivo		568.370.996	551.928.826

As notas das páginas 301 a 369 constituem parte integrante das demonstrações financeiras apresentadas.

Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	2010	2009
Vendas e serviços prestados	25	28.919.246	28.706.052
Subsídios à exploração	19	3.215.287	3.966.182
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(5.310.654)	(5.625.808)
Fornecimentos e serviços externos	27	(51.446.523)	(45.593.161)
Gastos com o pessoal	28	(86.553.880)	(95.880.999)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(64.622)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	13,15	(5.994.926)	(8.193.985)
Provisões (aumentos/reduções)	20	(272.692)	2.569.904
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	11	(400)	102.176
Aumentos/reduções de justo valor	11	16.994	26.750
Outros rendimentos e ganhos	29	147.188.398	165.962.445
Outros gastos e perdas	30	(18.105.313)	(16.379.683)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.590.913	29.659.871
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(12.841.831)	(11.970.254)
Imparidade de activos depreciáveis/amort		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.250.918)	17.689.616
Juros e outros rendimentos similares	31	8.978.021	9.368.386
Juros e outros gastos similares	31	(88.597)	(14.502)
Resultado antes de impostos		7.638.505	27.043.500
Imposto sobre o rendimento		(256.576)	(303.969)
Resultado líquido do exercício		7.381.929	26.739.531

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2009	75.815.000	24.909.843	356.079.689	5.294.771	-	462.099.304
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	10.039.392	3.277.674	(8.538.629)	4.778.437
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	(56.437)	-	(56.437)
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	(24.909.843)	25.046.882	653.540	-	790.580
Aplicação de Resultados	-	-	-	-	-	-
	75.815.000	-	391.165.964	9.169.549	(8.538.629)	467.611.883
Resultado líquido do período	-	-	-	-	35.278.160	35.278.160
Resultado integral	75.815.000	-	391.165.964	9.169.549	26.739.531	502.890.043
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-
	75.815.000	-	391.165.964	9.169.549	26.739.531	502.890.043
A 31 de Dezembro de 2009	75.815.000	-	391.165.964	9.169.549	26.739.531	502.890.043
Alterações no período						
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(8.542.175)	177.596	8.558.502	193.922
Aplicação de Resultados	-	-	35.298.034	-	(35.298.033)	-
	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144	7.381.929	503.083.966
Resultado líquido do período	-	-	-	-	7.381.929	7.381.929
Resultado integral	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144	7.381.929	510.465.895
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144	7.381.929	510.465.895
A 31 de Dezembro de 2010	75.815.000	-	417.921.822	9.347.144	7.381.929	510.465.895

Demonstração dos fluxos de caixa

	Período findo em 31 de Dezembro	
	2010	2009
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes/ utentes	23.185.013	20.294.732
Recebimentos de inquilinos	3.992.894	3.928.889
Jogos sociais	129.330.437	146.356.926
Estado	5.734.524	4.984.620
Financiamento externo	5.991.674	4.476.355
Doações	2.587.305	115.976
Outros recebimentos	2.830.896	479.255
Pagamentos a fornecedores	(57.196.554)	(48.742.305)
Pagamentos ao pessoal	(58.951.018)	(63.469.635)
Estado	(36.721.391)	(36.980.911)
Pagamentos de subsídios	(15.216.946)	(13.345.665)
Outros pagamentos	(3.116.290)	(2.208.642)
Caixa gerada pelas operações	2.450.544	15.922.006
Recebimentos/ pagamentos DJ, HOSA, CMRA e ESSA	13.907.079	33.861.504
Outros recebimentos/ pagamentos	(4.806.332)	275.068
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	11.551.291	50.058.578
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(6.188.659)	(12.508.627)
Activos intangíveis	(35.113)	-
Fundo imobiliário fechado	-	(193)
Outros activos	(1.610.202)	(2.666.533)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	(1.102)	-
Outros activos	117.066	282.421
Juros e rendimentos similares	7.492.886	10.339.087
Dividendos	8.711	33.254
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(216.412)	(4.520.591)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	10.070.000	-
Pagamentos respeitantes a:	-	-
Financiamentos obtidos	(1.370.000)	-
Juros e gastos e similares	(43.274)	(61.615)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	8.656.726	(61.615)
Variação de caixa e seus equivalentes	19.991.605	45.476.373
Caixa e seus equivalentes no início do período	199.267.018	153.823.056
Caixa e seus equivalentes no fim do período	219.258.623	199.267.018

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “Santa Casa” ou “SCML”) é uma instituição secular sem fins lucrativos com a natureza jurídica de pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública administrativa, cuja origem remonta ao ano de 1498, em resultado de especial intervenção da Rainha D. Leonor, com o apoio do Rei D. Manuel I.

Ao longo dos seus mais de cinco séculos de existência, a Santa Casa tem desempenhado um papel crítico e fundamental no combate à pobreza e exclusão social, não só através da sua particular propensão para o efeito, mas também pela dinâmica que sempre foi dada às suas acções inovatórias e de elevada qualidade, comumente reconhecidas pelas pessoas e pela comunidade.

A necessidade de proceder à modernização dos processos de funcionamento e das metodologias de intervenção que permitisse um maior acompanhamento das novas realidades sociais, assim como o combate aos efeitos nefastos que delas advenham, esteve na base da elaboração dos novos Estatutos da Santa Casa, publicados via o Decreto-Lei n.º 253/2008, de 3 de Dezembro.

O art.º 4.º dos estatutos refere os fins estatutários da Santa Casa, os quais correspondem à realização da melhoria do bem-estar das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos, abrangendo as prestações de acção social, saúde, educação e ensino, cultura e promoção da qualidade de vida, de acordo com a tradição cristã e obras de misericórdia do seu compromisso originário e da sua secular actuação em prol da comunidade, bem como a promoção, apoio e promoção de actividades que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação de serviços, e, ainda, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia social.

A Santa Casa desenvolve ainda as actividades de serviço ou interesse público que lhe sejam solicitadas pelo Estado, ou outras entidades públicas. A Santa Casa responde perante a tutela do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Em 2004 a Santa Casa constituiu um fundo de investimento imobiliário fechado, denominado “Santa Casa 2004”, sendo a Santa Casa detentora da totalidade das

respectivas unidades de participação. Face às suas características e ao controlo exercido pela Santa Casa, este fundo é identificado como uma entidade de finalidade especial, o qual, ao abrigo do normativo contabilístico SNC, configura-o como uma subsidiária da SCML.

Dando cumprimento ao determinado no Decreto-Lei n.º 235/2008 de 3 de Dezembro, através deste documento são apresentadas as contas consolidadas do exercício de 2010 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Acção Social e Saúde, Departamento de Qualidade e Inovação, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património e Serviços Instrumentais, Hospital Ortopédico de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão e Fundo Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004”. A Santa Casa encontra-se sediada no Largo Trindade Coelho, freguesia de Encarnação, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa.

Resumo das atribuições e competências:

SCML – Departamento de Acção Social e Saúde, Departamento de Qualidade e Inovação, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património e Serviços Instrumentais, designados por “SCML – Serviços Centrais”

Departamento de Acção Social e Saúde

O departamento de acção social e saúde (DASS) gere, de forma integrada, os serviços e estabelecimentos de acção social e de saúde, promovendo a autonomia e inclusão social, nomeadamente através da prestação de cuidados de saúde e do apoio às seguintes áreas de intervenção:

- a) Infância e juventude;
- b) População idosa;
- c) Pessoas portadoras de deficiência;
- d) Família e maternidade.

Departamento de Qualidade e Inovação

O departamento da qualidade e inovação (DQI) tem por objectivo promover, apoiar e realizar iniciativas que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação das actividades que se inserem no âmbito das áreas de actuação da SCML.

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

O departamento de empreendedorismo e economia social (DEES) tem por objectivo promover, apoiar e divulgar a criação e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do empreendedorismo e economia social, como seja apoiar a criação de microempresas através de programas de cooperação com outras entidades, dinamizar a formação de agentes de desenvolvimento no âmbito da economia social, entre outros.

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

O departamento de gestão imobiliária e património tem como objectivo gerir o património imobiliário da SCML sempre com respeito das obrigações assumidas e que impendem sobre os respectivos bens. Algumas das competências do DGIP a destacar correspondem à elaboração de propostas sobre aquisição de bens móveis e imóveis, alienação de bens e direitos da Santa Casa, ou mesmo aceitação ou repúdio de heranças, legados e doações.

Serviços Instrumentais

Os serviços instrumentais necessários à prossecução das atribuições da Santa Casa correspondem à Direcção de Recursos Humanos, Direcção de Aprovisionamento, Direcção Financeira, Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação e Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos.

Outros

Gabinete de Auditoria Interna, Gabinete para os Assuntos dos Fundos Externos, Gabinete Jurídico, Gabinete de Organização e Métodos, Gabinete de Estudos e Planeamento, Gabinete de Imprensa e Secretaria-Geral.

Os Órgãos dos Serviços Centrais encontram-se definidos através do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro e compreendem a Mesa da Santa Casa e o Provedor, sendo a Mesa da Santa Casa composta pelo Provedor, pelo Vice-Provedor e por cinco vogais.

As demonstrações financeiras individuais da SCML foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 29 de Março de 2011. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações dos Serviços Centrais, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Hospital Ortopédico de Sant’Ana

O Hospital Ortopédico de Sant’ Ana, (referido neste documento como “HOSA”), foi inaugurado como Sanatório no dia 31 de Julho de 1904, por D. Claudina Chamiço, sua Instituidora, que o legou à Misericórdia de Lisboa. Após a sua morte, ocorrida em 1913, a gestão do Sanatório foi assegurada por uma Comissão de sete membros, sendo um deles o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em 1927 a Comissão decidiu entregar à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a gestão do Sanatório.

No ano de 1961, por despacho ministerial de 21 de Julho, passou o Sanatório a ter existência jurídica como Hospital, passando a designar-se por Hospital Ortopédico de Sant’ Ana.

O HOSA tem como principal missão desenvolver um Pólo de Saúde dirigido à área Metropolitana de Lisboa, que oferecendo um conjunto integrado de valências, se constitua como um referencial na Prestação de Cuidados de Saúde, respondendo às suas necessidades através da prestação de um conjunto diversificado de cuidados médicos que se caracterizam pelo elevado nível de qualidade e resposta em tempo útil.

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho Directivo, em 21 de Março de 2011, e é da opinião do Conselho Directivo que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do HOSA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

O Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, (referido neste documento como “CMRA”), foi constituído em 2 de Julho de 1966, tendo como actividade principal a Prestação de Serviços na Área de Reabilitação de adultos e crianças. Apostando na qualidade assistencial, na formação contínua e na investigação científica aplicada, o CMRA apresenta-se como uma instituição de prestígio, que tem mantido ao longo dos anos um elevado nível de qualidade na resposta às necessidades do seu público-alvo, orientado para um investimento cada vez mais forte na neuro-reabilitação.

O CMRA é considerado um dos melhores hospitais em reabilitação, devido também à visão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o seu legado à comunidade, que tem permitido às pessoas reconstruírem as suas vidas após acidentes incapacitantes ou doença, estando vocacionado para a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência de predomínio físico ou multi-deficiência congénita e adquirida, de qualquer idade, provenientes de todo o País. Foi o primeiro hospital em Portugal totalmente dedicado à reabilitação, líder no diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes, desenvolvimento e investigação, e na formação de profissionais de saúde nas áreas intervenientes na reabilitação.

A grande mais-valia e marca distintiva do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão assenta nas pessoas. O CMRA é constituído por profissionais de elevada diferenciação científica e profissional, de comprovada competência e cariz humanista orientado para as necessidades do Utente.

As equipas Multiprofissionais são constituídas por: Fisiatria, Enfermagem de Reabilitação, Fisioterapia e Hidroterapia, Terapia Ocupacional, Terapia da Fala, Psicologia Clínica, Ortoprotesia, Educação, Nutrição, Psicologia, Serviço Social.

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho Directivo, em 25 de Fevereiro de 2011. É da opinião do Conselho Directivo que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do CMRA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

A Escola Superior de Saúde do Alcoitão, (referida neste documento como “ESSA”) resultou da conversão, em 1994, da Escola de Reabilitação de Alcoitão (ERA) constituída em 1966,

tendo dado continuidade aos cursos de formação, na área da reabilitação que surgiram em Portugal em 1957.

A ESSA possui instalações próprias situadas em Alcoitão, junto ao Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão. A proximidade com o CMRA permite o usufruto, por parte dos alunos da ESSA, das instalações e recursos técnicos desta conceituada unidade hospitalar, em complementaridade com os recursos próprios da Escola.

Integrada no universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é um estabelecimento de Ensino Superior Particular, pioneiro em Portugal na formação de Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Terapeutas da Fala, sendo desde a sua constituição a Escola de referência nesta área. A ESSA tem como principais actividades o ensino, a investigação e a difusão de conhecimentos nas áreas ministradas, devendo também contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para a melhoria do nível de saúde da população.

A SCML promove, através da ESSA, a celebração de acordos de cooperação com instituições de ensino público e privado, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a promoção do intercâmbio científico e o desenvolvimento de actividades relevantes para o ensino e investigação, no âmbito científico ministrado ou noutros considerados de interesse.

A ESSA possui um corpo docente com cerca de 100 académicos, e profissionais de saúde, entre os mais qualificados a nível nacional que conjuntamente com formadores externos ministram cursos a mais de 500 alunos em regime de licenciatura e pós-graduação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Gestão, em 21 de Março de 2011. É da opinião o Conselho de Gestão que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da ESSA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004”

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004” foi constituído em 26 de Novembro de 2004, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com vista à reabilitação e rentabilização do património imobiliário da SCML. Este fundo foi constituído prevendo uma duração inicial de oito anos.

O património do Fundo é representado por iguais unidades de participação, com um valor base de 5 euros cada, com um valor inicial de 50 milhões de euros.

Contempla, actualmente, 11 imóveis, com um valor potencial de 58.496.050 euros.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas segundo o disposto no Regulamento n.º 2/2005 de 14 de Abril de 2005, que estabelece o regime a que deve obedecer a contabilidade dos Fundos de Investimento Imobiliário, tendo sido aprovadas pela Comissão Executiva em 4 de Março de 2011. É da opinião da Comissão Executiva que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do Fundo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004” foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 29 de Março de 2011. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações dos Serviços Centrais, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. As demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade, também referido neste documento como “POC”). No processo de transição do normativo POC para o normativo SNC, a Mesa da Santa Casa alterou alguns dos critérios de contabilização e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras de 2009, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com o normativo SNC. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram re-expressos para reflectir estes ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para o normativo SNC no Capital próprio, Resultados do exercício e Fluxos de caixa são apresentados na nota 2.4.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela SCML, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência e nas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na nota 3.23.

As contas do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004” foram ajustadas à luz das políticas contabilísticas adoptadas na Santa Casa.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

A Santa Casa adoptou as NCRF, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os exercícios apresentados.

À data de transição, 1 de Janeiro de 2009, a SCML preparou o balanço de abertura, considerando as isenções e excepções à aplicação de outras normas existentes, conforme previsto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (referida neste documento como “NCRF 3”).

A NCRF 3 permite isenções, em particular no que se refere à aplicação retrospectiva, relativamente ao tratamento preconizado por outras normas do SNC, tendo a Santa Casa optado pela aplicação das seguintes isenções, à data da transição para o normativo SNC:

i) Valorização dos activos fixos tangíveis

À data da transição a Santa Casa pode optar por mensurar os activos fixos tangíveis ao “custo considerado”, o qual pode resultar da mensuração ao justo valor à data da transição ou de acordo com reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior.

Assim, na data da transição, a Santa Casa optou por mensurar ao justo valor: (a) património imobiliário ao valor de mercado e (b) as viaturas comerciais, também ao valor de mercado. Os activos fixos tangíveis, com custo de aquisição superior a mil euros e que se encontram em utilização, foram mensurados ao custo estimado de mercado.

Para os restantes activos tangíveis os critérios de reconhecimento, valorização e depreciação adoptados no normativo contabilístico anterior foram considerados equiparáveis aos do modelo do custo histórico nas NCRFs, pelo que não foram sujeitos a ajustamento.

ii) Valorização das propriedades de investimento

A NCRF 3 prevê a aplicação da isenção para os activos tangíveis às propriedades de investimento, desde que a política de mensuração subsequente adoptada seja o modelo do custo. Na data da transição, para os activos relativos a terrenos, edifícios ou parte de edifícios arrendados a terceiros que qualificam como Propriedades de Investimento, a Santa Casa optou pela mensuração ao justo valor com base na avaliação patrimonial dos activos.

Reconciliação dos ajustamentos de transição para as NCRF

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios:

Reconciliação do Capital Próprio

	Ajustamentos	31-12-2009	01-01-2009
Capital Próprio - POC		507.257.867	467.398.351
Desreconhecimento activos intangíveis que não qualificam como activo	1	(32.053)	(618.926)
Justo valor de terrenos e edifícios	2	6.285.093	6.399.068
Desreconhecimento de benfeitorias em edifícios alheios	3	(501.556)	(515.351)
Revalorização Activo Fixo Tangível e Activo Intangível	4	661.683	905.988
Justo valor das viaturas comerciais	5	179.996	253.050
Desreconhecimento dos custos com restauração de obras de arte	6	(562.914)	(562.914)
Valorização das acções cotadas ao justo valor e reconhecimento de imparidade das não cotadas	7	(1.355.796)	(1.401.973)
Imparidade da participação na Associada Sojogo	8	(295.116)	(295.116)
Justo Valor dos Terrenos e Edifícios considerados no Fundo Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004"	9	(2.512.550)	3.825.337
Transferência de subsídios ao investimento não reembolsáveis	10	2.828.625	3.277.674
Reconhecimento de activos biológicos ao justo valor	11	772.137	936.946
Desreconhecimento de inventários que não qualificam como activo	12	(50.944)	(61.482)
Ajustamento imparidade saldo a receber da Segurança Social	13	(521.756)	(641.136)
Desreconhecimento custos diferidos - Jarras (para oferta)	14	(81.210)	(81.210)
Desreconhecimento de bens que não configuram Activos Fixos Tangíveis	15	(10.740)	-
Reconhecimento Rêdito da operação conjunta com a Alves Ribeiro	16	-	1.210.764
Desreconhecimento de gastos diferidos com moedas comemorativas	17	(7.582)	(7.582)
Ajustamento responsabilidades plano pensões	18	(6.037.120)	(937.095)
Ajustamento responsabilidades benefícios saúde	19	(116.212)	(150.000)
Provisão para a responsabilidade de reparar jazigos de heranças	20	(2.846.667)	(3.200.000)
Amortização do Medtrak	21	-	(428.060)
Anulação da depreciação dos equipamentos da UCC fora de uso	22	-	19.064
Anulação de obras em curso curso (C.Residencial da Parede)	23	(162.085)	(162.085)
Desreconhecimento acréscimos de proveitos (devoluções)	25	(1.059)	(2.938)
Desreconhecimento contribuições CGA	26	-	205.975
Desreconhecimento saldo passivo EOEP - encargos sociais docentes externos	27	-	19.233
Desreconhecimento provisão - encargos sociais docentes externos	28	-	30.785
Capital Próprio - SNC		502.890.043	475.416.368

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras consolidadas decorrente da conversão para o normativo SNC. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em "Resultados transitados".

Para o exercício de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com o normativo SNC originou um impacto nos resultados líquidos conforme segue:

Reconciliação do Resultado Líquido

	Ajustamentos	2009
Resultado Líquido - POC		38.986.068
Desreconhecimento activos intangíveis que não qualificam como activo	1	586.872
Justo valor de terrenos e edifícios	2	(113.975)
Desreconhecimento de benfeitorias em edifícios alheios	3	13.796
Revalorização Activo Fixo Tangível e Activo Intangível	4	(244.305)
Justo valor das viaturas comerciais	5	(73.054)
Valorização das acções cotadas ao justo valor e reconhecimento de imparidade das não cotadas	7	46.176
Justo Valor dos Terrenos e Edifícios considerados no Fundo Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004"	9	(6.337.887)
Reconhecimento de activos biológicos ao justo valor	11	(164.808)
Desreconhecimento de inventários que não qualificam como activo	12	10.538
Ajustamento imparidade saldo a receber da Segurança Social	13	119.380
Desreconhecimento de bens que não configuram Activos Fixos Tangíveis	15	(10.740)
Reconhecimento Rédito da operação conjunta com a Alves Ribeiro	16	(1.210.764)
Ajustamento responsabilidades plano pensões	18	(5.100.026)
Ajustamento responsabilidades benefícios saúde	19	33.788
Provisão para a responsabilidade de reparar jazigos de heranças	20	353.333
Anulação da depreciação dos equipamentos da UCC fora de uso	22	(19.064)
Anulação da provisão Med Track	24	118.316
Desreconhecimento acréscimos de proveitos (devoluções)	25	1.879
Desreconhecimento contribuições CGA	26	(205.975)
Desreconhecimento saldo passivo EOEP - encargos sociais docentes externos	27	(19.233)
Desreconhecimento provisão - encargos sociais docentes externos	28	(30.785)
Resultado Líquido - SNC		26.739.531

Alterações à Demonstração dos fluxos de caixa

As alterações à demonstração dos fluxos de caixa decorrentes da adopção do normativo SNC não foram consideradas significativas para divulgação. No entanto, ao serem evidenciados os pagamentos e recebimentos ao Estado, estes são apresentados em linha própria e não nas rubricas apresentadas no ano transacto (pessoal e fornecedores).

Detalhe dos ajustamentos

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças qualitativas identificadas entre o normativo POC e o SNC, as quais podem ser resumidas, como segue:

Ajustamento 1 – Os valores líquidos contabilísticos respeitantes a encargos com marcas e logótipos desenvolvidos pelos Serviços Centrais, o projecto de uma aplicação informática para gestão hospitalar *Medtrak* reconhecido pelo CMRA, plantas arquitectónicas reconhecidas pela ESSA e os custos suportados com rescisões antecipadas de contratos de arrendamento (os arrendatários retêm o direito de usufruto dos apartamentos durante um

dado período de tempo), reconhecidos nos Serviços Centrais, não qualificam como activos intangíveis à luz da NCRF 6 – Activos Intangíveis, pelo que os mesmos foram desreconhecidos à data de transição.

Ajustamento 2 – Tal como referido *supra* a Santa Casa optou pela aplicação da isenção ao registo retrospectivo previsto para os activos tangíveis e propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo. À data de transição os edifícios e terrenos que constituem propriedades de investimento foram mensurados ao justo valor, tornando-se este montante o “custo considerado” dos activos à data da transição. Este ajustamento reflecte a alteração de valor dos bens imobiliários em conformidade com a isenção adoptada.

Ajustamento 3 – À data de transição para o normativo SNC o cadastro de activos tangíveis dos Serviços Centrais, incluía registos referentes a obras de beneficiação em propriedade imobiliária de terceiros que já não se encontra a ser utilizada pelos Serviços Centrais. Uma vez que os Serviços Centrais não conseguem exercer controlo sobre estes activos, os mesmos não configuram como activos fixos tangíveis à luz dos critérios de reconhecimento da NCRF 7, tendo sido desreconhecidos à data de transição.

Ajustamento 4 – Os equipamentos específicos utilizados na actividade, o equipamento informático, o mobiliário e restante equipamento de valor superior a mil euros dos Serviços Centrais, do HOSA e da ESSA foram valorizados pelo método do valor estimado de mercado, tendo sido atribuída uma vida útil remanescente à data de transição consoante a sua antiguidade.

Ajustamento 5 – As viaturas comerciais que integram a frota de suporte à actividade desenvolvida pelos Serviços Centrais, e que se encontravam integralmente depreciadas à data de transição, foram mensuradas ao justo valor, conforme permitido pela NCRF 3, com base nas cotações de mercado a essa data. A estas viaturas foi atribuída uma vida útil remanescente à data de transição consoante o seu estado de conservação.

Ajustamento 6 – As obras de arte detidas pela Santa Casa enquadram-se nos critérios previstos nos normativos internacionais para as entidades sem fins lucrativos, quanto ao não reconhecimento contabilístico de doações de obras de arte que constituam activos de carácter histórico, patrimonial, ou científico. Assim, também os custos de restauro e manutenção destas obras não são passíveis de registo como activo pelo que na data da

transição para o SNC, a SCML procedeu ao desreconhecimento dos valores capitalizados em POC.

Ajustamento 7 – Ajustamento relativo à mensuração das participações de capital, ao justo valor, em entidades sobre as quais a Santa Casa não exerce controlo ou influência significativa por se tratar de entidades cotadas. Reconhecimento de imparidade integral sobre as não cotadas, por não se estimar a obtenção de quaisquer benefícios económicos futuros.

Ajustamento 8 – A Santa Casa participa no capital da Sojogo, entidade gestora dos jogos sociais em Moçambique, exercendo influência significativa sobre as políticas económicas e financeiras desta entidade. Contudo, uma vez que todos os ganhos gerados pela Sojogo destinam-se à distribuição pelos beneficiários legalmente instituídos e não se encontra prevista a constituição de um fundo de reconstituição de capital, o valor da participação na Sojogo foi reduzido a zero, à data da transição, por não se estimar a obtenção de quaisquer benefícios económicos futuros.

Ajustamento 9 – Os imóveis que constituem o Fundo Fechado de Investimento Imobiliário “Santa Casa 2004” foram mensurados ao justo valor, à data de transição, conforme permitido pela NCRF 3, tendo por base o confronto entre o respectivo valor contabilístico e o resultante da avaliação dos peritos independentes, não podendo o valor contabilístico ser superior ao da média aritmética simples das avaliações periciais.

Ajustamento 10 – Ajustamento referente aos subsídios ao investimento não reembolsáveis atribuídos aos Serviços Centrais e ao HOSA, os quais, de acordo com os critérios da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo, devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios.

Ajustamento 11 – A Santa Casa possui a propriedade “Herdade do Monte de Cima”, na qual é desenvolvida a exploração silvícola de montados de Sobro e Azinho, que qualificam como activos biológicos. O ajustamento reconhecido à data da transição e períodos subsequentes refere-se à mensuração ao justo valor do Montado de Sobro e Azinho.

Ajustamento 12 – No âmbito do normativo POC, os Serviços Centrais, o HOSA e o CMRA reconheciam os dispêndios com aquisições de material de economato e outros materiais de consumo interno como inventários. De acordo com a NCRF 18 – Inventários, tais dispêndios não qualificam como inventários tendo sido desreconhecidos à data da transição.

Ajustamento 13 – O ajustamento efectuado reflecte a expectativa de recebimento das contribuições efectuadas em excesso a favor da Segurança Social a médio prazo. Tal expectativa traduz-se no ajustamento por imparidade do activo, quanto ao efeito temporal do dinheiro.

Ajustamento 14 – O saldo remanescente referente a aquisições de jarras para oferta foi desreconhecido à data de transição, assim como à data de Balanço do primeiro período comparativo, dado que tais valores não qualificam como diferimentos, além de não se enquadrarem nos critérios de reconhecimento de activos, segundo os princípios do SNC.

Ajustamento 15 – No âmbito do normativo POC, a Santa Casa reconhecia como activos fixos tangíveis os bens de valor superior a 200 euros. De acordo com o normativo SNC e as políticas contabilísticas adoptadas, foram desreconhecidos a 31 de Dezembro de 2009 os bens cujo valor de aquisição era inferior a mil euros e ainda não se encontravam totalmente depreciados à data.

Ajustamento 16 – A Santa Casa acordou uma parceria com a sociedade imobiliária Alves Ribeiro, com vista ao desenvolvimento de um projecto imobiliário de acordo com o qual a SCML cede o terreno e adquire o direito a um terço do rédito obtido com a venda das fracções do edifício construído pela Alves Ribeiro, sendo que a proporção dos custos a suportar encontra-se definida através do Contrato de Associação. No âmbito do POC os valores recebidos pela alienação das fracções, foi reconhecido como adiantamentos sobre vendas. Na transição para o SNC a parceria estabelecida constitui uma operação conjunta, de acordo com a qual os participantes devem reconhecer nas suas demonstrações financeiras a sua quota-parte das transacções realizadas. Assim, na data da transição a Santa Casa procedeu ao registo do rédito das fracções já alienadas bem como o custo da proporção do terreno inerente às alienações.

Ajustamento 17 – O saldo residual referente a dispêndios com a produção de moedas comemorativas dos 500 anos da Santa Casa foram desreconhecidos, na medida em que tais valores não cumprem com os critérios de reconhecimento de activos, conforme a estrutura conceptual do SNC.

Ajustamento 18 – Este ajustamento reflecte os efeitos contabilísticos produzidos pela adopção da NCRF 28 – Benefícios aos Empregados, ao nível do plano de benefícios definidos

atribuído pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aos colaboradores da Instituição que se enquadram na legislação específica descrita na nota 22.

Ajustamento 19 – Foi reconhecida à data de transição uma provisão para benefícios atribuídos a colaboradores aposentados ou reformados e colaboradores no activo com doenças crónicas graves e/ou incapacitantes, com base no número de colaboradores em causa, respectivas idades e montante pago em anos anteriores.

Ajustamento 20 – A Santa Casa assume a responsabilidade perpétua enquanto beneficiária de heranças dos seus beneméritos, nomeadamente quanto à manutenção dos jazigos dos defuntos. O ajustamento efectuado resulta do reconhecimento das obrigações assumidas quanto à manutenção de jazigos.

Ajustamento 21 – À data da transição, o HOSA tinha incluído na rubrica de imobilizados em curso, um montante de 616.406 euros relativo ao *software* aplicacional *MedTrak* para a área de Gestão de Doentes, que já havia entrado em funcionamento no final de 2005. O HOSA procedeu à regularização da amortização acumulada à data da transição.

Ajustamento 22 – No âmbito da construção da uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC) o HOSA adquiriu o respectivo equipamento para essa Unidade. Atendendo a que o prazo de abertura foi sendo adiado, foi este equipamento reclassificado para Imobilizado em Curso, revertendo a respectiva depreciação.

Ajustamento 23 – O HOSA tinha uma construção em curso relativo ao “Projecto das Residências de Sant’Ana” na rubrica de Imobilizações em Curso, que foi desreconhecida por não se encontrarem reunidas as condições necessárias, para a prossecução do empreendimento inicialmente previsto.

Ajustamento 24 – O HOSA tinha contabilizada uma provisão para fazer face a eventuais custos a incorrer decorrentes das decisões que viessem a ser tomadas relativamente ao processo de implementação da solução hospitalar *Medtrak*. Parte da amortização extraordinária no montante de 118.316 €, foi anulada por contrapartida da redução do excesso da referida provisão.

Ajustamento 25 - O CMRA tem reconhecido à data da transição um acréscimo de proveitos para devoluções de produtos farmacêuticos que ultrapassaram prazos de validade, com reduzida probabilidade de regularização, tendo procedido ao seu desreconhecimento à data

de transição, assim como à data de balanço do primeiro período comparativo em normativo SNC.

Ajustamento 26 – O CMRA tem evidenciado nas demonstrações financeiras à data da transição uma responsabilidade a pagar ao Estado por conta de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ("CGA") em excesso, tendo procedido à respectiva correcção à data da transição.

Ajustamento 27 – A ESSA procedeu à anulação do saldo a pagar reconhecido na rubrica de "Estado e outros entes públicos" relativo a remunerações pagas a formadores externos, por este saldo não ser exigível.

Ajustamento 28 – A ESSA procedeu à anulação da provisão para a contingência fiscal sobre remunerações pagas a formadores externos, por esta ter prescrito e não constituir um passivo à luz da NCRF 21 – Provisões, passivos e activos contingentes.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Santa Casa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da SCML e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” para todos os outros saldos e transacções, reconhecidos na demonstração dos resultados.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2010	2009
USD	1,3362	1,4406
CHF	1,2504	1,4836
GBP	0,8608	0,8881

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” determinado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com financiamentos obtidos para a construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

A Santa Casa apenas capitaliza activos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 1.000 euros, excepto quanto aos activos que tenham a mesma natureza, sejam adquiridos de forma agregada e excedam esse montante.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 18 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 15 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 1 a 8 anos
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	Entre 1 a 33 anos
Outras activos tangíveis	Entre 3 a 20 anos

As vidas úteis dos activos tangíveis são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (nota 3.5).

São efectuados testes de imparidade com periodicidade anual para os activos tangíveis com vida útil indefinida (ex: obras de arte) independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Na data da transição para o SNC as propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor, correspondendo ao seu “custo considerado”.

Os gastos incorridos (manutenções e reparações não capitalizáveis, seguros e outros) e rendimentos obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos e perdas” e “Outros rendimentos e ganhos” respectivamente.

As propriedades de investimento são depreciadas em quotas constantes durante o período de vida útil expectável. As taxas de depreciação são as seguintes:

Anos	
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos

As vidas úteis das propriedades de investimento são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios gerados pelos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

3.4. Activos Intangíveis

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e corresponde ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para a Santa Casa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os activos detidos pela SCML que se enquadram nestas definições correspondem aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e à actividade.

Os activos intangíveis são valorizados, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os activos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Anos	
Programas de computador	Entre 3 a 7 anos

A Santa Casa determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo, os quais são revistos quanto à sua razoabilidade anualmente.

3.5. Imparidade de activos não financeiros

A Santa Casa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Santa Casa regista a respectiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente.

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que

corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Santa Casa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício.

A Santa Casa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a SCML reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Activos biológicos

Os activos biológicos da Santa Casa correspondem aos Montados de Sobro e Azinho, e ainda o Olival Velho Tradicional da “Herdade do Monte de Cima” situada em Évora Monte, concelho de Estremoz, distrito de Évora.

Os Montados de Sobro e Azinho são explorados para a extracção de cortiça e colheita de bolota, para venda a grossistas de cortiça e alimentação de suínos.

O Olival Velho Tradicional é explorado para a venda de oliveiras como árvores ornamentais.

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita/ apanha.

Na determinação do justo valor do Montado de Sobro (produção de cortiça) foi utilizado o método do valor fundiário, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação, nomeadamente, o rendimento obtido, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção. Ao valor fundiário do montado foi adicionado o valor da cortiça criada, com base no rendimento obtido, taxa de capitalização e número de anos remanescentes para a extracção.

Na determinação do justo valor do Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto) foi utilizado o método da perpetuidade, tendo em conta a capacidade de encabeçamento de gado suíno do Montado de Azinho e Sobro e valor de contratos de engorda, mediante uma taxa de actualização.

Na determinação do justo valor do Olival Velho Tradicional foi apurado o número de oliveiras com interesse comercial, multiplicado pelo valor médio líquido por oliveira com fins ornamentais em 2010.

As alterações ao justo valor são reconhecidas da demonstração dos resultados na rubrica "Aumentos/ reduções de justo valor".

A Santa Casa classifica os activos biológicos consumíveis (bolota) como activos biológicos correntes, e os activos biológicos de produção (sobreiros e azinheiras) como não correntes, excepto se estiverem classificados como detidos para venda.

3.8. Compensação de saldos

A compensação de activos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efectuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de efectuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o activo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

3.9. Inventários

Os inventários compreendem:

- i) Artigos comercializáveis de merchandising para venda ao público (canecas, blocos, cadernos, colares, malas, etc), essencialmente no Espaço Santa Casa na Rua do Carmo, e no Museu de S. Roque;
- ii) Géneros alimentares, produtos de limpeza e higiene, assim como outros materiais de consumo para utilização nos equipamentos sociais (lares, creches e outros) do Departamento de Acção Social e Saúde;
- iii) Artigos relacionados com a prestação dos serviços hospitalares e de reabilitação, acções de internamento, consultas e actos terapêuticos, tais como medicação para administrar a doentes, próteses ortopédicas, materiais clínicos, entre outros.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade quando, à data de relato financeiro, as mercadorias que possuam um prazo de validade ou, de acordo com as estimativas de venda, não sejam comercializados antes de atingirem esse prazo.

3.10. Clientes / Utentes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes/ Utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicáveis).

As perdas de imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente clientes/utentes e alunos, são constituídos tendo em conta critérios de avaliação dos riscos efectivos de cobrança, identificados no final de cada exercício.

As perdas por imparidade dos Clientes/ utentes e das Outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo

subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que os valores a receber de terceiros se encontram em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.12. Passivos financeiros

A classificação dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

3.14. Benefícios aos empregados

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida, e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição. Assegura, ainda, complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde a alguns colaboradores cujo rendimento *per capita* dos respectivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida

A Santa Casa assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de reformas, desde a data do direito à reforma até ao momento da passagem efectiva à reforma, dos colaboradores. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do colaborador até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na nota 22, o fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

➤ Plano de Pensões dos Serviços Centrais

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80 de 24 de Julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis à Santa Casa):

- **Decreto-Lei n.º 247/80** – abrange o pessoal que ficou abrangido desde 31 de Julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do art.º 2º), pessoal que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (art.º 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a SCML um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem actualização (n.ºs 1 e 2 do art.º 6º);
- **Decreto-Lei n.º 94/2000** – os colaboradores da Santa Casa que, até 31 de Dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no art.º 1º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:
 - 1) Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
 - 2) Quotização à CGA (10% do salário)

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do

referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após Julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- **Pensão de velhice e invalidez** – pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- **Pensão de sobrevivência imediata e orfandade** – em caso de morte de colaborador activo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;
- **Pensão de sobrevivência diferida** - em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos de sobrevivência a pensão a atribuir pela CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da SCML será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por actuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de "*rating*" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de

empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

➤ **Complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde**

De acordo com o regulamento de pessoal, todos colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento *per capita* dos respectivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida, são beneficiários de complemento de pensão.

São atribuídas comparticipações de encargos com saúde aos colaboradores referidos no parágrafo anterior e aos colaboradores no activo com doença crónica grave e/ou incapacitante.

Foi reconhecida à data de transição uma provisão, com base no número de colaboradores em causa, respectivas idades e montante pago em anos anteriores.

➤ **Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. A Santa Casa reconhece esta provisão quando estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamento.

Provisão para conservação e manutenção de jazigos

A Santa Casa tem uma responsabilidade perpétua quanto à manutenção e conservação de jazigos, no âmbito de processos de herança de beneméritos da SCML. A Santa Casa regista uma provisão por conta dos custos a suportar tendo por base o custo médio de conservação por jazigo, e em função do número total de jazigos sob a sua responsabilidade.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A Santa Casa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparáveis pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido independentemente do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital ", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados no resultado do exercício.

3.17. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas às quais a Santa Casa recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O Rédito da Santa Casa é determinado pela venda de produtos e prestação de serviços no âmbito das actividades desenvolvidas. As naturezas mais significativas são as seguintes:

- i) Receitas da comercialização de artigos de *merchandising* Santa Casa no Espaço Santa Casa e Museu de S. Roque, sendo estas as principais localizações. O Rédito é reconhecido no momento de venda dos artigos ao cliente final, em conformidade com os critérios de reconhecimento de Rédito por venda de bens contemplados na NCRF 18 – Rédito;
- ii) Comparticipações de utentes quanto a serviços e equipamentos sociais:
 - a) Creche;
 - b) Creche familiar;
 - c) Jardim-de-infância;
 - d) Actividades de tempos livres sem alimentação;
 - e) Actividades de tempos livres com alimentação;
 - f) Lar de crianças e jovens;
 - g) Convívio de idosos;
 - h) Centro de dia;
 - i) Lar de idosos;

- j) Apoio domiciliário;
- k) Ludoteca;
- l) Residência orientadora;
- m) Residência assistida;
- n) Apartamentos de apoio à vítima; e
- o) Outras actividades que possam vir a ser definidas pela Mesa da Santa Casa.

O Rédito de comparticipações de utentes é reconhecido mensalmente em função dos serviços prestados;

- iii) Comparticipações de utentes quanto a serviços de saúde, prestados por unidades de saúde de proximidade;
- iv) Venda de artigos ortoprotésicos efectuada aos utentes, No caso da venda de material terapêutico, sendo o rédito é reconhecido após a entrega do material ao utente, ou seja com a transferência dos riscos e benefícios inerentes à sua propriedade;
- v) Prestação de serviços de saúde, cujo rédito é reconhecido no acto médico quando se trata de serviços prestados pelo HOSA e especializado mensalmente quando prestados pelo CMRA, nomeadamente:
 - a) Internamentos: os serviços prestados pelo HOSA e pelo CMRA compreendem os actos cirúrgicos e os períodos de internamento associados. No caso da facturação por GDH (grupos de diagnóstico homogéneo) a facturação é especializada mensalmente e só facturada após a codificação dos processos clínicos;
 - b) Consultas externas: serviços de consulta externa nas várias áreas de especialidade tais como: Ortopedia/ traumatologia, Anestesiologia, Cirurgia plástica reconstrutiva e estética, Clínica geral, Fisiatria, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Reumatologia, prestadas a utentes do SNS e outros subsistemas de saúde. Contempla ainda consultas de medicina física e reabilitação especializada, consultadorias e intervenção em reabilitação;

- c) Meios complementares de diagnóstico: exames complementares de diagnóstico nas áreas da radiologia, imagiologia e análises, ginásios e laboratórios;
 - d) Actos terapêuticos: serviços de saúde nas vertentes da medicina física e reabilitação, fisioterapia, terapia da fala e ocupacional, actos de enfermagem, gessos, entre outros.
- vi) Matrículas dos alunos da ESSA, inscrições nas licenciaturas, pós-graduações, *workshops*, pagamento de propinas e candidaturas.

3.20. Outros rendimentos

i) Prémios caducados

Os Serviços Centrais reconhecem rendimentos associados à caducidade dos prémios de Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, à data em que se vence o direito à reclamação dos prémios, ou seja, 3 meses após a data do sorteio/ extracção.

Os prémios caducados reconhecidos pelos Serviços Centrais correspondem aos prémios caducados do jogo Euromilhões (conforme o art.º 10º do Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de Agosto), e ainda aos prémios caducados de jogos de Lotaria Clássica e Popular (conforme o art.º 20º da Portaria n.º 551/2001, de 31 de Maio e art.º 22º da Portaria n.º 1016/2010, de 4 de Outubro).

ii) Resultados dos jogos sociais

Como beneficiários directos dos resultados gerados pelos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, os Serviços Centrais e o CMRA reconhecem como Outros rendimentos o valor dos resultados comunicados e pagos mensalmente pelo Departamento de Jogos.

3.21. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método directo.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de “Financiamento obtido - corrente”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em actividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes/utentes, inquilinos, alunos, jogos sociais e participações, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de impostos indirectos líquidos e subsídios.

Os fluxos de caixa incluídos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de activos tangíveis, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações, juros e despesas relacionadas.

3.22. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a Santa Casa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

i) Provisões

A Santa Casa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Santa Casa suporta o seu julgamentos com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (nota 20).

ii) Pressupostos actuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de actualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os activos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos actuariais terão impacto no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (nota 22).

iii) Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os activos no âmbito da actividade (nota 6 e nota 8).

3.24. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afectem o valor dos activos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Santa Casa não possui qualquer saldo em Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2010	2009
Caixa	32.015	50.160
Descobertos bancários	-	-
Depósitos bancários	219.226.608	199.216.858
Caixa e equivalentes de caixa	219.258.623	199.267.018

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 é como segue:

	2010	2009
Numerário		
- Caixa	32 015	50.160
	32.015	50.160
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	6.961.442	3.406.802
- Depósitos a prazo	33.208.000	36.533.600
- Outros Activos Financeiros	179.057.165	159.276.456
	219.226.608	199.216.858
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	219.258.623	199.267.018
Equivalentes de caixa (passivo)		
Total	219.258.623	199.267.018

Em outros activos financeiros encontram-se evidenciadas as aplicações de tesouraria com maturidade entre 90 dias e um ano, com uma rendibilidade média de 4,87% em 2010 (2009: 2,28%).

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas contabilísticas de relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas pela Santa Casa, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

A Santa Casa não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no exercício ou em exercícios futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não foi identificado em 2010 qualquer erro relativo a exercícios anteriores passível de correcção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

6 Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2009									
Custo de aquisição	29.304.102	131.278.009	13.130.356	2.318.939	17.741.367	200.853	4.087.484	16.034.286	214.095.395
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(34.535.551)	(7.302.026)	(1.659.124)	(12.463.884)	-	(1.410.734)	-	(57.371.319)
Valor líquido	29.304.102	96.742.459	5.828.330	659.814	5.277.483	200.853	2.676.749	16.034.286	156.724.076
31 de Dezembro de 2009									
Adições	-	10.568.218	1.639.027	179.856	2.679.018	30.998	446.878	(3.332.540)	12.211.455
Alienações	-	-	(24.740)	-	(168.238)	-	-	-	(192.978)
Transferências e abates	-	3.077.675	(183.359)	(273.137)	(2.672.873)	-	196.846	(8.601.649)	(8.456.496)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(3.846.515)	(1.366.968)	(229.416)	(2.115.603)	-	(477.251)	-	(8.035.752)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	28.707	338.687	273.137	2.830.202	-	126.047	-	3.596.779
Valor líquido	29.304.102	106.570.544	6.230.976	610.255	5.829.990	231.851	2.969.269	4.100.098	155.847.084
31 de Dezembro de 2009									
Custo de aquisição	29.304.102	144.923.902	14.561.283	2.225.658	17.579.275	231.851	4.731.208	4.100.098	217.657.375
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(38.353.358)	(8.330.307)	(1.615.403)	(11.749.285)	-	(1.761.938)	-	(61.810.292)
Valor líquido	29.304.102	106.570.544	6.230.976	610.255	5.829.990	231.851	2.969.269	4.100.098	155.847.084

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2010									
Custo de aquisição	29.304.102	144.923.902	14.561.283	2.225.658	17.579.275	231.851	4.731.208	4.100.098	217.657.375
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(38.353.358)	(8.330.307)	(1.615.403)	(11.749.285)	-	(1.761.938)	-	(61.810.292)
Valor líquido	29.304.102	106.570.544	6.230.976	610.255	5.829.990	231.851	2.969.269	4.100.098	155.847.084
31 de Dezembro de 2010									
Adições	-	579.586	1.215.137	269.435	1.103.249	60.385	291.861	3.582.423	7.102.077
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	1.890.228	(1.050.507)	(548.245)	(4.776.093)	-	(514.269)	(3.610.150)	(8.609.037)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(4.258.968)	(1.519.856)	(236.381)	(1.912.370)	-	(541.554)	-	(8.469.130)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	1.608	1.809.833	547.174	4.985.246	-	542.641	-	7.886.502
Valor líquido	29.304.102	104.782.997	6.685.583	642.238	5.230.022	292.236	2.747.948	4.072.370	153.757.495
31 de Dezembro de 2010									
Custo de aquisição	29.304.102	147.393.716	14.725.913	1.946.848	13.906.430	292.236	4.508.800	4.072.370	216.150.415
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(42.610.719)	(8.040.330)	(1.304.610)	(8.676.409)	-	(1.760.852)	-	(62.392.920)
Valor líquido	29.304.102	104.782.997	6.685.583	642.238	5.230.022	292.236	2.747.948	4.072.370	153.757.495

As transferências de Activos em curso para Activos fixos tangíveis ocorridas em 2010 referem-se essencialmente a obras em edifícios afectos à actividade e equipamento diverso.

Os activos em curso correspondem, essencialmente, a obras de reabilitação e beneficiação de edifícios afectos à actividade. As aquisições concretizadas referem-se, sobretudo, a equipamento básico e administrativo.

As depreciações dos Activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Os valores contabilizados na rubrica de “Obras de arte” correspondem aos valores pagos pela Santa Casa com aquisições voluntárias de obras de arte, as quais não são depreciadas, sendo testadas por imparidade com periodicidade anual.

7 Propriedades de Investimento

Durante os exercícios apresentados a rubrica de propriedades de investimento registou a seguinte evolução, por natureza de activo:

	2010			2009		
	Terrenos	Edifícios	Imob em curso	Terrenos	Edifícios	Imob em curso
A 1 de Janeiro						
Valor bruto	26.231.281	129.046.516	1.508.287	24.584.456	119.750.377	1.739.758
Depreciações acumuladas	-	(18.227.224)	-	-	(14.509.025)	-
Valor líquido	26.231.281	110.819.292	1.508.287	24.584.456	105.241.352	1.739.758
Transf./Variações Ano		2.999.828	(221.478)		3.604.487	(582.363)
Aquisições	7.159	256.618	1.689.411	1.406.753	4.842.804	350.891
Doações	242.124	379.984		298.478	848.847	
Alienações	(144.589)	(12.211)		(58.406)		
Depreciações	-	(3.968.629)		-	(3.689.585)	
Depreciação - alienações		142				
Depreciação- transf. e abates		28.613			(28.613)	
Imparidade	-	-		-		
	26.335.975	110.503.638	2.976.219	26.231.281	110.819.292	1.508.287
A 31 de Dezembro						
Valor bruto	26.335.975	132.670.736	2.976.219	26.231.281	129.046.516	1.508.287
Depreciações acumuladas	-	(22.167.098)	-	-	(18.227.224)	-
Valor líquido	26.335.975	110.503.638	2.976.219	26.231.281	110.819.292	1.508.287

As propriedades de investimento correspondem a edifícios e terrenos que estão a ser rentabilizados através de contratos de arrendamento com inquilinos da Santa Casa e do Fundo "Santa Casa 2004".

A avaliação destas propriedades de investimento foi efectuada de acordo com o valor da matriz predial registada nas Finanças. A metodologia utilizada para calcular o justo valor consistiu em considerar justo valor o montante da matriz predial das Finanças à data da transição, caso este fosse superior ao valor líquido contabilizado.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2010			2009		
	Terrenos	Edifícios	Imob em curso	Terrenos	Edifícios	Imob em curso
Saldo Inicial	26.231.281	129.046.516	1.508.287	24.584.456	119.750.377	1.739.758
Adições						
- Aquisições	7.159	256.618	1.689.411	1.406.753	4.842.804	350.891
- Doações	242.124	379.984	-	298.478	848.847	-
- Transferências / Variação Ano	-	2.999.828	(221.478)	-	3.604.487	(582.363)
- Concentrações de actividades empresariais						
Transferências						
- De/(Para) Inventários	-	-	-	-	-	-
- De/(Para) Propriedade de uso próprio	-	-	-	-	-	-
Reduções						
- Abates	-	-	-	-	-	-
- Alienações	(144.589)	(12.211)	-	(58.406)	-	-
Outras Alterações	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	26.335.975	132.670.736	2.976.219	26.231.281	129.046.516	1.508.287

Do total de adições ocorrido no exercício, cerca de 1.946.029 euros correspondem, essencialmente, a obras estruturais de conservação.

O justo valor das propriedades de investimento a 31 de Dezembro de 2010 é de 155.104.464 euros, tendo sido apurado a partir dos seguintes métodos, consoante a natureza e/ou situação das propriedades:

- i) Método do rendimento: aplicado aos imóveis/fracções arrendadas ou que podem ser objecto de arrendamento, tendo por base uma taxa de capitalização de 5,5%, embora para situações de rendas mais actuais e para comércio/ serviços, tenham sido consideradas taxas da ordem dos 7 e 8%;
- ii) Rendimento fundiário: aplicado aos prédios rústicos de acordo com o tipo de culturas praticadas na região em que o mesmo se insere e utilizadas taxas de actualização na ordem dos 4 a 5%;
- iii) Avaliação de peritos: aplicado aos imóveis do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004", tendo sido apurado a partir do confronto entre o respectivo valor contabilístico e o resultante da avaliação dos peritos independentes, não podendo o valor contabilístico ser superior ao da média aritmética simples das avaliações periciais.

8 Activos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a programas informáticos adquiridos para suporte às actividades operacionais e administrativas da Santa Casa. A evolução registada para os

períodos apresentados é como segue, tendo sido o saldo inicial reclassificado a partir de equipamento informático:

	2010	2009
A 1 de Janeiro de		
Custo de aquisição	2.004.310	1.978.620
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
Amortizações acumuladas	(1.017.588)	(772.671)
Valor líquido	986.721	1.205.948
Adições	617.209	25.690
Alienações	-	-
Transferências e abates	27.534	-
Imparidade do exercício	-	-
Depreciação - exercício	(404.070)	(244.917)
Depreciação - alienações	-	-
Valor líquido	1.227.394	986.721
31 de Dezembro de		
Custo de aquisição	2.649.052	2.004.310
Imparidade acumulada	-	-
Amortizações acumuladas	(1.421.659)	(1.017.588)
Valor líquido	1.227.394	986.721

9 Activos biológicos

A 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os activos biológicos registados referem-se às seguintes naturezas:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ao justo valor						
Montado de Sobro (produção de cortiça)		776.136	776.136		741.891	741.891
Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	3.936		3.936	3.936		3.936
Olival Velho Tradicional		26.310	26.310		26.310	26.310
	3.936	802.446	806.382	3.936	768.201	772.137

As medidas de quantificação física dos activos biológicos, utilizadas a 31 de Dezembro de 2010, divididos por tipologia, assim como as estimativas não financeiras efectuadas encontram-se descritas na tabela abaixo:

Activo biológico/ produto agrícola	Medidas de quantificação	Factores de cálculo
Montado de Sobro (produção de cortiça)	Método do valor fundiário e apuramento da cortiça criada	Rendimento obtido, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção, taxa de capitalização e anos remanescentes para a extracção.
Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	Método dos fluxos de caixa descontados (perpetuidade)	Capacidade de encabeçamento de gado suíno do Montado e taxa de capitalização
Olival Velho Tradicional	Múltiplo das oliveiras com interesse comercial pelo valor médio líquido por oliveira	N/A

A variação ocorrida no valor dos activos biológicos, para os exercícios apresentados, é como segue:

	2010			2009		
	Montado de Sobro (produção de cortiça)	Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	Olival Velho Tradicional	Montado de Sobro (produção de cortiça)	Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	Olival Velho Tradicional
Saldo inicial	741.891	3.936	26.310	906.163	4.472	26.310
Adições - Aquisições						
Reduções - Extracções						
Variações do justo valor	34.244	-	-	(164.272)	(537)	-
Saldo final	776.136	3.936	26.310	741.891	3.936	26.310

Variações do justo valor

As principais variações do justo valor do exercício de 2010 correspondem a (34.244) euros (2009: 164.808 euros).

10 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Apesar da Santa Casa exercer influência significativa sobre a Sojogo, a participação está registada por valor zero, dada a obrigatoriedade de distribuição dos ganhos gerados pela Sojogo pelos beneficiários, dos quais a SCML não faz parte (nota 2.4).

11 Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital de natureza diversa, como segue:

Método de mensuração		2010	2009
Ao justo valor			
Acções nacionais cotadas	i)	206.818	301.501
Acções internacionais cotadas	ii)	15.918	9.771
Unidades de Participação Nacionais	iii)	246.054	9.095
Unidades de Participação Internacionais	iii)	269.848	241.927
Títulos de Participação Nacionais	iv)	241.968	241.968
Títulos de dívida pública perpétua		66	87
Ao custo			
Acções nacionais e internacionais não cotadas		198.527	156.261
Empréstimos concedidos		1.247	1.247
Outros	v)	43.555	38.969
Total		1.224.001	1.000.826

- i) Acções cotadas no índice bolsista PSI, as quais encontram-se valorizadas ao valor de mercado;
- ii) Acções estrangeiras cotadas nos respectivos países, valorizadas ao valor de mercado;
- iii) Subscrição de obrigações emitidas por entidades nacionais e internacionais, encontrando-se valorizadas ao justo valor;
- iv) Participações de capital em empresas nacionais e internacionais que não se encontram cotadas, encontrando-se valorizadas ao justo valor;
- v) Títulos emitidos por entidades nacionais com a natureza de fundos de tesouraria, encontrando-se valorizados ao custo histórico.

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	Mensuração justo valor	Mensuração custos	Total
1 de Janeiro de 2009	612.791	200.819	813.611
Aquisições	-	-	-
Ajustamento de justo valor	191.558	-	191.558
Perdas por imparidade	-	102.176	102.176
Alienações/Liquidações	-	(106.518)	(106.518)
31 de Dezembro de 2009	804.349	196.477	1.000.826
1 de Janeiro de 2010	804.349	196.477	1.000.826
Aquisições	240.426	400	240.825
Ajustamento de justo valor	(17.250)	-	(17.250)
Perdas por imparidade	-	(400)	(400)
Alienações/Liquidações	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	1.027.525	196.477	1.224.001

12 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	2010	2009
Mercadorias	150.215	150.561
Outros artigos	72.765	92.891
Artigos papel	43.426	19.664
Artigos casa	21.371	24.748
Artigos moda	5.568	5.792
Livros e publicações	7.085	7.466
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	864.826	877.503
Produtos farmacêuticos	118.689	128.273
Material consumo clínico	311.387	284.259
Produtos dietéticos	14.145	20.169
Prod. Farm/Farmácia	85.852	92.929
Aparelhos ortopédicos e outros	220.795	233.305
Limpeza higiene e conforto	108.378	111.413
Louças, talheres e utensílios de cozinha	474	505
Géneros alimentares	1.640	1.958
Outros	3.465	4.692
Imparidade de inventários	(104.622)	(40.000)
Total inventários	910.418	988.064

A variação negativa verificada em inventários, de 2009 para 2010, decorre, sobretudo, nos produtos farmacêuticos, materiais de consumo clínico e material ortopédico.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2010, como gasto e incluído na rubrica “custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 5.310.654 euros (em 2009: 5.625.808 euros).

Registaram-se imparidades de inventários no valor de 104.622 euros (2009: 40.000 euros), tendo a variação ocorrido por força da identificação de materiais de ortoprotesia, no CMRA, com reduzida rotatividade, no montante de 64.622 euros. Este valor foi reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de inventários”.

	2010	2009
A 1 de Janeiro	40.000	40.000
Aumentos	64.622	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	104.622	40.000

13 Clientes / Utentes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a decomposição da rubrica de Clientes/Utentes, é como se segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes de Acção Social	185.996	-	185.996	272.343	-	272.343
Inquilinos	1.194.466	-	1.194.466	1.201.628	-	1.201.628
Clientes saúde c/c	53.297.547	-	53.297.547	47.415.244	-	47.415.244
Clientes de estabelecimento de ensino	39.246	-	39.246	23.840	-	23.840
Outros clientes	5.091	-	5.091	18.658	-	18.658
Clientes cobrança duvidosa	4.399.721	-	4.399.721	4.377.382	-	4.377.382
	59.122.066	-	59.122.066	53.309.095	-	53.309.095
Imparidade de clientes da Acção Social	(49.791)	-	(49.791)	-	-	-
Imparidade de inquilinos	(358.633)	-	(358.633)	(397.885)	-	(397.885)
Imparidade de clientes saúde	(48.581.892)	-	(48.581.892)	(43.919.586)	-	(43.919.586)
Imparidade de clientes de estabelecimento de ensino	(93.566)	-	(93.566)	(61.402)	-	(61.402)
	(49.083.883)	-	(49.083.883)	(44.378.873)	-	(44.378.873)
Total	10.038.183	-	10.038.183	8.930.222	-	8.930.222

- i) Clientes saúde c/c – Relativo aos serviços e cuidados de saúde prestados no âmbito do internamento, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica;
- ii) Clientes saúde cobrança duvidosa – Relativo aos serviços e cuidados de saúde prestados/ facturados e cujo prazo de vencimento das facturas, já foi há muito ultrapassado.

Imparidade de Clientes

A variação mais significativa ocorrida em 2010 reflecte a redução no ajustamento constituído para a ARSLVT de 7.468.011 euros (2009: 6.627.014 euros) e os acordos estabelecidos para cobrança de dívidas com a ARS Alentejo, Centro Hospitalar Lisboa Ocidental e Centro Hospitalar Lisboa Central.

	2010	2009
A 1 de Janeiro	44.378.873	36.106.802
Aumentos	6.121.847	8.837.312
Utilizações	(1.413.565)	-
Reduções	(3.272)	(565.241)
A 31 de Dezembro	49.083.883	44.378.873

14 Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os saldos de Estado e outros entes públicos são os seguintes:

	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS	-	952.343	-	886.781
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	710.982	608.101	1.133.650	505.074
Contribuições p/ segurança social	-	1.707.926	-	1.688.403
Contribuições p/ caixa geral aposentações	-	-	-	2.133
Outros impostos	-	5.361	-	32.968
	710.982	3.273.731	1.133.650	3.115.359

Os saldos devedores de IVA referem-se a pedidos de reembolso efectuados.

15 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

			2010			2009		
			Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores								
	Entidades relacionadas	i)	1.923.045	-	1.923.045	6.402.462		6.402.462
	Financiamentos Externos	ii)	733.273	-	733.273	3.310.378	-	3.310.378
	Distribuição resultados Jogos Sociais	iii)	22.343.523	-	22.343.523	24.051.220	-	24.051.220
	Adiantamentos CTT - Subsídios	iv)	2.139.725	-	2.139.725	1.795.254	-	1.795.254
	Outros		4.010.264	-	4.010.264	2.202.705	-	2.202.705
	Pessoal	v)	106.904	-	106.904	97.583	-	97.583
	CRSSLVT	vi)	3.582.049	-	3.582.049	3.458.401	-	3.458.401
	Devedores por acréscimos de rendimentos	vii)	3.156.104	-	3.156.104	1.817.346	-	1.817.346
	Imparidade de outros devedores		(148.583)	-	(148.583)	(69.892)	-	(69.892)
Outras contas a receber			37.846.304	-	37.846.304	43.065.457	-	43.065.457

i) Entidades relacionadas: saldos resultantes das transacções operacionais entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos (nota 35);

ii) Financiamentos Externos: Valores a receber no âmbito de candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e ao acordo de cooperação celebrado entre o IEFPP (entidade que atribui subsídios à formação) e a Santa Casa. A variação deve-se maioritariamente à liquidação no ano de 2010 de saldos referentes ao próprio ano e a anos anteriores;

iii) Adiantamentos DJ: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados do Departamento de Jogos, a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março e, no caso do CMRA, correspondente às receitas dos resultados de exploração do Totobola (3,5%), Totoloto e Loto 2 (6,26%), com base no previsto na alínea a) do art.º 6.º do Decreto-lei n.º 274/91. Variação deve-se maioritariamente a à redução dos resultados do Departamento de Jogos;

iv) Adiantamentos CTT: Valores em aberto relativos a adiantamentos efectuados sobre a emissão de vales para pagamento de subsídios. A variação deve-se à resposta da Instituição às necessidades da população na actual conjuntura económica;

v) Pessoal: O valor global das dívidas activas e passivas, respeitantes à Santa Casa;

vi) CRSSLVT: contribuições efectuadas em excesso a favor da Segurança Social. Esta dívida está a ser actualizada a uma taxa de 3,58%, uma vez que se considera que o recebimento ocorrerá a médio prazo;

vii) Devedores por acréscimos de rendimentos:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Juros a receber	1.684.143		1.684.143	770.162		770.162
Outros rendimentos	1.471.961		1.471.961	1.047.184		1.047.184
	3.156.104	-	3.156.104	1.817.346	-	1.817.346

i) Juros a receber: saldo referente à especialização de rendimentos de aplicações de tesouraria de curto-prazo;

ii) Outros rendimentos: contempla diversas especializações de cuidados de saúde prestados, assim como a facturação de Dezembro que apenas é integrada no mês de Janeiro e à especialização das condições de desconto (ex: rappel) associadas a contratos de fornecimento de produtos/serviços.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

16 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a Santa Casa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2010	2009
Publicações	-	4.919
Rendas e Outros Serviços	63.136	243.072
Outros	21.484	19.222
Gastos a reconhecer	84.620	267.213
Outros rendimentos	576.145	279.683
Rendimentos a reconhecer	576.145	279.683

Em gastos a reconhecer encontra-se registada a especialização de rendas de espaços arrendados pelos Serviços Centrais referentes, usualmente a Janeiro de n+1. A variação, face ao ano transacto, deve-se ao reconhecimento em 2009 da especialização de encargos com licenças informáticas no âmbito de um *Enterprise Agreement.*, não aplicável em 2010;

Em rendimentos a reconhecer encontra-se registada a especialização de rendas de propriedades de investimento, processadas em Dezembro de 2010 mas referentes a Janeiro de 2011 e matrículas e inscrições recebidas na ESSA relativas ao ano lectivo.

17 Fundo Social

A Santa Casa não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo Social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

18 Resultados transitados

O impacto positivo em Resultados Transitados no exercício de 2009 resulta dos ajustamentos de transição para o SNC, tal como se encontram referenciados na nota 2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF.

Adicionalmente, e porque a Santa Casa optou pela mensuração dos activos tangíveis e propriedades de investimento pelo modelo do custo, os montantes reconhecidos no âmbito do POC em “Reservas de reavaliação” foram directamente transferidos para Resultados transitados, por não qualificarem para divulgação separada no Capital próprio como “Excedentes de revalorização”.

Os restantes movimentos registados nos exercícios apresentados resultaram da aplicação de resultados dos seguintes períodos:

2009:

- 29.383.868 euros: aplicação do resultado líquido do exercício de 2008, conforme deliberação da Mesa da Santa Casa de 31 de Março de 2009.

2010:

- 34.925.448 euros: pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2009, conforme deliberação da Mesa da Santa Casa de 30 de Março de 2010;

19 Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	Doações	Subsídios	Total
1 de Janeiro de 2009	5.765.006	29.765	5.794.771
Primeira adopção do novo referencial contabilístico	-	2.777.674	2.777.674
Adições/ Reforços	1.183.192	102.450	1.285.642
Regularização por resultados	(56.437)	(495.062)	(551.499)
Outras regularizações	(137.040)	-	(137.040)
Transferências	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	6.754.721	2.414.827	9.169.549
Adições/ Reforços	841.692	-	841.692
Regularização por resultados	-	(220.486)	(220.486)
Outras regularizações	(46)	-	(46)
Transferências	(443.563)	-	(443.563)
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	7.152.803	2.194.341	9.347.144

Doações

O saldo de “Doações” respeita à integração em património da Santa Casa, respeitante a bens doados pelos beneméritos da Santa Casa, reflectindo o valor de avaliação que lhes é atribuído.

O movimento de “Adições/ Reforços” está associado à integração de novos bens doados durante o exercício, sendo que as principais doações foram:

	2010
Doação de Delmira Maçãs	474.106
Doação de Maria P. N Domingos	75.000
Doação de Júlia Lisboa	70.000
Doação de Maria do Carmo Serra Santos	58.560
	677.666

	2009
Doação de Dinora Santos O. C. Pina	852.000
Doação de Ofélia Marques F. Carmo	144.000
Doação de Isabel Lurdes Jesus	128.019
	1.124.019

Subsídios

Os subsídios ao investimento respeitam aos seguintes programas:

- FEDER – Aldeia de Santa Isabel e Refeitório dos Anjos;
- PILAR – Lar N. Sra. do Carmo e Lar N. Sra. dos Anjos;
- CNLCS – Residência Santa Rita de Cássia;
- POC – Obras de Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque;
- EQUAL – Programa de Oportunidades;
- EQUAL – Projecto CAIM – Cooperação, Acção e Investigação Mundivisão.

Os movimentos do período reflectem:

i) A regularização dos subsídios ao investimento em resultado da depreciação verificada nos activos subsidiados, por contrapartida dos resultados do exercício, na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

ii) Transferência para a rubrica de Outras contas a pagar do subsídio ao investimento obtido em 2005 no âmbito do programa FEDER, no montante de 500.000 euros, para fazer face ao investimento na Unidade de Cuidados Continuados do HOSA, uma vez que à data de 31 de Dezembro de 2010, na sequência de Deliberação de Mesa, que determina o fim da Unidade inicialmente prevista direccionando-a para uma outra vertente e não havendo a certeza de que o referido subsídio, não terá que ser devolvido. Em 2009, cerca de 57 mil euros não foram considerados elegíveis pela Entidade Gestora do projecto, razão pela qual o valor já tinha sido corrigido.

20 Provisões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2009	3.255.875	3.200.000	486.958	6.942.833
Dotação	70.459	-	102.013	172.472
Utilização	(458.000)	-	(189.484)	(647.484)
Redução	(2.221.796)	(353.333)	(167.104)	(2.742.233)
A 31 de Dezembro de 2009	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588
Saldo corrente				-
Saldo não corrente	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588
	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588

	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2010	646.538	2.846.667	232.383	3.725.588
Dotação	627.914	-	-	627.914
Utilização	-	-	(72.657)	(72.657)
Redução		(288.667)	(66.555)	(355.222)
A 31 de Dezembro de 2010	1.274.452	2.558.000	93.170	3.925.622
Saldo corrente				-
Saldo não corrente	1.274.452	2.558.000	93.170	3.925.622
	1.274.452	2.558.000	93.170	3.925.622

Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que a Santa Casa efectuou da sua exposição a contingências legais, nomeadamente processos de natureza laboral e civil nos quais a SCML é ré. A variação registada em 2010 resulta dos processos instaurados no decorrer deste ano (2009: reforço da provisão em 70.459 euros, por força dos processos constituídos em 2009, sendo a redução respeitante à conclusão favorável de processos judiciais em curso durante 2009).

Conservação de jazigos

Tal como se encontra referido na nota 2.4, a Santa Casa reconheceu uma provisão quanto a encargos perpétuos com a conservação e manutenção de jazigos, responsabilidade assumida no âmbito de processos de herança em que a Santa Casa figura como beneficiária.

Os movimentos registados em 2010 referem-se à actualização dos pressupostos de cálculo (custo total estimado de conservação e taxa de desconto), e que se reflectiram na utilização da provisão no valor de 288.667 euros.

21 Financiamento obtido

O financiamento obtido, pelo Fundo de Investimento Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004", corresponde a um empréstimo bancário, no valor de 8.700.000 euros, a um prazo de dois anos, tendo tido início em Maio de 2010, a uma taxa de 2,998%.

Este empréstimo bancário tem como garantia real uma hipoteca do imóvel sito na Av. da Liberdade.

22 Responsabilidade por benefícios pós-emprego

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na

Caixa Geral de Aposentações ("CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de Julho. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, os Serviços Centrais contribuem para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras da Santa Casa é como segue:

	2010	2009
Obrigações no balanço		
Complemento de pensões	2.605.537	(2.899.715)
Encargos com saúde	(79.013)	(116.212)
	2.526.524	(3.015.927)
	2010	2009
Gastos na demonstração dos resultados		
Complemento de pensões	5.505.252	(1.962.620)
Encargos com saúde	37.199	33.788
	5.542.451	(1.928.832)

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2010, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essas datas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2010	2009
Taxa anual de desconto	4,50%	4,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
<i>Até 2015</i>	0,00%	2,00%
<i>Após 2015</i>	1,25%	2,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

Em 2010, com vista a reflectir a actual conjuntura, foi alterada a taxa anual de crescimento das pensões, sendo esta nula até 2015 e 1,25% após esse ano.

22.1. Plano de pensões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a cobertura das responsabilidades da Santa Casa pelos activos do Fundo era a seguinte:

	2010	2009
Valor presente da obrigação	(80.304.490)	(93.492.269)
Justo valor dos activos do plano	82.910.028	90.592.554
Obrigação no balanço	2.605.537	(2.899.715)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010 detalha-se como segue:

	2010	2009
A 1 de Janeiro	93.492.269	95.708.767
Custo serviços correntes	79.881	85.038
Custo dos juros	4.012.323	4.123.722
Pagamento de benefícios	(7.228.746)	(7.334.897)
(Ganhos)/perdas actuariais	(10.051.237)	909.639
A 31 de Dezembro	80.304.490	93.492.269

O montante significativo registado como (Ganhos)/ perdas actuariais deve-se à alteração verificada no pressuposto da taxa anual de crescimento das pensões.

O património dos fundos afectos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	2010	2009
A 1 de Janeiro	90.592.554	94.771.672
Contribuições entregues	-	-
Ganhos/ (perdas) actuariais	(5.035.741)	(1.860.550)
Benefícios pagos	(7.228.746)	(7.334.897)
Retorno esperado dos activos do fundo	4.581.960	5.016.329
A 31 de Dezembro	82.910.027	90.592.554

A rentabilidade média dos fundos em 2010 foi de -0,55%, sendo que em 2009 correspondeu a 3,48%.

A taxa de retorno esperada dos activos do plano para 2010 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos activos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

O Fundo de Pensões era composto pelos seguintes activos, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	2010	2009
Obrigações	63.045.701	55.237.408
Depósitos curto prazo	6.218.147	39.412.260
Acções	6.521.203	2.297.779
Fundos Investimento	27.393.636	15.590.145
	103.178.687	112.537.592

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2010	2009
Custos serviços correntes	(79.881)	(85.038)
Custos dos juros	(4.012.323)	(4.123.722)
(Ganhos) / perdas actuariais	5.015.496	(2.770.189)
Retorno estimado dos activos do plano	4.581.960	5.016.329
Total incluído em gastos com pessoal	5.505.252	(1.962.620)

22.2. Complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde

O Complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde não tem fundo constituído, sendo a respectiva responsabilidade coberta por uma provisão específica.

A provisão teve por base o número de colaboradores em causa, respectivas idades e montante pago em anos anteriores, no valor de 150.000 euros, sendo revista ao fim de três anos.

23 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a decomposição da rubrica "Fornecedores" era como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores c/c - gerais	i)	9.684.984	-	9.684.984	10.085.043	-	10.085.043
Fornecedores - facturas em conferência		1.893.573	-	1.893.573	1.468.993	-	1.468.993
Total		11.578.557	-	11.578.557	11.554.036	-	11.554.036

- i) Fornecedores gerais: saldos credores referentes a transacções de natureza operacional, no âmbito das actividades desenvolvidas.

24 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	i)	970.214	-	970.214	3.488.319	-	3.488.319
Outros credores							
Testamentarias	ii)	986.568	-	986.568	1.001.831	-	1.001.831
Credores por subsídios a pagar	iii)	1.091.170	-	1.091.170	933.268	-	933.268
Entidades relacionadas		471.685	-	471.685	472.798	-	472.798
Outros		3.466.273	-	3.466.273	2.424.074	-	2.424.074
Pessoal		14.083	-	14.083	58.003	-	58.003
Credores por acréscimos de gastos	iv)	21.580.404	-	21.580.404	20.312.263	-	20.312.263
Outras contas a pagar		28.580.397	-	28.580.397	28.690.556	-	28.690.556

- i) Fornecedores de investimentos: o saldo de fornecedores de investimentos respeita a aquisições de bens com a natureza de activos fixos tangíveis e encargos com reparação e manutenção de equipamentos quando se enquadram dentro da política contabilística estabelecida para a Santa Casa (nota 3.2);
- ii) Testamentarias: saldo referente à quota-parte da Santa Casa no âmbito de heranças (rendimentos deduzidos dos encargos resultantes de heranças, a distribuir pelos herdeiros) cujos processos ainda permanecem em curso;
- iii) Credores por subsídios a pagar: saldos relativos a prestações concedidas, pela Santa Casa, a pessoas desfavorecidas. A variação positiva decorre da actividade da Santa Casa e está relacionada com a actual conjuntura económica;

iv) Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a liquidar	12.213.520	-	12.213.520	13.153.693	-	13.153.693
Outros acréscimos de gastos	9.366.883	-	9.366.883	4.258.855	-	4.258.855
Fundo de Pensões	-	-	-	2.899.715	-	2.899.715
	21.580.404	-	21.580.404	20.312.263	-	20.312.263

a) Remunerações a liquidar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano, a serem pagos durante o ano subsequente;

b) Outros gastos: especializações de custos operacionais diversos.

25 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados em 2009 e 2010, é detalhado como segue:

	Nota	2010	2009
Vendas de Produtos			
Livros e publicações		5.847	5.911
Artigos museu S. Roque		13.312	15.035
Alimentação		29.937	17.968
Trab. Prod. Utentes		30.482	35.187
Outros bens		61.067	53.378
		140.645	127.479
Vendas de materiais			
Meios complementares de terapêuticos		48.732	75.475
Produtos de apoio		113.434	58.206
Outros Bens		471.794	485.614
		633.961	619.295
Prestação de serviços - Acção Social	i)		
Lar de idosos		1.029.594	1.035.618
Apoio domiciliário		985.472	834.671
Creche		437.704	432.988
Centro de dia		446.421	413.762
Jardim de infância		211.997	239.997
Lar doentes crónicos		284.054	231.403
Creche familiar		123.788	110.338
Colónia férias		20.622	15.915
IFRS		-	-
Outras prestações de serviços		462.495	483.868
		4.002.147	3.798.561
Prestação de Serviços - ESSA	ii)		
Inscrições		216.021	190.684
Matrículas		70.202	48.802
Propinas		2.243.277	2.268.102
Candidaturas		41.301	31.970
Outras		99.826	81.248
		2.670.626	2.620.807
Prestação de Serviços - Saúde	iii)		
Internamentos		18.638.852	18.525.765
Consultas externas		697.625	754.278
Meios complementares de diagnóstico		224.474	213.837
Meios complementares terapêuticos		1.718.002	1.768.752
Outras		192.915	277.277
		21.471.869	21.539.910
Vendas e prestações de serviços		28.919.246	28.706.052

i) Rédito da prestação de serviços (acção social): rédito associado às comparticipações de utentes enquanto utilizadores dos serviços de Acção Social promovida pela Santa Casa. A variação positiva deve-se ao aumento do número de utentes abrangidos;

ii) Rédito da prestação de serviços da ESSA: compreende inscrições, matrículas, propinas e candidaturas. A variação positiva das inscrições decorre da entrada em

funcionamento dos Mestrados da ESSA com a matrícula e inscrição dos novos alunos;

iii) Rédito da prestação de serviços de saúde: Contempla o rédito obtido na prestação de serviços de saúde prestados pelo HOSA e CMRA. A redução verificada é essencialmente explicada pela redução dos preços estabelecidos no acordo de prestação de cuidados de saúde realizado em 2010 entre o CMRA e a Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo (ARSLVT). O aumento registado na prestação de serviços de internamento decorre de novos incentivos de programas cirúrgicos, nomeadamente patologia do ombro e pé e aumento do número de cirurgias face ao ano anterior.

26 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, para os exercícios de 2009 e 2010, é como segue:

	Mercadorias		Matérias diversas	
	Mercadorias	2009	2010	2009
Existências iniciais	837.227	936.687	150.837	128.328
Compras	4.358.779	4.520.183	957.663	1.026.110
Regularizações	(18.474)	(3.277)	(336)	5.841
Existências finais	832.525	837.227	142.516	150.837
Custo das mercadorias vendidas e Matérias consumidas	4.345.006	4.616.366	965.648	1.009.442

	2010	2009
Mercadorias	4.345.006	4.616.366
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	965.648	1.009.442
Total Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.310.654	5.625.808

27 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos para os exercícios de 2009 e 2010 é como segue:

		2010	2009
Refeições confeccionadas	i)	10.204.437	9.656.499
Honorários	ii)	7.160.845	6.943.325
Trabalhos especializados	iii)	5.395.690	3.515.890
Conservação e reparação	iv)	5.135.009	3.933.656
Limpeza, higiene e conforto		3.853.797	3.490.653
Vigilância e segurança		2.360.223	2.295.607
Comunicação		1.432.432	1.349.057
Encargos com saúde utentes		1.764.729	1.969.168
Rendas e alugueres	v)	1.662.138	1.664.439
Electricidade		1.285.625	1.259.336
Outros encargos com utentes		1.238.431	1.070.076
Artigos e bens de baixo valor	vi)	1.142.866	114.843
Comissões		1.021.638	956.786
Combustíveis		978.822	832.793
Consumíveis		890.540	983.457
Ferramentas, Livros, Mat. Escritório e Artigos para Oferta		823.596	830.488
Deslocações, estadas e transportes		785.893	724.645
Licenças software		683.492	994.790
Publicidade		674.140	272.890
Água		534.326	515.372
Trabalho Temporário		471.410	284.531
Honorários - docentes		357.406	420.450
Componentes sanguíneos		287.224	204.008
Lavandaria		267.392	320.559
Outros		1.034.422	989.843
Fornecimentos e serviços externos		51.446.523	45.593.161

i) Refeições confeccionadas: custos suportados com a aquisição de refeições confeccionadas, as quais são fornecidas aos Equipamentos Sociais da Santa Casa. A variação resulta da maior resposta da nossa Instituição para com os nossos utentes;

ii) Honorários: valores suportados com pessoal externo à Santa Casa, no âmbito dos serviços prestados pela Acção Social e docentes da ESSA;

iii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Santa Casa por conta de serviços de consultadoria, no âmbito do Projecto Modernizar dos Serviços Instrumentais, trabalhos especializados de informática e restauro de obras de arte, entre outros;

iv) Conservação: trata-se de obras de conservação preventivas de edifícios e equipamentos da Santa Casa que não configuram activos fixos tangíveis;

v) Rendas: valores suportados com o arrendamento de propriedades imobiliárias e aluguer de viaturas comerciais;

vi) Outros artigos de baixo valor: com a adopção do normativo SNC, os bens de valor inferior a mil euros são reconhecidos como gastos do exercício (nota 3.2).

É, ainda, de referir que a Santa Casa goza de isenção de IVA, dada a actividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que o aumento das taxas verificado no ano de 2010 reflecte-se directamente no aumento dos Fornecimentos e serviços externos.

28 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2009 e 2010, foram como segue:

	2010	2009
Remunerações		
Orgãos sociais	442.911	456.680
Pessoal	<u>75.154.041</u>	<u>77.149.156</u>
Outros Encargos		
Prémios para benefícios reforma	(5.505.252)	1.962.620
Encargos sobre remunerações	13.506.098	13.309.561
Gastos de acção social	690.974	837.153
Outros	2.265.108	2.165.830
Sub-total	<u>10.956.928</u>	<u>18.275.163</u>
Gastos com o pessoal	<u>86.553.880</u>	<u>95.880.999</u>

O número de empregados da Santa Casa em a 31 de Dezembro de 2010 era de 3.867 (2009: 3.852)

As principais variações de gastos com pessoal verificadas entre 2009 e 2010 devem-se a:

- Reconhecimento de ganhos actuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais sofreram significativo incremento face a 2009, conforme descrito na nota 22.

Os encargos com colaboradores dos Serviços Centrais encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	2010	2009
Serviços Centrais	64.578.630	73.128.988
HOSA	7.498.133	7.548.433
CMRA	12.625.059	13.382.360
ESSA	1.852.058	1.821.218
	86.553.880	95.880.999

29 Outros rendimentos e ganhos operacionais

Os outros rendimentos e ganhos operacionais obtidos em 2009 e 2010 foram como segue:

		2010	2009
Ganhos em existências		66.022	97.598
Prémios caducados	i)	9.123.095	10.558.194
Jogos sociais	ii)	122.729.934	141.543.102
Acordo prestação de serviços SCML- DJ	iii)	5.602.556	5.300.312
Rendimentos de Prop. de Investimento		4.025.345	4.260.784
Correcções relativas a exercícos anteriores		869.966	323.383
Heranças		2.589.240	48.906
Descontos p.p. obtidos		72.884	81.505
Ganhos na alienação de activos tangíveis		-	28.000
Outros		2.109.356	3.720.660
		147.188.398	165.962.445

- i) Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade dos prémios dos Jogos Sociais de Lotaria Nacional e Euromilhões explorados pelo Departamento de Jogos (nota 3.20). A variação deste rendimento não é controlada pela Instituição;
- ii) Jogos sociais: essencialmente trata-se do rendimento da Santa Casa enquanto beneficiária dos Jogos Sociais, conforme percentagem de afectação dos resultados do Departamento de Jogos contemplada no Decreto-Lei n.º 56/2006 (28%) e o Centro de Medicina Reabilitação de Alcoitão tem direito às receitas dos resultados de exploração do Totobola (3,5%), Totoloto e Loto 2 (6,26%). A variação está associada a diminuição de 9,3% do rendimento bruto do Euromilhões, sendo que este jogo pesa cerca de 64% do total dos rendimentos;
- iii) Acordo de prestação de Serviços: enquadra-se no âmbito de um acordo de gestão e prestação de serviços entre a SCML e o DJ, em que a SCML será remunerada pelo DJ,

pela utilização das instalações e pelos serviços prestados pelos serviços instrumentais (Direcção Financeira, Direcção de Recursos Humanos, Direcção de Aprovisionamento e Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação) ao DJ. Este acordo resultou da reestruturação de todo o universo SCML, tendo presente a aprovação e entrada em vigor dos novos Estatutos, pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro.

30 Outros gastos e perdas operacionais

Os outros gastos e perdas operacionais obtidos em 2009 e 2010 foram como segue:

		2010	2009
Subsídios de carácter mensal	i)	3.249.877	2.679.793
Subsídios de carácter eventual	i)	1.239.979	1.081.580
Subsídios utilização de lares lucrativos	ii)	8.163.840	7.028.485
Outros subsídios e ajudas técnicas		1.974.803	1.702.766
Encargos com formandos	iii)	1.059.322	1.339.241
Despesas bancárias		3.960	2.670
Abates de activos tangíveis		-	9.533
Correcções exercícios anteriores		1.535.552	1.781.973
Outros		877.979	753.642
		18.105.313	16.379.683

i) Subsídios de carácter mensal: subsídios atribuídos a título mensal, com diversas especificidades (infância, famílias, adultos e população idosa, essencialmente). A variação está relacionada com a resposta da Instituição às necessidades da população na actual conjuntura económica;

ii) Subsídios utilização de lares lucrativos: encargos com lares externos à Santa Casa por falta de capacidade de acolhimento nos lares próprios. A variação está relacionada com a constante necessidade desta resposta social;

iii) Subsídios formandos, ajudas técnicas e outros: encargos de formação (ex: bolsas de estudo) suportados pela Santa Casa no âmbito da Acção Social;

iv) Aplicação do método de equivalência patrimonial: incide sobre as unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado "Santa Casa 2004" (nota 10).

31 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos similares dos exercícios de 2009 e 2010 é como segue:

	2010	2009
Gastos e perdas financeiras		
Juros pagos	(88.597)	(14.502)
	(88.597)	(14.502)
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	6.157.301	6.267.262
Dividendos investimentos financeiros	2.799.714	3.098.782
Outros	21.006	2.343
	8.978.021	9.368.386

32 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Santa Casa, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, correspondem a:

- i) Em 2010 a Mesa da Santa Casa submeteu à tutela, tendo merecido parecer favorável, a aquisição de um edifício sito no Prior Velho, no valor de 3.250.000 euros. Esta aquisição concretizou-se em Janeiro de 2011;
- ii) Locações operacionais de viaturas e computadores, cujo resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010:

Rendas vincendas	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Aluguer Operacional de Viaturas	529.720	763.835	
Computadores	13.223	22.264	
	542.942	786.099	

33 Contingências

Passivos contingentes

A Santa Casa apresenta um passivo contingente, decorrente da garantia bancária prestada à Sojogo, no valor 1.000.000 euros. Esta aplicação encontra-se registada em outros activos financeiros não correntes, devendo permanecer constituída enquanto vigorar a referida garantia.

34 Matérias ambientais

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, a Santa Casa, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de Dezembro de 2010 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Mesa da Santa Casa em como não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a SCML.

35 Partes relacionadas

A Santa Casa da Misericórdia é uma entidade de direito privado e utilidade pública administrativa que actua sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

35.1. Remuneração dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Santa Casa (Provedor, Mesa da Santa Casa e Conselho de Auditoria) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Santa Casa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCML ascenderam a 442.911euros (2009: 456.680 euros).

	2010	2009
Mesa da SCML	413.921	426.145
Conselho de Auditoria	28.991	30.535
	442.911	456.680

35.2. Transacções entre partes relacionadas**(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:*****Sub-entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:***

Departamento de Jogos (DJ);

Associadas:

SoJogo

(b) transacções e saldos pendentes***Sub-entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:***

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Santa Casa efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Prestação de serviços

	2010	2009
Departamento de Jogos	5.602.556	5.300.312

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2010, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2010		2009	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Outras Contas a Pagar / Receber				
Departamento de Jogos (DJ)				
Lucros dos Jogos Sociais	22.343.523	-	24.051.220	-
Remunerações, Aquisições de Bens e Serviços, Impostos e Outros	1.923.045	471.685	6.402.462	472.798
TOTAL	24.266.568	471.685	30.453.682	472.798

Os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis, impostos e juros.

Em 2010, passou-se a desagregar os saldos das partes relacionadas em activos e passivos consoante a sua natureza, pelo que os valores identificados com a letra f), do ano de 2009, mantêm a estrutura anterior.

36 Eventos subsequentes

O Orçamento do Estado para 2011 introduziu um novo quadro de gestão dos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social (ISS), IP, situados no distrito de Lisboa.

A gestão destes estabelecimentos será assumida pela Santa Casa por um prazo de três anos, renovável por iguais períodos, sendo os procedimentos e demais condições de cedência regulados através de contrato de gestão a celebrar entre o ISS, IP e a Santa Casa.

Lisboa, 29 de Março de 2011,

A Directora Financeira

A MESA da SCML,

(Maria Teresa de Freitas Glória Nunes
Grácio)

(Rui António Ferreira da Cunha, Provedor)

(António Santos Luís, Vice-Provedor)

(Odete Maria Costa Laranjeira Farrajota
Leal, Vogal)

(Leonor Cristina Rodrigues Lemos Araújo,
Vogal)

(José Pires Antunes, Vogal)

(Manuel João Beatriz Afonso, Vogal)

(António Martins Barata, Vogal)

Abreviaturas

<u>Abreviatura</u>	<u>Expressão</u>
AAM	Auxiliares de Acção Médica
ACS	Alto Comissariado da Saúde
ACT	Autoridade para as condições de Trabalho
ADI	Apoio Domiciliário Integrado
ADISPOR	Associação dos Institutos Superiores Politécnicas Portuguesas
AEC	Actividades de Enriquecimento Curricular
AECPEs	Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social
AEV	Ano Europeu do Voluntariado
AH	Arquivo Histórico
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
AOT	Ateliers Ocupacionais e Terapêuticos
APDMF	Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família
APDP	Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal
APERCIM	Associação para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Mafra
ARS	Administração Regional da Saúde
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ASHA	American Speech – Language-Hearing Association
ASI	Aldeia de Santa Isabel
AVD's	Actividades de Vida Diária
AVDAX	Centro de Investigação e Apoio ao Empreendedorismo e às Empresas Familiares
BAT	Banco de Ajudas Técnicas
CA	Comissão de Avaliação
CAF	Centro de Apoio Familiar
CAGRG	Centro de Avaliação Geriátrica e de Recursos Gerontológicos
CAI	Centro de Acolhimento Infantil
CAMVV	Casa de Apoio a Mulheres Vítimas de Violência
CAN	Centro de Acolhimento Nocturno
CANG	Centro de Acolhimento Nocturno da Glória
CAOT	Centro de Acolhimento e Observação Temporário
CAS	Centro de Apoio Social
CASA	Centro de Apoio Social dos Anjos
CASSB	Centro de Apoio Social de São Bento
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CCTV	Câmaras e Circuitos Fechados de TV (Sistemas de Vídeo Vigilância)
CBEI	Centro de Bem Estar Infantil

CDCA	Centro de Desenvolvimento Comunitário de Ameixoeira
CDI	Centro de Documentação e Informação (SCML)
CDL	Centro Distrital de Lisboa
CDSSLx	Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa
CEFC	Centro Educação, Formação e Certificação
CEMF	Centro Multicultural de Formação
CEMG	Caixa Económica Montepio Geral
CERCI	Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas
CFPSA	Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar
CFSJE	Colónia de Férias de São Julião da Ericeira (SCML)
CHLO	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental
CLAS	Conselho Local de Acção Social
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMRA	Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão
CNAI	Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CNAVES	Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
CNIS	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CNO	Centro Novas Oportunidades
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CoP	Comunidade de Práticas
CPCJ	Comissões de Protecção de Crianças e Jovens
CPR	Centro Português de Refugiados
CPS	Centro Promoção Social
CQEP	Certificação e Qualificação Escolar e Profissional
CRVCC	Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (actual Centro Novas Oportunidades)
CSF	Comissões Sociais de Freguesia
DASS	Departamento de Acção Social e Saúde (SCML)
DEES	Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (SCML)
DGIP	Departamento de Gestão Imobiliária e Património (SCML)
DGSP	Direcção Geral dos Serviços Prisionais
DIA	Direcção de Aprovisionamentos (SCML)
DIADIJ	Direcção de Acolhimento e Desenvolvimento de Infância e Juventude
DIAIBE	Direcção de Apoio à Inserção e Bem Estar (SCML)
DIAS	Direcção de Acção Social (SCML)
DIASL	Direcção de Acção Social Local (SCML)
DIGIE	Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (SCML)
DIF	Direcção Financeira (SCML)
DISP	Direcção de Saúde Proximidade (SCML)

DISTI	Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação (SCML)
DJ	Departamento de Jogos (SCML)
DQI	Departamento de Qualidade e Inovação (SCML)
EADCL	Estrutura de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Local
EAFCJR	Equipa de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Risco
EAI	Equipa de Apoio a Idosos
EATTL	Equipa de Apoio Técnico ao Tribunal de Lisboa
EFA-B2	Educação e Formação de Adultos – 2º Ciclo Básico
EIAIP	Equipas Interdisciplinares de Apoio à Intervenção Precoce
EID	Espaço de Inclusão Digital
ENOTHE	European Network of Occupational Therapy in Higher Education
ENPHE	European Network of Physiotherapy in Higher Education
EQUAL	Programa de financiamento comunitário
ESC	Espaço Santa Casa
ESSA	Escola Superior de Saúde do Alcoitão
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCD	Formação de Curta Duração
FIIF	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Santa Casa 2004
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAC	Gabinete de Apoio ao Cidadão (SCML)
GAG	Gabinete de Apoio à Gestão
GAI	Gabinete de Auditoria Interna (SCML)
GDH	Grupos de Diagnósticos Homogéneos - Sistema de Classificação de Doentes Internados
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento (SCML)
GOM	Gabinete de Organização e Métodos
GSQ	Gabinete de Segurança e Qualidade
HOSA	Hospital Ortopédico de Sant'Ana
HSST	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho
IADE	Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing
IDS	Instituto para o Desenvolvimento Social
IDT	Instituto da Droga e da Toxicodependência
IEC	International Electrotechnical Commission
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IES	Informação Empresarial Simplificada
IGRA	Testes de Interferência-Gama para o diagnóstico da tuberculose latente e activa
INCLUI	Empresa de Inserção de Trabalho (ASI)
IPC	Índice de Preço no consumidor
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IRS	Instituto de Reinserção Social
ISCISA	Instituto Superior de Ciências de Saúde (Maputo)
ISCTE/CIS	Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa/Centro de Investigação e Intervenção Social
ISO	International Organization for Standardization
ISPA	Instituto de São Pedro de Alcântara
ISS	ISS - Instituto de Segurança Social
JI	Jardim de Infância
K'Cidade	Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano
LNES	Linha Nacional de Emergência Social
m€	Mil Euros
MCT	Meios Complementares de Terapêutica
NASL	Núcleo de Acção Social Local (SCML)
NIT	Núcleo de Informática e Telecomunicações
NP	Normas Portugueses
NPAS	Núcleo de Políticas de RH e Apoio Social
NUTS II	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais e Estatísticas de nível II: divide o País em sete sub-regiões: nível III subdivide o País em 30 regiões.
OE	Observatório de Envelhecimento
OFIP	Orientação, Formação e Inserção Profissional
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
ORL	Otorrinolaringologia
OSHAS	Occupational Services Safety and Health
PAFAC	Projecto de Apoio à Família e à Criança
PARQ	Projecto de Acolhimento e Relação de Qualidade
PDC	Projecto de Desenvolvimento Comunitário
PES	Promoção de Empreendedores Sociais
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projecto de Inovação Comunitária
PIEF	Plano Integrado de Educação-Formação
PNF-CHI	Equilíbrio e Prevenção da queda no Idoso (pós-graduação em Fisioterapia no Envelhecimento) Proprioceptive Neuromuscular Facilitation Integrado com movimentos do Tai Chi
POAT	Programa Operacional de Assistência Técnica
POPH	Programa Ocupacional Potencial Humano
POR Lisboa	Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo
PPSC	Programa de Promoção Social dos Ciganos
PRODAC	Produtividade na Auto-construção (Centro de Promoção Social)
Projecto CAIM	Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão (Projecto cofinanciado e interinstitucional na área do tráfico de mulheres)
Projecto PARA	Programa de Apoio, Recuperação e Autonomização - Famílias

Projecto PARQ	Projecto de Acolhimento e Relações de Qualidade
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT - ACS	Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde
PT SI	Portugal Telecom Sistemas de Informação
QREN - POPH	Quadro de Referência Estratégico Nacional – Programa Operacional do Potencial Humano
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REAPN	Rede Europeia Anti-Pobreza - European Anti Poverty Network
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
RSI	Rendimento Social de Inserção
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SADI	Serviço de Apoio Domiciliário Integrado
SAFC	Serviço de Apoio a Famílias e Comunidade
SAP	Systems Applications and Products and Data Processing
SAP-SRM	SAP- Supplier Relationship Management
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SERAR	Modelo de Avaliação e Gestão de Lares
SES	Serviço de Emergência Social
SG	Secretaria Geral (SCML)
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SHST	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SIAS	Sistema de Informação do Atendimento Social
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIGEEES	Sistema de Informação e Gestão de Empreendedorismo e Economia Social
SIGIC	Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SIGO	Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa
SIP	Sistema de Informação do Património
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
TFM	Tribunal de Família e Menores
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UCPV	Unidade de Cidadania e Promoção do Voluntariado (SCML)
UCG	Unidade de Contabilidade Geral (DIF / SCML)
UE	União Europeia
UFD	Unidade de Formação e Desenvolvimento
UGF	Unidade de Gestão de Fundos (DIF / SCML)

UGRHC	Unidade de Gestão de Recursos Humanos e Contratação
UM	Unidades Móveis de Saúde
UMP	União das Misericórdias Portuguesas
URIG	Unidade de Retribuição e Informação de Gestão
USSC	Unidade de Saúde Santa Casa
UTF	Unidade de Terapia da Fala
VIAAS	Projecto VIAAS - Vias de Interculturalidade na Área do Asilo
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
WISE	WISE - Projecto transnacional
WLA	World Lottery Association

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

